

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Lucas de Faria Junqueira

**A BAHIA E O PRATA NO PRIMEIRO REINADO:
COMÉRCIO, RECRUTAMENTO E GUERRA CISPLATINA
(1822-1831)**

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Lina Maria Brandão de Aras

Salvador
2005

Lucas de Faria Junqueira

**A BAHIA E O PRATA NO PRIMEIRO REINADO:
COMÉRCIO, RECRUTAMENTO E GUERRA CISPLATINA
(1822-1831)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia, para obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Lina Maria Brandão de Aras

Salvador
2005

*Aos meus pais, Alexandre e Mirian,
fontes da vida,
ao meu irmão e amigos,
ao meu tio Solano.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha orientadora, Prof^ª. Dr^ª. Lina Maria Brandão de Aras. Mais que orientação firme e precisa, ensinou-me a arte da compreensão e do desprendimento, sendo acima de tudo grande amiga.

Agradeço também aos Professores Doutores Luís Henrique Dias Tavares e Maria Hilda Baqueiro Paraíso, pelas sugestões quando da Banca de Qualificação. A Professora Maria Hilda, pelo zelo com que coordena a Pós-Graduação, merece nova menção.

Ao Prof. Dr. Antônio Fernando Guerreiro de Freitas, pela revisão do projeto original.

Aos colegas da Pós-Graduação, pelas trocas de informações e debates nas disciplinas.

A Marina, bibliotecária da Pós-Graduação, sempre pronta em nos ajudar.

Aos colegas da Graduação Pablo, Alane e Cíntia, companheiros de muitas jornadas no APEB.

Aos funcionários do mesmo Arquivo, em especial a Paulo, Edite e Lindenberg.

Aos funcionários das instituições de pesquisa pelas quais passei.

A todos que contribuíram para minha caminhada, familiares, amigos e noiva.

RESUMO

As relações entre a Bahia e a região platina, estabelecidas desde o século XVI, basearam-se, ao longo da colonização ibérica na América, no contrabando. Nas primeiras décadas do século XIX, em que se deram as independências sul-americanas, o comércio entre a Bahia e o Prata alargou-se e tornou-se lícito, realizado em grande parte por estrangeiros. No bojo do processo de construção dos Estados Nacionais, a Guerra Cisplatina – travada entre Brasil e a República das Províncias Unidas, atual Argentina – afigurou-se como marco fundamental para a conformação do espaço político platino, fragmentando, pelo surgimento do Uruguai como Estado autônomo, o território do antigo Vice-Reinado do Rio da Prata. A Guerra fora impopular no Brasil e acarretara a interrupção do comércio entre a Bahia e a região platina, pelo bloqueio brasileiro ao porto de Buenos Aires e pela atuação dos corsários portenhos. O elemento principal de impopularidade da Guerra fora o recrutamento forçado, que ocasionara distúrbios por toda a Bahia. Os baianos que foram remetidos para lutar no conflito sofreram com as doenças, má alimentação, frio, falta de pagamento dos soldos e com os renhidos combates. Muitos pereceram nos campos do Sul, enquanto outros desertavam, deixando constantes vazios nas fileiras dos corpos da Bahia que tomaram parte da Guerra. Para suprir as demandas geradas pelo esforço de guerra, passara a Província baiana por uma crise na segurança pública, pelo envio das tropas e oposição popular ao recrutamento, bem como dificuldades financeiras com os obstáculos ao comércio e despesas com as crescentes necessidades militares.

Palavras-chave: Comércio Bahia-Prata. Guerra Cisplatina.

ABSTRACT

The relations between the Bahia and the Platina region, established since century XVI, had been based in the contraband, to the long of the Iberian colonization in America. In the first decades of century XIX, where occurred the South American independences, the commerce between the Bahia and the Prata region was widened and become allowed, carried through to a large extent for foreigners. In the development of the construction process of the National States, the Cisplatina war - developed between Brazil and the Republic of United Provinces, current Argentina - was configured as a basic landmark for the conformation of the politician space for that region, fractioned due to emerging of Uruguai as an autonomous State, the old territory of Vice-Reinado do Rio da Prata. The war was unpopular in Brazil and causes the interruption of the commerce between Bahia and the Prata region because of the Brazilian blockade to the port of Buenos Aires and the performance of buenosairean corsairs. The main element that made the war unpopular was the forced conscription, that causes disturbs for all the Bahia. The Bahians who had been sent to fight in the conflict had suffered with the illnesses, bad feeding, cold, lack of payment of the soldier's pays and the very hard combats. Many had died in the fields of the South, while others deserted, leaving constant emptinesses in the rows of the Bahia bodies that had taken part of the war. To supply the demands generated for the war effort, the Province of Bahia passed for a crisis in the public security, because of the sending of the troops to the war and the popular opposition to the conscription, as well as financial difficulties cause by the obstacles to the commerce and the expenditures with the increasing military necessities.

Keywords: Commerce Bahia-Prata. Cisplatina War.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
CAPÍTULO I – AS RELAÇÕES COMERCIAIS BAHIA-PRATA E A GUERRA CISPLATINA	15
1.1 O comércio colonial Bahia-Prata	15
1.2 O período Joanino	27
1.3 A Cisplatina no Primeiro Reinado	32
1.4 A Bahia durante a Guerra	47
1.5 O corsarismo	55
1.6 A Convenção Preliminar de Paz e o comércio pós-guerra	62
CAPÍTULO II – DO SERTÃO A SALVADOR: O RECRUTAMENTO NA BAHIA DURANTE A GUERRA CISPLATINA	69
2.1 Organização militar e recrutamento no período colonial	69
2.2 A reordenação das Forças Armadas (1821-1824)	75
2.3 O recrutamento na Bahia na época de independência	80
2.4 O serviço militar e o recrutamento (1825-1828)	83
2.5 O perfil dos recrutas	99
2.6 Resultados – custos do recrutamento	106
CAPÍTULO III – DE SALVADOR AO SUL: A BAHIA NA GUERRA CISPLATINA	111
3.1 A Bahia na guerra naval	111
3.1.1 O arsenal de Itapagipe	111
3.1.2 Os baianos nos vasos de guerra	117
3.2 O envio das tropas	132
3.3 As tropas no Sul	140
3.4 O pós-guerra	170
CONCLUSÃO	177
LISTA DE FONTES	179
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	184
ANEXO	191

INTRODUÇÃO

Era 20 de fevereiro de 1827, quando:

[...] a serração se desfez aos raios ardentes do sol nascente, e o dia tórrido surgiu, descortinou-se o vale que se estendia à direita formando várias ramificações em cujo solo havia sulcos profundos de riachos que ficam completamente secos no verão. [...] O exército republicano postara na primeira colina mais baixa as suas forças de cavalaria ligeira; na segunda o grosso da infantaria com a artilharia ao lado; em ambos os lados a cavalaria regular de Buenos Aires, sob comando do coronel Brandsen. Todas as colunas estavam juntas tendo à vanguarda, no sopé da coxilha, ao longo do riacho, à frente da infantaria, uma linha distendida de atiradores. [...] Apesar desse golpe de vista rápido sobre a posição escolhida pelo inimigo, os chefes brasileiros relutaram em se convencer de que estivessem realmente diante de toda a força republicana. [...] Marchou, assim, o exército em linha de batalha, indo a cavalaria um pouco adiante da infantaria, em direção ao inimigo¹.

Iniciava-se, desta forma, a principal batalha da Guerra Cisplatina, em Passo do Rosário (Itunzaingó para os platinos), tendo como desfecho a retirada brasileira ordenada pelo Marquês de Barbacena, Comandante-em-Chefe do Exército Imperial. Fora uma batalha emblemática quanto aos seus resultados: apesar da retirada, acabara inconclusa, pois ambas as forças se conservaram, e não mais se encontraram em campo aberto. Esta fora a tônica desta guerra, haja visto que nenhum dos lados em conflito conseguira dobrar o inimigo.

Pelejaram no campo do Passo do Rosário os baianos do 13º Batalhão de Caçadores e do Esquadrão de Cavalaria de Água de Meninos. Contudo não somente estes efetivos foram enviados ao teatro de operações no Sul, sendo que praticamente todo o contingente das forças de Primeira Linha da Bahia marchou em momentos distintos, ficando a Província precariamente defendida pela 2ª Linha (milícias) e em constante insegurança social.

A Guerra Cisplatina (1825-1828) fora o período onde mais a Bahia sofrera influências de acontecimentos ocorridos na região do Rio da Prata, salvo talvez, pela Guerra do Paraguai (1865-1870). O conflito cisplatino recebeu pouca atenção da

¹ TESTEMUNHA OCULAR (Uma): **Contribuições para a história da guerra entre o Brasil e Buenos Aires**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1975. p. 229-230.

historiografia brasileira até o momento. Fora estudado muito mais por militares do que por historiadores. Quando discutido por estes, tem importância marginal em seus trabalhos. Em se tratando de abordagens regionalizadas, quase nada tem sido escrito até o presente. São justamente os efeitos do embate entre o Império e a República das Províncias Unidas do Rio da Prata sobre a Bahia o que objetivamos discutir.

Apesar de que nosso tema central seja a Guerra de 1825-1828, não nos restringimos aos assuntos militares. Alice P. Canabrava chamou a atenção sobre a limitação de se considerar as relações entre o Prata e a América portuguesa apenas pela ótica militar:

A história da contribuição luso-brasileira para a evolução dos países platinos tem sido vista principalmente sob o ângulo das campanhas militares, enquanto outros aspectos, talvez mais interessantes, como o da profunda influência exercida pelo Brasil na formação social e econômica daqueles países, tem passado despercebida².

Assim, o que pretendemos para o trabalho ora em apreço inclui vislumbrarmos os contatos entre ambas as regiões – a Bahia e o Prata – no que concerne às relações sócio-econômicas (e também militares), bem como seus reflexos para a Bahia do início do século XIX. Comércio e guerra andaram juntos na história dos contatos entre a América portuguesa (depois Império brasileiro) e a Região Platina, sendo que a Bahia atuara em ambas as frentes.

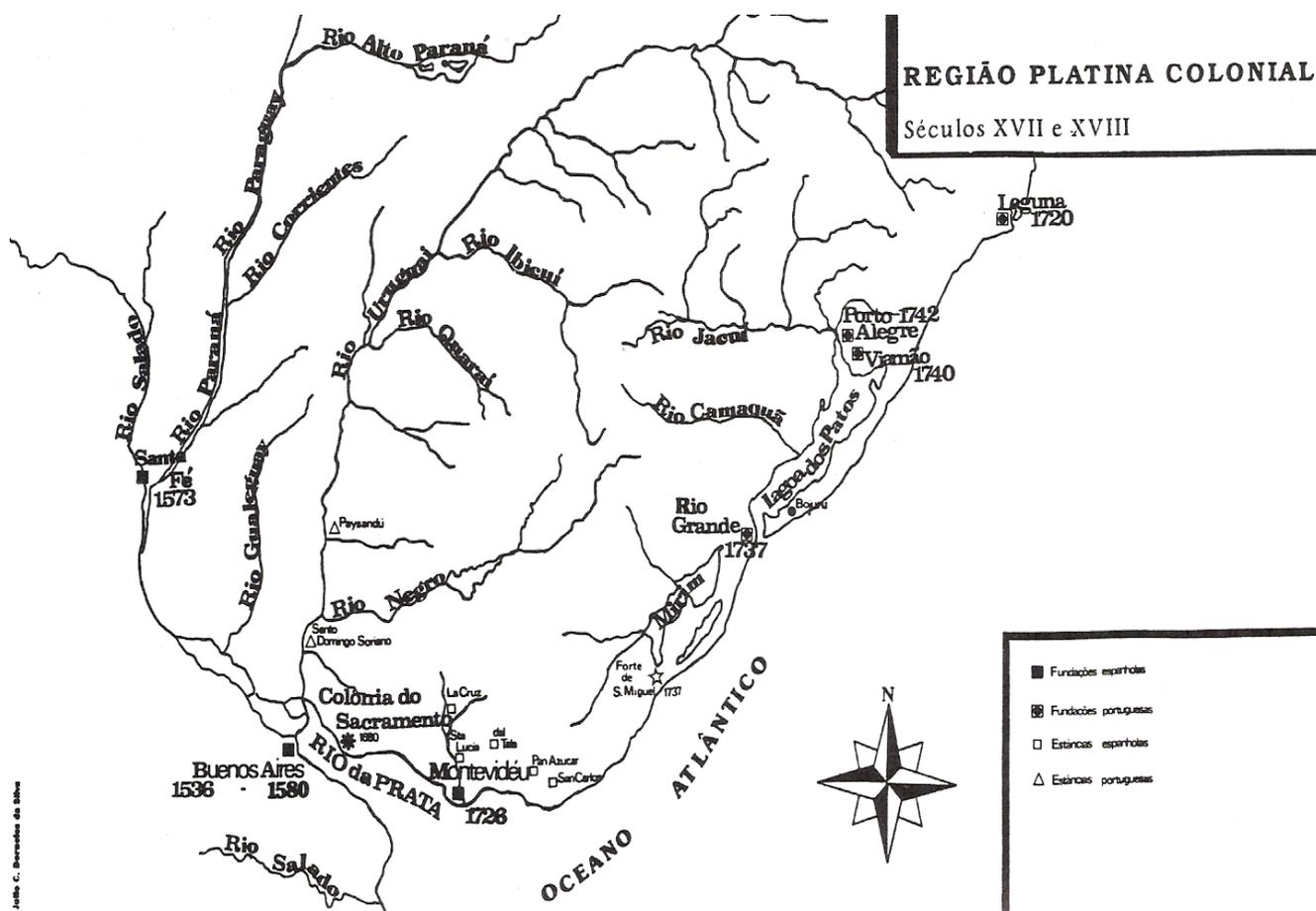
O Primeiro Reinado (1822-1831) afigura-se como um período privilegiado para o esboço desta relação. Podemos averiguar sua importância pelos intercâmbios comerciais, pela influência do republicanismo platino e pela valorização que a prata teve – principalmente dada a crise monetária oriunda da falsificação massiva da moeda de cobre – na época. Contudo fora sobretudo pela Guerra – e suas conseqüências – que o período se distingue no estudo dos contatos e intercâmbios centenários entre ambas. Para concretizar nosso intento, se impôs delimitarmos o que entendemos por região em relação aos nossos objetos (Bahia/Prata).

A região platina, como aqui a entendemos, engloba não só o espaço geográfico que outrora denominava-se Vice-Reinado do Rio da Prata, mas também o Rio Grande de São Pedro, atual Rio Grande do Sul. Assim procedemos, pois partimos da premissa de que

² CANABRAVA, Alice Piffer. **O comércio português no Rio das Prata: 1580-1640**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1984. p. 17.

região não se compreende apenas por fatores naturais e, sim, na interação entre homem e meio ambiente na conformação do espaço, que constitui a região.

Desta feita, a região passa a ser compreendida como sendo historicamente formada a partir do binômio tempo/espaço. Ela é “trabalhada como uma totalidade”³. Em se tratando do Prata, temos não só uma uniformidade em termos naturais, com seu clima, suas terras férteis – os chamados pampas –, como constatamos que o processo histórico desenvolvido na ocupação colonial das paragens platinas unifica o território sul-riograndense ao das hoje Repúblicas da Argentina e Uruguai. Tanto espanhóis quanto portugueses empreenderam formas muito semelhantes de exploração econômica na região, baseadas na criação de gado *vacun*. O tipo social característico decorrente deste processo – o gaúcho – encontrava-se disseminado por toda a extensão rural platina⁴.



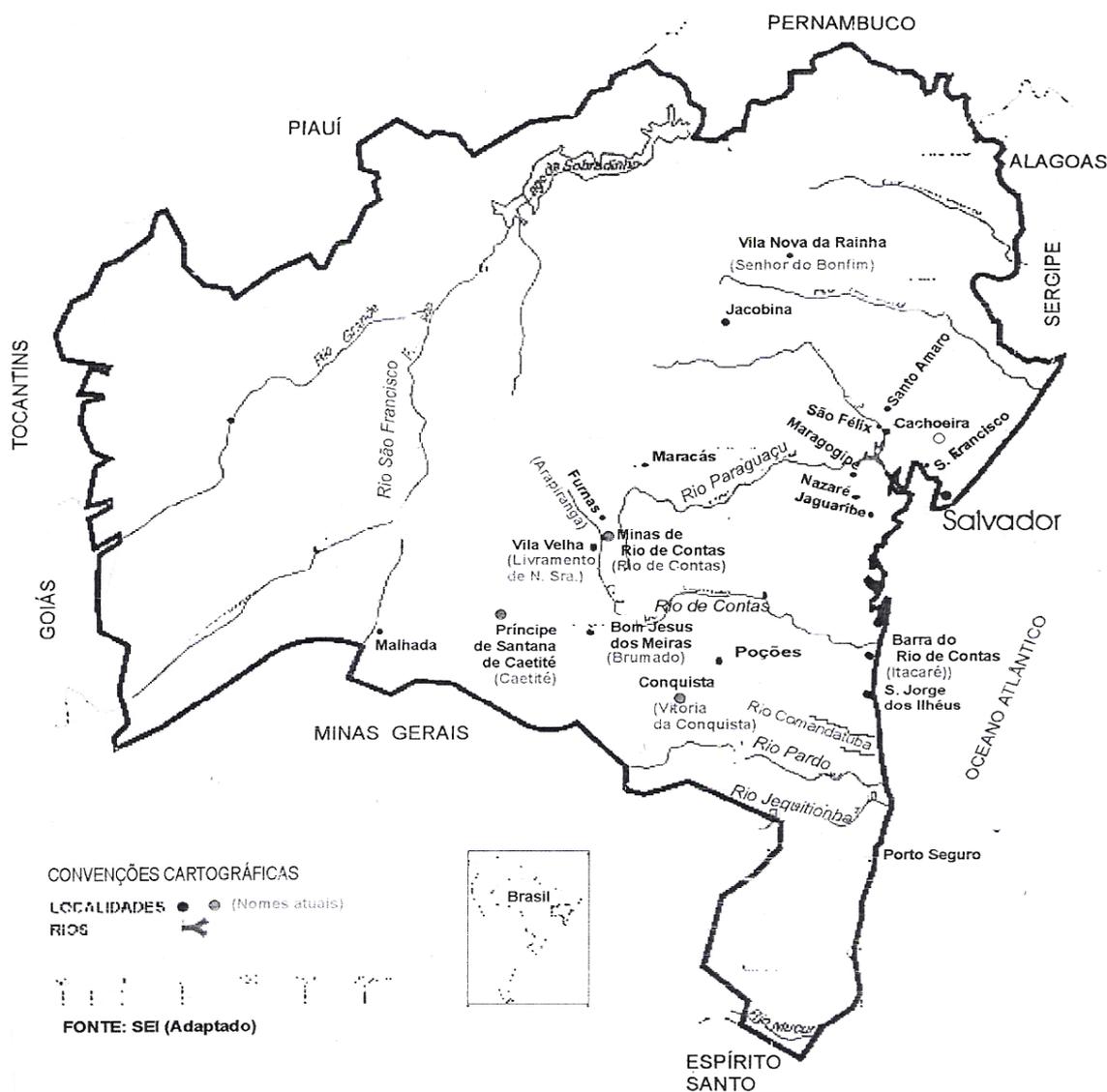
Fonte: REICHEL, Heloisa Jochims. *As raízes históricas do Mercosul: a Região Platina colonial*. São Leopoldo: UNISINOS, 1996. p. 9.

³ REICHEL, Heloisa Jochims. *As raízes históricas do Mercosul: a Região Platina colonial*. São Leopoldo: UNISINOS, 1996. p. 13.

⁴ *Ibid.*, p. 19 et seq.

Quanto à Bahia, distante do Prata cerca de 3.500 quilômetros, a problemática regional tem conotações distintas. Aqui a questão gira em torno da diversidade sócio-cultural encontrada pelo vasto território baiano. Não obstante, quando nos remetermos às relações entre Prata e Bahia, esta última configurar-se-á como uma totalidade. Nossa opção por tal foi arbitrária e temos pleno conhecimento disto. Assim procedemos por ser impossível averiguar qual fora a influência platina em cada uma das regiões da Bahia no início do século XIX. De qualquer sorte, é patente que influíra principalmente em Salvador – praça comercial que interligava ambas as regiões – e Recôncavo – que concentrava a maior parte da produção provincial para exportação.

PROVÍNCIA DA BAHIA (Séc. XIX)



Para realização deste trabalho e acompanhamento do desenvolvimento das ações que culminaram com a Guerra Cisplatina, pesquisamos imprescindível documentação manuscrita nas seguintes instituições: Arquivo Público do Estado da Bahia, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e Arquivo Histórico do Itamaraty-RJ⁵. Optamos aqui, muitas vezes, por transcrever os documentos coligidos em lugar de redigirmos passagens que se aludiriam a eles. Assim o fizemos por questões subjetivas. Sempre que lemos na bibliografia alguma análise baseada em determinada fonte, temos o desejo de tomar contato com esta. Vícios do *métier*, diriam alguns. Da mesma forma, nos furtamos a uma atualização da grafia dos documentos transcritos. Assim procedemos pelo interesse etimológico despertado por palavras escritas há quase dois séculos atrás. Somente em casos (raros) onde a inteligibilidade ficava comprometida fizemos a atualização.

Afora a pesquisa com as fontes manuscritas, de muita valia foram as obras elaboradas por personagens que tomaram parte no desenrolar do conflito cisplatino. Em especial, as elaboradas pelos mercenários alemães a serviço do Brasil, posto que apreenderam a realidade testemunhada com um *olhar do outro*⁶. Contudo, para contrabalancear o rancor destilado em seus textos, pelo tratamento que tiveram no Governo Imperial, foi indispensável a consulta da obra do Marechal Luiz Manoel de Lima e Silva⁷. Esta em muito corroborara com as visões desalentadoras dos mercenários a respeito da condução e desenrolar da Guerra pelo lado brasileiro.

Foi de inestimável valor também a consulta da bibliografia referente ao período estudado, tanto brasileira (histórica e militar) quanto platina. Esta fora levantada nas seguintes instituições: Biblioteca da Pós-Graduação da FFCH/UFBA, Centro de Estudos Baianos/UFBA, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Biblioteca Central do Estado da Bahia, Biblioteca do Arquivo Público do Estado da Bahia, Biblioteca da ESAEX, Biblioteca Nacional-RJ, Biblioteca da Marinha-RJ, Biblioteca do Exército-RJ e Biblioteca do Itamaraty-RJ.

No universo amplo das relações baianas e platinas que intentamos construir no presente estudo constatamos que fora considerável a influência recíproca entre a Bahia e o

⁵ Quando estivemos no Rio de Janeiro para a realização da pesquisa, o Arquivo Nacional encontrava-se fechado pela greve do IPHAN.

⁶ TESTEMUNHA OCULAR (Uma)...; SEIDLER, Carl. **Dez anos no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1980.

⁷ LIMA E SILVA, Marechal Luiz Manoel de. **Guerra com as Províncias do Rio da Prata**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1956.

Prata desde o século XVI, onde cada qual funcionara como centro abastecedor complementar na economia regional da outra região. A trajetória das relações entre a Bahia e o Prata, assim como as conseqüências políticas (e comerciais, pela ação dos corsários portenhos) da Guerra Cisplatina, são tema do primeiro capítulo. A prata, por exemplo, esteve constantemente presente na conformação da cultura monetária da Bahia no período colonial e Primeiro Reinado. Até os subornos para evadir-se do serviço militar eram pagos preferencialmente em prata. O comércio colonial, contrabando em sua maioria, interligava ambas as regiões e estabeleceu vínculos que se manteriam no período pós-colonial, como atesta a bibliografia trabalhada no dito capítulo.

Afora a esfera econômica, no campo das idéias, o republicanismo adotado no Prata no bojo do processo de independência e formação dos Estados nacionais no início do século XIX exercera influência entre os baianos, não só pelo exemplo, como pela passagem de “hespanhois do sul” pela Província durante a década de 1820, o que causava temor nas autoridades responsáveis pela “manutenção da ordem”. Esta, levada a cabo pela elite política da Bahia, profundamente comprometida com o regime monárquico constitucional e escravista, sofrera ameaças pela emergência da “plebe” marginalizada no cenário político. O “povo” tratava a seu modo de opor-se à ordem senhorial e elitista, sendo por conta do regime político adotado – extremamente excludente – obrigado a utilizar-se de canais geralmente violentos para expressar suas demandas e resistir aos desígnios governamentais. Este fora o caso do recrutamento.

O *modus operandi* do recrutamento, tema do segundo capítulo, executado por autoridades ávidas por demonstrar serviço ao Governo Central, na Bahia ganhou *status* de resistência ao sistema. As crescentes necessidades de recrutas para preencher os onipresentes vazios nos corpos de Linha da Província, principalmente durante a Guerra Cisplatina, acarretaram forte oposição entre os estratos marginalizados da sociedade, compostos pelos “vagabundos”, “vadios” ou “criminosos”, segundo terminologia da documentação da época.

Tinha o recrutamento essencialmente caráter de controle social. Tratava-se de expurgar da sociedade civil elementos tidos como perigosos à ordem pública, submetendo-os à disciplina militar escravista e aos rigores da vida nos quartéis. Era encarado o serviço militar como correccional – verdadeiro castigo aos infortunados apreendidos pela malha recrutadora.

Com efeito, ao longo de 1825-1828, tiveram as autoridades na Bahia que “activar” ao máximo a máquina de fornecimento de praças para o conflito que se desenrolava no Sul. Este processo deu vazão a toda sorte de abusos, patronatos e vinganças. Intrincados nas teias de relações locais de poder, os responsáveis pelo recrutamento nos distritos dele se utilizaram para submeter os contestadores ou subversivos, os que por ventura ameaçavam a estrutura social e seu domínio.

Sendo a Guerra Cisplatina impopular, não vendo motivos para arriscar a vida por uma causa que não consideravam sua, os recrutados tentavam o que estava ao seu alcance para escapar do serviço militar, que naquele período significaria ser remetido para os longínquos campos sulinos, para pelejar frente aos republicanos.

É sobre os baianos que foram destacados para a Guerra que tratamos no terceiro e último capítulo. Nele também demonstramos a participação da Bahia no esforço de guerra naval para a formação da esquadra que bloqueara o porto de Buenos Aires e lutava nas águas do Rio da Prata contra a Marinha portenha. Fora grande a contribuição da indústria naval baiana durante o Primeiro Reinado, sendo o Arsenal de Marinha de Itapagipe o mais produtivo do Brasil no período.

Tendo que marchar para o conflito, travado a milhares de milhas de suas casas, deixando para trás suas famílias, que por vezes ficavam desamparadas, muito sofreram os soldados da Bahia. Devido aos rigorosos invernos do Sul, tão distintos das altas temperaturas baianas, enfrentados sem que tivessem agasalhamento adequado, não poucos pereceram nos acampamentos ou longas marchas, executadas geralmente de forma acelerada, o que extenuava homens e animais. A penúria vivida nos acampamentos, pela irregularidade no fornecimento de mantimentos, acarretara fome e desespero aos infortunados soldados brasileiros. Na maior parte do tempo, tiveram como único alimento a carne bovina, sendo esta extraída de magros animais e ingerida sem sal. Os fardamentos também eram escassos, deixando as tropas em estado de semi-nudez. Quanto ao pagamento de soldos, este fora completamente irregular, raras vezes efetuado, o que agravava a já difícil situação alimentar, sem que tivessem os soldados como adquirir mantimentos para suprir suas necessidades.

Os combates contra os republicanos platinos se davam de forma renhida, sendo que os brasileiros pouco sucesso tiveram em grande parte deles. A tática republicana de cortar os suprimentos do Exército Imperial e cercar seus acampamentos com sua cavalaria, muito

mais numerosa que a brasileira, matava pela fome ou pelas tocaias a que eram vítimas os sentinelas imperiais.

Devido à situação desoladora a que foram obrigados a passar, muitos desertaram das fileiras brasileiras. Os corpos foram minguando, não obstante as constantes remessas de recrutas, sendo que somente com o destacamento de novas unidades pode o Império, mesmo com a superioridade populacional e de recursos que tinha reunir um contingente que sobrepujasse o republicano, o que lograra alcançar em meados de 1827. Assim, em decorrência das deserções, espalharam-se pela Província de São Pedro numerosos homens que em sua maioria estavam longe de suas casas, e por isso tiveram que recorrer a roubos e demais crimes para sobreviver.

Considerável fora a parte dos baianos que não voltaram para sua terra natal desde que dela foram arrancados para pelejar nos campos do Sul. Os corpos da Bahia estavam reduzidos “a nada” como informam as fontes. Isto se dava tanto pelas mortes, causadas por doenças e combates, quanto pela deserção. Os que tiveram a sorte de não perecerem ao longo do conflito, mas abandonavam seus corpos, passaram a integrar a sociedade platina da época, em parte talvez porque percebessem nela melhores possibilidades de vida que as encontradas na escravista Bahia.

Como um todo, a Guerra custou não pouco esforço da gente baiana, principalmente para os desprivilegiadas, que como já não bastasse a situação marginal em que se encontravam, tiveram que sofrer as conseqüências de uma campanha militar que não apoiavam e que os expusera aos horrores de ter que matar ou morrer em nome de um soberano que pouco fizera para aliviar sua desesperadora situação.

CAPÍTULO I

AS RELAÇÕES COMERCIAIS BAHIA-PRATA E A GUERRA CISPLATINA

O presente capítulo objetiva construir o histórico dos contatos entre a Bahia e a Região Platina, desde fins do século XVI até o Primeiro Reinado, onde a Guerra Cisplatina (1825-1828) afigura-se como um importante tópico destes contatos centenários, que envolveram tanto o comércio quanto a guerra como motes na formação dos vínculos entre ambas as regiões.

1.1 O comércio colonial Bahia-Prata

A Bahia esteve ligada ao Rio da Prata desde a consolidação da conquista espanhola na região meridional da América do Sul, com a segunda fundação de Buenos Aires em 1580. Já nesta década encontram-se registros dos primórdios de tal relação. É Alice Canabrava, em seu célebre estudo sobre o comércio luso-brasileiro no Prata, quem informa sobre o primeiro registro comercial, empreendido pelo bispo – lusitano – de Tucumán, Francisco Victória:

Em 1587 enviou ele um navio ao Brasil, destinado a adquirir mercadorias na Baía; os objetivos comerciais estavam mascarados com propósitos de

trazer jesuítas da cidade da Baía e descobrir a rota de navegação para o Brasil [...] Levava cerca de 30.000 pesos em prata e ouro¹.

Este contato inicial é ilustrativo em relação ao comércio Bahia-Prata, pois: a) tratava-se de contrabando; b) teve participação de autoridades (comum no contrabando, sejam eclesiásticas ou da administração colonial); c) incluía a prata como mercadoria de troca, bem como trazia alguns escravos em seu retorno; d) foi vítima de ataque de um corsário (inglês que roubou-lhes a carga na entrada do estuário do Prata).

A União Ibérica (1580-1640) constituiu-se em um período profícuo para a presença portuguesa nas terras castelhanas do Vice-Reinado do Peru, dedicando-se os lusos sobretudo ao comércio. O objetivo primordial não poderia deixar de ser outro senão o escoamento da prata, tendo em vista o regime mercantilista da época. Ademais, no Brasil colônia ainda não haviam sido descobertas reservas de metais preciosos. A atração exercida pelas riquezas de Potosí impelia os luso-brasileiros a adentrarem pelo estuário do Prata, fixando-se desde o porto portenho às terras do Alto Peru e Lima.

Quando da visitação do Santo Ofício à Bahia, em 1591, vários denunciados encontravam-se no Peru². Tal situação causava temores nas autoridades coloniais espanholas, receosas quanto à ingerência portuguesa na região mineradora. Desde 1594 já aparecem restrições ao intercâmbio Brasil-Buenos Aires, bem como à presença luso-brasileira naquelas paragens (1602)³.

Enquadrado dentro do sistema maior de exclusivismo metropolitano, bem como do sistema das frotas de galeões que seguiam a rota Sevilha (depois Cádiz)- Caribe/Istmo do Panamá-Callao, Buenos Aires permaneceu como porto fechado pela maior parte do período colonial. Deste modo, viam-se os colonos platinos na condição de custear os exorbitantes valores decorrentes, não só das expensas do transporte e direitos alfandegários desta rota,

¹ CANABRAVA, Alice Piffer. **O comércio português no Rio da Prata: 1580-1640**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1984. p. 83. Houve erro na edição quanto à data do início da viagem. Como a autora mesmo assinala em outras passagens, a saída fora em 1585, tendo regressado em 1587. Hernán Silva acrescenta que tal empreendimento também se destinou à exportação de produtos procedentes de Tucumán. Ver SILVA, Hernán A. La Colônia del Sacramento, el Virreinato del Río de la Plata y el Libre Comercio: mito y realidad en la ruptura de relaciones económicas con el Brasil. In: SILVA, Hernán (org). **Navegacion y comercio rioplatense I**. Bahía Blanca: Universidad Nacional del Sur, 1996. p. 8.

² Ibid., p. 162.

³ Ibid., p. 64.

como também estavam a mercê dos monopolistas de Lima e da concorrência insuperável dos inflacionados preços a que chegavam as mercadorias na praça de Potosí⁴. Consequentemente, tendo em vista a pobreza material a que estava reduzida a vida platina (desprovida de metais e demais produtos valorizados na Europa), encontravam-se os portenhos virtualmente impedidos de adquirirem o mínimo de artigos europeus necessários a sua sobrevivência⁵.

Os colonos viam como perspectiva de melhora em sua existência a abertura de uma rota atlântica de comércio pelo porto de Buenos Aires, projeto alentado não só pelos *vecinos* desse povoado, como também de Tucumán e Alto Peru⁶. Ademais, as dificuldades decorrentes da comunicação interna na região platina (condições precárias das rotas terrestres, ataques indígenas) eram argumentos plausíveis para a abertura do porto, pois como ressalta Eric Hobsbawm: “Estar perto de um porto era estar perto do mundo [...] Sevilha era mais perto de Veracruz do que de Valladolid e Hamburgo mais perto da Bahia do que do interior da Pomerânia”⁷.

Não obstante serem justamente tais liberdades – contrárias ao Pacto Colonial – o que conduzia as autoridades metropolitanas a vedar a abertura do porto ao comércio, a realidade platina se incumbia de impor concessões. O contrabando, assim como a necessidade de fornecimento de mão-de-obra escrava para as minas peruanas, fizera com que fossem delegados *asientos* negreiros para portugueses ou associados destes desde 1595⁸. Estas concessões continham restrições tanto quantitativas quanto temporais, porém davam margem a toda sorte de fraudes, amiúde com a anuência dos funcionários e autoridades coloniais corrompidos⁹.

Em 1602, a Coroa espanhola, por cédula real de 20 de agosto, concedeu a Buenos Aires a primeira permissão de exportação para o Brasil e para a Guiné, sendo que no retorno poderiam trazer os artigos de que necessitassem. Esta vigorou, por sucessivas

⁴ Os produtos importados chegavam a valer até 800 ou 1000 por cento em relação aos preços na Espanha. Ver CANABRAVA, op. cit., p.68.

⁵ CANABRAVA, op. cit., p. 48.

⁶ Ibid., p. 49.

⁷ HOBBSAWM, Eric J. **A Era das revoluções: Europa 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p.26.

⁸ CANABRAVA, op. cit. p. 86.

⁹ Ibid., p.73, p. 103, p. 127-129.

prorrogações, até 1618¹⁰. Desde então, florescia o intercâmbio portenho com os portos brasileiros e africanos.

Segundo Moniz Bandeira:

Por volta de 1597, cerca de 250 escravos entravam, por ano, em Buenos Aires, com destino a Potosí, procedentes do Brasil. Em 1603, seis anos depois, o número oficialmente apurado já era de 450, subindo, na década de 20, para 1500. Das 16 embarcações que chegaram ao porto de Buenos Aires, nos primeiros meses de 1621, somente três tinham autorização legal. As outras contrabandeavam escravos do Brasil e de Angola¹¹.

O trecho transcrito demonstra não só o desenvolvimento dos contatos, como o peso do contrabando nos mesmos. O domínio das feitorias africanas por Portugal, somado ao consolidado mercado brasileiro, colocava seus comerciantes em condição privilegiada neste lucrativo tráfico, motivo pelo qual tiveram a hegemonia nos mercados platinos (legal ou ilegal) durante o primeiro quartel do século XVII, a ponto de Canabrava denominar o Rio da Prata como “verdadeiro rio português”¹².

As tentativas de obstar o contrabando lusitano, via restrições e proibições legais, tendiam a incentivar a prática do contrabando, induzindo os platinos a estreitar laços com os negociantes lusitanos. Em 1611, com o intuito de combater o contrabando, a Coroa espanhola incorporou o comércio negreiro ao sistema das frotas e galeões, ficando circunscrito aos portos licenciados – excluindo, assim, o de Buenos Aires. Os resultados foram adversos, pois “os negros vindos para as colônias americanas foram trazidos por navios de contrabando, sem licenças, sem registros, sem pagamento de direitos”¹³.

Não obstante a maior parte do comércio negreiro ter se dado diretamente entre as feitorias africanas e o Prata, a Bahia participava deste tráfico por ser importante mercado e praça de negociação dos mesmos. Teve também papel destacado no quadro geral dos intercâmbios platinos, pois apesar do tráfico negreiro ser o ramo mais lucrativo destes contatos, foram alimentos e manufaturados a base permanente que interligava as regiões.

¹⁰ Ibid., p. 71 et seq.

¹¹ BANDEIRA, Moniz. **O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai, da colonização à Guerra da Tríplice Aliança**. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: UNB, 1998. p.26-7.

¹² CANABRAVA, O comércio português no Rio da Prata: 1580-1640...., p.148.

¹³ Ibid., p.102.

“Além de escravos que chegavam procedentes do Brasil, ativo comércio de gêneros alimentícios e produtos manufaturados se fazia entre os portos brasileiros e o Rio da Prata”¹⁴.

Canabrava expôs o peso dos contatos entre a Bahia e região platina:

A relação das mercadorias entradas no porto de Buenos Aires nos permite avaliar a importância do intercâmbio comercial entre a praça da Baía e o porto platino de onde embarcavam carregamentos de artigos manufaturados consignados a habitantes de Buenos Aires e Córdoba. A Baía exerceu no século XVI a função de centro re-exportador de produtos manufaturados para o Rio da Prata, ao lado de Rio de Janeiro e Pernambuco, onde os contrabandistas de Buenos Aires mantinham agentes com os quais estavam em estreito contato¹⁵.

Como Capital da colônia portuguesa, circundado por intensa produção de gêneros de exportação na sua *hinterland* – o Recôncavo –, Salvador fora principal centro comercial da América lusitana até ser superado, pelo deslocamento do eixo econômico rumo ao centro-sul minerador, pelo Rio de Janeiro ao longo do século XVIII¹⁶. A favorável situação geográfica da Baía de Todos os Santos fazia de seu porto ponto neurálgico dos intercâmbios no Atlântico-Sul, seja na passagem para as Índias, nos contatos africanos ou rumo ao extremo Sul da América. Assim, funcionava a Bahia como peça proeminente no tabuleiro das trocas no circuito Europa-Brasil-África-Prata.

Em ambas as regiões, afora os habituais intercâmbios legais ou ilegais, por vezes era necessário recorrer ao comércio marítimo longínquo para o abastecimento da população em épocas de crise, inclusive a partir de iniciativas governamentais. Em 1639, em decorrência das guerras holandesas, o governador da Bahia remeteu ao Rio da Prata quatro navios em busca de abastecimento para a população e armadas de socorro¹⁷.

Quanto às pautas de exportação e importação entre Bahia-região rioplatense, observamos inúmeras referências na bibliografia. Segundo informa Luís Henrique Dias

¹⁴ Ibid., p. 87.

¹⁵ CANABRAVA, op. cit., p.121.

¹⁶ SANTOS, Corcino Medeiro dos. **O Rio de Janeiro e a Conjuntura Atlântica**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1993. p. 31.

¹⁷ CANABRAVA, op. cit., p.145.

Tavares, “para o Rio Grande do Sul e portos do Prata saíam da cidade do Salvador artigos manufaturados ingleses, açúcar, sal e escravos africanos”. Acrescenta ainda que “grande parte da riqueza baiana no século XVIII veio do comércio de escravos com o Rio Grande, o Prata e Minas Gerais”¹⁸. Além destes produtos constam cordas para utilização dos navios,¹⁹ aguardente, rolos de tabaco, lenha, e madeira para construção, inexistente nos pampas argentinos²⁰. Funcionava ainda Salvador como praça reexportadora de gêneros manufaturados vindos da Europa, situação que perdurou tanto no período colonial como no pós-independente.

Quanto à importação brasileira de gêneros alimentícios (onde a Bahia tinha destaque), Canabrava definiu assim a participação da Região Platina: “Conquanto não disponhamos de dados para avaliar a contribuição das Províncias do Rio da Prata em carnes salgadas e trigo para o abastecimento da população das cidades brasileiras, parece-nos que não deveria ter sido insignificante”²¹.

O charque, largamente produzido no Prata, era básico na alimentação dos escravos e da população pobre do Recôncavo²². No século XIX existem registros ainda do comércio de ervas, *cascarilla* e *quina*, totalizando em 1806 cinco embarcações com destino à Bahia²³.

Somado aos alimentos, consistem igualmente na pauta de importação couros, sebo e, principalmente, a prata. Esta última fora o mote para a expansão lusa rumo à bacia platina, rota de evasão desde o Alto Peru até os portos no Brasil e na Europa. Os registros de tal evasão iniciam-se desde a viagem empreendida pelo bispo de Tucumán, anteriormente exposta, tendo continuado por todo o período pelo qual afloraram as riquezas das minas de Potosí.

¹⁸ TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. São Paulo: UNESP; Salvador: EDUFBA, 2001. p. 197-198.

¹⁹ SILVA, Navegacion y comercio rioplatense I..., p.45.

²⁰ TORRES, Elena B. El comercio británico desde Brasil al puerto de Buenos Aires em el contexto revolucionário del Rio de la Plata. In: SILVA, op. cit., p.140.

²¹ Ibid., p.145.

²² CHAVES, Cleide de Lima. **De um porto a outro. Bahia e Prata (1850-1889)**.2001. Dissertação (Mestrado em História) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, p. 20. Ver também BARICKMAN, B. J., **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo: 1780-1860**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.90.

²³ CARBÓ, Laura, La preocupación peninsular por los productos medicinales americanos y la exportación rioplatense. In: SILVA, op. cit., p. 117-119.

Tendo produtos de reduzido valor de troca, charque por exemplo, bem como tendo um volume de importação superior ao exportado, seria natural que os colonos platinos se utilizassem da prata para obter os gêneros necessários à sua existência, não obstante as cédulas proibitivas quanto à saída do metal pelo Rio da Prata.

Em 1598, Diogo Rodrigues de Valdés, governador das Províncias do Rio da Prata, ao fazer escala por Salvador em viagem rumo a Buenos Aires, “ficou admirado da quantidade de moeda espanhola que corria naquele porto da Baía”. Logo ao assumir o cargo apregoou que ninguém pudesse evadir a prata pelo porto, seja em moedas, jóias ou barras, sob pena de confisco do metal encontrado em embarcações atracadas²⁴. Hernán Silva assinala ainda que pelos cálculos desse mesmo governador, “habían salido em los últimos cuatro años más de un millón y medio de pesos”²⁵. Quando esteve na Bahia em 1612, o viajante francês Pyrard de Laval, impressionado com a abundância da prata, considerou o Brasil como o lugar mais rico do mundo²⁶.

A lei de 1622 – uma das destinadas a obstar o desvio – proibia a exportação de prata além da cidade de Córdoba, ponto obrigatório de passagem no caminho entre o porto de Buenos Aires e o Alto Peru²⁷. De qualquer sorte, o fluxo de prata tendia a manter-se pela força das circunstâncias (presença lusitana, contrabando, fraudes, etc.):

La plata comenzó a circular por los canales marcados por las necesidades económicas locales e internacionales em vez de los circuitos dibujados por la administración colonial y las preferências de los comerciantes monopolistas.

Los metales preciosos empezaram a dejar de salir mayoritariamente por El Callao em dirección a Panamá, para hacerlo ahora por la via interna utilizando la ruta del Rio de la Plata [...] El resultado fue que se logro una mayor vinculación e integración com los territorios del conjunto sudamericano de la fachada atlántica al agilizarse, legal o ilegalmente, las relaciones com las regiones de los actuales Paraguay, Argentina y Brasil²⁸.

²⁴ CANABRAVA, op. cit., p.121.

²⁵ SILVA, op. cit., p. 9.

²⁶ CANABRAVA, op. cit., loc. cit..

²⁷ SILVA, op. cit., p.78.

²⁸ HERRERO, Pedro Peres. **Comercio y mercados em América Latina Colonial**. Madri: MAPFRE, 1992. p.201.

Os bandeirantes, saindo do Planalto de Piratininga, desde inícios do século XVII se aventuravam pela região rioplatense, não só para escravização dos indígenas, como para descobrir o caminho que levaria às riquezas peruanas²⁹.

O malogro das expedições bandeirantes fora atenuado pela presença luso-brasileira no comércio da região, visando principalmente a obtenção da prata. Contudo, a situação favorável aos lusos instalados na região rioplatense tendeu a reverter-se no fim da união entre as coroas ibéricas. Na década de 1620, o tribunal da Inquisição instalado em Lima (1570) acentuara a perseguição à comunidade portuguesa, “dizimando-a” por incentivo dos negociantes espanhóis³⁰.

As medidas tomadas pela administração colonial desde 1594 visavam conter a ingerência lusitana no vice-reinado do Peru. A Cédula Real de 1602 ordenava a expulsão dos estrangeiros estabelecidos sem licença, mirando sobretudo aos portugueses³¹. As objeções tenderam a ganhar força nas duas últimas décadas da União Ibérica, não obstante a presença lusa ter persistido – apesar de reduzida – principalmente em Buenos Aires. Quando do cômputo populacional daquela localidade, em 1643, do total auferido, a gente lusitana “incluindo a primeira geração, alcançava 370 pessoas, contingente importante em proporção com o número de habitantes da cidade, avaliado em 1500 pessoas”³².

A rede de conexões contrabandista estabelecida desde Buenos Aires até os portos do Brasil colônia e de Portugal – bem como a persistência destes lusitanos em Buenos Aires – garantira a continuidade das ligações (mesmo que reduzidas) com os negociantes estabelecidos na praça de Salvador, como apurado na bibliografia aqui trabalhada.

Juntamente com as medidas adotadas pela administração colonial espanhola, ocorrera todo um contexto que corroborava para o declínio, não só do comércio luso-brasileiro, como dos intercâmbios rioplatenses de forma geral. Em 1623, com o fito de estancar o desvio da prata via Buenos Aires, estabelecera-se a alfândega em Córdoba. Conseguiu com isso a administração colonial obstruir parte significativa dos contatos do

²⁹ BANDEIRA, O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata:..., p.22.

³⁰ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p.25.

³¹ CANABRAVA, O comércio português no Rio da Prata: 1580-1640...., p.155.

³² Ibid., p.163.

porto com o interior – Tucumán e Alto Peru, ocasionando a decadência do tráfego portuário³³.

A alfândega representou a vitória dos interesses monopolistas limenhos, que advogavam pela exclusividade da rota caribenha, demonstrando como o Prata, região marginal da colonização espanhola, via-se secundarizado frente aos centros econômico-administrativos na América Espanhola – vice-reinados do Peru e Nova Espanha³⁴.

Aliado aos obstáculos locais, a conjuntura internacional da primeira metade do século XVII configurava-se avessa aos negócios coloniais lusitanos. A partir da revolta das Províncias Unidas dos Países Baixos contra o jugo espanhol, os holandeses (que tinham participação na empresa do Norte açucareiro) estenderiam a guerra pela independência para uma “luta global” pelo domínio das possessões coloniais, tanto no Oriente quanto no Ocidente³⁵. Sendo Portugal o elo mais fraco da União Ibérica, fora o maior prejudicado na refrega ante os batavos.

A ampla supremacia naval holandesa fora desastrosa para o domínio mercantil lusitano no Atlântico Sul³⁶. Empreenderam eles conquistas nas duas margens do oceano, investindo contra a Bahia (1624-5, depois 1638), e ocupando a região Norte em torno de Pernambuco (1630-54), bem como Angola (1641-8). Tal situação privara os lusitanos dos mercados negreiros africanos, principal produto de troca pela prata peruana, ocasionando o declínio dos intercâmbios via Buenos Aires. Corsários holandeses infestaram a costa brasileira e platina, opondo mais um obstáculo ao trânsito de embarcações para o Prata³⁷.

Assim, no segundo quartel do século XVII o porto de Buenos Aires vivera forte decréscimo em seu comércio, bem como do contrabando levado a cabo pelos lusitanos e a conseqüente mingua do fluxo platino. Sem embargo, com a Restauração da monarquia lusa em 1640, pondo término ao entrelaçamento entre as nações ibéricas, Portugal adotou medidas visando reavivar seus negócios afro-americanos. Não obstante a situação sobretudo grave em que se encontrava, pela perda das possessões africanas, da hegemonia

³³ Ibid., p. 78.

³⁴ CANABRAVA, op. cit., p. 167.

³⁵ BOXER, Charles. **O império marítimo português: 1415-1825**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p.121.

³⁶ Ibid., p.128.

³⁷ BANDEIRA, op. cit., p.30.

açucareira e do acesso à prata, foi alentada em Lisboa a idéia da tomada de Buenos Aires, pois “afigurava-se-lhes vital, não só a fim de reativar o intercâmbio com Potosí como, também, para impedir que os holandeses a capturassem”³⁸. Tanto os batavos quanto os lusitanos planejaram tal conquista, sendo, contudo frustrados pelo embate mútuo, com os primeiros tendo que conter os luso-brasileiros no Norte, os segundos canalizando esforços na reconquista de Angola (1648)³⁹.

Malgrado o intento de conquistar Buenos Aires, os portugueses avançaram rumo ao sul, fundando a Villa da São Francisco (1660), ocupando a Ilha de Santa Catarina (1675) e no ano seguinte a região da Laguna⁴⁰. Esta empresa teve seu cume com a fundação, por Manoel Lobo, da Colônia de Sacramento em janeiro de 1680, situada em frente a Buenos Aires, na margem oriental do Rio da Prata.

Mesmo não sendo correta a idéia de que com a fundação da Colônia de Sacramento, Portugal teria encontrado uma “fronteira natural” para sua expansão meridional, fato é que os lusos tiveram que se contentar em ocupar a margem oriental do Rio da Prata, tendo-a como limite para seu avanço meridional. Teria ela papel geo-estratégico fundamental, pois:

o domínio dos grandes rios ou, pelo menos, de uma de suas vertentes importava para os portugueses porque representava o controle das vias de navegação e, conseqüentemente, do comércio. As fronteiras naturais, *omnia praeclara*, eram aquelas que, de acordo com as necessidades do modo de produção, o movimento dos negócios desenhava, estando os limites de expansão de Portugal, enquanto potência mercantil, na expansão de seus próprios limites⁴¹.

A importância de Sacramento se avolumava, tendo em vista o grande movimento bandeirante rumo ao oeste, ampliando o território colonial português na América muito além dos limites do Tratado de Tordesilhas (1494), abrangendo regiões de difícil acesso por terra. A livre navegação no Prata possibilitava, via seus tributários, o Paraná e o Paraguai, a comunicação das províncias de Mato Grosso e Cuiabá com o litoral⁴².

³⁸ Ibid., p. 29-30.

³⁹ BANDEIRA, op. cit., passim.

⁴⁰ Ibid., p.34.

⁴¹ Ibid., p.33.

⁴² Por terra a viagem entre Cuiabá e o Rio de Janeiro, por caravanas, levava no período colonial até 14 ou 15 meses. Ver BANDEIRA, op. cit., p.40.

Sacramento funcionou como elo comercial Europa-Brasil-África-Prata, substituindo a anterior presença lusa no Vice-Reinado do Peru, ainda mais pelo fechamento do porto de Buenos Aires em 1696⁴³.

Neste movimento contrabandista, os portugueses teriam que se adaptar à presença constante de estrangeiros, principalmente ingleses, haja visto o contexto de fragilidade internacional de Portugal, sendo a segunda metade do século XVII uma “fase de recuo do exclusivismo no Ultramar”⁴⁴. Tal situação – de dependência, consolidada com o Tratado de Methwen, 1703 – levava os lusitanos, muitas vezes, a operar apenas como intermediários:

Em troca de apoio político e proteção militar, Portugal concedera à Inglaterra privilégios econômicos e favores comerciais, que o reduziram, praticamente, à condição de vassalo e testa-de-ferro na exploração dos negócios coloniais. [...] Esta posição refletia a decadência do mercantilismo e o processo de sua superação pelo capitalismo industrial, do qual a Inglaterra estaria na vanguarda⁴⁵.

Ainda que Sacramento tenha sofrido diversas invasões espanholas, pendulando entre as duas coroas, ao sabor da conjuntura européia, importante contrabando fora efetuado tendo-a como base de operações⁴⁶. Por lá, segundo cálculos, passaram 200 mil escravos, que cruzaram o Prata e seguiram para as minas peruanas⁴⁷. Além do tráfico negreiro, manufaturas européias, aguardente produzida no Brasil e demais gêneros alimentícios foram introduzidos via Colônia, suprimindo as necessidades rioplatenses em decorrência das impossibilidades espanholas de abastecer seus domínios ultramarinhos. De lá, os ingleses ou portugueses abasteciam-se de prata e couro, que no século XVIII ganhava importância comercial⁴⁸.

A partir de sua fundação, Sacramento entraria nas pautas de negociação dos diversos tratados internacionais europeus. Destacam-se e os de Madri (1750) e, principalmente, o de Santo Ildefonso (1777), que estabeleceu a posse da Colônia à

⁴³ SILVA, op. cit., p.13.

⁴⁴ NOVAIS, Fernando. **Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial (séculos XVI-XVIII)**. São Paulo: Brasiliense, 1998. p.51.

⁴⁵ BANDEIRA, op. cit. p. 31.

⁴⁶ CORREA, Anna Maria Martinez, BELLOTTO, Manoel Lelo. **A América Latina de colonização espanhola. Antologia de textos**. São Paulo: HUCITEC, 1991. p. 142.

⁴⁷ BANDEIRA, op. cit. p.37.

⁴⁸ Ibid., p.36.

Espanha, bem como dos Sete Povos das Missões (até 1801, quando este seria incorporado, pelas armas, ao domínio lusitano), tendo como contrapartida a incorporação do Rio Grande de São Pedro ao território colonial português⁴⁹. Estabeleceu-se então as bases fronteiriças entre os impérios ibéricos na região, pondo termo, por ora, a uma disputa que já durara quase um século.

A conquista da Colônia fora uma das principais motivações para a criação do Vice-Reinado do Rio da Prata, em 1776, pois meses após sua implementação o vice-rei Don Pedro de Cevallos invadiu-a, tendo a conquista consolidada através do Tratado de Santo Idelfonso⁵⁰. A lógica administrativa seguia a econômica, era a interrupção do comércio ilícito fundamental para a Coroa espanhola, pois dela dependia “a sobrevivência do sistema colonial de Espanha, cuja estrutura fiscal os portugueses e, por trás deles, os ingleses erodiam com as atividades de contrabando”⁵¹.

Com a supressão das atividades contrabandistas, pôde a Coroa espanhola em 1778 estender a Buenos Aires o livre comércio com a metrópole, concedido aos demais portos coloniais em 1765⁵². Imaginava o governo que a eliminação de Sacramento poria fim aos problemas causados pela ingerência estrangeira no estuário do Prata. Contudo, mais uma vez, a conjuntura internacional favorecia os comerciantes luso-brasileiro, pois com a entrada da Espanha (1779) na guerra de independência norte-americana, funcionaria a bandeira portuguesa – neutra no conflito – como via de manutenção do comércio rioplatense, a salvo dos corsários ingleses. Com a ordem de fechamento do porto ainda em 1779, atuariam as embarcações vindas de Lisboa ou dos portos do Brasil como abastecedores dos mercados platinos, situação formalizada através de permissões em 1781⁵³.

Neste intercâmbio (lícito ou não), a Bahia desempenhou significativo papel, sendo superada apenas pelo Rio de Janeiro, exercendo as funções tradicionais de fornecedora de gêneros primários e porto reexportador das manufaturas européias: “Si bien gran cantidad

⁴⁹ CHAVES, De um porto a outro..., op. cit., p.21.

⁵⁰ SILVA, Navegacion y comercio rioplatense I..., p. 34.

⁵¹ BANDEIRA, op. cit., p. 36.

⁵² SILVA, op. cit., p. 7.

⁵³ Ibid., p.39.

de navios llegados de “arribada” provienen de Rio de Janeiro, [...] también se consigna una importante cantidad de barcos salidos de la Bahía de Todos los Santos”⁵⁴.

Alguns dados demonstram a participação da Bahia entre os navios de bandeira portuguesa entrados no porto de Montevideú. Em 1781, foram dois entre dez. Das arribadas forçadas em 1783, cinco entre dez provinham de Salvador⁵⁵. Neste mesmo ano fora celebrada a paz, sendo desta forma em 1783-4 restabelecidas as restrições ao comércio estrangeiro. Com a obstrução do comércio marítimo, funcionaria o Rio Grande de São Pedro como via do contrabando⁵⁶. A ligação comercial desta capitania com a Bahia fora intensa com o desenvolvimento das charqueadas riograndenses, sendo o mercado baiano o maior comprador deste produto⁵⁷.

1.2 O período Joanino

Na história dos contatos Bahia-Prata, a transferência da Família Real, e a conseqüente Abertura dos Portos de 1808, marcaram nova etapa, sendo alargada tanto a pauta de exportações e importações, como os portos de intercâmbio. Nesta fase, a presença inglesa tornar-se-ia direta, com a instalação de casas de comércio em ambas as regiões⁵⁸. Na América portuguesa uma sociedade de comerciantes britânicos, a Association of English Merchants Trade to Brazil, mantinha representantes no Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco⁵⁹. Manteve o Brasil joanino “íntimas relações” com o Prata, que deixaram “testemunho concreto e sensível na circulação monetária do país que nesta época se constituirá em grande parte de pesos espanhóis de prata cunhados no Peru”⁶⁰.

⁵⁴ Ibid., p.49.

⁵⁵ SILVA, op. cit., p. 61.

⁵⁶ Ibid., p.43 e p. 62.

⁵⁷ OSÓRIO, Helen. Comerciantes do Rio Grande de São Pedro: formação, recrutamento e negócios de um grupo mercantil da América Portuguesa. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 20, n. 39, p. 1-28, 2000. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?. Acesso em: 11 nov. 2003. p.2.

⁵⁸ CHAVES, op. cit., p. 21-23

⁵⁹ TORRE, Elena Beatriz. El comercio británico desde Brasil al puerto de Buenos Aires em el contexto revolucionário del Rio de la Plata. In: SILVA, op. cit., p.135.

⁶⁰ PRADO JR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1998. p.129.

No âmbito platino, a irrupção da Revolução 25 de maio de 1810, marcou o início da luta pela independência, levando ao ocaso do domínio espanhol no Vice-Reinado do Prata. Neste ano, último disponível quanto a registros oficiais sobre o tráfico negreiro, entraram em Montevideú 838 peças, sendo que da Bahia vieram duas embarcações, totalizando 97 escravos⁶¹.

No contexto revolucionário, entre 1810 e 1813 das 235 embarcações entradas em Buenos Aires vindas do Brasil, 122 eram de origem britânica, sendo oito saídas da Bahia⁶². Mas não somente os britânicos se ocuparam em realizar o comércio Bahia-região platina. No periódico *Idade D'ouro* (1811-21) constatam-se os intercâmbios efetuados por luso-brasileiros, principalmente entre o Rio Grande de São Pedro e a Bahia⁶³. Sobre o comércio de charque notaram Spix e Martius que muito “considerável é a importação de carne seca e charque de Buenos Aires e do Rio Grande do Sul, para a manutenção de numerosa escravaria”⁶⁴.

Com a presença da Corte no Brasil, reativaram-se os planos para expandir os domínios lusitanos na região meridional da América do Sul. Tanto D. João quanto sua esposa, D. Carlota Joaquina, filha de Carlos IV e irmã de Fernando VII – depostos e prisioneiros de Napoleão – planejaram separadamente a subordinação do Prata aos seus desígnios. Já em 1808 ambos iriam dirigir-se ao cabildo de Buenos Aires. Num ultimato, D. João, através de Rodrigo de Souza Coutinho, afirmava o desejo de pôr sob sua “proteção” o Vice-Reinado, sendo rechaçada tal oferta no Prata⁶⁵. D. Carlota, que contava com um partido favorável a sua causa em Buenos Aires, esperava ser feita regente da América espanhola. Entretanto sua intenção fora frustrada, pois o cabildo afirmara já ter jurado fidelidade a Fernando VII e reconhecido a Suprema Junta de Sevilha como instância

⁶¹ VALDES, Ildelfonso Pereda. El Negro em el Uruguay: pasado e presente. **Revista del Instituto Histórico e Geográfico del Uruguay**, Montevideú, n. XXV, 1965. p. 31-32.

⁶² *Ibid.*, p.138 e p. 145.

⁶³ Núcleo de Microfilmagem do Programa de Pós-Graduação em História da UFBA. Periódico IDADE D'OURO (1811 a 1821), rolos R0013 a R0016.

⁶⁴ SPIX, Johan Baptist von. **Viagem pelo Brasil: 1817-1820**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1981. (v. 2). p. 154.

⁶⁵ SOUZA, J. A. Soares. O Brasil e o Prata até 1828. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Monárquico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. (tomo II, v. 1). p. 300-328 e p. 301-302.

de governo⁶⁶. D. João, seguindo a orientação de Lord Strangford, ministro inglês na Corte portuguesa, vedara a ida da esposa ao Prata, sepultando os pretensões de D. Carlota quanto ao estabelecimento de sua regência⁶⁷.

Ao governo inglês, após o início da rebelião espanhola contra o jugo francês em 1808, que transmutava a Espanha de inimiga a aliada, não interessava uma contenda entre ambos os países ibéricos, tanto quanto a extensão do domínio português por toda a costa do Atlântico Sul⁶⁸.

Entretanto, a conjuntura revolucionária no Prata fornecera a oportunidade a D. João de intervenção e invasão da Banda Oriental. Montevidéu, após a Revolução de 1810 em Buenos Aires, transformara-se no baluarte da resistência espanhola na região. Fustigado pelas forças portenhas aliadas ao chefe oriental Artigas, recorreu o vice-rei D. Francisco Xavier Elío ao auxílio português⁶⁹.

Em julho de 1811, sob ordens de D. João, adentrava a Banda Oriental forças riograndenses comandadas por D. Diogo de Souza. Porém a esta altura (outubro) tinha Elío assinado um armistício com os revolucionários, prescindindo da ajuda portuguesa⁷⁰. Somente deixaram as forças luso-brasileiras o território oriental com a assinatura de novo armistício em maio de 1812⁷¹. Não obstante o armistício, reiniciaram as hostilidades os revolucionários ainda em 1812, após a retirada das forças enviadas por D. João, sendo que Montevidéu, sitiada, capitulou em 20 de junho de 1814⁷².

Devido à incompatibilidade entre os projetos centralista de Buenos Aires e federalista de Artigas, abriu-se a contenda, conseguindo este a expulsão das forças de Buenos Aires em 1815⁷³. Apresentava-se a luta de Artigas muito mais popular que o projeto portenho, sendo “una de las expresiones más contundentes de igualitarismo social

⁶⁶ Ibid. p. 304-306. Ver também POMER, Leon. **Os conflitos da Bacia do Prata**. São Paulo: Brasiliense, 1979. p.14. Para uma visão mais ampla sobre Carlota Joaquina no Brasil ver AZEVEDO, Francisca L. Nogueira. **Carlota Joaquina na corte do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

⁶⁷ BANDEIRA, O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata:..., p.42.

⁶⁸ Ibid, passim.

⁶⁹ POMER, op. cit., p.14.

⁷⁰ SOUZA, op. cit., p. 312.

⁷¹ BANDEIRA, op. cit. p.43.

⁷² SOUZA, op. cit., p.315.

⁷³ Ibid, passim.

existente en la revolución hispanoamericana”⁷⁴. Intentava a distribuição de terras aos mais desfavorecidos, índios e mestiços, em detrimento dos grandes latifundiários⁷⁵. Assim conseguira considerável base de apoio, não somente na Banda Oriental, como nas províncias de Santa Fé, Entre Rios, Misiones, Corrientes e Córdoba, sendo denominado de Protetor dos Povos Livres⁷⁶.

A revolução artiguista despertava a oposição tanto no Rio de Janeiro quanto em Buenos Aires. Aos portugueses, configurava-se num risco à escravidão (pela alforria aos que lutassem ao seu lado) bem como à monarquia e integridade do território do recém criado Reino Unido brasileiro, pois Artigas incitara os riograndenses a aderirem ao seu projeto republicano⁷⁷. A influência artiguista efetivamente inquietara a Coroa e justificava seus argumentos de manutenção da ordem:

Como entre os brasileiros sul-riograndenses e mesmo paulistas radicados ao longo de nossas fronteiras começavam a germinar idéias autonomistas, com outros focos perigosos até em torno de Pernambuco e da Bahia, o pretexto de “garantir as fronteiras de contato revolucionário” tomado como a decisão de marchar contra Artigas e Montevideú, sede do governo de orientação anti-monárquica [...] não era de todo inverídico⁷⁸.

Já para Buenos Aires representava um desafio ao monopólio comercial de seu porto, bem como um risco de esfacelamento do território pretendido sob sua hegemonia, afrontada por um projeto descentralizador inquietante para os defensores do unitarismo⁷⁹.

Em vista da ameaça ao *status quo* na região fronteiriça, ordenara D. João VI o reinício das hostilidades, pela formação de um exército que se intitulara Pacificador, sob comando do Tenente-General Carlos Frederico Lecor⁸⁰. Porém não somente a objetivos político-militares se destinava a invasão. Assim como ocorrera em 1811 a intervenção portuguesa ganhava uma dinâmica econômica própria, pois a “necessidade de arrebanhar

⁷⁴ ARTEAGA, Juan José. **Breve historia contemporánea del Uruguay**. México: Fondo de Cultura Económica, c2000. p. 50.

⁷⁵ POMER, op. cit., p.16.

⁷⁶ BANDEIRA, op. cit., p.43.

⁷⁷ Ibid, passim.

⁷⁸ WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. **Campanha de Ituzaingô**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, s/d. p.39.

⁷⁹ POMER, op.cit., p.17.

⁸⁰ SOUZA, op. cit., p.316.

muares e a concorrência que a pecuária e as charqueadas da Banda Oriental faziam às do Rio Grande de São Pedro, 50% menos produtivas, concorreram, naturalmente, para a invasão”⁸¹.

Composto pela Divisão de Voluntários Reais e de milícias paulistas e riograndenses, em 1816, o exército comandado por Lecor adentrou na Banda Oriental, entrando em Montevidéu a 20 de janeiro de 1817⁸². Seu governo fora apoiado na luta que travava contra Artigas por estancieiros, avessos à reforma agrária deste, bem como de um grupo de comerciantes de Montevidéu, recorrendo Lecor para concretizar seu governo a expedientes que iam da violência ao suborno⁸³.

A luta contra Artigas continuou até sua derrota em princípios de 1820, levando o prócere da independência uruguaia a se refugiar no Paraguai do Dr. Francia⁸⁴. Contudo, não somente de Artigas vinha oposição à dominação portuguesa na Banda Oriental. Internamente a guerra se mostrava impopular no Brasil, sendo, devido às contribuições extraordinárias e recrutamento, uma das causas de descontentamento que levaram à eclosão da Revolução Pernambucana de 1817⁸⁵. Até no Rio de Janeiro era impopular o conflito⁸⁶.

Externamente a Espanha protestava ameaçando recorrer à guerra caso Portugal mantivesse a ocupação⁸⁷. A Grã-Bretanha também não via com bons olhos a política expansionista portuguesa, que, somada à ação dos corsários artiguenses que fustigavam o comércio no Atlântico Sul, ocasionaram a desaprovação britânica⁸⁸. Já Buenos Aires, após a queda de Artigas, reclamava veementemente contra a anexação da Banda Oriental ao território português⁸⁹.

⁸¹ BANDEIRA, op. cit., p.42.

⁸² Ibid., p.44.

⁸³ Ibid., p.46. Ver também CALÓGERAS, João Pandiá. **A política exterior do império: o Primeiro Reinado**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1989. p.423 et seq.

⁸⁴ SOUZA, op. cit., p. 318.

⁸⁵ POMBO, Rocha. **História do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1956. p.331.

⁸⁶ BANDEIRA, op. cit., p.46

⁸⁷ Ibid., passim..

⁸⁸ VASCONCELOS, Everaldo de. Aventureiros no Brasil: ligeiras notas para a História dos piratas, corsários e conquistadores nas costas brasileiras, **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro: SDM, ns. 7-9, jan./fev./mar. 1948. p.765-777, p. 768 et seq.

⁸⁹ ARMITAGE, John. **História do Brasil: desde o período da chegada da família de Bragança, em 1808, até a abdicação de D. Pedro I, em 1831, compilada à vista dos documentos públicos e outras fontes originais formando uma continuação da história do Brasil, de Southey**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981. p.58.

Para evitar novos litígios com a Espanha, ordenara D. João a realização de um Congresso que deveria decidir a sorte da Banda Oriental. Era uma forma honrosa de livrar-se de um problema, pois a conjuntura de 1821 não aconselhava a continuidade da ocupação⁹⁰. Escolhera Lecor – Barão de Laguna – “a dedo” os representantes para o dito congresso, na maioria integrantes do “Clube do Barão”, decidindo os congressistas pela incorporação ao território lusitano na América⁹¹. O resultado, favorável à anexação – porém, resguardando certa autonomia, sendo preservados “seu idioma, suas leis e costumes” –, surpreendera a muitos, sendo Lecor inclusive repreendido pelo ministro Silvestre Pinheiro Ferreira⁹². Ademais, esta incorporação nunca fora ratificada por D. João VI. Poucos acreditaram na autenticidade dos sentimentos orientais quanto ao domínio lusitano.

1.3 A Cisplatina no Primeiro Reinado

Quando da independência brasileira de 1822/23 fora a Cisplatina (denominação que ganhara a Banda Oriental após a incorporação) a última a desfazer-se da presença das tropas portuguesas. Tendo Lecor aderido à causa brasileira, refugiou-se em Canelones e com o apoio de tropas orientais de Frutuoso Rivera, iniciou o sítio à Montevideu⁹³. Quando soube que as forças lusitanas haviam sido expulsas de todos os pontos do Brasil, capitulara o General D. Álvaro da Costa, que comandava a Divisão dos Voluntários Reais em 19 de novembro de 1823⁹⁴. Embarcaram os Voluntários Reais, rumo a Portugal, a dois de março de 1824⁹⁵.

⁹⁰ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Um Soldado do Reino e do Império (vida do Marechal Calado)**. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1941. p. 42 et seq.

⁹¹ FRANCO, op. cit., passim.

⁹² SOUZA, op. cit., p. 321-322.

⁹³ Ibid., p.325.

⁹⁴ LIMA, José Ignácio de Abreu e. **Sinopse ou dedução cronológica da história do Brasil**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1983. p.329. Afonso Arinos afirma ter se dado à capitulação em 19 de novembro, não em 18. FRANCO, op. cit., p. 58.

⁹⁵ FRANCO, op. cit., p. 59. Fora neste período em que Lecor se achava afastado de Montevideu que o Cabildo, vendo-se livre de sua influência, pedira ao Governo brasileiro a anulação da incorporação e a

Na Bahia, a guerra findara em dois de julho de 1823, com o embarque das tropas do General Madeira de Melo para Portugal⁹⁶. Neste mesmo dia, antes da largada dos lusos, entrara no porto de Salvador, furando o bloqueio determinado por decreto imperial de 29 de março de 1823, o bergantim francês *Intrépido*, vindo “de Buenos Aires em vinte seis dias com carga de bois e carneiros”⁹⁷. Devida à escassez de gêneros alimentícios na cidade⁹⁸, é de se supor que comerciantes portugueses com ligações em Buenos Aires buscassem suprimento no Sul, quiçá para o abastecimento das embarcações lusitanas que partiam.

Apesar da não disposição de fontes seriadas ininterruptas no Arquivo Público do Estado da Bahia sobre o movimento do porto de Salvador na década de 1820, verificamos a incidência do comércio entre a Bahia e o Prata entre 1821 e 1825, data do início da Guerra Cisplatina. Encontram-se na Seção da Alfândega do mesmo Arquivo registros de saída de embarcações dos anos 1821/1822 e 1825/1826. Nos dois primeiros, de um total de 794 saídas de embarcações, 86 destinaram-se aos portos platinos, cerca de 11%. Destas, 68 eram para o Rio Grande, 10 tinham como destino o “Rio da Prata”, seis eram para Montevideú e quatro para Buenos Aires⁹⁹. Em 1825/26 temos, de um total de 809 embarcações saídas de Salvador, 54 tendo como destinos portos platinos, cerca de 7%. Destas, 43 eram para o Rio Grande, oito para Porto Alegre, apenas duas para Buenos Aires e uma para a Colônia de Sacramento. Note-se que a última saída para porto rioplatense fora de um brigue norte-americano a dois de dezembro de 1825, o que comprova a interrupção do comércio por conta do bloqueio brasileiro no Rio da Prata (de 21 de dezembro de 1825)¹⁰⁰. Perceba-se também que não obstante o aumento no fluxo total de embarcações que deixaram Salvador, o volume de intercâmbio com a região do Prata decairia sensivelmente.

reintegração às Províncias Unidas. Porém, com o retorno de Laguna, a situação ficara como dantes. Ver CALÓGERAS, op. cit., p. 402.

⁹⁶ TAVARES, op. cit., p. 246.

⁹⁷ APEB. Seção Colonial Provincial. Intendência da Marinha-1820/1826. Maço 3229.

⁹⁸ TAVARES, op. cit., p. 244.

⁹⁹ APEB. Seção da Alfândega. Termo de Entrada de Navios Estrangeiros-1821/1822. Maço 050.02. A nomenclatura do maço está equivocada. Trata-se em verdade de saídas de embarcações.

¹⁰⁰ APEB. Seção da Alfândega. Termo de Saída de Embarcações-1825/1826. Maço 050.02.

Mesmo a ocorrência de contatos comerciais na primeira metade da década não encobriria, contudo, o estado de instabilidade na região platina. Na Cisplatina a situação político-econômica não era das melhores:

Em 1821, quatro anos após a invasão, a economia da Banda Oriental estava exaurida, os rebanhos de gado manso e selvagem depredados pelas arriadas e matanças que os destacamentos militares do Rio Grande de São Pedro promoviam, a indústria de couro e charque em ruína, o comércio reduzido. O descontentamento generalizara-se¹⁰¹.

Nas Províncias Unidas (assim denominada desde o Congresso de Tucumã, que declarara a independência em nove de julho de 1816¹⁰²) a hostilidade ao domínio, agora brasileiro, estivera sempre latente. Apoiados por estancieiros argentinos, atravessara o Rio da Prata em abril de 1825 rumo a Cisplatina um grupo que ficou conhecido pela denominação de 33 Orientais, chefiados por Juan Lavalleja¹⁰³. O momento não poderia ser melhor, pois com a eclosão da Confederação do Equador (1824), achavam-se as Forças Armadas imperiais concentradas no Norte, tendo-se a Armada do Sul assaz diminuta¹⁰⁴.

A rebelião oriental rapidamente se alastrara pelo interior, onde a dominação brasileira era mais odiada, pela presença dos estancieiros riograndenses, que tornaram-se proprietários de terra, povoando suas estâncias de ambos os lados da fronteira com gado

¹⁰¹ BANDEIRA, O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata:..., p.47.

¹⁰² BANDEIRA, op. cit., p. 44.

¹⁰³ Sobre os 33 Orientais há desacordos quanto ao número e data da expedição. Souza dá o desembarque (dos 33) como ocorrido em março - SOUZA, op. cit. p. 326; Vasconcelos afirma ter se dado em 12 de abril, sendo que eram “32 contando-se com os dois remadores africanos que conduziam a embarcação.” VASCONCELOS, Everaldo de. *Aventureiros no Brasil. Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro: SDM, abr./ mai./ jun. 1949, p. 949. Para Barroso foram 34 e não 33: BARROSO, Gustavo. *A Guerra do Vídeo. Contos e Episódios da campanha cisplatina 1825 a 1828*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1930. p. 20. Pomer data o desembarque dos 33 em 17 de abril: POMER, op. cit., p.21. Bandeira também aceita como sendo 33, porém data o desembarque de 19 de abril: BANDEIRA, op. cit., p.47. Mesma data consta em Carneiro, que ao se referir à composição dos 33, afirma que 16 eram estrangeiros, sendo 11 argentinos, um francês, um brasileiro, um paraguaio e dois africanos: CARNEIRO, David. *História da Guerra Cisplatina*. Brasília: Universidade de Brasília, 1983. p.29. Pelo visto, os 33 Orientais não eram tão orientais assim, demonstrando a adesão à causa republicana por elementos estrangeiros. Os autores concordam, contudo, que o comando era oriental, tendo Juan Lavalleja como chefe, seguido por outros como Manoel Oribe. Ambos seriam comandantes militares na campanha que se iniciara.

¹⁰⁴ CALMON, Pedro. *História do Brasil: o século XIX*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1963. (v. 5). p.1585.

cisplatino¹⁰⁵. Frutuoso Rivera, ex-comandante artiguista, que tinha aderido pelo suborno ao governo de Lecor, bandiou-se novamente para a causa portenha-oriental¹⁰⁶.

Apesar da declaração de Guerra pelo Império ter se dado somente em dezembro de 1825, no segundo semestre deste mesmo ano a campanha uruguaia já estava francamente em poder dos republicanos, mormente após a Batalha de Sarandi (12 de outubro) que deixara os brasileiros senhores apenas da Colônia de Sacramento e Montevideú.

Para responder à rebelião, iniciara o Império o envio de reforços ao Sul, bem como recomendava que se procedesse a recrutamento¹⁰⁷. Desde então teve a Bahia, ao longo do conflito, a maior parte do seu contingente de Primeira Linha deslocado para o teatro da guerra (restando apenas o Batalhão de Caçadores N.º. 15), pois suas tropas eram veteranas da guerra de independência.

Em 25 de agosto, reunidos em Vila Florida, decidiram os orientais pela incorporação da Cisplatina às Províncias Unidas do Rio da Prata¹⁰⁸. Inicialmente Buenos Aires, temendo a guerra com o Brasil, e conseqüente bloqueio de seu porto, dissimulava uma relutância quanto à reunião da Cisplatina¹⁰⁹. Somente quando sentiu-se fortalecido para a contenda anunciou em nota ao Ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil:

Que havendo os habitantes da Província Oriental recuperado por seus próprios esforços a liberdade do seu território, ocupado pelas armas de S. M. I. e depois de instalar um governo regular para o regime de sua província, declararam solenemente a nulidade dos atos pelos quais se pretendeu agregar aquele país ao Império do Brasil e em conseqüência expressou que seu voto geral, constante e decidido era pela unidade com as demais províncias argentinas, a que sempre pertenceu pelos vínculos mais sagrados que o mundo conhece. O Congresso Geral das Províncias Unidas [...] não podia negar, sem injustiça, a usar de um direito que jamais foi disputável [...]. Por isso em sessão de 25 passado mês de outubro sancionou: Que de conformidade com o voto uniforme das províncias do Estado [...] a reconhece de fato incorporada à República das Províncias Unidas do Rio da Prata, a que por direito pertenceu e quer pertencer. [...] Que nesta nova situação o governo das Províncias Unidas

¹⁰⁵ REICHEL, Heloísa Jochims. Personagens fronteiriços em tempos de guerra: A Região Platina (1811-1820). In: GUTIÉRRES, Horacio; NAXARA, Márcia R. C.; LOPES, Maria Aparecida de, (orgs.). **Fronteiras: paisagens, personagens, identidades**. Franca: UNESP; São Paulo: Olho D'Água, 2003. p.281-300. p.294.

¹⁰⁶ BANDEIRA, op. cit., p. 47.

¹⁰⁷ APEB. Seção Colonial e Provincial. Avisos Ministeriais-1825. Maço 755.

¹⁰⁸ BANDEIRA, op. cit., p. 47.

¹⁰⁹ Ibid, passim. Ver também ARMITAGE, op. cit., p. 119-120.

conservará o mesmo espírito de moderação e de justiça que constitui a base de sua política e que guiou todas as tentativas que tem repetido até aqui, em vão, para negociar amigavelmente a restituição da Província Oriental e do que dará novas provas, quantas vezes sua dignidade o permita¹¹⁰.

Desta feita, decidira o governo portenho pela incorporação da Cisplatina ao seu território, sem, contudo, deflagrar guerra ao Império. Mas para o Governo brasileiro fora o equivalente, respondendo o Imperador à anexação com a sucinta declaração de guerra de 10 de dezembro de 1825. Contrastando com as 22 linhas da declaração¹¹¹, mandara publicar extenso manifesto, onde expunha a “justiça da causa” e os motivos que o levaram ao conflito¹¹². No Manifesto, transparece que o Imperador estava convencido de que o povo oriental espontaneamente aderira à independência brasileira, e que apoiava seu governo. Muito disto deve ser creditado a Lecor, que através do apoio que recebia de círculos fechados na Cisplatina passava ao soberano a disposição positiva daquele povo em relação ao Império. Assim, nas oportunidades em que se remetera ao assunto, seja nas falas do trono, seja nos relatórios ministeriais, o governo acalentava a legitimidade da causa em que se batia¹¹³.

¹¹⁰ Nota de Manuel José Garcia a Luiz José Carvalho de Melo, 4 de novembro de 1825: LIMA E SILVA, Marechal Luiz Manoel de. **Guerra com as Províncias do Rio da Prata**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1956. p.185-187.

¹¹¹ LIMA E SILVA, op. cit., p.189-190.

¹¹² Ibid., p.191-205.

¹¹³ Desde os tempos da segunda invasão lusitana de 1816-7 Lecor procurava cercar-se de elementos favoráveis ao domínio, primeiro português, depois brasileiro, distribuindo cargos, subornando militares e funcionários. O Imperador distribuía honrarias aos integrantes do cabildo, verdadeiros cortesãos de Lecor, devendo convencer-se, pelos atos de tal órgão, da adesão oriental ao Império. Armitage expôs dois episódios que são bem ilustrativos da situação. Quando do juramento da Constituição de 1824, parte dos poucos eleitores (e pode-se imaginar quem é que votava no regime de Lecor) desejava a igualdade entre a Cisplatina e o restante do Império. Lecor “que devia a sua patente de Governador perpétuo aos artigos da incorporação” não anuíra a tal nivelamento. Para isso “induziu o Cabido a requerer a S. M. I. contra quaisquer inovações”. Quando receberam o retrato do Imperador, colocado no plenário, responderam em missiva ao monarca: “Quem é este, exclamavam os dignos membros do Cabido [...] Não se pode duvidar, é o grande Pedro I. [...] É um fato, Senhor, vossa Montevideú vos ama, e pode dizer como a esposa: eu sou do meu amado, e meu amante me pertence.” (ARMITAGE, História do Brasil: desde o período da chegada da família de Bragança, em 1808, até a abdicação de D. Pedro I..., p 117-118). De outro lado, a facilidade e rapidez com que os efetivos de Lavalleja aumentavam, compostos pela gente desprivilegiada e hostil à dominação demonstram a disposição geral do “povo” oriental quanto ao Império. Claro está, que as falas do trono e os relatórios ministeriais reproduziam o discurso oficial do Governo. Não obstante, transparece a impressão da sinceridade de D. Pedro I quanto à Cisplatina. Sobre o governo de Lecor e a disposição de D. Pedro ver PIMENTA, João Paulo G.. O Brasil e a “experiência cisplatina” (1817-1828). In: JANCSÓ, István (org.). **Independência:**

Os autores são unânimes em considerar os efeitos nocivos da guerra para o Brasil e seu monarca. Sendo o país recém independente – assim reconhecido por Portugal, em 29 de agosto de 1825 – tinha o Brasil que solucionar diversos problemas:

Não era evidentemente possível governar e administrar uma nação independente e soberana, prenhe de necessidades até então inatendidas, com o rudimentar aparelhamento administrativo da colônia, onde a justiça era um mito, a ordem legal precária, as forças armadas reduzidas e sem organização eficiente, a saúde pública, a instrução, os serviços de fomento quase nulos, as relações externas inexistentes. Foi preciso criar tudo isto ou desenvolver o existente; e em meio a agitações internas e externas [...] que drenavam fortemente as finanças do Estado¹¹⁴.

Deste modo, o Primeiro Reinado fora uma época de constantes reformas em vários campos da administração pública, não estando, portanto, pronto o Império para suportar o esforço de guerra empreendido, que exaurira os cofres e provocara geral descontentamento¹¹⁵. Em 1824 ocorrera a reorganização do Exército brasileiro, criando-se corpos e regulamentos sem, contudo, abandonar as antigas práticas e táticas lusitanas, que se mostraram tão prejudiciais na guerra contra os platinos¹¹⁶.

O conflito fora amplamente impopular (apesar da campanha na imprensa e certo entusiasmo inicial), e os motivos para isto foram variados. Oliveira Lima destacou que “o sentimento nacional não tinha considerado nunca a Província Cisplatina como parte componente da pátria unificada”¹¹⁷. Difícil era considerá-la como qualquer outra província do Império, dadas as diferenças histórico-culturais, lembradas quando da incorporação de 1821, que deram *status* administrativo diferenciado, situação mantida sob domínio brasileiro. Os deputados Ferreira França e Montezuma, ambos baianos, debateram na Assembléia Constituinte a condição da Cisplatina frente ao restante do Império, sendo que

história e historiografia. São Paulo: Hucitec, 2005. p. 755-789; FRANCO, Um Soldado do Reino e do Império (vida do Marechal Calado)..., p. 50.

¹¹⁴ PRADO JR., História econômica do Brasil..., p.138. São inúmeros os documentos encontrados no APEB sobre os problemas administrativo-militares passados na Província, tanto para o preenchimento dos cargos vagos pela emigração portuguesa, como na criação e regulamentação de novas ou antigas repartições.

¹¹⁵ CALMON, op. cit., p. 1585.

¹¹⁶ PAULA, Eurípedes Simões de. A Organização do Exército Brasileiro. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Monárquico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. (tomo II, v. 1). p.265-277 e p.273-274.

¹¹⁷ LIMA, Manuel de Oliveira. **Formação da nacionalidade brasileira.** Rio de Janeiro: Topbooks; São Paulo: Publifólia, 2000. p. 190.

o primeiro defendia que o preceito federativo se estendesse para as demais províncias¹¹⁸. Tal *status* fora considerado um privilégio.

Viam-se também os brasileiros, tendo em vista o regime político adotado, distantes dos negócios do Estado, que juntamente com a o conflito Imperador *versus* Câmara dos Deputados (órgão representativo nacional, que fora tolhido pela dissolução de 1823), impossibilitaram que o governo criasse

raízes na vida nacional, preocupando-se também o povo pouco com o governo. E esta falta de união não produziu uma atmosfera de simpatia desejável, ao romper a guerra, e menos ainda o entusiasmo que teria levado o povo, como força nacional, a se interessar por ela. Somente nas províncias mais próximas houve algum interesse oriundo do trânsito de tropas que por ela passavam. Para o resto do país a guerra era considerada *um negócio de governo*, que a encarara como questão de honra, pois, a própria oposição, por motivos de ordem política, acolhera a guerra com restrito entusiasmo¹¹⁹.

A muitos a guerra parecia mesmo aventura pessoal de D. Pedro I¹²⁰. Mesmo contra as evidências de que a Cisplatina não deveria continuar sob poder do Império, não poderia consentir o monarca, pois “não era homem que cedesse”¹²¹. Em resposta a alusão, feita pelo Conselho de Estado, quanto a renúncia à Cisplatina na época das primeiras derrotas brasileiras (1825), replicava o Imperador que “antes, como Defensor Perpétuo do Brasil, juntamente com o último brasileiro, marcharia para o sul, do que consentir que essa estrela deixasse de fulgir na esfera do pavilhão nacional”¹²². Aos diplomatas britânicos que tentaram impedir o início das hostilidades, fez o Imperador compreender que era “um ponto de honra”¹²³.

Era aparente a ligação que muitos faziam entre D. Pedro I, português de nascimento, e a guerra pela manutenção de uma conquista de seu pai, D. João VI, rei de Portugal. Assim, consideravam a guerra como uma pendência portuguesa. Calmon

¹¹⁸ ARAS, Lina Maria Brandão de. **A Santa Federação Imperial. Bahia.1831-1833**. 1995. Tese (Doutorado em História) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. p. 30-31.

¹¹⁹ TESTEMUNHA OCULAR (Uma): Contribuições para a história da guerra entre o Brasil e Buenos Aires..., p. 174. Esta obra fora atribuída pelo Barão do Rio Branco ao Barão Carl von Leenhof. (vide ficha catalográfica). Grifo nosso.

¹²⁰ CALMON, História do Brasil: o século XIX..., p. 1590.

¹²¹ Ibid., p.1585.

¹²² TESTEMUNHA OCULAR (Uma)...., p.162.

¹²³ LIMA, op. cit., p. 186.

considera que “herdara o Brasil um grave problema”¹²⁴. Aos detratores nativistas, contrários ao lusitanismo da administração e do monarca, residia aí mais um motivo para se oporem ao conflito.

A relação da guerra com a política colonial ibérica não se dera somente no Brasil. Os platinos, tanto portenhos, quanto orientais, quando pensaram no conflito, viram-no enquadrado na luta anticolonial. Porém, inverteram a ordem das coisas. O periódico *Gaceta de la Provincia Oriental* – pró-republicano – ironizava o *Semanário Mercantil de Montevideo* – pró-Império – quando este citava Montevideu como uma “Imperial, muy fiel, reconquistadora, y benemérita de la Pátria” pondo neste ponto a seguinte nota de roda-pé: “Imperil, esto és, del Império Brasílico, muy fiel, esto és à los reyes de Espanha y benemérita de la Pátria ¡Que contraste!”¹²⁵. Era proveitoso politicamente aos republicanos associar a dominação brasileira com o domínio colonial espanhol.

Contudo nesta questão Brasil e Espanha estavam completamente em desacordo. A Espanha não só não reconhecia a soberania brasileira na Cisplatina (como antes a portuguesa), como devido a ela fora um dos últimos países europeus a reconhecer a independência brasileira. Dizia Ministro dos Negócios Estrangeiros à Câmara em 1826 que os únicos que não reconheciam ainda a independência brasileira eram Rússia e “Hespanha cujas desconfianças a respeito dos negócios do sul [Rio da Prata] hão de desaparecer, convencendo-se da justiça que abona nossa conducta”¹²⁶.

Porém, no Brasil haviam motivos mais concretos para a impopularidade da guerra, principalmente para a população menos favorecida: o recrutamento. Odiado imposto de sangue – a isotelia – o recrutamento recaía naqueles desprestigiados e marginalizados, denominados “vagabundos” na documentação da época. Tal expediente causara toda sorte de desordens, como será visto no próximo capítulo.

¹²⁴ CALMON, op. cit. p. 1585.

¹²⁵ GAZETA DE LA PROVINCIA ORIENTAL, Canelones, 28 nov. 1826. Reproduccion facsimilar dirigida por los señores Arisosto D. Gonzáles, Simon S. Lucuix y Arturo Scarone. Biblioteca del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay. Montevideo: Casa A. Barreto y Ramos S. A., 1943. Encontra-se na Biblioteca do Itamarati-R.J.. Sobre os periódicos da época e a construção dos discursos nacionalistas ver PIMENTA, João Paulo G.. **Estado e Nação no Fim dos Impérios Ibéricos no Prata: 1808-1828**. São Paulo: Hucistec/FAPESP, 2002.

¹²⁶ RELATÓRIO do Ministério das Relações Exteriores, 1826. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 65, parte II, 1902. p. 391-401.

Efetuada “a pau e corda”, evidente que os recrutados ficavam indispostos a morrerem por uma causa que não consideravam sua. Daí advinha a relutância em seguir para a guerra. Segundo o autor de *Contribuições...* D. Pedro, ao tomar conhecimento do desastre de Sarandi, com o fito de enviar reforços para o Sul, organizara uma cerimônia de segunda coroação, na qual desfilaram tropas. Nesta:

Por ordem do Imperador avançaram repentinamente o 3º e 4º Batalhões de Caçadores, e o 1º Regimento de Cavalaria e Artilharia Montada, com três peças. Pondo-se à frente dessas tropas o Imperador lhes disse que lhes havia concedido a honra de serem os primeiros a iniciar a campanha do sul, e que da praça em que se achavam, deviam marchar diretamente para bordo dos navios prontos a zarpar, no primeiro momento.

Em silêncio, as tropas destacadas tomaram o caminho do cais. Mas, um grupo de oficiais logo cercou o Imperador, solicitando permanecer na corte. Este tinha mulher e filhos, aquele era arrimo dos pais, outro precisava cuidar de interesses pessoais, não faltando a nenhum motivo plausível, reforçado, naturalmente, por abundantes lágrimas. O imperador os consolava, com boas palavras, mostrando-lhes que deviam seguir, mas, como não atendessem às razões que dava, perguntou-lhes se preferiam mesmo ficar, ao que responderam afirmativamente.

-Pois, sim, disse-lhes o Imperador, ficareis aqui, mas na Ilha das Cobras, (prisão militar) até que tenhais mudado de idéia.

E eles provavelmente mudaram de idéia, depois do bom susto que raspavam¹²⁷.

Se este era a atitude de oficiais, o que esperar dos soldados por eles comandados? Nos campos de batalha do Sul as sucessivas derrotas demonstravam a quantas andava a moral dos combatentes brasileiros em relação à dos platinos. Armitage procurava assim explicar as vantagens das forças republicanas:

Seus triunfos não eram unicamente devidos à superioridade física: outra causa havia que mais do que tudo concorria para alcançarem a vitória. Eram voluntários, e animados pelo espírito de nacionalidade, ao mesmo tempo que as tropas brasileiras eram pela maior parte ou recrutas, ou estrangeiros, os quais, ainda que bravos, não simpatizavam com a causa por que pugnavam. Não acontecia, como na guerra da independência, que todo o homem livre considerava os seus interesses e a sua honra empenhados na sorte da campanha: na guerra do sul, os soldados

¹²⁷ TESTEMUNHA OCULAR (uma)..., p.164.

olhavam com indiferença para o resultado da contenda, e nada mais eram que máquinas¹²⁸.

Por mais que a exposição do autor não esteja de toda correta (pois os republicanos também eram recrutados¹²⁹, assim como dificilmente pode-se falar em “espírito de nacionalidade” na região platina, onde estava ainda em gestação as novas nações, e onde a luta unitários *versus* federalistas dividia os povos das diferentes províncias) fato é que as deserções brasileiras se repetiam amiúde, sendo que muitos foram os que passaram para o lado do Exército republicano¹³⁰.

Há de se considerar a hipótese de que tais desertores não só procuravam melhor sorte nas fileiras inimigas, como também nutriam simpatias pela causa republicana. A guerra, afora a disputa territorial, fora tratada, principalmente pelos platinos, como um choque de sistemas políticos. Com a finalidade de atrair adeptos à sua causa, dirigiu-se o General Alvear, comandante do Exército republicano, ao povo riograndense:

Brasileiros – O exército da República pisa o vosso território. Vede-o e por todas as partes achareis nele o sinal da liberdade. Os que escalavam os nevados Andes para romper as cadeias de meio mundo, e desde uma outra zona, levaram na ponta de suas baionetas a grande soberania do povo, são os mesmos que hoje os saúdam. Brasileiros! O exército republicano é amigo de todos os povos, porque sua causa, e dos povos é a mesma – liberdade, igualdade e independência. Ele se move para obrigar a vosso imperador a desistir de uma pretensão injusta. [...] O imperador é o único responsável dos males que podem cair sobre vós: tratai de evitá-los com vossa conduta. [...] O exército republicano não leva consigo senão a ordem, a liberdade e a igualdade, essa igualdade dom dos céus, patrimônio da América, da qual só vós estais ainda excluídos¹³¹.

O objetivo de atrair adeptos em massa não fora alcançado, mesmo porque, como dizia San Martín:

Não tenhamos ilusões; aqueles que contaram com o espírito republicano dos brasileiros, equivocaram-se; ele existe em grande parte no Rio de

¹²⁸ ARMITAGE, História do Brasil: desde o período da chegada da família de Bragança, em 1808, até a abdicação de D. Pedro I..., p. 120.

¹²⁹ WIEDERSPAHN, Campanha de Ituzaingô..., p. 158.

¹³⁰ BANDEIRA, O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata:..., p.54.

¹³¹ LIMA E SILVA, op. cit. p.68-9.

Janeiro, na Bahia e em Pernambuco; no restante das suas províncias há ainda mais ignorância e estupidez do que nas nossas¹³².

Não obstante, a relação entre republicanos brasileiros e platinos se dava através das lojas maçônicas no Brasil, interligadas com aquelas das repúblicas adjacentes¹³³. No Rio Grande de São Pedro, parte dos milicianos, por estarem tão mesclados aos platinos (e compartilhando ideais), tendo propriedades em ambos os lados da fronteira, adquiriu comportamento ambíguo. Se por um lado queriam preservar suas posses orientais e por isso combatiam; por outro viam seus rebanhos sendo arriados pelos beligerantes, sofrendo prejuízos que levavam à oposição ao conflito. Fora notória sua indisposição à continuidade deste¹³⁴.

Tentara também o governo de Buenos Aires (com apoio de emigrados brasileiros) formar uma grande aliança antimonárquica entre os países republicanos contra o Brasil, visto como braço da Santa Aliança na América. Fora uma missão à Colômbia tentando trazer Simon Bolívar para a guerra¹³⁵. Este, desencorajado pelos britânicos e tendo desencontros com os portenhos, recusou-se a entrar na contenda¹³⁶. Por fim, convencera-se o Libertador de que o Império não seria hostil aos demais países republicanos, pois em carta ao General Antonio José de Sucre, de 26 de junho de 1826 aconselhava: “Não tema V. Exa. o imperador do Brasil, pois a Inglaterra se entende conosco nessa matéria e guardará a harmonia por necessidade e por política”¹³⁷.

No Brasil o choque de sistemas não passara despercebido. A depender da orientação ideológica, havia os opositores da guerra (e simpáticos aos republicanos), bem como aqueles que, defensores do regime imperial, deram apoio incondicional à participação brasileira no conflito. Este embate pôde ser percebido na Assembléia Geral. Os liberais, principalmente os chamados exaltados, além de simpatizarem com os platinos,

¹³² Carta de Bruxelas, 21/06/1827 a D. Tomás Guido. SAN MARTÍN, José de. **Escritos políticos**. Petrópolis: Vozes, 1990. p.117. San Martín estava em grande parte correto. Porém esquecera-se que no Rio Grande de São Pedro havia também simpatizantes ao republicanismo, inclusive entre os milicianos que lutavam ao lado do Exército brasileiro, e mais tarde contra esse, na Revolução Farroupilha de 1835-45. Ver: CALÓGERAS, A Política Exterior do Império..., p. 185 et seq.

¹³³ CALMON, História do Brasil: o século XIX..., p. 1585.

¹³⁴ Ibid., p. 1590 e p. 1592.

¹³⁵ Ibid., p. 1587.

¹³⁶ BANDEIRA, O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata:..., p. 49.

¹³⁷ BOLÍVAR, Simón. **Escritos políticos**. Campinas: UNICAMP, 1992. p.127.

regozijaram-se com o vexame sofrido pelo Imperador frente aos franceses quanto às presas do bloqueio do porto de Buenos Aires¹³⁸.

Perdidas as ilusões de vitória revolucionária com a derrota da Confederação do Equador, partiram os elementos mais exaltados, que escaparam à sanha punitiva, ao exterior, para angariar apoio à derrubada do regime e viram na guerra a oportunidade de concretizar seus planos. De Pernambuco chegaram alguns à Colômbia em 1825 tentando convencer Bolívar nesse sentido, frustrando-se pela não adesão deste¹³⁹. Também em Buenos Aires chegaram emigrados, e entre eles alguns foragidos da Bahia, ex-integrantes do Batalhão dos Periquitos, que juntaram-se no Prata às forças republicanas¹⁴⁰.

Na Câmara, a oposição ao governo imperial tendeu a crescer ao longo da primeira legislatura (1826-29):

Após o ano de 1826, relativamente tímido, já que ainda se recordava o episódio de 23, quando se dissolveu a Assembléia Constituinte, o ano de 1827 assiste à libertação da palavra e do pensamento e o início efetivo de uma atuação construtiva, sobretudo da Câmara dos Deputados¹⁴¹.

Porém os germes da oposição, pelo menos no tocante à guerra, já se faziam presentes em 1826, pois o conflito, principalmente seus insucessos e conseqüências, fora um dos principais “cavalos de batalha” da oposição na Câmara, *locus* de resistência ao regime¹⁴². O Senado, muito mais dócil ao Imperador, apoiava em peso os ditames do executivo¹⁴³. Na resposta ao voto de graças de 1826 davam os legisladores um retorno silencioso ao Imperador:

Suprimiram as esperadas alusões à causa *patriótica*; encolheram-se numa posição reticente; e deixaram bem clara a sua descrença na vitória perigosa. Como que temiam o reforço que daria ela ao desabusado príncipe; sobretudo as suas imprudências juvenis! Com os deputados não contaria D. Pedro I para prosseguir durante a campanha exaustiva¹⁴⁴.

¹³⁸ LIMA, Formação da nacionalidade brasileira..., p.190.

¹³⁹ CALMON, op. cit., p. 1586.

¹⁴⁰ Ibid., p.1589.

¹⁴¹ CERVO, Amado Luiz. **O parlamento brasileiro e as relações exteriores: 1826-1829**. Brasília: UNB, 1981. p.31-32.

¹⁴² CALÓGERAS, op. cit., p. 13.

¹⁴³ CALMON, op. cit., p.1601.

¹⁴⁴ Ibid., p. 1594. O grifo é do autor.

O recrutamento fora um dos principais pontos levantados pelos opositores para atacar a ação do governo no tocante ao conflito. Inúmeros protestos se faziam, seja pela alta mortalidade nas viagens pelas quais os recrutas eram transportados de Norte a Sul, seja pelos excessos no repulsivo expediente¹⁴⁵. José Lino Coutinho, deputado baiano, fora um dos que protestaram afirmando que o procedimento “não é recrutamento, é assassinato geral com título de recrutamento”¹⁴⁶.

Tanto nas falas do trono como nos relatórios ministeriais apresentados na Assembléia, tentava o executivo justificar o conflito e enaltecer as parcas vitórias, com o fito de garantir apoio na aprovação do orçamento e aumento do efetivo do Exército, fixado pela Câmara em 30.000 praças, em 1826, sendo que na Sessão de 1827 fora pedido aumento deste número, respondendo os deputados que “a força de trinta mil homens já decretada bastava para a necessidade ocorrente”¹⁴⁷.

Em relatório apresentado na sessão de 1828, o Ministro da Guerra, Bento Barrozo Pereira, justificava a contratação feita dos mercenários na Europa, que segundo ele intentava poupar “os braços Nacionaes á Agricultura, e Industria do Império”, porém com a suspensão desta, necessitava de 2340 recrutas para completar os vazios dos corpos do Sul¹⁴⁸. Bento Pereira justificava-se – desculpava-se em verdade – pois “a ultima destas operações” tornara-se “pouco feliz em seu resultado, por motivos inesperados pelo Governo”. Referia-se o Ministro à revolta dos mercenários na Corte em 9 de junho de 1828¹⁴⁹.

Episódio trágico, na capital do Império, dera aos deputados maior “arsenal” na luta contra o Imperador, ainda mais por ser justamente nestes corpos estrangeiros em quem D. Pedro I depositava maior confiança num suposto embate com forças nacionais. E isto não escapava aos observadores da época¹⁵⁰.

¹⁴⁵ LEMOS, Juvêncio Saldanha. **Os Mercenários do Imperador: a primeira corrente migratória alemã no Brasil (1824-1830)**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996. p. 132-136.

¹⁴⁶ Ibid., p. 134.

¹⁴⁷ ARMITAGE, op. cit., p. 134 e p. 150.

¹⁴⁸ PEREIRA, Bento Barrozo. Relatório á Assembléa Geral Legislativa do Império do Brasil. In: BRASIL. **Collecção de Decretos, Editaes, Tratados e Artigos Officiaes publicados desde a sessão de 1827**. Rio de Janeiro: Imperial Typographia de P. Plancher-Seignot, 1829. p.40. Encontra-se na Biblioteca do Itamarati.

¹⁴⁹ CALMON, op. cit., p. 1596.

¹⁵⁰ TESTEMUNA ocular (Uma)..., p.289.

Havia, é certo, elementos favoráveis ao Governo na Assembléia, que apoiaram a empreitada bélica imperial. Amado Luiz Cervo chega ao extremo de afirmar que o Parlamento deu “irrestrito apoio” ao conflito, pois a guerra:

Representa o único ponto importante de convergência entre o governo e Parlamento em matéria de política externa na primeira legislatura. Além da honra e dignidade do Império, envolvidas no conflito, a razão do apoio incondicional ao governo, pelo lado das câmaras, está na defesa das instituições. O regime constitucional – cuja violação em matéria de política interna era objeto de intermináveis debates – tornou-se, no entender do Parlamento, o alvo da guerra movida pela Argentina¹⁵¹.

Tratava-se da manutenção do sistema monárquico-escravista, ameaçado pelos ideais republicanos platinos, assim como de territórios que iam bem além da modesta Cisplatina. Até fins da década de 1840, acreditava-se que da independência do Paraguai frente ao expansionismo de Rosas dependia a manutenção das províncias do Rio Grande de São Pedro, Mato Grosso e São Paulo ao Império¹⁵².

Outro fator que indispunha contra a guerra era a penúria do Tesouro Público. Desde a luta pela independência via-se o governo em dificuldades para custear as despesas, recorrendo em 1823 a uma subscrição pública para a compra de vasos de guerra¹⁵³, tendo resultados relativamente modestos. Teve, em 1824, que buscar um empréstimo (em libras) na Inglaterra com o fito de amenizar a penúria do erário e reorganizar a administração e forças armadas¹⁵⁴. Foram “3 milhões, reduzidos na realidade a 2.450.000” que “mal chegariam para restabelecer a pontualidade dos pagamentos do Tesouro, se houvesse ordem no país, e a economia se lhe refizesse aos bafejos da tranqüilidade e confiança”¹⁵⁵. No ano seguinte arcou ainda com o pagamento de 2 milhões (também buscados junto à Inglaterra) pelo reconhecimento da independência por Portugal¹⁵⁶.

¹⁵¹ CERVO, op. cit., p.32-33.

¹⁵² MEDRANO, Lilia Inês Zanotti de. Brasil y Argentina: fronteras y circuitos comerciales em el Prata (siglos XIX y XX). Anuário del CEH, año 1, 2001. p.294-295.

¹⁵³ O termo vaso refere-se à denominação dos navios de guerra da Marinha brasileira.

¹⁵⁴ CARREIRA, Liberato de Castro. História financeira e orçamentária do Império do Brasil. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980. p.120.

¹⁵⁵ CALMON, História do Brasil: o século XIX...., p. 1584.

¹⁵⁶ CARREIRA, op. cit., p 136-8.

Deste modo, quando da eclosão do conflito estava o governo em precárias condições financeiras, pois não conseguia “arrecadar recursos, através do sistema fiscal, para cobrir sequer metade de seus gastos, agravados com a guerra na Banda Oriental”¹⁵⁷. Foram permanentes os *déficits* orçamentários, tendo a dívida constante crescimento¹⁵⁸. E mesmo antes da deflagração da guerra dava já a Cisplatina despesas com a manutenção de seu domínio. Tendo em vista que à época os orçamentos imperiais restringiam-se à “Corte e Província do Rio de Janeiro”, cada província tinha que se manter com seus rendimentos. Em caso de *superávit*, deveriam remeter o excedente ao erário nacional, sendo que ocorrendo o oposto (*déficit*) seriam socorridas pelo mesmo¹⁵⁹. Era o caso da Cisplatina, posto que o Visconde de Laguna, em ofício de 27 de setembro de 1824, orçava os rendimentos cisplatinos “[...] em 427:200\$ por ano, e por isso se lhe devia remeter a quantia de 245:261\$676 para as despesas do Exército e mais repartições, que foram orçadas em 672:461\$676”¹⁶⁰.

Era a Cisplatina um “ralo” que sugava as receitas do Estado desde que tropas portuguesas a conquistaram na campanha de 1816-7. Constam por relatos de contemporâneos que enquanto Pernambuco recebia cerca de cinco contos de réis por ano, “Lecor, somente para as despesas suas e da guarnição, sacava 50 contos de réis, por mês, sobre o Rio de Janeiro”¹⁶¹.

As despesas com a guerra contribuíram em muito para elevar o endividamento do Estado. Os balanços comprovam o aumento dos gastos militares com as repartições da Marinha e da Guerra, sendo em 1825, respectivamente de 1.492:154\$600 e 1.815:320\$000. Somente no primeiro semestre de 1828, último período da guerra, as despesas elevaram-se para 2.567:000\$000 (Marinha) e 3.200\$000\$000 (Guerra)¹⁶².

Ao findar-se o conflito, teve o Governo Imperial que lançar mão, por Decreto de 1º de outubro de 1828, a “hum credito de 2431:500\$000 por compensação de igual quantia, que despendeo com objetos de 1827”. Entre estes objetos, constam 845:000\$000 para a

¹⁵⁷ FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001. p. 97.

¹⁵⁸ PRADO JR., op. cit., p. 139.

¹⁵⁹ CARREIRA, op. cit., p. 155-156.

¹⁶⁰ CARREIRA, op. cit., p. 127.

¹⁶¹ FRANCO, Um Soldado do Reino e do Império (vida do Marechal Calado)..., p. 40.

¹⁶² CARREIRA, op. cit., p. 136 e p. 164.

Marinha e 570:000\$000 para o Exército. Neste mesmo decreto concedia-se ainda “hum credito suplementar” da quantia de 666:000\$000 para as despesas do ano corrente, sendo destinados 600:000\$000 para o Exército¹⁶³.

Assim, enfrentou o nascente Estado brasileiro uma guerra “ruinosa”¹⁶⁴ para qual não estava preparado, que esvaziara ainda mais seus combalidos cofres, sendo as despesas, segundo Moniz Bandeira, de 48 mil contos-ouro¹⁶⁵.

1.4 A Bahia durante a Guerra

Na Bahia a notícia da guerra chegara por aviso do Ministério dos Negócios Estrangeiros de 23 de dezembro de 1825, que remetia exemplar do Manifesto para publicação e ordenava que o presidente, João Severiano Maciel da Costa, Visconde de Queluz,

o faça logo publicar dentro dos limites dessa Província com a maior solenidade, e distribuir por todas as corporações e auctoridades publicas civis e militares.

V. Exa. Dará logo conta de o ter assim executado, e da sensação que faz nesses povos esta Imperial resolução; devendo V. Exa. Fazer saber ás referidas corporações e auctoridades, que todas devem ter e guardar os ditos exemplares como hua prova a mais authentica do esmero com que S. M. o I. procura afiançar a seus súbditos a segurança do Império e zelar e manter a Dignidade Nacional¹⁶⁶.

Para dar cumprimento às ordens, fez o presidente publicar um Bando, “a tom de caixa pelas ruas publicas desta cidade”, em 18 de janeiro de 1826¹⁶⁷. Ordenara também ao Governador das Armas, para que a publicação tivesse toda a solenidade almejada, que seria

necessário a bem do serviço que V. Exa. haja de passar as convenientes ordens para que amanhã pelas nove horas do dia seja postada na praça do

¹⁶³ BRASIL, op. cit., passim.

¹⁶⁴ ARMITAGE, História do Brasil: desde o período da chegada da família de Bragança, em 1808, até a abdicação de D. Pedro I...., p.149.

¹⁶⁵ BANDEIRA, O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata:...., p. 55.

¹⁶⁶ APEB. Seção Colonial e Provincial. Avisos Ministeriais-1825. Maço 755.

¹⁶⁷ APEB. Seção Colonial e Provincial. Proclamações e Bandos-1823/1871. Maço 1074.

Palácio da minha residência huma guarda e huã banda de musica de alguns dos corpos de linha desta guarnição com hum sargento que bem saiba ler¹⁶⁸.

Por esta época, (28 de fevereiro) chegara à Bahia o Imperador e a Imperatriz, acompanhados de numerosa comitiva¹⁶⁹. Viera D. Pedro agradecer aos baianos por tantos serviços prestados quando da guerra de independência, como havia prometido. Porém não fora somente este o motivo da visita. Sabia o Imperador da importância da Bahia para o seu Governo e da situação agitada que grassava pela Província pelos constantes mata-marotos, tanto na capital como no interior. Tinha fins políticos. Urgia manter a fidelidade dos baianos ao seu trono. Os primeiros sinais de desgaste entre ambos já se mostravam presentes.

Em sua estada, percorreu várias vezes Salvador, tendo especial interesse pelos assuntos militares. Mandou consertar o quartel de Água de Meninos, que se pagassem soldos devidos e se distribuíssem adequadamente os fardamentos. Inspeccionou as obras executadas pelo Arsenal de Itapagipe, concedeu baixas e promoções a inúmeros oficiais, entre outras medidas¹⁷⁰.

Pedro Calmon, em preciosa nota, cita um episódio narrado pelo Imperador, em carta enviada ao Ministro Vilela (Marquês de Paranaguá), em que escreveu:

Quando se leu minha fala à tropa, foi tal o entusiasmo que quase todos se ofereceram para ir, e assim mesmo foram bastantes voluntários. Consta-me que tôda a tropa, que ultimamente tem saído da Bahia, monta a 2.300 homens¹⁷¹.

Referia-se aos corpos destacados para o conflito que se abria no Sul, porém seu relato parece exagerado. Com efeito, a Bahia fora uma das províncias que mais contribuíram em tropas para a Guerra da Cisplatina. Milhares lutaram nos campos do

¹⁶⁸ APEB. Seção Colonial e Provincial. Registro de Correspondência Expedida-1825/1826. Maço 1622.

¹⁶⁹ SODRÉ, Dr. Alcindo. O sentido político das visitas de Pedro I, Pedro II e Conde D'Eu na Bahia. **Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia**, Salvador: Tipografia Beneditina, p. 135-166, 1950. p. 237. Ver também TAVARES, História da Bahia..., p. 258-259.

¹⁷⁰ APEB. Seção Colonial e Provincial. Ordens do Imperador-1826. Maço 753-1.

¹⁷¹ CALMON, op. cit. p. 1590, nota 22.

Sul¹⁷². Entretanto somente a imperial presença (ou o otimismo de D. Pedro I) pode justificar o entusiasmo narrado, pois são fartos os episódios de fugas, deserções e relutâncias em marchar para a campanha. Após a saída do Imperador, o ímpeto baiano esvanecera, sendo o voluntariado praticamente inexistente.

A família imperial teve ainda uma curtíssima passagem pela Vila de Cachoeira. O autor de *Chronica dos acontecimentos da Bahia* legou para a posteridade interessante depoimento sobre este acontecimento:

Em 8 de março, pelas 5 hs da manhã, embarcarão-se Suas Magestades, Imperador, e Imperatriz, e a Princesa para a Villa da Caichoeira na barca de vapor, e no dia 9 chegarão todos de volta nesta Cidade, por que os cachoeiranos não souberão, por ignorância, cumprir com os deveres de Brasileiros, por cujos motivos, houve Suas Magestades Imperiaes de logo em continente de voltarem¹⁷³.

Ao que tudo indica, em 1826, Cachoeira continuava na vanguarda da contestação política na Bahia, como o já tinha estado em junho de 1822, e onde se manteria no início da década seguinte, com os movimentos federalistas. Porém em 1826, devido à pouca repercussão que teve o episódio descrito, pois não encontramos outras referências que corroborem com a narrativa contida na *Chronica*, a insubordinação ao poder imperial deveria estava em germe...

Antes de partir (o que ocorrera em 19 de março) o Imperador, talvez assombrado pelo que tinha passado no Recôncavo, distribuiu, em um só dia, mais de uma centena de graças e títulos nobiliárquicos para a “distinta” elite sócio-política da Bahia, com o intuito certo de fazer valer todos os meios que tinha ao seu alcance para garantir a continuidade do apoio ao seu Governo¹⁷⁴.

Não havia, entretanto, à época, uma situação tão desfavorável ao seu poder quanto a que se verificaria nos anos seguintes. O peso da Guerra ainda não se fizera sentir na Bahia, bem como não existia por ora a questão delicada da sucessão ao trono português, que tantas

¹⁷² Avaliamos que o número de enviados para o conflito seja de fato próximo ao dito pelo Imperador, porém na época em que esteve na Bahia, já tinham sido empreendidas duas expedições levando tropas baianas, o que impossibilitaria um tão grande contingente de “entusiastas” presentes em Salvador.

¹⁷³ CHRONICA dos acontecimentos da Bahia. *Anaes do Arquivo Público da Bahia*, Salvador, v. XXVI, p. 49-95, 1938. p. 90.

¹⁷⁴ APEB. Seção Colonial e Provincial. Ordens do Imperador-1826. Maço 753-1.

desconfianças levantara entre os brasileiros natos¹⁷⁵. Mas as nuvens da tempestade que abalaria seu reinado já se avizinhavam no horizonte...

Contava o Imperador quando esteve na Província com decisivo apoio da sua elite política, que muitos serviços prestara e ainda prestaria permanecendo alguns fiéis até a última hora. É conhecida a ampla participação política baiana durante o Império, seja integrando gabinetes ministeriais, seja na Assembléia Geral¹⁷⁶.

Corroborando com as teses de José Murilo de Carvalho sobre as elites políticas imperiais, constatamos a homogeneidade de formação dos quadros baianos na Universidade de Coimbra¹⁷⁷. Francisco Vicente Vianna (Barão do Rio de Contas), Antônio Luiz Pereira da Cunha (Marquês de Inhambupe), José Egídio Álvares Pinto de Almeida (Marquês de Santo Amaro), José Joaquim Carneiro de Campos (Marquês de Caravelas), Domingos Borges de Barros (Visconde de Pedra Branca) e Miguel Calmon du Pin e Almeida (futuro Marquês de Abrantes), todos passaram pela dita Universidade portuguesa e foram figuras de proa na política imperial do Primeiro Reinado, seja na diplomacia, no Parlamento, nos ministérios ou no Conselho de Estado¹⁷⁸.

Para avaliar o peso da Bahia no Governo de D. Pedro I, basta nos atermos aos conselheiros que formularam a Constituição de 1824: dos dez membros do Conselho incumbidos da tarefa, três eram baianos – Santo Amaro, Carneiro de Campos e Pereira da Cunha¹⁷⁹.

Além dos quadros nativos da Bahia que participaram da política na Corte, notamos que não descuidava o Imperador de indicar para os postos administrativos da Bahia figuras de sua total confiança. Caso exemplar fora o Brigadeiro, depois Marechal e Visconde de Camamú, José Egídio Gordilho de Barbuda. Português de nascimento, tinha completa

¹⁷⁵ O Imperador tomou conhecimento do falecimento de D. João VI justamente quando regressara à Corte, de sua viagem à Bahia. CALÓGERAS, *A Política Exterior do Império...*, p. 429.

¹⁷⁶ Para um panorama do peso político da Bahia ver AMORIM, Deolindo. **A Bahia nos Gabinetes Ministeriais da Monarquia**. Salvador: Centro de Estudos Baianos; RUY, Affonso. **Estadistas Bahianos do Império**. Salvador: Centro de estudos Baianos, 1951; SOUZA, Antônio Loureiro de. **Baianos Ilustres**. São Paulo: IBRASA; Brasília: INL, 1979.

¹⁷⁷ CARVALHO, José Murilo de. **Teatro das sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

¹⁷⁸ SOUZA, A. *Baianos Ilustres...*, p. 33-66. O único destes que não participara da política fora da Bahia fora Francisco Vicente Vianna, a quem coube a difícil tarefa de ser o primeiro Presidente da Província, e em quem D. Pedro largamente confiava.

¹⁷⁹ CARREIRA *História financeira e orçamentária do Império do Brasil...*, p. 119.

confiança e estima de D. Pedro, tendo, juntamente com seu irmão, o Brigadeiro, Senador e Marquês de Jacarepaguá, Francisco Maria Gordilho de Barbuda, fortes ligações com o “Gabinete Secreto” em torno do Imperador¹⁸⁰. Fora José Egídio Barbuda o encarregado de pôr ordem na Bahia após o Levante dos Periquitos (25 de outubro de 1824), como Governador das Armas que instaurou a Comissão Militar para punição dos envolvidos. Além deste serviço, fora depois nomeado Governador das Armas da Corte, Presidente do Rio Grande de São Pedro (em plena Guerra, tendo neste cargo condenável atuação) e, finalmente, Presidente da Bahia, cargo em que foi assassinado em inícios de 1830.

Assim como Barbuda, as autoridades para a Bahia designadas se empenharam ao máximo para a “manutenção da ordem”, como amiúde se lê na documentação do período. Já na época da independência verificamos a atenção voltada para a contenção de qualquer desordem que poderia advir dos “ignorantes” como descreveu o autor da *Chronica*. O processo belicoso dos anos 1822/23 inspirava cuidados:

o Conselho [Interino de Governo] produziu uma série de ações em várias frentes, buscando impedir que as classes populares tivessem poder de comando, decisão ou se articularsem minimamente de forma política. Para as elites, a manutenção da ordem, contra as “anarchias” foi efetivamente um movimento visando desarticular qualquer possibilidade de ação popular¹⁸¹.

Certamente encontraram as autoridades na Bahia uma série de obstáculos para a manutenção da ordem entre a “plebe”. Revoltas ou insubordinações militares (sendo a mais notável, o Levante dos Periquitos), crise no abastecimento alimentar em Salvador, rebeliões escravas, contestação da ordem política nos sertões, salpicado pelo “banditismo social” dos Mucunãs e demais grupos armados, mata-marotos, etc.¹⁸². Não obstante, é inquestionável

¹⁸⁰ WIEDERSPAHN, Campanha de Ituzaingô..., p. 115.

¹⁸¹ GUERRA FILHO, Sérgio Armando Diniz. **O Povo e a Guerra**. 2004. Dissertação (Mestrado em História)— Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador. p. 69.

¹⁸² É grande o volume de fontes e obras que tratam sobre a “desordem” na Bahia oitocentista. Limitamo-nos a citar apenas algumas: TAVARES, op. cit.; AMARAL, Braz do. **História da Bahia do Império à República**. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1923; MATTOSO, Katia M. de Queirós. **Bahia: éculo XIX: uma Província no Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992; AZEVEDO, Thales de. **Povoamento da Cidade do Salvador**. Salvador: Itapuã, 1969; REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

que lograram as autoridades estabelecer e consolidar o regime monárquico constitucional e impedir que se estabelecesse a completa “anarquia” na Província.

Em abril de 1825 o Presidente Francisco Vicente Vianna afirmava ao Presidente do Piauí que:

Nesta Cidade reina a tranqüilidade, em cada dia mais se consolida o Governo Imperial, esperando todos os Cidadãos sensatos, que nas Províncias do Norte seja inteiramente restabelecida a ordem publica¹⁸³.

Referia-se ele à Confederação do Equador, sendo que a Bahia passou incólume pela agitação ocorrida mais ao Norte¹⁸⁴. Porém, a manutenção da ordem deveria estar lastreada em dois pilares básicos: a satisfação da elite com o regime e a disciplina da tropa para conter a “plebe”. É o que deixa transparecer o ofício do Presidente José Severiano Maciel da Costa ao Ministro Estevão Ribeiro de Resende, de 30 de agosto de 1825:

Acha-se pois esta Cidade em socego, porque a massa dos habitantes, principalmente Proprietarios, e Capitalistas deseja a Paz e vive satisfeita com o Governo Paternal de S. M. o Imperador. O Governador das Armas affirma que a tropa he subordinada, e fiel. Se esta assim permanecer, poderá contar-se, que a tranqüilidade será mantida, e consolidado o Governo Imperial¹⁸⁵.

Através da pesquisa nas fontes primárias, percebemos que havia na Bahia das primeiras décadas do século XIX um embate entre os defensores do *status quo*, materializado no regime monárquico constitucional e na escravidão, e a população marginalizada, tanto política, social e economicamente, quanto juridicamente, no caso do contingente escravo. Entendemos tal enfrentamento como uma “luta de classes sem classe”, como se expressou o historiador inglês E. P. Thompson¹⁸⁶. Cabia às autoridades subjugar

¹⁸³ APEB. Seção Colonial e Provincial. Correspondência Expedida para Diversas Autoridades-1825/1826. Maio 1622.

¹⁸⁴ Encontramos na documentação uma proclamação tardia aos baianos para aderirem aos ideais republicanos. Este “panfleto incendiário” fora achado no Passeio Público em 16 de setembro de 1826. APEB. Seção Colonial e Provincial-1826. Maio 3366.

¹⁸⁵ BN. Seção de Manuscritos. II-33, 19, 16.

¹⁸⁶ THOMPSON, E. P. La Sociedad Inglesa del Siglo XVIII: ¿Lucha de Clases sin Clases? In: THOMPSON, E. P. **Tradición, revuelta y conciencia de clase**. Barcelona: Crítica, 1984. Não pretendemos aqui avançar na discussão sobre classe na Bahia oitocentista. Trata-se de um problema complexo. Os autores que buscaram uma estratificação social baiana do período evitaram discutir classe como elemento primordial de análise. Há motivos para tal, posto que uma sociedade escravista, paternal e patriarcal como era a da Bahia

os elementos subversivos que pretendessem ameaçar a ordem vigente. Isto incluía os defensores da república e do federalismo. E um dos “focos” de republicanismo eram naturalmente as repúblicas do Prata. Contra sua influência alertava o Governo Imperial ao Presidente, em abril de 1824:

Previno a V. Exa. que no ultimo paquete, que ahi deve ter chegado, foi hum tal hespanhol Lecila vindo de Buenos Aires, a pretexto de seguir para Londres, mas o seu objecto verdadeiro he hir sondar os ânimos nessa, e na Provincia de Pernambuco para as predispôr para republica. Isto sirva de governo a V. Exa. afim de se fazer espreitar, e de evitar a desordem, que elle pode promover nesta Provincia, e quando tenha já partido, bom será, que V. Exa. faça examinar com quem viveo elle nessa Cidade, e com quem teve relaçoens por que naturalmente devia te-las com pessoas dos mesmos sentimentos.

He do meu dever pôr a V. Exa. a facto destas noticias, e que vigie V. Exa. muito sobre os Hespanhois do Sul, que ahi existirem, por que o principal objecto de Buenos Aires he confundir e [semi-legível, algo como denigrir] a cauza do Imperio¹⁸⁷.

Não somente pelo risco da influência republicana contribuíra o Prata para a “desordem” na Província baiana ao longo do Primeiro Reinado. A Guerra no Sul, entre 1825 e 1828, ocasionou uma “crise” de segurança pública, com o envio dos corpos de 1ª Linha para o teatro do conflito, fazendo com que a 2ª Linha entrasse em serviço ativo tanto em Salvador como nas demais regiões da Bahia. Disto advira uma série de inconvenientes, tendo as autoridades que contornar a situação com paliativos.

A primeira conseqüência fora a desarticulação da produção agrícola levada a cabo pelos milicianos que foram destacados para a segurança provincial. Da mesma forma, parte de seu contingente era composto por caixeiros e pequenos comerciantes, que viram seus negócios prejudicados. Outro inconveniente fora o despreparo para longo tempo de serviço e aquartelamento, levando os milicianos a requisitarem dispensa do mesmo¹⁸⁸.

dificulta a análise sobre o prisma classista. A terminologia mais usual engloba “setores sociais”, “camadas”, “grupos” para a dita estratificação. Ver: MATTOSO, Katia M. de Queirós. **Bahia: a Cidade de Salvador e seu Mercado no século XIX**. São Paulo: Hucitec; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978. p. 167 et seq.; REIS, Rebelião Escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835., p. 27 et seq. Tal não invalida a análise do historiador inglês em apreço.

¹⁸⁷ APEB. Seção Colonial e Provincial. Avisos Ministeriais-1824. Maço 754-1.

¹⁸⁸ Sobre a 2ª Linha durante a Guerra ver: APEB. Seção Colonial e Provincial. Quartel General do Comando das Armas. Maços 3366-3371.

A Guerra contribuiu para indispor alguns setores da população frente aos governos provincial e central. Sobre a população marginalizada recaiu o peso do recrutamento, que teve onipresente oposição tanto no interior como na Capital. Inúmeros distúrbios foram provocados pelo odiado expediente recrutado. Consideramos a falta de voluntarismo para lutar nos campos platinos o melhor “termômetro” para auferir o apoio (na verdade ausência dele) no tocante ao conflito. Praticamente ninguém esteve disposto a arriscar a própria vida para salvar a honra do Imperador.

Outros que não viram motivos para apoiar a empreitada bélica de Pedro I foram os comerciantes. Este grupo compunha substancial parcela da elite sócio-econômica da Bahia em inícios do século XIX¹⁸⁹. Além dos corsários que roubavam suas mercadorias, aqueles que tinham negócios com o Prata sofreram com os obstáculos e até interrupção dos mesmos com o bloqueio:

Os comerciantes dos principais portos, como do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, só ousavam ainda mandar seus navios ao sul sob bandeira estrangeira e mesmo assim era indispensável uma forte escolta de canhoneiras. É fácil de compreender quanto isso entravava o comércio e que muitos negociantes com isso foram arruinados, em conseqüência da perda dos seus navios¹⁹⁰.

Ademais, na Bahia como no restante do país, a Guerra somara mais um elemento de contestação ao Imperador nos últimos anos de seu reinado. Este sentimento de insatisfação talvez fosse ainda maior na Província, tendo em vista o forte antilusitanismo nela presente, fazendo eclodir tumultos e assassinatos de portugueses. O 7 de abril, na Bahia se iniciara três dias antes, com a sublevação de oficiais brasileiros na fortaleza do Barbalho, e conseqüente destituições do português João Crisóstomo Calado do Comando das Armas e do Presidente Luís Paulo Araújo Bastos¹⁹¹.

A notícia da conclusão da paz (concluída a 27 de agosto) e remessa do respectivo tratado fora feita pelo Governo Central em 27 de outubro¹⁹², sendo publicado Bando pelo Presidente Visconde de Camamú, comunicando “que se acha felizmente concluída a paz

¹⁸⁹ MASCARENHAS, Maria José Rapassi. **Fortunas Coloniais: Elite e Riqueza em Salvador (1760-1808)**. 1998. Tese. (Doutorado em História) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

¹⁹⁰ SEIDLER, Carl. **Dez anos no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1980. p. 190.

¹⁹¹ TAVARES, op. cit., p. 259-261.

¹⁹² APEB. Seção Colonial e Provincial. Avisos Ministeriais-1828. Maço 757-1.

com a Republica das Provincias Unidas do Rio da Prata”, a 10 de dezembro de 1828¹⁹³. Exatamente três anos após a declaração de guerra pelo Império ficaram cientes os baianos do fim de um conflito que em nada lhes pertencia, mas que muitos esforços lhes impusera, principalmente para aqueles que verteram seu sangue desnecessariamente em nome do Imperador.

1.5 O Corsarismo

Além das despesas com a Guerra, outro fator importante que fragilizava as finanças do governo (pelas perdas alfandegárias) e causava oposição dos comerciantes à guerra era a atuação dos corsários de Buenos Aires. O verbo mais encontrado na documentação e bibliografia para descrever o corsarismo fora “infestar”.

A pirataria e o corsarismo existiram desde o início da presença européia na América¹⁹⁴. Contudo, a época compreendida entre 1811 (primeira intervenção lusitana) e 1828 (fim da Guerra Cisplatina) constituiu-se numa nova fase, marcada pela elevação da atuação dos corsários a patamares nunca antes alcançados, obstruindo o comércio principalmente com o Sul, porém alcançando até a América do Norte e África.

Em 1811, o Vice-rei Xavier Elio autorizou o corso contra os insurgentes portenhos e determinou o bloqueio do porto de Buenos Aires¹⁹⁵. Com a segunda intervenção portuguesa, Artigas também lançou mão deste recurso contra o comércio lusitano. Expedira cartas de corso a estrangeiros de diversas nacionalidades: norte-americanos, ingleses, franceses, entre outros, inclusive portugueses¹⁹⁶. Um dos que atuara como corsário de

¹⁹³ APEB. Seção Colonial e Provincial. Proclamações e Bandos-1823/1871. Maço 1074.

¹⁹⁴ POMBO, História do Brasil..., p. 135 et seq.

¹⁹⁵ SOUZA, J. O Brasil e o Prata até 1828..., p. 311.

¹⁹⁶ VASCONCELOS, Aventureiros no Brasil: ligeiras notas para a História dos piratas, corsários e conquistadores nas costas brasileiras..., p.771.

Artigas fora David Jewett, que mais tarde tornou-se o primeiro capitão estrangeiro contratado para a Marinha brasileira, em 1822¹⁹⁷.

Deu-se intensa atividade corsarista pelas costas do Brasil, especialmente entre a Bahia e Pernambuco, a ponto do governador deste último, em 1819, afirmar que “o comércio destas capitanias está todo estagnado”¹⁹⁸. Entre 1815 e 1820 vários foram os ataques ao comércio de Salvador, causando sérios prejuízos¹⁹⁹. Neste período, o ano de 1818 se destacou pela agressividade de um corsário em águas baianas:

Conforme comunicações feitas ao Conde dos Arcos, a sumaca rainha dos Anjos foi saqueada na altura da torre de Garcia d’Avila; os bergantins Nova Aurora e Serpente foram incendiados e a sumaca Felicidade revistada. Apresados a sumaca Aliança, a escuna Correio de Campos e mais sete embarcações pertencentes a um comboio de dezoito²⁰⁰.

Com a queda de Artigas em 1820 o corsarismo teve uma pausa. Mas não muito longa. Ao iniciar sua insurreição em 1825, Lavalleja autorizou o corso contra embarcações brasileiras, sendo alguns corsários armados em Buenos Aires, gerando protestos do cônsul brasileiro²⁰¹. Em consequência da declaração de guerra brasileira, o governo das Repúblicas Unidas do Rio da Prata não viu mais necessidade de dissimulação quanto ao apoio dado ao movimento de Lavalleja, autorizando o corso em 2 de janeiro de 1826, e declarando guerra em nota no dia seguinte²⁰². O governo brasileiro também tinha autorizado o corso em sua declaração de guerra. Entretanto, dado o bloqueio e a poucas perspectivas de lucros sobre o comércio portenho, pouca efetividade teve tal medida, sendo apenas armados pequenos corsários em Montevideu, que atacavam onde a esquadra não conseguia navegar²⁰³.

¹⁹⁷ Ibid., p. 773.

¹⁹⁸ Ibid., p. 771.

¹⁹⁹ BANDEIRA, O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata:..., p. 46.

²⁰⁰ VASCONCELOS, op. cit., p. 775.

²⁰¹ MAIA, J. Prado. **A Marinha de Guerra do Brasil na Colônia e no Império**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1965. p. 90. Corsários eram armados também em Baltimore e nas Antilhas.

²⁰² APEB. Seção Colonial e Provincial. Avisos Ministeriais-1826. Maço 756. LIMA E SILVA, Guerra com as Províncias do Rio da Prata:..., p.207-208. Ao longo da Guerra Cisplatina o governo de Buenos Aires expediu mais de cem cartas de corso, porém nem todas foram efetivadas. Ver VASCONCELOS, Everaldo de. **Aventureiros no Brasil: corsários de Buenos Aires**. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro: SDM, ns. 10-12, p. 1001-1010, abr./mai./jun. 1848. p. 1007.

²⁰³ Ibid, p. 1006-1007.

Ao longo da guerra, vários foram os registros de corsários em águas baianas. Foi sobre o corsarismo que escreveu Braz do Amaral, única referência digna de nota sobre a influência do conflito na Bahia (apenas uma página e meia)²⁰⁴.

Justamente nos anos de 1827 e 1828, quando a atuação dos corsários foi mais intensa, faltam registros sobre o movimento do porto de Salvador, impossibilitando uma análise pormenorizada de seus efeitos sobre o comércio. Sem embargo, através dos registros de ataques, podemos constatar que os prejuízos não foram desprezíveis.

Tendo a maior parte da Armada Imperial integrando a esquadra no Rio da Prata, ficaram as províncias do Norte vulneráveis à ação corsarista. Em 1827 o corsário Cometa apresara a sumaca Inês Maria²⁰⁵. Porém os que mais causaram danos neste ano foram o Congresso e o General Brandzen. O primeiro apresou duas sumacas e um brigue, o Harmonia dos Anjos²⁰⁶. Já o Brandzen fora mais ousado. Operando entre julho e setembro em todo o Norte, apresou oito embarcações e esteve inclusive em Camamú, onde fez aguada e inutilizou uma bateria de terra²⁰⁷.

Para tentar obstar suas atuações, mandara o governo imperial em 19 de dezembro de 1827, que da Bahia se organizasse a defesa:

S. M. I. havendo destinado para a defesa dessa Província algumas embarcações de guerra como a Nau Pedro I, bergantim Imperial Pedro, dito Treze de Maio, e o ex-corsário Patagônia [...] exige que os vasos de guerra cruzem à vela pelo menos igual tempo ao que estiverem ancorados no porto [...] Quanto à regularidade dos cruzeiros parece razoável que se estabeleçam duas divizões: 1ª Nau Pedro I e bergantim Patagônia; 2ª bergantins Imperial Pedro, Três de Maio; huma destas divizões andar sempre fora cruzando desde as Alagoas, até 30' ao Sul de Camamú ficando a outra divizão ancorada no porto prompta para todo o serviço não só para respeito do ancoradouro, como para largar sobre qualquer corsário que apareça em frente do mesmo [...] As embarcações deverão trazer bons práticos para visitarem, se lhes parecer, o Morro de São Paulo, Camamu, ou outros lugares, aonde os corsários possam reformar seus viveres, encobertos com bandeira de nação amiga²⁰⁸.

²⁰⁴ AMARAL, História da Bahia do Império à República..., p. 47-48.

²⁰⁵ VASCONCELOS, Aventureiros no Brasil. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro: SDM, ns. 1-3, p. 123-135, jul./ago./set. 1948. p. 125.

²⁰⁶ Ibid. p. 126.

²⁰⁷ VASCONCELOS, Aventureiros no Brasil..., p. 130.

²⁰⁸ APEB. Seção Colonial e Provincial. Avisos Ministeriais-1827. Maço 757.

Apesar da regulamentação, os vasos indicados eram deslocados para outras comissões, ficando desfalcada constantemente a defesa da costa. Disto resultava a ousadia dos corsários. Segundo Braz do Amaral, o corsário General Martin “perseguiu uma sumaca que demandava a Bahia e veiu sobre ella até próximo de terra, fazendo-se depois ao mar, a salvo”²⁰⁹. Vasconcellos cita diversas embarcações apresadas por corsários não identificados na Bahia e Sergipe ainda em 1827:

Sumacas: São Manoel Roubado, Glória, São Manoel Brasileiro, Boa-Fé, São Joãozinho, Vencedora, Conceição Viajante, São José Vencedor, Feliz Independente, Flor das Virtudes e São Sebastião. Brigue Médea; Patacho Faisca e Lancha São Benedito²¹⁰.

Não obstante os diversos apresamentos, as diligências dos vasos de guerra surtiam efeito relativo sobre o contingente corsarista nas costas brasileiras. A fragata Thetis retomara o brigue Victoria do Brasil, dividindo a “parte da preza que à respectiva guarnição compete”, assim como havia acontecido com a Fragata Izabel “por ocasião da apprehensão que fizera do corsário brigue Pampeiro”²¹¹. O Patagonia fora apresado pelo brigue Imperial Pedro, sendo ambos integrados ao esquema exposto de defesa da costa²¹².

Preocupado com o número de embarcações em reparos no Arsenal de Itapagipe, mandava o Imperador, em maio de 1828, que logo se aprontassem “a fim de desempenhar as suas funções contra os inimigos, que infestão esses mares”. Mandava ainda que o Presidente Visconde de Camamú fizesse “conhecer à essa praça de commercio que se todos não concordarem homogeneamente com algum sacrificio a prol da promptificação dos vasos de guerra serão baldados os esforços do governo para proteger o mesmo commercio”. Terminava sua missiva dizendo que iria enviar o correio 12 de Outubro, após retê-lo pela grande presença dos corsários, pois “as nossas embarcações de guerra tem destruído boa parte dos mesmos corsários. Desde novembro próximo passado tem tomado, e destruído onze embarcações inimigas”²¹³.

²⁰⁹ AMARAL, op. cit., p. 47.

²¹⁰ VASCONCELOS, Everaldo de. Aventureiros no Brasil. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro: SDM, ns. 4-6, out./nov./dez. 1948, p. 339-351, p.350. Constatamos tanto na bibliografia quanto na documentação do APEB registros de vários incidentes envolvendo corsários na Bahia nos anos da guerra. Optamos por não citar a todos para não carregar o texto com tantas referências.

²¹¹ APEB. Seção Colonial e Provincial. Avisos Ministeriais-1827. Maço 757.

²¹² APEB. Seção Colonial e Provincial. Avisos Ministeriais-1827. Maço 757.

²¹³ APEB. Seção Colonial e Provincial. Avisos Ministeriais-1828. Maço 757-1.

Para tentar contornar o problema de obstrução nas comunicações interprovinciais, posto que “os antigos correios em tempo de corsários de nada servem”, lançava-se mão do “recurso dos paquetes ingleses”²¹⁴. Efetivamente foram os correios alvos correntes dos corsaristas, sendo muitos os apresados.

Ao lado dos cruzeiros dos vasos de guerra, tivera o governo que organizar comboios de mercantes escoltados por navios da Armada, o que atrasava consideravelmente as viagens²¹⁵. Como nem sempre havia embarcação para escolta, tiveram tanto correios como mercantes que se armarem, para dar combate a eventuais corsários. O bergantim mercante Luciane achava-se armado de 11 bocas de fogo e quarenta tripulantes, estando “nas circunstancias de se poder defender de qualquer pequeno corsário”²¹⁶.

Os comerciantes tiveram prejuízos também do outro lado do Atlântico. Corsários apresavam mercantes brasileiros em costas africanas, somando mais um obstáculo à perseguição dos cruzadores britânicos aos negreiros no Norte da África. Para combatê-los fora criada uma Divisão do Leste (1827), que cruzaria entre o Brasil e Angola²¹⁷. Porém os corsaristas não viam embaraços em tal Divisão.

Um dos corsários que se dedicavam ao apresamento na África protagonizou uma das páginas mais interessantes da guerra de corso cisplatina. O General Brown, comandado por Auguste Lasseur, surgiu no porto de Ambrís, em 10 de maio de 1828, capturando “facilmente os navios mercantes que aí se encontravam”²¹⁸: brigues Cotia, Triunfo da Inveja e Imperador do Brasil, sendo os dois primeiros de proprietários do Rio de Janeiro e o último pertencente a um pernambucano²¹⁹. Resolvera Lasseur trocar de embarcação, fazendo da presa, apresadora, passando a artilharia para o Cotia (muito mais novo), e metendo a pique o General Brown. O novo corsário fora denominado Convención²²⁰. Em seu retorno levando em conserva os outros dois brigues, a dois de junho:

²¹⁴ APEB. Seção Colonial e Provincial. Avisos Ministeriais-1828. Maço 757-1.

²¹⁵ APEB. Seção Colonial e Provincial. Avisos Ministeriais-1828. Maço 757-1. Ver também AMARAL, op. cit., p. 47-48.

²¹⁶ APEB. Seção Colonial e Provincial. Intendência da Marinha-1827. Maço 3230.

²¹⁷ MENDONÇA, Mário F. de. “El General Brown”: corsário de Buenos Aires. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro: SDM, ns. 7-9, p. 837-840, jan./fev./mar. 1943, p.838.

²¹⁸ Ibid, p. 839.

²¹⁹ APEB. Seção Colonial e Provincial. Avisos Ministeriais-1828. Maço 757-1.

²²⁰ MENDONÇA, op. cit., p. 839.

revoltou-se a tripulação assim como os prisioneiros que iam a bordo do *Convencion*, sendo morto a tiros de pistola o comandante Auguste Lausseau. Chamados à fala os outros dois barcos, as suas guarnições aderiram ao movimento. [...] Reunidos em conselho, resolveram os oficiais abraçar a causa brasileira, e rumar ao porto mais próximo que era o da Baía²²¹.

Chegaram a Salvador dia 14 do mesmo mês, com “bandeiras Nacionaes por cima de outras da Republica de Buenos Aires”²²². Suplicavam ao Imperador em 26 de junho os proprietários do Rio de Janeiro para que seus barcos navegassem para a Corte, sendo “indenizados os represadores da quota que lhes pertencem pelo facto de as haverem retomado”²²³. Porém os trâmites na Bahia frustraram a pressa dos comerciantes em reaver suas embarcações. Tiveram que enviar mais duas súplicas (expedidas, juntamente com ordens imperiais dando deferimento, em 18 de setembro e quatro de dezembro de 1828), questionando a validade das questões postas pelo juiz “que deve religiosamente cumprir as ordens do Governo, muito mais em matéria de presas que [...] nunca foi da competência de tribunais ordinários, mas sim de tribunais Ad Hoc, regulados pelas ordens do Governo”²²⁴. Terminavam afirmando que seus procuradores aqui na Bahia pagariam fiança para liberação das embarcações²²⁵.

Por mais que se evidencie a interferência dos corsários na atividade comercial, o corso não paralisou o comércio de modo geral nem danificou de forma acentuada o poderio de nossa Marinha. Armando Vidigal chegou a afirmar que a “guerra de corso não causou prejuízos consideráveis ao Brasil”, ao fazer um balanço do final da campanha marítima cisplatina²²⁶. De fato as forças navais brasileiras não sofreram muitas derrotas frente aos corsários. Quase sempre o que se seguia a um encontro entre os vasos de guerra brasileiros

²²¹ Ibid., p. 840.

²²² APEB. Seção Colonial e Provincial. Avisos Ministeriais-1828. Maço 757-1.

²²³ Idem.

²²⁴ APEB. Seção Colonial e Provincial. Avisos Ministeriais-1828. Maço 757-1.

²²⁵ No Brasil, o Alvará de Regimento do Corso, de 30 de dezembro de 1822, estipulava como instâncias competentes para julgamento de presas as comissões nas províncias (formadas pelo Intendente da Marinha, dois homens do mar, um magistrado e um comandante militar) e o Conselho Supremo Militar, como segunda e última instância em caso de recurso. Ver: KARPINSCKI, Silvana. **Corsários de Sua Majestade: Aspectos da Guerra Naval na Independência do Brasil (1820-1825)**. 2001. Tese (Doutorado em História)—Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. p. 110.

²²⁶ VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. **A evolução do pensamento estratégico brasileiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985. p. 12.

(maiores e melhor armados) e corsários eram pequenas escaramuças secundadas por fugas dos últimos²²⁷.

Contudo, o impacto sobre a marinha mercante fora maior. Prejudicava tanto o comércio de cabotagem quanto o de longo curso. E aos comerciantes saqueados, tanto quanto às companhias de seguro, os corsários devem ter sido bem “inconvenientes”, para dizer o mínimo:

Os estragos feitos pelos corsários argentinos haviam-se tornado tão consideráveis, que os prêmios dos seguros marítimos em comboio não se podiam efetuar por menos de dez por cento; e sem comboio trinta por cento foram frequentemente rejeitados²²⁸.

Por outro lado tiveram as seguradoras de arcar com o pagamento de diversas tomadas efetuadas em 1827: a Cia. Bom Conceito pagou, por “32 tomadias”, um total de 149:336\$559; a Cia. Segurança desembolsou, por 31 presas, 145:407\$325; a Cia. Retribuição, por 14 tomadas, 138:167\$225; a Cia. Indemnidade, por 19, 62:338\$584; a Cia. Restauradora, indenizando 21, 67:870\$366; a Cia. Providente, por 23, 79:306\$085; e a Cia. Concórdia, pagou, por 7 presas, total de 55:382\$996.²²⁹ Desta forma temos 147 embarcações tomadas, montando a 641:704\$410 o valor total das indenizações.

O número de presas superou em muito este número, totalizando centenas de embarcações, entre saqueadas, destruídas ou levadas para o Prata para engrossar as fileiras portenhas, sendo impossível estabelecer um número exato. Calmon afirma serem “cerca de 500” os apresamentos²³⁰. Os apresados considerados aptos a servirem como corsários eram levados para suas bases, na Patagônia e no rio Salado.

O corsarismo, desta feita, contribuíra para aumentar o descontentamento no Brasil quanto à guerra, ruínosa para o comércio. Na Bahia eram “vehementes as queixas do

²²⁷ Vasconcelos registrou 28 corsários postos fora de combate ou incorporados à Armada Imperial. Raros foram os revezes brasileiros. Ver VASCONCELOS, *Aventureiros no Brasil: corsários de Buenos Aires ...*, p. 123-35 e p. 339-51.

²²⁸ ARMITAGE, *História do Brasil: desde o período da chegada da família de Bragança, em 1808, até a abdicação de D. Pedro I...*, p. 147.

²²⁹ BN, *Divisão de Manuscritos Coloniais*. II-30, 27, 26.

²³⁰ CALMON, *História do Brasil: o século XIX...*, p. 1595.

commercio e o presidente tinha que cruzar os braços” porque não tinha meios de garantir a segurança marítima²³¹.

1.6 A Convenção preliminar de paz e o comércio no pós-guerra

Como vimos, a situação do Império, tanto política quanto financeiramente, era delicada ao longo da Guerra. Contudo, as proposições de paz partiram das Províncias Unidas, não do Brasil.

Em 1827 a situação dos platinos era ainda pior. Não obstante a vitória em Passo do Rosário, não tinham condições de prolongar o conflito:

sem recursos, sem organização, sem disciplina, sem unidade na retaguarda, com o governo de Rivadavia ameaçado de colapso político pela secessão de Córdoba e de outras províncias – três do litoral e quase todas do interior – que rechaçavam a Constituição unitária, aprovada pelo Congresso Nacional, em 24 de dezembro de 1826²³².

Com efeito, suas finanças estavam em completa penúria, tanto pela redução do comércio em Buenos Aires em consequência do bloqueio brasileiro, quanto pela desvalorização do papel-moeda de seu banco, “reduzido a um terço de seu valor primitivo”²³³. Mais temível ainda era a ameaça de dissolução do país pelo embate entre unitários e federalistas, imortalizado pela literatura de Sarmiento²³⁴. Assim, fora enviado em abril ao Rio de Janeiro D. Manuel José Garcia para firmar um tratado que pusesse fim à belicosidade entre a República e o Império.

Todo o processo teve a mediação inglesa, que mesmo antes do início da luta fora procurada por ambos os lados para que esta fosse evitada²³⁵. Tinha a Inglaterra interesses na região. Objetivava ter mais um entreposto para seus negócios, assim como os tinha ao

²³¹ AMARAL História da Bahia do Império à República..., p. 47.

²³² BANDEIRA, O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata:..., p. 54.

²³³ ARMITAGE, op. cit., p. 145.

²³⁴ SARMIENTO, Domingo Faustino. **Facundo: civilização e barbárie**. Petrópolis: Vozes, 1996.

²³⁵ DOCCA, E. F. Souza. **A Convenção Preliminar de Paz de 1828**. São Paulo: Empresa Graphica Rossetti, 1929. p. 22 et seq. CALÓGERAS, A Política Exterior do Império..., p. 414 et seq.

redor do mundo. Mais fácil seria, aos olhos britânicos, se fosse a Cisplatina comprada por Buenos Aires, como propôs Canning, chefe do *Foreign Office*, a Gameiro, diplomata brasileiro em Londres, em fins de novembro de 1825²³⁶. Sobre as intenções inglesas Gameiro assim se expressou:

“O verdadeiro auxiliar de Buenos-Aires hé a Inglaterra que quer dar a Montevideo a forma de cidade hanseatica sob sua protecção para ter ella a chave do Rio da Prata como tem a do Mediterraneo e Báltico”²³⁷.

Manuel Garcia encontrara pouca margem de negociação na Corte brasileira. Estava o Imperador ainda irredutível, disposto a continuar a Guerra que em menos de um ano se resignaria em terminar. Pressionado pelas circunstâncias das Províncias Unidas, anuiu Garcia em negociar sobre a base de que a Cisplatina continuaria de posse do Brasil. Deste modo, celebrara o tratado de 24 de maio de 1827²³⁸. Em seu retorno a Buenos Aires tivera Garcia o repúdio dos patriotas que o acusavam de traição (não obstante ter ele instruções verbais do Presidente Rivadavia para fazer a paz a qualquer custo), bem como atraiu para si a ira da opinião pública, incitada pelos federalistas. O tratado não só não foi ratificado, como teve ainda Bernardino Rivadavia que renunciar à presidência, lançando as Províncias Unidas na anarquia pela dissolução do Poder Executivo estabelecido pela Constituição de 1826²³⁹.

Prosseguira assim o conflito no Sul de forma morosa pela incapacidade portenha de renovar suas forças e pela nulidade do Visconde de Laguna (comandante das forças imperiais), que afirmava ter ordens para continuar inativo. Mas no início de 1828 o agravamento da situação brasileira obrigaria o Imperador a aceitar novas bases para a negociação de um tratado que pudesse ser acolhido pelos portenhos. Com efeito, ganhava vulto na Corte a oposição no Parlamento e na imprensa em relação ao conflito²⁴⁰. No voto de graças de 1828 a Câmara assegurava que a “paz, senhor, é depois da Constituição a

²³⁶ CALÓGERAS, op. cit., p. 422. Os britânicos fracassaram em concretizar seu plano de estabelecer uma base de operações na região do Prata nos anos de 1806-08 e durante a Guerra Cisplatina. Entretanto, em 1833 lograram realizá-lo com a ocupação do arquipélago das Malvinas, ou Falckland como o denominaram os britânicos. Ver na mesma obra p. 424.

²³⁷ CALÓGERAS, op. cit., p. 423. Ver também DOCCA, op. cit., p. 45 et seq.

²³⁸ BANDEIRA, op. cit., p. 54-55; CALÓGERAS, op. cit., p. 446 et seq.

²³⁹ BANDEIRA, op. cit., p. 54-55; CALÓGERAS, op. cit., p. 446 et seq.

²⁴⁰ PIMENTA, J. P. G. O Brasil e a “experiência cisplatina”..., p. 786 et seq.

primeira necessidade do Brasil, como a verdade é sempre a primeira necessidade dos reis”²⁴¹.

As pressões externas advindas dos prejuízos com o bloqueio ao porto de Buenos Aires cresceram ao longo dos anos. As perdas comerciais foram consideráveis:

As exportações da Grã-Bretanha para Buenos Aires somavam mais da metade das mercadorias estrangeiras que entravam naquele porto. Em 1824 elas ultrapassaram a casa de um milhão de pesos fortes, em produtos agrícolas e manufaturados, e declinaram, em 1826, para menos de 155 mil pesos fortes, como conseqüência da guerra e do bloqueio²⁴².

Contudo os que mais pressionavam o Governo Imperial foram os norte-americanos e os franceses. Os EUA não respeitavam o bloqueio e muito se queixavam quanto aos prejuízos que advinham dele. Seu cônsul no Rio de Janeiro, Condy-Raguet, em março de 1827, pedira seus passaportes de despedida e deixara o país, ficando os EUA sem representante junto à Corte brasileira²⁴³. Com os franceses a temperatura subira ainda mais, pois igualmente desconsideravam as regras do bloqueio, e ameaçaram chegar às “vias de fato” caso não fossem indenizados. Em 6 de julho de 1828 a esquadra de doze navios do Almirante Roussin adentrara a Baía da Guanabara e seu comandante exigiu a pronta restituição de três navios irregularmente apresados, bem como a indenização de todas as perdas francesas. Sem ter outra saída ante a peremptória atitude do Almirante francês, que não aceitaria uma recusa brasileira, D. Pedro cedeu. Entregou os três navios e estabeleceu negociação para estipular o valor a ser restituído²⁴⁴.

Por tudo, (a penúria do erário, queixas externas, impopularidade da Guerra, oposição no Parlamento), não restara alternativa além de se estabelecer um tratado com os republicanos do Prata. E as bases agora giravam em torno da independência cisplatina de ambos os beligerantes. Tais bases já tinham sido sugeridas pelo mediador inglês junto à Corte, Sir Robert Gordon, e recusadas pelo Império em fins de 1826²⁴⁵. Entretanto não poderia mais resistir o Imperador frente a tantos obstáculos à continuidade do conflito. Em

²⁴¹ CALÓGERAS, *A Política Exterior do Império...*, p. 458.

²⁴² BANDEIRA, *op. cit.*, p. 51.

²⁴³ CALÓGERAS, *op. cit.*, p. 439.

²⁴⁴ CALÓGERAS, *op. cit.*, p. 441-442. ; ARMITAGE, *op. cit.*, p. 166.

²⁴⁵ DOCCA, *op. cit.*, pp. 62-3.

princípios de 1828 consentira em que a diplomacia brasileira redigisse uma proposta para ser remetida às Províncias Unidas. Ficara pronta em 10 de fevereiro. Composta de cinco artigos, fora encontrada nos arquivos do Itamaraty por Souza Docca em fins da década de 1920²⁴⁶. Teve certa influência do resumo em que Lord Ponsonby, cônsul inglês em Buenos Aires, expressara os pontos que possibilitariam a negociação, porém traria modificações e adicionaria novos objetos aos propostos pelo Lord. Fora esta proposta a “cellula da Convenção de paz de 27 de agosto de 1828”²⁴⁷.

Fica evidente que fora o Brasil que iniciara a última rodada de negociações, a que logrou por fim à contenda, o que *não consta* na bibliografia, seja nas obras de historiadores, seja na de diplomatas. Em todas aparece pura e simplesmente a “pressão inglesa”, sendo a Convenção Preliminar “ditada” e imposta pelos britânicos²⁴⁸. Surpreende a supressão à iniciativa brasileira, posto que em sua Fala do Trono de maio de 1828, o Imperador comunicara:

Entabolei, negociações de Paz com o Governo da Republica de Buenos-Ayres, estabelecendo bases para huma Convenção justa, e decoroza, como exigem a Honra Nacional, e a Dignidade do meu Imperial Throno²⁴⁹.

Deste modo concluímos que houve mediação, solicitada por ambos os lados do conflito, assim como pressão para seu término, porém não imposição²⁵⁰. Caso houvesse possibilidade de prosseguir com a empreitada belicosa, certamente D. Pedro o faria. Faltavam-lhe os meios, sobravam-lhe as críticas.

Nas Províncias Unidas, agora com Manuel Dorrego à frente do Governo da Província de Buenos Aires, a situação continuava a se agravar. A guerra civil se alastrava.

²⁴⁶ Ibid., p. 80 et seq.

²⁴⁷ Ibid., p. 86.

²⁴⁸ Com efeito, a proposta brasileira de 10 de fevereiro de 1828 é completamente ignorada pelos autores consultados. Ver: BANDEIRA, op. cit., p. 55; SOUZA, J. O Brasil e o Prata até 1828..., p. 328; PIMENTA, Estado e Nação..., p. 247; RODRIGUES, José Honório. **Uma história diplomática do Brasil, 1531-1945**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. p. 142-143; CERVO, Amado Luiz. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: UNB, 2002. p. 41; FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: USP, 2000. p. 155; POMBO, op. cit., p. 375; CALMON, op. cit., p. 1595-9. Todos estes escreveram posteriormente à obra de S. Docca (1929).

²⁴⁹ BRASIL, Collecção de Decretos, Editaes, Tratados e Artigos Officiaes publicados...

²⁵⁰ Tanto é que Ponsonby intentara realizar alterações na proposta brasileira de 10 de fevereiro, sendo rechaçado pela diplomacia imperial.

Urgia negociar a paz. Para tanto enviara ao Rio de Janeiro como plenipotenciários os generais Juan Ramón e Tomás Guido, os quais em 9 de agosto foram recebidos²⁵¹.

Da parte do Império, foram designados José Clemente Pereira, Marquês de Aracaty e Joaquim de Oliveira Alvares. Os republicanos tinham instruções para estabelecer uma independência temporária da Cisplatina, finda a qual deveria escolher se permaneceria independente ou se optaria a se reunir a um dos lados contratantes. Perceberam os imperiais o embuste contido em tal proposição, sendo patente que os recém independentes orientais tendessem, espontaneamente ou sob influência portenha, à adesão às Províncias Unidas. Não anuíram em tal coisa. Conservaram-se irredutíveis em discutir somente baseados nos princípios contidos na proposta de 10 de fevereiro, que previa a independência absoluta. Prevaleceu a diplomacia brasileira. Lord Ponsonby chegara à Corte vindo de Buenos Aires quando a negociação andava adiantada, sendo apenas consultado pelos platinos quanto à questão das Missões, ocupadas por Frutuoso Rivera. Aconselhara o inglês que cedessem os republicanos em acordar com a devolução daquele território ao Brasil²⁵². Tal fora a negociação que dera origem à Convenção Preliminar de Paz de 27 de agosto de 1828. Estava acertado o nascimento da República Oriental do Uruguai.

No imediato pós-guerra intentaram os comerciantes de ambas as regiões – Bahia e Prata – o reatamento dos contatos mercantis. Não fora tarefa simples, haja vista o período de crise política aguda verificado em Buenos Aires e Montevideú. Informava o Cônsul brasileiro nesta última cidade que “os limitados emolumentos deste consulado, que todos os dias diminuem pelo estado decadente do commercio, apenas chegam para viver aqui com muito [...] regulada economia”²⁵³. Certamente a Guerra desarticulava a economia da região platina, sendo o tumultuado ambiente político um obstáculo para a normalização das atividades comerciais. Era ameaçadora a situação dos brasileiros que permaneceram ou pretenderam se estabelecer em Montevideú: “Não é pequeno o numero dos que temem huma revolução, e não muito remota; e alguns Negociantes Brasileiros aqui residentes ja me tem manifestado bastantes receios pelas suas vidas, e propriedades”²⁵⁴.

²⁵¹ CALÓGERAS, op. cit., p. 458.

²⁵² DOCCA, op. cit., p. 97 et seq.

²⁵³ AHI. Missão Diplomática em Montevideú. Ofícios: 1831-1833. 221-2-08.

²⁵⁴ Idem.

Natural que temessem represálias da parte dos orientais que recém se libertaram do jugo imperial. Não obstante, coligimos alguns dados sobre os primeiros trânsitos comerciais entre os anos de 1830 e 1832. Em mapa das embarcações saídas do porto de Genoval no ano de 1831 enviado pelo Cônsul de Montevideu ao Governo Imperial, constam que, entre 16 embarcações que rumaram para o Brasil, oito tinham como destino o Rio de Janeiro, cinco a Bahia e três Pernambuco²⁵⁵.

Já Buenos Aires teve um fluxo mais intenso. No maço de registros de entradas de embarcações no porto de Salvador no mesmo ano de 1831 temos ao todo 568 registros. Destes, 68 partiram da região platina, sendo que 14 de Buenos Aires, sete de Montevideu, 12 de Porto Alegre, 33 de Rio Grande, um da “Ilha de Assunção” e um de Maldonado²⁵⁶. Somam mais de 11% as embarcações da região do Prata em direção à Bahia em relação ao total averiguado. Perceba-se que ocorrera uma diversificação nos portos de origem, posto que pela primeira vez encontramos registros de Assunção e Maldonado. Assim, lentamente foram os comerciantes contornando os empecilhos opostos pela instabilidade platina e brasileira.

Ambos os chefes dos Estados envolvidos no conflito sentiram os efeitos negativos da luta que arruinara suas finanças e contribuíram para a fragilidade dos seus Governos. Tiveram um fim melancólico. Manuel Dorrego, após a celebração da Convenção, vira-se envolvido no turbilhão da guerra civil que acabou por lhe tirar a vida: fora fuzilado pelas forças do Gen. Lavalle, instigado pelos unitários²⁵⁷.

Já o Imperador brasileiro em seus últimos anos de governo enfrentara crescente oposição, sendo obrigado a abdicar em 7 de abril de 1831. Morrera lutando pelo trono português três anos depois. Na Corte, o fim da Guerra Cisplatina fizera correr pela cidade versos irônicos que demonstrava o sentimento nacional quanto ao conflito:

A côrte vai deitar luto;
A cidade se ilumina:
Acabam nossas desgraças
Lá se foi a Cisplatina.

²⁵⁵ AHI. Missão Diplomática em Montevideu. Ofícios: 1831-1833. 221-2-08.

²⁵⁶ APEB. Seção da Alfândega. Entradas e Saídas de Embarcações-1831. Maço 020.07. Neste maço só constam entradas. Não há registros de saídas de embarcações da Bahia neste período.

²⁵⁷ CALÓGERAS, *A Política Exterior do Império...*, p. 468.

Brava gente Brasileira,
Longe vá-se amor servil;
Deixemos os estrangeiros
E cuidemos do Brasil²⁵⁸.

²⁵⁸ CALMON, História do Brasil: o século XIX..., p. 1599.

CAPÍTULO II

DO SERTÃO A SALVADOR: O RECRUTAMENTO NA BAHIA DURANTE A GUERRA CISPLATINA

*Caçadas onde a vítima, quando não pudesse fugir a tempo, passaria a ser conduzida por meio de pranchadas “disciplinadoras”. Seria lícito chamar de povo em armas às levadas formadas por um tal processo?*¹

Sérgio Buarque de Holanda.

Na discussão desse capítulo, procuro esboçar um histórico do processo de recrutamento no Brasil desde o período colonial até o Primeiro Reinado. Da mesma forma, evidenciar o *modus operandi* deste expediente na Bahia, sua utilização enquanto forma de controle social, suas conseqüências para a população da Província e para o próprio Exército Imperial.

2.1 Organização militar e recrutamento no período Colonial

Na reconstituição histórica do processo de recrutamento na Bahia durante a Guerra Cisplatina, primeiramente temos que nos voltar para tal instituição durante o período colonial, e principalmente durante o Primeiro Reinado, quando se reestruturou o Exército brasileiro.

¹ Prefácio de Sérgio Buarque de Holanda à obra de Jeanne de Castro In: CASTRO, Jeanne Berrance de. **A Milícia Cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850**. São Paulo: Ed. Nacional, 1979. p. XXIV. O grifo é do autor.

Não havia recrutamento – propriamente dito, para exército permanente e pago – na história portuguesa antes do início do século XVII². Na época da reconquista e formação da nacionalidade lusitana a arte militar estava a cargo de bandos voluntários, inseridos no sistema patriarcal encabeçado pela nobreza. A guerra em si era seara dos nobres, que armavam-se e mantinham-se por conta própria, advindo suas rendas dos botins, pelos quais se arriscavam. A conseqüência fora o advento das prestigiosas Ordens Militares da Cavalaria³. Ao soldado-camponês, que por ventura se via arrastado para a guerra, o serviço militar acabava quando o conflito findasse – então voltando para sua terra.

Foram a evolução do modo de se fazer a guerra (com a invenção e aprimoramento dos armamentos), e as crescentes necessidades do Estado nacional – que fizeram imprescindível dispor continuamente de uma força armada adestrada – os motes para a instituição do exército permanente. Dele resultara o serviço militar obrigatório⁴.

Assim, em 1608 o Estado português recrutou seus primeiros corpos regulares. O serviço militar instituído era rudimentar, estando teoricamente sujeitos todos os homens. Dividia-se em duas classes: os “pagos”, que constituíam o exército regular e os “auxiliares”, tropa de reserva incumbida da manutenção da ordem nas vilas e cidades, formada por todos os que tivessem impedimentos para o serviço militar, a exemplo dos casados e deficientes⁵.

A instituição do serviço militar obrigatório, levado a cabo via recrutamento, foi odiado pelo povo desde o princípio. As características deste sistema eram, além das fraudes em favor dos privilegiados, o longo tempo de serviço, a disciplina rígida e o baixo soldo – características essas que foram herdadas pelo Exército Imperial brasileiro. Estas características contribuíram para a decadência do prestígio da carreira militar, não só entre os nobres, como entre as camadas populares.

² LEMOS, Os Mercenários do Imperador..., p.117.

³ Ibid., p.116.

⁴ PUNTONI, Pedro. A arte da guerra no Brasil: tecnologia e estratégia militar na expansão da fronteira da América portuguesa, 1550-1700. In: *CEBRAP – Novos Estudos*. N.º. 53, março de 1999. p. 189-204. p. 191-4. Deixamos consignado que a expressão “serviço militar obrigatório” é contemporânea. Porém aqui a utilizaremos para evitar neologismos. Havia, como veremos, a obrigatoriedade de todos estarem contidos em alguma das instituições militares – exército, milícias ou ordenanças – sem, contudo existir o alistamento nos moldes contemporâneos, como hoje conhecemos, a quem faz 18 anos. Na prática o chamado às armas (ou recrutamento) era circunstancial, assim como ocorrera no Brasil imperial.

⁵ LEMOS, op. cit., p. 117. Cf. PUNTONI, op. cit., p. 191. Este autor data de 1618 a constituição do exército português.

Na América portuguesa, os forais que confirmavam as cartas de doação das capitâneas hereditárias traziam a obrigação de servir em tempos de guerra, sendo que os colonos e moradores serviriam sob ordens do Capitão-general⁶. A primeira tropa lusitana paga viera para a Bahia juntamente com o primeiro Governador Geral, Tomé de Souza em 1549. Composta de “voluntários” tinha um contingente de algumas centenas de praças. Sobre sua organização, ao certo nada se sabe⁷.

Carente de uma melhor organização militar, ao longo do século XVI ganhou força e institucionalização na colônia o antigo princípio da “nação armada”, que teve aqui regulação pelo *Regimento dos Capitaes-Mores e mais Capitaes e Oficiais das Companhias da Gente de Cavalo e de Pé*, baixado por D. Sebastião em 1570. Era uma tentativa de organizar nos domínios coloniais americanos uma estrutura militar que se adequasse às capitâneas hereditárias e seu arcabouço de poder. Nele firmara-se a base da estrutura militar miliciana e das ordenanças, que persistiria durante todo o período colonial e no Império, transmutando-se em 1831 na Guarda Nacional. O *Regimento* teve ainda um adendo, a *Provisão sobre as Ordenanças, agora novamente feitas*, que introduzira algumas disposições não constantes naquele⁸. Em tese todos deveriam pegar em armas quando assim fosse necessário para a defesa: instituiu-se assim o soldado-colono.

De acordo com o *Regimento*, em cada capitania o comando militar ficava a cargo do Capitão-general. Nas vilas o alcaide-mor ou senhor era o capitão, seguido pelo alferes e sargento. Estes cargos foram eletivos até 1709. Contudo, assim como diversas disposições metropolitanas para a colônia, o *Regimento* não teve uma aplicação *ipsis-litteris*. Em cada capitania acabaria por predominar formas próprias de organização e efetivo.

A instituição do terço, após as guerras holandesas, marcou a organização territorial militar colonial e continuou no Império até a extinção das tropas de 2ª e 3ª linhas. Composto por 10 companhias, de 100 homens cada, chefiadas pelos capitães, era o terço governado pelo Mestre-de-Campo. Gustavo Barroso nos dá uma idéia mais precisa sobre sua organização:

⁶ TAVARES, Luís Henrique Dias. **O primeiro século do Brasil: da expansão da Europa Ocidental aos governos gerais das terras do Brasil**. Salvador: EDUFBA, 1999. p. 116.

⁷ BARROSO, Gustavo. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000. p. 15.

⁸ ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO BRASILEIRO. **História do Exército Brasileiro: perfil de um povo**. Brasília e Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1972. Vol. 1. p. 46.

o Governador Brito Freire, restaurando a Capitania de Pernambuco, deu-lhe uma de nossas mais antigas organizações militares. Determinou que cada comarca fornecesse um terço de soldados locais, dando a cada freguesia uma companhia e sendo seus capitães e mestres-de-campo os homens de melhor posição entre os habitantes⁹.

Como nos previne Barroso, assim como o *Regimento*, na prática eram seus efetivos e formações irregulares, sob comando de oficiais que se armavam e fardavam às suas custas, ao largo do que a lei preceituava.

Não havia no período colonial uma grande necessidade de recrutamento para tropas regulares – nem este exigia grandes sacrifícios para a população. Como dito, supostamente todos estavam alistados em suas freguesias. Seus efetivos garantiam a manutenção da ordem local, sendo deslocados somente em casos excepcionais, como as invasões estrangeiras ou revoltas localizadas. A defesa contra índios hostis, ou contra corsários era feita por tais efetivos, amparados pelos contingentes indígenas dos aldeamentos, situados próximos às povoações justamente para este fim¹⁰. No interior a expansão da colonização e combate à resistência dos índios “bravios” ficara a cargo dos bandeirantes e seus mamelucos. Em suma, a defesa colonial ficara em mãos dos colonos e nativos, com alguns comandantes portugueses, dispensando assim, a vinda de um grande contingente de tropas lusitanas de Primeira Linha até a segunda metade do século XVIII. Ademais, esta organização caracterizada pela descentralização e diversificação, acarretava pouco dispêndio para os cofres metropolitanos.

Por volta de 1763, data da transferência do Vice-Reinado da Bahia para o Rio de Janeiro, iniciara-se com o Vice-Rei Conde da Cunha um período de maior organização militar e a presença de efetivos lusitanos, o que seria acelerado com vinda da Família Real para o Brasil. Para o combate aos castelhanos do Sul, vieram de Portugal os regimentos de Moura, Bragança e Estremoz¹¹.

Na então Capital da colônia, foram se organizando regimentos especiais e aumentados os efetivos dos regimentos de 1ª e 2ª linhas já existentes. O mesmo

⁹ BARROSO, opus cit, p. 16.

¹⁰ PARAÍSO, M. H. B. **O tempo da dor e do trabalho: a conquista dos territórios indígenas nos sertões do Leste**. 1998. Tese (Doutorado em História)— Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. p. 63.

¹¹ BARROSO, opus cit. p.21.

acontecendo em São Paulo, Minas Gerais, Bahia, entre outras. Data desse período a ampliação do recrutamento. E o alvo predileto das autoridades responsáveis por tal expediente era tradicionalmente os “vagabundos” e delinqüentes. Na história militar moderna, fora o serviço militar um “castigo” para os elementos ociosos ou criminosos, tendo uma essência correcional. Desta forma recorria-se à comutação da pena, livrando da cadeia indivíduos condenados para colocá-los nos quartéis¹².

A transplantação da Corte para o Brasil (1808) trouxe como conseqüências um fortalecimento na organização militar e o incremento no processo de recrutamento necessário para tanto. Era *mister* promover a centralização do comando (processo só completado com a independência), pois, quando da sua chegada:

A força terrestre estruturava-se basicamente nas capitâneas: tropas de linha, milícias e ordenanças. As milícias mais as ordenanças formavam, em última análise, a base da ordem e da lei, porque garantiam a autoridade civil dos magistrados, e compunham o grosso da defesa. Eram o sustentáculo da integridade territorial. [...] As tropas de linha, mais instruídas, garantiam a autoridade militar dos capitães-generais¹³.

Tinha o Príncipe Regente aspirações estratégico-militares que impuseram a reestruturação das forças terrestres: a conquista de Caiena (levada a cabo em 1809) e a extensão do domínio Português às margens do rio da Prata, com a incorporação da Banda Oriental (atual Uruguai), primeiramente com uma expedição em 1811, e completada pela ocupação em 1816-7.

Outros fatores concorreram para a reestruturação, como a vinda de mais regimentos peninsulares e a incorporação, nas fileiras do Exército, da nobreza lusa, para a qual eram reservados os melhores postos. Tal reformulação, juntamente com as campanhas militares promovidas por D. João elevaram em muito os gastos militares e serviram como combustível da insatisfação para com o domínio português no Brasil¹⁴.

Foram realizações do período joanino a instalação da Academia de Marinha, reorganização do Arsenal da Marinha, criação da Academia Real Militar, do Conselho Supremo Militar e da Intendência Geral da Polícia da Corte. Nas capitâneas vários

¹² CASTRO, A milícia cidadã..., p. 70.

¹³ ESTADO-MAIOR do Exército, opus cit. p. 385.

¹⁴ FAUSTO, Boris. *História do Brasil...*, p. 127-128.

regimentos foram criados ou ampliados, bem como a instalação de um aparato de policiamento – inclusive na Bahia¹⁵.

Para suprir a demanda criada pela expansão militar no Brasil, teve logo D. João que recorrer ao recrutamento. Já em 13 de maio de 1808, por seu Decreto, foi lançado um recrutamento que deveria ser promovido “por todos os meios de brandura e moderação”, estabelecendo aos voluntários oito anos de tempo de serviço e aos recrutados o dobro: 16 anos. Como assinalou J. Lemos: “a praga do serviço militar chegava para valer”¹⁶.

Implantara-se um desenfreado e indiscriminado recrutamento que, levado a termo por autoridades ávidas por reconhecimento, resultou na prisão de muitos agricultores e condutores de gado, tendo como conseqüência um eminente desabastecimento na Corte. Tais abusos fizeram com que o Regente baixasse outro Decreto, a 18 de janeiro de 1809, desta vez com a intenção de frear a ânsia dos recrutadores, estabelecendo isenções aos condutores de gado e gêneros alimentícios, agricultores e mineiros¹⁷. A solução para conseguir novas praças foi novamente recorrer aos “vagabundos”, como ordenara expressamente o Decreto de 19 de fevereiro de 1811¹⁸.

Com a elevação do Brasil à categoria de Reino Unido a Portugal (1815) todo este processo organizacional ganhou novo ímpeto. Devido ao desaparecimento do perigo napoleônico e às necessidades das campanhas sulinas, vieram de Portugal mais tropas: Divisão de Voluntários Reais, dois batalhões de caçadores, três esquadrões de cavalaria e uma companhia de artilharia, totalizando 4830 homens, veteranos das guerras contra o Império Francês. Algumas destas tropas representaram os baluartes da resistência à independência em 1822-1823.

O serviço militar continuou a ser obrigatório e geral. O tempo de serviço ficou estabelecido em 12 anos. Com o progressivo aumento dos corpos regulares e de seu contingente e tendo em vista a dificuldade de se angariar novos recrutas, as ordenanças passaram a ter um papel mais efetivo no provimento das praças para a 1ª Linha. Tal fato originou uma série de problemas ao próprio recrutamento quando da campanha cisplatina.

¹⁵ ESTADO-MAIOR do EXÉRCITO, opus cit. p. 388. Sobre realizações militares do período ver também: CARVALHO, L. P. Macedo de. A ação de D. João VI no Brasil. In: **A Defesa Nacional**. Nº 787. Maio/jun/ago. de 2000. p. 11-23.

¹⁶ LEMOS, Os mercenários do Imperador..., p.120.

¹⁷ Ibid, passim.

¹⁸ Ibid, p. 121.

2.2 A reordenação das Forças Armadas (1821-1824)

Desde meados de 1821, o Príncipe Regente, tendo em vista o processo político que se desenrolara no Reino português (iniciado com a Revolução do Porto de agosto de 1820, que forçara D. João VI a regressar para Portugal), e suas conseqüências para o Brasil, tomou medidas para se precaver contra o projeto recolonizador das Cortes instaladas naquele país, mormente após o “dia do fico” – 9 de janeiro de 1822.

Após a expulsão das tropas lusas comandadas pelo General Avilez, começou o Príncipe a desmontar a administração militar existente, substituindo-a por uma de sua total confiança¹⁹. A independência política brasileira já começava a se desenhar no horizonte... Para garanti-la, sabia o Príncipe que além de cercar-se no topo da pirâmide militar por quadros fiéis (em sua maioria formada por portugueses), era necessário o fortalecimento das tropas genuinamente brasileiras. Tinha em mente uma longa e penosa guerra. Para sustentá-la necessitava de braços que pegassem em armas. Não importavam quais. Assim, iniciou sua campanha de recrutamento recorrendo primeiramente aos criminosos condenados, concedendo perdões de suas penas aos que pegassem em armas²⁰. Fora com criminosos condenados que começara a constituição do Exército brasileiro. Não surpreende, portanto, o conceito que gozava o Exército à época, que pode ser apurado pelos dizeres do tipo: “Este diabo não presta nem para soldado!”²¹

Foi também prometida a compra da liberdade aos escravos que assentassem praça²². Na Bahia, um bom número de escravos correu para as fileiras do Exército Pacificador, como constatado na documentação do Arquivo Público do Estado da Bahia - APEB. Como exemplo, temos a Portaria de 10 de janeiro de 1824:

¹⁹ Lemos, opus cit, p. 160.

²⁰ Ibid., p. 122.

²¹ Ibid., p. 120.

²² Somente na Guerra do Paraguai isto se repetiu. Ver: RODRIGUES, Marcelo Santos. **Os (In)Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai (a participação da Bahia no Conflito)**. 2001. Dissertação (Mestrado em História) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

. Sobre o escravo no Exército ao longo do Império ver: KRAAY, Hendrik. “O abrigo da farda”: o Exército brasileiro e os escravos fugidos, 1800-1888. In. *Afro-Ásia*, n° 17, 1996. p. 29-56.

Tendo representado Plácido da Silva, preto escravo de José Fernandes da Silva Freire, da Cidade da Bahia, haver emigrado para o Quartel General do Exército Pacificador d'aquella Província, onde servira sempre até a restauração da Capital; requerendo por tanto a sua liberdade, na forma que fora promettida aos escravos que defenderão a Causa da Independência: Manda Sua Majestade o Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negócios do Império, inteirado da justiça desta pertença, que o Governo Provisório da mencionada Província, faça passar carta de liberdade ao supplicante, pelo seu respectivo senhor; o qual deverá receber o justo valor do mesmo da Junta da Fazenda da Província, à qual para este fim se expede Portaria na data de hoje²³.

Além dos criminosos e escravos, intentou D. Pedro motivar o voluntariado para o Exército. Por Decreto de 30 de Janeiro de 1822, diminuiu o tempo de serviço a quem se alistasse voluntariamente nos Corpos da 1ª Linha da Guarnição da Corte, para apenas três anos. Nele, dizia que muito “importa à disciplina da tropa que esta seja formada por homens voluntários, bem educados, e com princípios de Honra”²⁴. Contudo, não conseguiu produzir muitas adesões. Pelo visto não havia muitos homens honrados no Rio de Janeiro querendo ser soldados...

Carecendo de tropas, lançou mão D. Pedro da contratação de mercenários estrangeiros. Criou, em oito de janeiro de 1823, o primeiro regimento dessa ordem. Composto quase exclusivamente por alemães, tinha um Estado-Maior e três batalhões, com 834 praças cada. Em 13 de novembro de 1824 trouxe mais um batalhão. No plano geral da 1ª Linha de dezembro de 1824 ficariam sob denominação de 2º e 3º batalhões de granadeiros, 26º e 27º de caçadores. Em junho de 1825 o Batalhão 1ª Linha criado em Sergipe passa a ser o 26º de Caçadores e os estrangeiros passam a ser conseqüentemente 27º e 28º. Em 1827 vieram 2000 irlandeses que foram incorporados à Guarnição da Corte. Para a Marinha vieram oficiais e marinheiros, quase exclusivamente ingleses.

Entre os mercenários vindos para o Brasil encontravam-se nobres decaídos e endividados, criminosos, desertores e aldeões enganados em busca de terra.²⁵ A solução para aumentar o efetivo do Exército, além do recurso aos mercenários, teve que ser mesmo o recrutamento forçado. Para tanto, teve D. Pedro o mérito de tentar regular tal expediente,

²³ APEB. Seção Colonial e Provincial. Avisos Ministeriais-1824. Maço 754-1.

²⁴ LEMOS, opus cit, p.123. Apud BRASIL, **Decretos, Leis e Alvarás**, 1822, p. 4.

²⁵ BARROSO, História Militar do Brasil..., p.45

com o Decreto de 10 de julho de 1822, no intuito de coibir os abusos que tanto afligiam a população desprotegida. Na prática, a execução do recrutamento deu vazão a uma série de arbítrios, desmandos e vinganças. Não obstante, por ser o mais importante documento da legislação sobre o recrutamento durante o Primeiro Reinado, faz-se necessária sua leitura, posto que é essencial para a inteligibilidade do presente texto:

Achando-se Corpos de 1ª Linha desta Corte ainda no estado incompleto das praças determinadas pelo novíssimo Decreto de 7 de maio deste anno, cujo preenchimento he indispensável, tanto pelo crescido serviço da guarnição, como pela segurança e defesa da província, sem que bastassem as suaves Disposições do Decreto de 30 de janeiro: e Reconhecendo por tanto o Príncipe Regente a necessidade de hum mais activo recrutamento, que, sem detrimento das Artes, e Navegação, Commercio, e Agricultura, fontes da prosperidade publica, comprehenda os indivíduos, que por nenhuma publica occupação, ou legal industria, viveiros de criminosa occiosidade, só lhes servem de impedimento; Manda [...] que o Tenente General Joaquim Xavier Curado, Governador das Armas da Corte e Província, expeça logo as mais terminantes ordens [...] para procederem ao recrutamento [...] mandando primeiro nesta Corte fazer constar por Editos Affixados em todos os lugares publicos, o primeiro artigo das Instruções, bem como em todos os Destrictos da Província; afim de que seja manifesto, que S. A. R. prefere os meios de brandura e suavidade ás necessarias medidas de rigor. Paço em 10 de Julho de 1822. Luiz Pereira da Nóbrega de Souza Coutinho

I. S. A. R. Ha Por Bem ampliar por mais hum mez a Disposição da Decreto de 30 de Janeiro deste anno, por que concede servirem somente por 3 annos os individuos, que asentarem praça voluntariamente nos Corpos da Primeira Linha; este praso será contado desde o dia do affixamento dos Editos, ou na Corte, ou nos Destrictos, cujos Commandantes deverão participar ao Quartel General o dia, em que os affixarem.

II. Concluído o determinado praso, proceder-se-ha logo ao recrutamento, no qual serão comprehendidos os individuos das classes abaixo declaradas.

III. Ficão sujeitos ao recrutamento todos os homens brancos solteiros, e ainda pardos e libertos de idade de 18 a 35 annos, que não tiverem a seu favor as excepções, de que logo se tratará.

IV. Os caxeiros de lojas de bebidas, e tabernas, sendo solteiros, e de idade até 35 annos.

V. Os milicianos impropriamente alistados, e que não estiverem fardados, ou não subsistirem de huma honesta, e legal industria.

VI. São isentos do recrutamento os homens casados; o irmão de órfãos, que tiver a seu cargo a subsistencia, e educação delles; o filho unico de lavrador, ou hum á sua escolha quando houver mais de hum, cultivando terras ou proprias, ou aforadas, ou arrendadas.

VII. O artigo acima se estende do mesmo modo ao filho unico de viuvas.

VIII. São tambem isentos; o feitor, ou administrador de fazenda com mais de seis escravos, ou plantação, ou de criação, ou de olaria.

IX. Os tropeiros, boiadeiros, os mestres de officios com loja aberta, pedreiros, carpinteiros, canteiros, pescadores de qualquer discrição, huma vez que exercitem o seus officios effectivamente, e tenham bom comportamento.

X. No dito artigo ficão comprehendidos os mais officios fabris, debaixo da condição designada; igualmente em cada cocheira publica não poderá haver mais de oito bolieiros, conforme o numero das seges que tiverem: nas cazas dos particulares, que tiverem mais de duas seges, dois; e hum nas dos que tiverem de huma até duas; e afim de que não haja niso abuso, o Intendente Geral da Policia mandará logo fazer hum alistamento geral dos bolieiros das cocheiras publicas, e passar aos que forem comprehendidos hum certificado, que valerá em quanto elles estiverem no serviço das ditas cocheiras; os moços das cocheiras de cavallos de aluguel não são comprehendidos na presente isempção.

XI. Os marinheiros, grumetes, e moços, que se acharem embarcados, ou matriculados; os Arraes e effectivos de barcos de conduzir mantimentos, ou outros gêneros.

XII. Ficão isemptos tambem do recrutamento nas cazas de commercio de grosso tracto tres caxeiros, nas de segunda ordem dous, nas de pequena hum.

XIII. Esta isempção acima será igualmente applicada em toda a sua extenção ás cazas de commercio estrangeiras.

XIV. Todos os estudantes que apresentarem attestados dos respectivos professores, que certifiquem a sua applicação e aproveitamento.

XV. Os Commandantes dos Destrictos irão remetendo ao Quartel General succesivamente os recrutas que se forem apurando, acompanhados de competente escolta para guarda, sem que jamais empreguem correntes, algemas, ou manilhas.

XVI. Os recrutas virão acompanhados de suas relações indicativas de suas circumstancias, e assignadas pelos respectivos Commandantes dos Destrictos; [...]

XVII. Á cada huma das praças, de quer se compozer a escolta, se abonará pela Thesouraria Geral das Tropas da Corte, oitenta reis diarios, contados desde o dia em que sahirem dos Destrictos até aquelle em que a elles regressarem, á vista do seu itinerario, pelo qual de fara a conta na mesma Thesouraria Geral das Tropas, levando o vista do Quartel General. Os recrutas porém serão tambem abonados de sessenta reis diarios, até ao dia de sua apresentação no Quartel general.

XVIII. Feito o recrutamento para a 1^a Linha, procederão immediatamente os Commndantes dos Destrictos a hum exacto alistamento, sem excepção de pessoa, de todos os individuos dispensados do recrutamento, formalisarão duas relações nominaes, e decleratorias das posses, circumstancias, e iddes; huma, dos que devem servir na 2^a Linha, e outra dos que estão em circumstancias de passarem para as ordenaças; e as remetterão á Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, para que, sendo approvadas, se expeção as ordens para se lhes fazer os convenientes assentos de praças. Secretaria de Estado. 10 de julho de 1822. Antonio Pimentel do Vabo²⁶.

²⁶ APEB. Seção Colonial e Provincial. Avisos Ministeriais-1822/23. Maço 754.

Apesar da regulação, as Instruções deixaram várias brechas que permitiram a perpetração dos abusos, notadamente a respeito do “bom comportamento” necessário para a efetiva isenção.

Na Assembléia Constituinte de 1823, os deputados intentaram impor limites à autoridade militar de D. Pedro I. A força terrestre seria dividida em três classes: Exército de Linha, milícias e guardas policiais. O Exército de Linha seria destinado apenas à manutenção da segurança externa.

Em caso de revolta no interior, precisaria o poder executivo de autorização legislativa para a intervenção. Contudo, o que mais desagradou ao Imperador e aos militares foram os dois últimos artigos que diziam respeito a sua autoridade: não haveria generalíssimo em tempo de paz, assim como a força armada seria essencialmente obediente, não podendo ser corpo deliberante²⁷. A reação não tardou. Com o auxílio dos militares o Imperador, a 12 de novembro de 1823, dissolveu a Assembléia Constituinte e afugentou os deputados para longe do Rio de Janeiro.

Outorgada pelo Imperador a Constituição de 25 de março de 1824, estava sacramentada a institucionalização do Exército Imperial. Nela, D. Pedro I não abriu mão da condição de generalíssimo, nem de dispor da força armada de mar e terra como lhe parecesse conveniente. Entretanto, a Carta de 1824 não pode ser de todo considerada arbitrária, pois assegurava para a Assembléia a fixação anual das forças de mar e terra, bem como ser privativo da Câmara dos Deputados a iniciativa sobre recrutamento.

No tocante ao serviço militar, prescreveu que todos os brasileiros eram obrigados a pegar em armas se necessário fosse para garantir a independência e integridade do Império, defendendo-o dos inimigos externos e internos²⁸. Tendo em vista que a Assembléia só voltou a funcionar em 1826, todo o recrutamento efetuado desde 1824 até esta data fora, portanto, inconstitucional.

A 1º de dezembro de 1824, ocorreu a mais marcante alteração na estrutura militar herdada dos lusitanos, com o Decreto intitulado “Tabela da Nova Organização do Exército de 1ª Linha”. Até então reinava a mais completa babel nas denominações e organizações

²⁷ LEMOS, Mercenários do Imperador..., p. 162-163.

²⁸ Ibid, passim.

das tropas espalhadas pelo Brasil. Pelo Decreto, foi o Exército Imperial constituído por: um Batalhão do Imperador, dois Batalhões de Granadeiros, 27 Batalhões de Caçadores (em 1825 foi acrescido mais um, de Sergipe), sete Regimentos de Cavalaria e 17 Corpos de Artilharia²⁹.

A Bahia ficara guarnecida pelos Batalhões 13º, 14º, e 15º de Caçadores e o 7º Corpo de Artilharia. Contávamos também com o Esquadrão de Cavalaria de Água de Meninos. De todo o efetivo de 1ª Linha da Província, somente o 15º Batalhão não foi destacado (completamente) para a Campanha Cisplatina, porém, forneceu praças para os 13º e 14º que para lá se dirigiram.

2.3 O Recrutamento na Bahia na época da Independência

Após os acontecimentos de 1821, quando a Bahia aderiu às Cortes de Lisboa enviando deputados para o Reino e instalando uma Junta Provisória de Governo submissa aos ditames vindos da Capital lusa, o ânimo dos baianos começara a mudar. Já em novembro daquele ano, percebidas as intenções recolonizadoras lisboetas, teve início uma série de episódios que desencadearam as animosidades entre portugueses e brasileiros pelas ruas da Cidade da Bahia, e a conseqüente guerra finda em dois de julho de 1823³⁰.

Na Bahia, os acontecimentos tomaram uma feição diversa do ocorrido no restante do Brasil durante a independência. Ao contrário do que se viu na Corte, pois para contrapor às tropas fiéis às Cortes, teve D. Pedro que recorrer aos milicianos, principalmente paulistas, os baianos emigraram em grande número para o Recôncavo, vindos de Salvador e das vilas do interior³¹.

²⁹ PAULA, Eurípedes Simões de. A organização do Exército Brasileiro. In: BARRETO, Célia de Barros [et al.]. O Brasil monárquico, tomo II: o processo de emancipação... p. 265-77. p. 274.

³⁰ TAVARES, História da Bahia..., p. 222-250.

³¹ Não obstante havia também recrutamento e certa dose de violência e coerção para que muitos lutassem. Sobre a participação popular na guerra de independência da Bahia ver: GUERRA FILHO, O Povo e a Guerra... op. cit.

Verificamos diversas súplicas e requerimentos de soteropolitanos que emigraram voluntariamente, assim como o citado escravo Plácido, para engrossar o contingente do Exército Pacificador. Isto se deu pelas circunstâncias extraordinárias vividas na Bahia da época. Afora a possibilidade de que os indivíduos que acorriam para o Recôncavo para pegar em armas pudessem ter interesses específicos, como a obtenção da liberdade, ou medo das perseguições lusitanas, por exemplo, as tropas de Madeira de Mello, bem como a elite comercial monopolista portuguesa, ensejavam nos brasileiros rancores há tempos arraigados, despertando assim, o sentimento nativista que opunha americanos *versus* europeus³². Portanto, a guerra aparecia como um meio de vingança pelo passado de opressão lusitana, que teria vazão também depois da independência nos mata-marotos vistos na Bahia até após a Abdicação, em 1831.

Foram de inestimável valor os regimentos milicianos e aqueles formados por voluntários, na defesa do Recôncavo e no cerco à Capital. L. H. D. Tavares cita os mais conhecidos formados na fase de junho a outubro de 1822:

Companhia dos Caçadores de Santo Amaro, que obedeceu ao comando do proprietário capitão Antônio de Bittencourt Berenguer César; Voluntários da Vila de São Francisco, organizado e comandado pelo proprietário Alexandre Gomes de Argollo Ferrão; e os Voluntários do Príncipe Dom Pedro, denominado dos Periquitos (por causa da farda), sob comando do major miliciano José Antônio da Silva Castro³³.

Além destes, formaram-se novos batalhões à medida que chegavam efetivos vindos de diversas partes da Província, como o comandado por frei José Maria Brayner, denominado Encourados dos Pedrões.

Finda a guerra e consolidada a independência, na Bahia a situação do recrutamento tendeu a seguir o padrão do restante do Império: proporção ínfima de voluntários e recrutamento forçado a “pau e corda”, com resultados pouco efetivos, pois era constante a falta de praças para completar os quadros da Primeira Linha na Província. O ímpeto voluntarista dos tempos da restauração da Capital cessou...

Por Bando de três de junho de 1824, o Presidente Francisco Vicente Vianna convidava:

³² PIMENTA, João Paulo G. Estado e Nação no Fim dos Impérios Ibéricos no Prata..., p. 186 et seq.

³³ TAVARES, opus cit, p. 237-38.

a todos os habitantes desta Província, que tiverem de quinze até quarenta annos compareção no palácio deste Governo da publicação deste em diante desde onze horas até uma da tarde para serem alistados na tropa de 1ª e 2ª Linha. E os que se alistarem voluntariamente na 1ª receberão immediatamente huã cautela assignada pelo Exmo. Governador das Armas, que será apresentada ao Comandante do respectivo Corpo no acto de assentar praça, e por ella sem dependência de outras ordens serão excusos do serviço logo que os tratados do Brazil com Portugal forem ratificados, ficando tambem dispensados para o futuro de qualquer serviço de tropa regular, e cobertos de gloria pelo voluntario sacrificio a que se consagrarão para salvar a Patria³⁴.

O convite para o sacrificio não foi aceito por muitos. Uma semana depois lançara outro Bando (11 de junho), pois, “não tendo comparecido hum numero sufficiente para defender a Pátria” teve ele que refazer o convite ameaçando recorrer “ao necessario recrutamento sem privilegio algum de voluntario, ou izenção do serviço militar” aos que não se alistassem. No mesmo Bando, Vianna conclama que aos “que tem tido a desgraça de desertar de suas bandeiras poderão dentro do espaço de hum mez contado da publicação deste recolher-se aos seus batalhões ficando logo perdoados da primeira e segunda deserção”³⁵.

Devido à falta de voluntários, as soluções foram mesmo o recrutamento forçado e o perdão aos desertores (e havia muitos desertores no pós-guerra de independência), bem como a contratação de mercenários estrangeiros.

Além do temor da reconquista portuguesa, teve D. Pedro, ao longo de 1824, que sufocar a Confederação do Equador. Nesse esforço a Bahia também contribuiu, enviando tropas e fornecendo marinheiros para as embarcações que bloqueavam o porto de Recife. A falta de voluntários para a Marinha era ainda pior que no Exército. A tentativa de atrair voluntários que deveriam seguir para Pernambuco fizera com que o Governo Central autorizasse “offerecer, aos que voluntariamente se apresentarem, dez mil reis de gratificação por huma só vez, na forma praticada nesta Corte”³⁶.

³⁴ APEB. Seção Colonial e Provincial. Proclamações e Bandos. Maço 1074. Neste Bando vemos um claro desrespeito às Instruções de 1822, pois a faixa etária fora estendida em oito anos: em vez de 18 a 35, passou a ser de 15 a 40 anos. Pelo que consta na documentação, foi esta a faixa etária que predominou na prática.

³⁵ APEB. Seção Colonial e Provincial. Proclamações e Bandos. Maço 1074.

³⁶ APEB. Seção Colonial e Provincial. Avisos Ministeriais-1824. Maço 754-1.

No âmbito provincial, em 1824 teve lugar também o Levante dos Periquitos (3º Batalhão de Caçadores), que conturbou Salvador durante os meses de outubro e novembro, e ocasionou muitas deserções nos Corpos³⁷.

2.4 O Serviço Militar e o recrutamento (1825-1828)

O ano de 1825 chegou, já tendo sido debelada a revolta no Norte e apaziguados (por ora) os descontentes com a Constituição de 1824. Não obstante, enganaram-se os que apostaram no arrefecimento do recrutamento. O que se viu foi o oposto: ele só fez recrudescer. Isso se deu pela completa falta de voluntários, que obrigou o Governo Central, para sustentar a campanha que se anunciava no Sul, a exigir das autoridades uma “maior energia e actividade no recrutamento”³⁸.

Vejamos primeiro os motivos para a falta de voluntarismo no pós-independência.

Sem contar o péssimo conceito que desfrutava o serviço militar (e as próprias instituições: Exército e Marinha) desde tempos coloniais, as Forças Armadas durante o Império foram vistas como sustentáculo do regime autoritário que nascera em 1822-1824. Some-se a isto o completo desinteresse, ou mesmo repúdio, pela campanha do Prata, não só pela população, como também no Parlamento. Contudo, as razões para fugir dos apelos para alistamento eram de ordem mais prática.

D. Pedro garantira aos voluntários que participassem da guerra de independência o tempo de serviço de apenas três anos ou, no caso do Bando passado pelo Presidente da Província Francisco Vianna, até o término das hostilidades lusitanas. Essas promessas tenderam a não serem cumpridas, ou, no mínimo, proteladas. Podemos vislumbrar isto nas súplicas, individuais ou coletivas, requerendo dispensa do serviço, como a do frei José Maria Brayner e seus Encourados dos Pedrões:

³⁷ TAVARES, L. H. D. **O Levante dos Periquitos na Bahia: um episódio obscuro do primeiro Império**. Salvador: Centro de Estudos Baianos da UFBA, 1990. N.º. 144.

³⁸ É lugar comum nos Avisos Ministeriais a partir de 1825 a utilização de expressões como esta no tocante ao recrutamento. Ver: APEB, Seção Colonial e Provincial. Avisos Ministeriais. Maços 755 a 757-1.

Diz José Maria Brayner, que tendo em qualidade de commandante, no tempo da Guerra, dos voluntários da Companhia dos Couraças, representando a S. M. I., o plano de criação da mesma Companhia; e tendo sido huma das condições, que finda a Guerra não seriam encomodados para serviço das tropas de 1ª, e 2ª Linha, e até das ordenanças, e havendo S. M. I. por bem mandar informar a V. Exa. por resolução vinda a esta Cidade em 6 de julho de 1824, cumpre ao Suplicante suplicar a V. Exa. a bem dos mesmos voluntários, que haja de mandar por officio fazer inteligentes aos cappitaens-mores das villas de Caxoeiras, Água Fria, e Santarém, afim de que não encomodem aquellos individuos, que estiverem nos seus districtos, que servirão no dito Corpo, até a 2ª ordem de V Exa., e ulterior de S. M. I. a que esta affecto o negocio, regulando-se os mesmos cappitaens-mores, pelas listas inclusas, afim de se não confundirem os briozos voluntários daquelle Corpo, que tantos serviços prestarão á Nação e a S. M. o Imperador, com outros individuos, que pretendão maxiavelicamente gozar do mesmo indulto³⁹.

No mesmo documento consta um “recebido” do Presidente, no qual decide que “sejão dispensados os Supplicados [...] por seis meses, em quanto S. M. I. Resolve o que parecer justo”. Percebe-se que a execução da palavra do Imperador tinha que ser negociada. Com a protelação da decisão, voltaria assim o frei a requisitar a execução da promessa:

Diz frei José Maria Brayner em qualidade de commandante da Guerrilha Imperial do Pedrão, que tendo requerido a V. Exa. a dispensa do serviço de 1ª e 2ª, e igualmente das ordenanças, conforme o plano que esta affecto a S. M. o Imperador V. Exa. servido dispensa-lo por tempo de dois meses [?] enquanto S. M. rezolvia o que parecesse justo; e por que estes se tem findado, e ainda se acha nas mesmas circunstancias, por isso recorre.

Para V. Exa. se sirva conceder-lhe mais tempo de dispensa visto que S. M. tendo remunerado ao Suplicante e aos seus officiais; de viva voz prometeo dispensar aos individuos da sua corporação de todo o serviço da 1ª e 2ª Linha, e ate mesmo das ordenanças estando elles sempre promptos quando o Trono e Pátria exigirem os seus serviços⁴⁰.

Desta vez, foram dispensados apenas “por hum mez”, em 14 de dezembro de 1825. Note-se que à época o reconhecimento da independência já havia sido obtido, em agosto do mesmo ano, desaparecendo a justificativa do temor pela reconquista portuguesa. Esta justificativa era evidentemente pretexto para não se dispensar os voluntários, pois mesmo

³⁹ APEB. Seção Colonial e Provincial. Militares – escusas. Maço 3751.

⁴⁰ APEB. Seção Colonial e Provincial. Militares – escusas. Maço 3751

após o reconhecimento deveriam ser eles dispensados somente na medida em que seus Corpos fossem sendo preenchidos, algo difícil por aqueles idos. Quando de sua visita a Salvador em 1826, D. Pedro recebeu diversas súplicas de voluntários que lutaram em 1822/23, deferindo algumas⁴¹. Entretanto, dispensa mesmo, em grande número, só após o término da guerra no Prata... O descumprimento dessas e outras promessas acabavam por afastar os voluntários do serviço militar. Não era, contudo, somente por isso.

As condições de vida no Exército também não contribuíam para entusiasmar novas adesões ao alistamento. As perspectivas de uma carreira com muitas promoções aos que entravam em serviço com praça de soldado eram diminutas. Mesmo conseguindo alcançar o posto de alferes (este era um dos postos mais requeridos, sendo o primeiro da hierarquia da oficialidade), tinham como soldo apenas 15\$000 réis⁴². Anualmente somava, portanto 180\$000 réis, algo próximo do que ganhava um carpinteiro⁴³. Em campanha, vencia-se soldo dobrado, bem como havia uma série de gratificações e pagamento das etapas, para alimentação⁴⁴. Entretanto os maiores beneficiados eram evidentemente os altos oficiais.

Muitas vezes o soldo recebido não dava nem para o sustento das famílias, como fica evidente na súplica de Alexandre de Souza Coutinho, que assentou praça voluntariamente no Batalhão nº 13, e solicitava sua baixa “para que as urgentes circunstancias do peso de huma familia que tem por pay ao Supplicante” não levassem, pela impossibilidade de sobreviver com o soldo, “ao desabrigo em que pode vir a cair a mesma familia”⁴⁵.

Além dos baixos soldos, foi constante o atraso no pagamento dos mesmos. Principalmente aos que tiveram a infelicidade de serem destacados para a guerra no Sul, pois a burocracia e desorganização tornavam o pagamento intermitente. A situação na Marinha era ainda pior, chegando o atraso a seis meses⁴⁶.

Outro elemento que desencorajava aos que por ventura quisessem seguir carreira militar era as suas famílias. Devido aos constantes destacamentos de tropas por todo o

⁴¹ APEB. Seção Colonial e Provincial. Ordens do Imperador. Maço 753-1.

⁴² APEB. Seção Colonial e Provincial. Avisos Ministeriais-1822/23. Maço 754.

⁴³ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, Século XIX. Uma Província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. p.548

⁴⁴ MAGALHÃES, João Batista. *A Evolução Militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 1998. p.258.

⁴⁵ APEB. Seção Colonial e Provincial. Correspondência ao Imperador. Maço 642.

⁴⁶ APEB. Seção Colonial e Provincial. Avisos Ministeriais-1825. Maço 755.

Império, muitas famílias se viam desamparadas com a partida de seus entes. Vejamos um exemplo:

Diz Joanna Maria da Conceição cazada com Manuel de Jesus de Souza, Soldado do 1º Batalhão da primeira linha desta cidade, que sendo preciso a hum brigue de guerra da competente guarnição, que deste porto da Bahia sahio, para hum dos logares do Sul [...] vem recorrer a V. M. I. e Constitucional, como senhor e Pae dos seus vassallos, para que se digne de conceder a Supplicante huma esmola⁴⁷.

Pobre Joana, não sabia nem para onde o marido tinha ido (era praticamente impossível naqueles tempos da guerra platina a comunicação entre os combatentes e suas famílias), ficando à sua própria sorte com mais dois filhos, de um e quatro anos de idade. Apesar de Juvêncio Lemos referir-se ao acompanhamento das famílias da soldadesca em campanha, encontramos pouquíssimas destas referências nas fontes pesquisadas do período⁴⁸. A situação das viúvas e órfãos dos militares não era muito melhor: aos mortos na guerra de independência receberiam meio soldo⁴⁹.

Outra razão para fugir do recrutamento era a vida nos quartéis. Novamente é Lemos quem demonstra como eram a disciplina e o cotidiano nas casernas:

A disciplina, sob verniz de desleixo, era bárbara.

Aliás, não se conhecia a relação superior-subordinado. A transposição para dentro dos quartéis da única relação social admitida pela civilização lusitana fazia com que as coisas acontecessem a nível feitor-escravo. [...] Cultuava-se com a maior naturalidade o velho adágio castelhano, que resumia as necessidades básicas do soldado: *pret, pan y palo*.

Pret era o minguido soldo, pago semanalmente às praças (vem daí a expressão “praça-de-pré); *pan*, pão, o alimento que a nação fornecia e que não podia ser recusado; e *palo*, pau, cacetadas, chibatadas, bordoadas, pranchaços e outros similares processos de violenta redução à ordem, e que eram o esteio fundamental da disciplina militar prestante.[...]

Em tempos de paz, nos quartéis de guarnição, em principio imperava o marasmo. O soldado estava de guarda, ou em trabalho braçal não-qualificado, ou totalmente desocupado.

Não havia qualquer tipo de instrução, adestramentos, exercícios ou manobras. A tropa passava anos sem disparar um tiro só⁵⁰.

⁴⁷ APEB. Seção Colonial e Provincial. Correspondência ao Imperador. Maço 639.

⁴⁸ LEMOS, Mercenários do Imperador..., p. 170.

⁴⁹ APEB. Seção Colonial e Provincial. Avisos Ministeriais-1822/23. Maço 754. As pensões para a base hierárquica do Exército pareceu variar entre o meio e o soldo inteiro.

⁵⁰ LEMOS, opus cit., p.170.

Certamente era algo pouco almejado. Desta feita, não houve outro modo de se sustentar a guerra que não o recrutamento forçado, com tempo de serviço de oito anos. Foram vários os expedientes utilizados pelas autoridades recrutadoras para levar a cabo essa difícil tarefa. Ao terem notícias de que o recrutamento chegaria em seus distritos, os nele compreendidos pelas Instruções (ou não, pois era sabido que se prendia antes, para se averiguar depois) rapidamente procuravam se esconder. É grande o número de referências a estas tentativas de resistência ao odiado recrutamento. Em ofício ao Presidente Visconde de Camamú, o Capitão-mor Gonçalo Gomes da Silva, de Itiuba, ao informar que apenas remetia para a Capital quatro recrutas dizia que “he os que se poderão aprontar por andarem escondidos pelos matos”⁵¹. O mesmo noticiara o Capitão-mor Francisco Álvares da Silva, de Abadia, comentando o porquê do envio de dez recrutas: “forão os que pude adquirir, que alem do districto ser pequeno, nestas occaziões todos se fazem aos mattos”⁵².

Para impedir que os compreendidos se ocultassem, era recomendado que se fizesse segredo de quando se recrutaria. A estratégia pode ser apreciada nas palavras do Capitão-mor Joaquim Ignácio da Costa, de Maragogipe:

Exmo. Sr. cumpre-me apresentar a V. Exa. que expedindo eu ordens circulares no dia 25 de setembro passado de recrutarem na madrugada depois de missa de festa por julgar ser ocasião oportuna de adjunto de povos nas matrizes, capellas, e oratórios, não foi bastante esta medida determinada debaixo do maior silencio, não obstante alguns capitaens por dever seos inferiores fizerão publico o segredo antes da ora designada, por cuja razão senão effectuou hum recrutamento sufficiente⁵³.

Recursos parecidos também foram utilizados em outras partes do Brasil, como em Minas Gerais:

A população era convocada para uma extemporânea procissão de Corpus Cristi. Os padres, já surpresos com a inusitada alteração no calendário litúrgico, espantavam-se ainda mais quando, no meio da cerimônia surgiam soldados do Império que, às gargalhadas, e na base do pau e corda, arrebanhavam os apavorados fiéis e os despachavam, a ferros, para os quartéis do Rio de Janeiro⁵⁴.

⁵¹ APEB. Seção Colonial e Provincial. Recrutamento. Maço 3485.

⁵² APEB. Seção Colonial e Provincial. Recrutamento. Maço 3488.

⁵³ APEB. Seção Colonial e Provincial. Recrutamento. Maço 3488.

⁵⁴ LEMOS, opus cit. p.126.

Além de explorar cerimônias religiosas, lançava-se igualmente mão das festas profanas:

Uma armadilha, que sempre apresentava excelentes resultados, era colocar a banda de música no centro da praça principal do povoado e dar início a maviosa retreta. Tão logo a rapaziada chegava para saber o motivo da festa, uma experiente patrulha, até então escondida, caía-lhes em cima... A programação de serestas também foi muito usada⁵⁵.

Não obstante os resultados positivos no intuito de angariar recrutas, estas criativas formas de recrutamento foram denunciadas à Câmara dos Deputados, que suspendeu tais práticas. Mas a oposição não partira somente dos representantes da nação. O povo tratava de resistir a seu modo. A situação em Rio de Contas, por exemplo, não estava muito propícia ao recrutamento:

O recrutamento que V. Exa. avisa no outro respeitável officio de 15 do mesmo mez [dezembro de 1827] não tive occasião de recebe-lo antes, pois sem duvida havia ter desempenhado o meu dever, si as coisas desta Villa não estivessem como vou a expor. Não será extranho a V. Exa. que hindo desta Villa alguns recrutas, e um reo de morte para essa Cidade no dia 25 de novembro forão soltos na mata do Curralinho por uns criminosos, e facinorozos: estes regresando para os subúrbios desta Villa [...] publicando que desta Villa não vai mais recruta ou prezo algum, porque elles o tirarão em caminho. Este privilegio por elles arbitrado, muita parte do povo o adopta, e se teme que por esse motivo tanto que se prenda o primeiro para recruta se não unão a elles, tanto que fiquem as coisas em pior figura, e as pequenas forças que tem esta Villa ainda não são bastantes para obstar algum repentino ataque, que estes malvados ententem⁵⁶.

Tão esclarecedor este documento (de dois de fevereiro de 1828) sobre a disposição popular frente ao recrutamento. Tratava-se, no caso, da resistência exercida pelos chamados Mucunãs, um grupo de marginalizados que aterrorizavam as autoridades provinciais durante os últimos anos do Primeiro Reinado. Estavam eles enquadrados dentro do ambiente de instabilidade política dos sertões, como demonstrou Argemiro R. de Souza Filho⁵⁷. Entre suas atividades de oposição à ordem vigente estava a obstrução ao

⁵⁵ Idem.

⁵⁶ APEB. Seção Colonial e Provincial. Recrutamento. Maço 3488.

⁵⁷ SOUZA FILHO, Argemiro Ribeiro de. **A Guerra de Independência na Bahia: Manifestações políticas e violência na formação do Estado Nacional (Rio de Contas e Caetité)**. 2003. Dissertação (Mestrado em História) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador. p. 183 et seq.

recrutamento, como fica explícito em missiva de quatro de novembro do dito ano, da mesma vila:

Querendo eu dar cumprimento aos officios de V. Exa de 9 de junho e 15 de agosto passado; acho-me agora isbarrado por que depois da publicação do Bando de 15 de agosto não apareceu hú só recruta, mais, e nem ordenanças, huns com medo de prisam, e outros com medo de serem chamados para condução dos recrutas; além disto há noticias de andarem os faciosos Mucunam continuando com sua facção, que apesar das promptas providencias não se tem conseguido a sua captura, e alguns com medo de serem chamados para seguir os faciosos, em fim anda tudo escondido⁵⁸.

Fora, uma espécie de “banditismo social” apoiado pela população da dita vila, e tendo como suporte uma rede de patrocínios a partir de certos proprietários e autoridades engajados no embate frente aos elementos portugueses da região⁵⁹. E conseguiram atravancar o envio de recrutas daquelas paragens, pois no mesmo officio transcrito, relatara o Capitão-mor que haviam recrutas presos vindos de Caetité, e que os mantinha na cadeia, por temor que ocorresse o mesmo, se tentasse remetê-los, do sucedido na vez anterior em que “morrerão alguns dos recrutas, outros fugirão” no caminho para Salvador.

Não era tarefa fácil essa de recrutar gente nos sertões, e não somente pela resistência popular. Muitos foram os casos em que milicianos ou ordenanças obstruíam tal expediente, pois estavam também imbricados nas mesmas teias sociais de compadrio local. Havia também um choque de autoridade entre ambos, por serem tanto os milicianos quanto as ordenanças os responsáveis pelo recrutamento.

Sofriam mais as ordenanças o peso do expediente recrutador, pois ao mesmo tempo em que tinham por obrigação efetuá-lo, eram vítimas dele, por serem o contingente de reserva para a 1ª e 2ª linhas. Isso fica evidente em uma correspondência de Manuel Mariano do Rozario Figueiredo, de Santa Cruz. Dizia ele ao Presidente a 20 de agosto de 1828, que:

sendo o meu districto, o mais despovoado desta Capitania, foi o mesmo o que nelle se formalizou hum batalhão de milicias de seis companhias, das quais não escaparão os pobres lavradores e pescadores do mar alto, e mesmo muitos de quarenta, e cincoenta annos, donde tem procedido atrazo a lavôra, e mil clamores deste miseravel povo; a vista do exposto, como ficaria o terço das ordenanças, disfalcado de mancebos, ficando os poucos que havião, sujeitos a milicias, e em cujo Corpo não tenho

⁵⁸ APEB. Seção Colonial e Provincial. Recrutamento. Maço 3488.

⁵⁹ SOUZA FILHO, op. cit., p. 186.

comando, e por isso muito dificultoso me será a inteireza do numero que V. Exa. me ordena que remeta⁶⁰.

O Sargento-mor da Vila de Marauá também escrevera ao Visconde de Camamú reclamando, em 2 de fevereiro de 1828, da atitude dos milicianos:

Remeto a V. Exa. dous recrutas [...] estes dous individuos forão prezos desde 29 de dezembro próximo passado, mas por dificuldade de conseguir escolta com o commandante das milícias da Villa e com as embarcações para o transporte [não puderam ser remetidos] Tendo recebido do Illmo. antecessor de V. Exa. ordem para me comunicar com os commandantes de milícias deste Batalhão para fazer recrutar aos mancebos que se acharem na circumstancia de hirem a presença de V. Exa; deste commandante nada tenho podido conseguir, para o que me comunico a V. Exa. para me determinar o que for servido⁶¹.

A recíproca também era verdadeira, pois os integrantes das ordenanças também se furtavam às suas obrigações, como acusou, em ofício de 1º de dezembro de 1828, o Major Innocencio Eustáquio Ferreira de Araújo, comandante militar de Rio de Contas (1ªLinha). Afirmava ele que os “facciosos” (os Mucunãs) continuavam a perturbar a ordem pública, pois “só ordenanças costumados a romper Mattos he que poderão fazer [a captura daqueles], pois que tropas regulares marchando pelas estradas nada podem pela ligeireza com que os facciosos entrão nos Mattos”. Entretanto “os ordenanças deste termo não aparecem” posto que haviam “huns com medo de serem recrutados, e outros de serem chamados para condução de recrutas”⁶².

Entretanto, ocorreram casos que não foram apenas de omissão. Foram de conflito mesmo. E não foram poucos... Um bom exemplo foi o ocorrido em Água Fria em outubro de 1828. Tendo recebido a incumbência de recrutar “doze mancebos”, explicava o responsável pelo recrutamento que a seca atrapalhava sua tarefa, pois muitos já tinham abandonado a localidade em busca de melhores chances de sobrevivência, portanto só conseguindo ele arrebanhar cinco, que enviava na ocasião para a Capital. Queixava-se ainda de que:

hontem recebi o Bando de que tenho notícia á muito tempo ter-se publicado em outras villas, chamando os voluntários para assentarem praça, e logo mandei publicar nesta; porem já tarde, porque os officios

⁶⁰ APEB. Seção Colonial e Provincial. Recrutamento. Maço 3488.

⁶¹ APEB. Seção Colonial e Provincial. Recrutamento. Maço 3485.

⁶² APEB. Seção Colonial e Provincial. Fortalezas. Maço 3700.

extraviam-se, e os que são dirigidos a esta Villa quase sempre são os últimos que chegam. Da participação junta Vera V. Ex. o que aconteça nas execuções das ordens; não sei como se ha de recrutar sem força ou violências.

Pela participação a que ele se refere, constatamos as animosidades que o recrutamento afluava:

em consequência das ordens que me dirigiu [...] ordenei [...] a meu filho José Álvares de Azevedo e a Jerônimo José ambos casados, e de irreprehensível conducta para que fossem recrutar a qualquer mancebo que não devessem ser reservados pela lei: em consequencia da qual prenderão dentro desta Companhia a Jose de Souza, pardo solteiro; órfão de pais o qual não tem caza e nem domicilio certo; cujo levo com esta a presença de V. S.; o qual estando já prezo a ordem de V. S. foi novamente percizo daremlhe a voz de prizão a ordem do Exmo. Sr. Presidente; por que veio Jose da Mota Vieira com seus dous filhos [acompanhados de mais cinco homens] moradores no citio de Pau Roxo termo da Villa do Inhambupe, e Companhia do Cap.-mor Álvares Monteiro os quaes vierão armados de espingardas, espadas, facas, e outras diferentes armas, a tomarem e soltarem o dito recruta. Deixarão porem de o conseguir, por terem os executores [...] dado-se a grande pressa na retirada trazendo consigo o sobredito recruta o qual pedio aos ditos turbulentos que não o deixassem a perder, seguindo-os aquelles sempre athe o citio do Ritiro perto deste meu quartel de onde discompuzeram aos sobreditos executores, a mim, a V. S., A V Exa. e nem mesmo atenderão as ordens Imperiaes, com tão desonestas, e injuriosas pallavras; que a decência [...] e respeito que a V. S. guardo me obrigão a deixar em silêncio⁶³.

Em Caetitê, em razão do ambiente sócio-político acima aludido, ocorreram talvez os mais ilustrativos desatinos que os documentos legaram para a posteridade sobre o recrutamento. É *mister*, portanto, vislumbrar na íntegra os acontecimentos que tiveram lugar naquela vila em fevereiro de 1828, descritos pelo Sargento-mor Francisco de Souza:

Da participação incluza do Cap-mor das ordenanças desta Villa Francisco Jose do Nascimento Soriano verá V. Exa. o acontecimento, que teve lugar entre o ditto Cap-mor, e os nella mencionados, por occaziam do recrutamento, no dia 19 do prezente fevereiro no consistorio da Igreja Matriz desta Villa tendo eu somente de acrescentar á este respeito, que passei a informar-me da veracidade do acontecido com pessoas de maior conceito, e todas afirmarão ser verdade o que relata o supradito Cap-mor.

Tenho mais a participar a V. Exa. que hum recruta, que nessa ocaziam foi prezo, e outros mais em numero de sete que vierão remetidos de diferentes pontos deste districto, e que se axavão na cadeia para seguirem

⁶³ APEB. Seção Colonial e Provincial. Recrutamento. Maço 3488.

o destino competente, forão todos soltos dahi a poucos dias; sendo vai constante, que os mesmos sujeitos, que se opuzerão ao Cap-mor no dia 19 derão para a fuga todo o favor, dando-lhes athe instrumentos, de que se servirão para executa-la.

De ambos estes factos fiz sciente ao juiz ordinário, para que procedesse na conformidade da lei, e athe o presente nada tem obrado a respeito.

A vista do exposto, e de outras muitas dificuldades, que se encontrão neste centro para se efectuar o recrutamento, não perdendo de vista meos deveres, e a exacta observância do officio de V. Exa. de 15 de dezembro do anno passado, tenho de representar-lhe com o mais profundo respeito, que he actualmente muito dificultozo o ajuntar-se grande numero de mossos para a tropa, pois além da pouca população, tem ido para esa Capital só deste districto a mais de 70 homens no decorrer de hum anno, e alem disto tem já aparecido por este motivo hum geral descontentamento, e athe sublevações formaes em alguns lugares, a ponto de se soltarem recrutas a força de armas, e de se empregarem facções anárquicas para impedir a ferro, e fogo o cumprimento das ordens de V. Exa. e de S. M. I.

Todos estes obstáculos (que alias poderão tomar character muito sérios) não são motivos bastantes, para que eu deixe de fazer quantos esforços em mim couberem em serviço da Nação e do Trono, e empregando o meios da moderação, e docilidade temperadas com o precizo rigor, e severidade, tenho já conseguido alguns poucos que ficão a marchar, e irei continuando enquanto V. Exa. me não mandar o contrario. E rogo que V. Exa. me queira esclarecer, e providenciar á cerca dos vários objectos, que relato neste officio para marchar com acerto na execução das ordens de V. Exa.

Villa de Caetité 27 de fevereiro de 1828. Francisco de Souza Lima
Sarg-mor Comandante Interino

Participo a V. S. em como dando execução ao recrutamento que me determinou seo officio de quinze do corrente e axando-se dous mossos solteiros dentro da Igreja para se cazarem, entrando eu nella e chegando a sacristia me sairão ao encontro os padres Antonio de Queiros, Vigário Manuel de tal Garcia, Manuel da Costa Dantas, Antonio Firmino Severino da Silva, e o Cap-mor Manuel Severino Silva do Brazil em resistência, que eu os nam avia prender dentro da Igreja, e que nam conhecião Imperador, passando a excesso o Padre Garcia por detrás asertar-me hum murro pelo pescoço, cujo facto, e palavrado opposição, e de nam conhecer ao Imperante as ovio o Juiz Ordinário Sebastiam José Soares, e mais pessoas que se axavão, então elles demandados a fazerem-me todos os ataques, injurias por isso logo depreguei a força armada para continuar no recrutamento, e hum soldado para a minha guarda, o que participo a V. S. para dar todas as providencias que o caso pede.

Quartel da Villa de Caetite. 19 de fevereiro de 1828.
Francisco do Nascimento Soriano
Cap-mor das ordenanças ⁶⁴

⁶⁴ APEB. Seção Colonial e Provincial. Recrutamento. Maço 3488.

Se não fossem documentos oficiais de quase 180 anos, daria para pensar de que se trata de um daqueles “causos” que se costuma contar... Mas efetivamente não é o caso. Pela apreciação destas linhas transcritas, podemos vislumbrar as atitudes de diversos agentes do Estado (padres, juizes, milicianos, ordenanças) bem como da gente que vivia naquela localidade. Vamos por partes.

Caetitê, assim como a maioria das vilas e povoações do interior baiano daqueles tempos, sofria com o despovoamento (ou baixa densidade populacional, agravada pelas secas). Era natural que houvesse queixas contra o recrutamento. Tendo em vista que a maioria das listas informando sobre o envio de recrutas se perdeu no tempo, não podemos afirmar quantos deles cada uma delas de fato enviou a Salvador durante os primeiros anos do Império (apuramos pelas que pesquisamos, 180 pessoas enviadas, entre recrutas, desertores e... um voluntário). Cachoeira, Maragogipe e Caetitê aparecem como as que mais contribuíram no esforço de se obter os recrutas que o Governo Central e Provincial requisitavam. O número apresentado no ofício ao Presidente é o único do gênero de que dispomos. De qualquer sorte, seguramente 70 homens de um único distrito em um ano não era nada desprezível! Caso contrário, não levantaria tamanha ira da população, a ponto de se organizarem “sublevações formaes” ou “facções” para soltar os que estavam encarcerados. Sobre tais grupos, como os Mucunãs, podemos afirmar que entre eles se contavam alguns dos principais da localidade, haja vista que alguns dos que participaram do episódio da igreja contribuíram para a soltura dos encarcerados (que eram de diversos pontos do distrito). É lícito supor que parte deste bando fosse formada por ordenanças e/ou milicianos (pois na igreja constava um capitão-mor entre os opositores ao recrutador). Nada de anormal nos sertões daqueles tempos. Trata-se seguramente de um caso de patronato.

Passemos agora à análise das personagens envolvidas. O Sargento-mor que oficiara ao Presidente fez o que lhe cabia enquanto autoridade máxima da localidade responsável pelo recrutamento e pela manutenção da ordem. Assim como o próprio Capitão-mor, que tinha como incumbência recrutar a qualquer custo, mesmo que fosse dentro da igreja. Não obstante, assim como nos casos de recrutamento nas procissões de Minas Gerais, o fato provocou indignação e escândalo. Era mais um caso de profundo desrespeito à Igreja. Mas não fora somente este o motivo para a resistência. Sabiam os envolvidos que, estando os dois noivos prestes a casar, estariam, caso consumassem o ato, livres do temível

recrutamento. Podemos imaginar o desespero de ambos, com a possibilidade de no dia do próprio casamento se verem presos e remetidos sabe-se lá para que parte do Império. Deste modo a reação agressiva dos religiosos (que, não esqueçamos, eram funcionários do Estado) e mais presentes tinha razão de ser – senão aos olhos do Estado, certamente aos dos que resistiram. O Capitão que se opôs (especulamos), se não tinha parentesco com algum dos noivos (note-se que além dele havia outro tendo Severiano Silva como sobrenome) provavelmente lá estava para prestigiar algum de seus protegidos. Por último, temos o Juiz Ordinário. Este além de não obstar a reação, não deu ouvidos para os ofícios do Sargento-mor. Parece assim, que não estava inclinado a impor sanções a ninguém, fugindo às suas obrigações, possivelmente por se tratar de gente importante aqueles envolvidos.

Afora as especulações, o mais seguro é de que se tratou de mais um dos absurdos que se praticavam em nome do “Trono” de D. Pedro I. Este, por sua vez, não tinha sua autoridade reconhecida nos rincões do sertão baiano. Caetité definitivamente não era o Rio de Janeiro!

Os abusos e patronatos grassavam por toda a Província no tocante ao recrutamento. Muitos foram os que acabavam presos como recrutas mesmo sendo, pelas Instruções de 1822, isentos do serviço de 1ª Linha. Um dos casos mais notáveis de desrespeito à regulamentação vigente fora o ocorrido com João de Deus Lima, pois:

sendo elle casado e com hum filho legitimo de menor idade, com que justifica a certidão junta, alem de outro natural que tem, assim mesmo contra as Instruções do recrutamento, foi o supplicante preso de ordem de José de Argolo Bacellar e Castro, dirigida a seu filho João Nepomuceno, que com seus escravos o prendera, e se acha recolhido na cadeia desta Villa, não estando o supplicado authorisado por alguma das authoridades constituidas para semelhantes procedimentos, o qual de recrutar, o que o dito supplicado praticou por inimidade que tem ao supplicante, a quem metteo no tronco do seu engenho, fazendo da sua casa carcere privado, constituindo-se por tanto húm despota naquelle lugar, com falta de respeito ao Governo, e as leis, continuando ainda nos mesmos despotismos no território da freguesia de São José⁶⁵.

De partida, fica evidente se tratar de um recrutamento irregular, pois nem autorização tinha o dito João Nepomuceno para recrutar, o fazendo, como exposto, por intriga e vingança. Ademais o que comprova a isenção do suplicante (além de ser casado e com filho menor), e torna o fato mais aberrador era ser este “aleijado de hum braço”.

⁶⁵ APEB. Seção Colonial e Provincial. Recrutamento. Maço 3486.

Flagrante caso de quão desprotegidos ficavam os mais carentes, frente ao poder arbitrário dos mandatários locais, contudo não fora uma exceção. Outro episódio de patente abuso e patronato foi o ocorrido com Manuel José de Santa Anna e seus companheiros. Tendo ido procurar no Julgado de Itiuba alguns bois que tinham desgarrado da boiada pertencente a Antonio Liberato, e indo rumo a Feira de Santana para “dali dirigir-se aos curraes desta Cidade [Salvador] em beneficio publico”, teve o azar de ser pego numa das operações-surpresa do recrutamento, por ordem do Capitão-mor Gonçalo da Silva, sendo presos para o dito fim treze pessoas. Destas, nove eram da localidade. Ele (que era natural da freguesia do Pilão Arcado), dois de seus companheiros tangedores “Antonio Vieira da Silva, cazado com três filhos, também morador na dita freguesia do Pilão Arcado, e Domingos Pereira Lima cazado com oito filhos, morador na Villa de Aporá”, bem como “Joaquim Ferreira único filho de Leonarda Ferreira, mulher pobre aleijada” eram forasteiros de passagem. O Capitão-mor soltou os nove moradores do Julgado e remeteu presos os quatro “a esta Cidade, onde se achão em depozito na cadeia, ficando os nove livres por serem da localidade por serem dali naturaes, e da amizade do dito Capitão-mor, sendo alias homens vadios e protegidos do mesmo Capitão-mor”⁶⁶.

Para tentar coibir o patronato mandou D. Pedro, em 19 de abril de 1828, ao Presidente Visconde de Camamu que:

Ponha todo o cuidado em que se não cometão abuzos, violências, e faltas de distributiva justiça desgraçadamente tão freqüentes em taes casos, fazendo conhecer ás autoridades subalternas, que não o Patronato, mas sim a Lei, e só ella as deve regular em tal deligencia, sob pena de sua responsabilidade, que V. Exa. tratará de lhes fazer effectiva no caso de culpa⁶⁷.

Era comum a prisão de condutores de gado. De nada adiantara o Decreto n° 122 do Ministério da Guerra, que reiterava as isenções a estes garantidas nas Instruções⁶⁸. Para terem sua liberdade restituída, os condutores acima referidos tiveram que passar por um penoso processo para provar que eram idôneos e exerciam efetivamente a profissão de boiadeiros⁶⁹. Porém, tiveram um obstáculo a vencer para consegui-la. Como vinham de paragens distantes, não possuíam meios de comprovar na Capital o que alegavam. Naqueles

⁶⁶ APEB. Seção Colonial e Provincial. Recrutamento. Maço 3488.

⁶⁷ APEB. Seção Colonial e Provincial. Avisos Ministeriais. Maço 757-1.

⁶⁸ LEMOS, Mercenários do Imperador..., p.124.

⁶⁹ APEB. Seção Colonial e Provincial. Militares – Escusas. Maço 3751.

tempos, eram necessárias atestações de toda sorte para se obter um mínimo de segurança frente ao recrutamento: de vigários, comandantes militares, juizes, professores (no caso dos estudantes), entre outras. Além disto, era “recomendável” ter-se confirmação de pessoas notadamente dignas de confiança – de preferência com posses e prestígio.

Como obter tantas atestações estando presos a milhas de casa, portanto desconhecidos de todos? Para conseguir certificar o que alegavam, os suplicantes pediram (e conseguiram) dez dias, para na localidade mais próxima em que eram conhecidos (vila de Água Fria), “fazerem a competente justificação perante o Juiz Ordinario”. Foram soltos. Igual sorte não tiveram inúmeras pessoas que, presas e despachadas acorrentadas, acabavam embarcando em um dos navios da Armada rumo à distante região platina...

O desrespeito às Instruções abarcava todos os casos em que havia isenções. A estas, posteriormente se juntaram outras: oficiais públicos (Portaria de 15 de janeiro de 1824), professores públicos (Portaria de 30 de março de 1824), carpinteiros dos Arsenais que tivessem praça (Portaria de 27 de abril de 1825), tipógrafos (Portaria de 11 de outubro de 1828), Juizes de Paz (Portaria de 17 de março de 1829) e empregados das Câmaras municipais (Portaria de 08 de janeiro de 1830).

Aos escravos, finda a guerra de independência, ficara tácito (assim como na Constituição de 1824), que não poderiam servir. Para evitar que se alistassem, veio a Portaria de 26 de maio de 1824, determinando que os pretos, antes de serem incorporados, tinham que provar ser livres⁷⁰. Todas as isenções, em teoria, garantiam a dispensa do serviço militar. Aos isentos que por ventura fossem presos, a dispensa somente era assegurada após petições, requerimentos, súplicas... Como no caso dos condutores acima exposto.

Um dos desrespeitos à regulamentação que mais preocupava o Governo era o recrutamento de agricultores. Assim como no tocante aos boiadeiros, o recrutamento daqueles prejudicava o abastecimento dos gêneros de primeira necessidade, causando, principalmente no interior, a carestia nos mantimentos.

Foi exatamente a proteção à agricultura, uma das justificativas para se lançar mão da contratação de mercenários estrangeiros, vindos para poupar os braços empregados nela,

⁷⁰ LEMOS, opus cit. p. 129.

como expôs o Ministro da Guerra, Bento Barrozo Pereira em seu relatório do ano de 1827, apresentado à Assembléia durante a Sessão de 1828⁷¹.

Prisões eram efetuadas também pelo pouco caso que os responsáveis pelo recrutamento faziam das ressalvas passadas pelos funcionários encarregados, gerando protestos por parte destes:

Em respeito e obediência ao Despacho de V. Exa. proferido no requerimento incluzo de José de Santa Anna, em que ajunta por publica forma húa ressalva passada por mim, informo a V. Exa. com o seguinte.

O Supplicante, veio recrutado para a 1ª linha, sendo remetido pelo Capitão-mor da Villa de Maragogipe, entre outros, destes forão soltos dois, o Suplicante, que veio acompanhado de sua Avó, já decrépita, com atestaçoen de seu Pároco, e de outras pessoas, que affiançavão viver em companhia de sua Avó, e sustenta-la, tendo o Capitão-mor da referida Villa a desgraça de não saber, que a Avó tão bem se reputa May, e outro, cujo nome não me lembro, que athé fora preso, estando á trabalhar no Engenho do Capitão-mor José de Araújo Bolcão; na conformidade das ordens estabelecidas lhes dei suas ressalvas, que vão com o sello das Armas do Império, para terem authenticidade.

Permita-me V. Exa., que eu faça hua reflexão; a impunidade que tem havido com alguns Capitaens-mores, quando mandão recrutas, que lhe são tomados á enviar, huns cegos do olho direito outros com ropturas em ambas as verilhas, que apenas tirão as fundas, sahem para fora os intestinos, outro cobertos de lepra, e bobos, he que tem dado azo á alguns d'elles tornarem á perseguir, e á prender os que levão suas ressalvas, persuadidos talvez de que seja patronato de official, que esta de semana; e como tendo eu em grande monta o-estar empregado n'este exercício do expediente do Governo, e está a meo cargo, quando estou de semana o-passar essas ressalvas, e nada faço sem ordem da authoridade; com quem sirvo, não posso ser indifferente ao pouco credito, com que esses Capitaens-mores olhão para as ressalvas, e a V. Exa. pertence manter o credito, e reputação do officiaes, que tem a honra de servir ás suas ordens, pela mesma razão que tem de os-castigar, ou de os lançar fora do exercício em que se achão, húa vez que se fizerem indignos d'elle⁷².

Como se refere o dito funcionário responsável pelas ressalvas, além de desconsiderarem as atestações por ele passadas, mandavam os recrutadores pessoas evidentemente incapazes para o serviço. São freqüentes as referências a tal assunto, sendo aleijados, cegos e surdos recrutados normalmente. Muitos deles chegavam mesmo a serem enviados ao Rio de Janeiro, sendo lá considerados incapazes de servir, regressando deste

⁷¹ BRASIL, Collecção de Decretos, Editaes..., p. 30.

⁷² APEB. Seção Colonial e Provincial. Recrutamento. Maço 3485.

modo para a Bahia. Tais episódios faziam com que se gastassem recursos em vão com suprimentos, escolta, fardamento e transporte. Voltaremos a isso no próximo capítulo.

Se o funcionário da ressalva reclamava da conduta dos Capitães-mores, a recíproca era verdadeira. Estes, sendo incumbidos da odiosa tarefa de recrutar se viam em situação delicada quando senão assentavam praça aos por eles remetidos:

Recebi o officio de V. S. datado de 17 de março, e nelle muito recomendava sobre recrutas, não sei como recrutarei porque os que eu mando voltam assim como acontece agora João Antunes de Carvalho, que chega com excusa do Serviço de Mar e Terra [...] e porque vejo de nada tem servido o meo trabalho, e dipezas que tenho feito a bem de S. M. I., eu não sou capaz de prender contra a ordem, os que tinha prendido são inquietadores do socego publico, matadores, ladrões, mal feitores, e vadios aonde o dito Carvalho he dessa classe assim como os mais que tenho mandado todos tem vindo, e tem me posto em vichamiz com tocayas para me matarem, como já fiz Ver a Senhoria Exa. o risco que corre da soltura delles no regreço, e o mau exemplo que fica na terra e intriga com os inferiores que os prende, a Sua Exa. nada deo execução antes agora chega este com excuza com atestação de outra Villa, e nesta circumstancia me vejo porbido de fazer recrutar⁷³.

Curiosa essa emissão de ressalvas às pessoas mencionadas pelo Capitão-mor das ordenanças de Ilhéus, Eusébio Ribeiro de Novaes. Era justamente essa “classe” o celeiro por excelência de praças recrutados para a 1ª Linha. Para que os perpetradores destas tocaias não regressassem e obstassem o recrutamento, argumentava o Capitão-mor que se tratavam de marginais com maus costumes. Eram argumentos sólidos dentro da mentalidade da época para que efetivamente fossem integrados às fileiras do Exército.

Mesmo todo este esforço recrutador, por vezes realizado abusivamente, não conseguiu fazer face às demandas que a Guerra Cisplatina gerava. Elas só tenderam a crescer com as sucessivas remessas dos corpos baianos para o teatro do conflito, devido às doenças, mortes e deserções ocorridas no Sul.

Em janeiro de 1826, o Governador das Armas, José Manoel D’Almeida, oficiava ao Presidente referindo-se à necessidade de 800 recrutas para a 1ª Linha⁷⁴. Em julho do ano seguinte, crescera o rombo nos efetivos destacados, pois o mesmo Governador queixava-se das dificuldades presentes para o bom andamento do recrutamento, impossibilitando “o

⁷³ APEB. Seção Colonial e Provincial. Recrutamento. Maço 3488.

⁷⁴ APEB. Seção Colonial e Provincial. Quartel General do Comando das Armas-1826. Maço 3366.

chegar-se á conta de recrutar mil e tantos homens que são hoje necessarios para o completo dos corpos da 1ª Linha da Provincia”⁷⁵. Com tantos obstáculos, ao que tudo indica nunca se chegou a suprir os números requisitados, pois seu sucessor no governo d’armas, José de Sá Bithencourt e Camara, em janeiro de 1829, afirmava ter

a dizer, que pelos assentamentos existentes no Batalhão N° 15 das praças que se tem recrutado desde que se instalou a Assembleia Geral em 1826 para este Batalhão, e para os corpos expedicionarios ao Sul, que no mesmo Quartel ficarão em depozito até se aprontarem, consta terem sido recrutados seiscentos e sessenta dois paizanos, e duzentos e cinco milicianos do numero dos que têm sido alistados nestes Corpos incompetentemente⁷⁶.

Este fora o resultado do recrutamento, à época da Guerra, alcançado pela Província. Avaliamos que, do total de 867 recrutados, cerca de 600 ou pouco mais tenham sido remetidos para os longínquos campos platinos⁷⁷.

2.5 O perfil dos recrutados

Na pesquisa das listas relacionando os recrutados enviados de diversas partes da Província para a Capital, emerge um perfil dos recrutados. Intentamos uma quantificação destas, contudo, mais a título de amostragem, pois as que pesquisamos constituíam apenas uma pequena parcela no universo recrutador. Agrupamos em nossa análise os recrutados, os desertores e o voluntário, por serem todos remetidos conjuntamente. Sobre o último, temos pouco o que qualificar. Além de só encontrar um exemplar dessa espécie, infelizmente não trazia nenhuma referência para podermos incluí-lo nas categorias que arquitetamos, bem como lançar um olhar sobre a situação em que se encontrava.

Procuramos obter informações sobre ocupação, cor da pele, estado civil e idade, dados que regularmente constavam nas listas. Subdividimos a ocupação por trabalhadores,

⁷⁵ APEB. Seção Colonial e Provincial. Quartel General do Comando das Armas-1827. Maço 3367.

⁷⁶ APEB. Seção Colonial e Provincial. Quartel General do Comando das Armas-1829. Maço 3370.

⁷⁷ Neste número estão compreendidos somente os *recrutados* enviados, não os efetivos dos corpos que marcharam, dos quais tratamos no capítulo seguinte.

escravos, desocupados, criminosos e desertores. Consideramos os “vadios” e “vagabundos” entre os desocupados, mesmo sabendo que a vadiagem era criminalizada. Assim o fizemos, pois muitos dos “vagabundos” a que se referem as autoridades eram tão somente forasteiros, ou trabalhavam como jornaleiros, tendo como único “crime” a itinerância ou trabalho irregular. Algumas vezes apareciam referências sobre os recrutados serem “vadios” e “criminosos”. Neste caso optamos somente enquadrá-los como criminosos. Deserção, obviamente não é ocupação. Não obstante, tendo em vista que os recrutadores, ao relatarem o envio destes, incluíam no “quesito ocupação”, a qualidade de desertores (por considerarem que estavam se evadindo de suas obrigações), assim o fizemos também.

Os “vagabundos”, como dito, eram os alvos primordiais das autoridades recrutadoras desde tempos coloniais. Faziam parte do contingente de pessoas que ameaçavam a estabilidade social. Por serem errantes, sem moradia fixa, escapavam “das teias das relações estabelecidas”, sendo, como ressalta Walter Fraga, “algo inadmissível para os encarregados de manter a ordem”⁷⁸. Era *mister*, portanto adotar “um meio de pôr a mão forte da autoridade em uma população que não estava sob jugo do poder senhorial”⁷⁹. E que meio melhor de enquadrar os vadios e vagabundos do que pô-los sob a disciplina das casernas, a serviço do Estado que almejava controlá-los?

Na pesquisa das listas relacionando os recrutas enviados de diversas partes da Província para a Capital, constatamos que boa parte desses eram forasteiros. Tal coisa ocorria, pois os recrutadores tendiam a proteger seus conhecidos. Assim, o “fato de ser ‘desconhecido’ e não estar inserido nos laços de vizinhança condenava o indivíduo a uma condição liminar, indefinida, indesejável”⁸⁰. Bastante indesejável, certamente, para os que caíam na malha recrutadora.

Dos 180 arrolados nas listas, há informação sobre a “ocupação” de 99 deles – 55%. Destes, 14% (14 pessoas) eram desertores, pouco menos de 40% (39 homens) foram considerados desocupados, “vagabundos” ou “vadios”, 37% (37 deles) eram tidos como criminosos, 7% (7 pessoas) eram trabalhadores com “maus costumes”, por isso recrutados,

⁷⁸ FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos, moleques e vadios na Bahia do Século XIX**. São Paulo: Hucitec; Salvador, Ba: EDUFBA, 1996. p. 77.

⁷⁹ Ibid., p. 76.

⁸⁰ Ibid., p. 79.

e 2% (dois recrutas) foram remetidos tendo informação de serem escravos, indo assim mesmo por não conseguirem provar sua condição de cativos.

Entre os “criminosos” havia os mais diversos tipos de crimes a eles imputados. Boa parte deles eram tidos como “ladrões”. Algumas listas continham comentários do gênero: “amigo de pegar do alheio”, “refinado ladrão”, entre outros⁸¹. Havia também quilombolas (que juntamente com escravos cometiam crimes), falsificadores da moeda de cobre, assassinos, milicianos rebeldes, “aliciadores de escravos” (que os incentivavam a fugir) e estupradores. Entre os últimos, havia um que “sendo feitor de Antonio Jose de Lemos estuprou hua menina de 11 annos pertencente a família do dito Lemos”. Já outro era reputado como “estuprador de mulheres virgens”⁸².

Antes de continuar nossa análise, transcrevemos uma das listas, por esta ser repleta de pormenores e muito ilustrativa do perfil de gente que as autoridades competentes ensejavam mandar para as fileiras do Exército Imperial. Há, contudo, uma excepcionalidade: entre os recrutados consta um filho de um falecido Capitão-mor. Talvez, pela transparente indisposição do recrutador para com ele, se trate de um caso de vingança. Mesmo assim, poderia ele posteriormente ser solto, ou por patronato, um por “dar um homem por si”, como amiúde ocorria, e do que trataremos logo adiante. Ou ainda, ser de fato a exceção que confirmaria a regra. Vejamos a lista:

Foi recrutado Rodrigo de Argolo da Silveira e Gusmão natural desta Villa filho do finado Capitão-mor Antonio Jose da Silveira e Gusmão solteiro sem occupação alguma, criado com tanta ociosidade de seos pais, que malmente sabe assignar seo nome, hum dos perturbadores desta Villa, applicando seos dias em extraordinárias extravagancias, espancando, e cometendo crimes, pelo que foi pronunciado em huma querela por pancadas que dera, tendo a Viuva sua may dous filhos, alem deste. Foi taobem recrutado Manoel Nunes do Sacramento natural desta mesma Villa, solteiro fora da companhia de seo Pay Nicacio Nunes do Sacramento prerimentemente sem occupação, por ter abonado hum contracto de carnes verdes que comprou a Felipe de Argolo, sendo fiador Francisco Ribeiro Pessoa, este pela extravagancias do seo fiado passou o restante do tempo do contrato a outrem, por cuja razão passou da Villa de Santo Amaro a esta, onde se tem comportado por termos escandalozos, prezentemente raptou a mulher de José Ferreira da Silva, apoderando-se de huma arca com grande soma de dinheiro, e jóias de ouro, pedras, e prata lavrada, de que fica a parte procedendo a querela contra este, que a pouco tempo as 7 oras da noite entrou pela casa dentro de Ildefonço Jose

⁸¹ APEB. Seção Colonial e Provincial. Recrutamento. Maço 3488.

⁸² APEB. Seção Colonial e Provincial. Recrutamento. Maço 3488.

Argolo, furriel de milicia, e espancou a este com muita xicotada, alem Exmo. Sr. de outros muitos factos, que julgo fastidioso apresentar a V. Exa.

Foi igualmente recrutado Simão da Silva pardo solteiro morador nesta Villa, sem occupação, revoltoso, e perturbador do sucego publico, sendo levado a cadeia ao descer para a enxovia, resistiu quanto pode, lançando mão a huma espada de hum soldado que não xegou a se apoderar della, ficando a May deste com outro filho que se não comporta mal.

Villa de Maragogipe. 21 de maio de 1828.
Joaquim Ignácio da Costa. Major Commandante⁸³.

Com efeito, o recrutamento era uma maneira rápida de expurgar da sociedade civil criminosos de péssimos costumes, fazendo as vias de Justiça, esta, morosa demais para dar conta de todos os casos de violação da lei. Ademais, funcionava como um temido castigo, tendo o recrutado que servir por no mínimo oito anos.

Quanto ao quesito “cor da pele”, os dados são tão reveladores quanto omissos. Obtivemos informação sobre a cor da pele de 58 recrutas – apenas 32%. Destes, a maioria absoluta era de pardos: 76% (44 indivíduos). Encontramos também 3,5% (dois casos) de mestiços, o mesmo percentual dos registrados como cabras. Entre os brancos, que perfaziam 12% (sete pessoas), incluía-se um “natural da Europa sem occupação e não se sujeita a emprego algum”⁸⁴.

Apesar do percentual de índios recrutados (encontramos apenas três deles, ou 5%) se aproximar com o desse contingente constante do censo baiano de 1824 (onde eles totalizavam quase 4%)⁸⁵ consideramos um número baixo demais. Baixo porque, dado o caráter de controle social que o recrutamento assumia no período, era de se esperar – pela resistência que estes faziam à invasão de suas terras ou controle sobre seus destinos – que eles aparecessem em maior quantidade. Concluimos que ou foram enquadrados como pardos, ou propositalmente os recrutadores não mencionavam sua condição de indígenas, quiçá para não sofrerem sanções dos páraicos ou tuteladores destes. Ou mesmo para ocultar segundas intenções (como pilhagem de suas terras). Estranhemos ainda tal pequeno número de índios recrutados, devido ao Governo Central, por Decreto de 5 de setembro de 1827 ter

⁸³ APEB. Seção Colonial e Provincial. Militares – Desertores. Maço 3749.

⁸⁴ APEB. Seção Colonial e Provincial. Recrutamento. Maço 3488.

⁸⁵ AZEVEDO, Thales... Povoamento da Cidade do Salvador..., p. 232.

ordenado aos Presidentes das Províncias o envio de índios para servirem no Arsenal da Marinha da Corte e nos navios da Armada Imperial⁸⁶.

Havia, porém, outras motivações para a diminuta quantidade de indígenas recrutados. Tendo em vista que o recrutamento era realizado majoritariamente pelos capitães-mores, e sendo estes, muitas vezes, também responsáveis pelo controle ou tutela dos aldeamentos, não intentavam desfazer-se de um contingente por eles explorados como mão-de-obra. É o que parece revelar as palavras do Governador J. M. D'Almeida, questionando as condutas dos ordenanças

pela opposição e impossibilidade que chamo voluntária dos Capitães Mores, por que assim deduso das escassas remessas que tem feito a V. Exa. na populosa Provincia da Bahia, desculpando-se com os Comandantes dos Corpos de 2ª Linha, os quaes não tem feito recrutamento desde pouco depois da Guerra, sem darem rasão dos individuos que desde este recrutamento se achavão ja habilitados para a 1ª Linha, e não alistados na 2ª, procurando com os aparentes bons desejos illudir a V. Exa., e capacitando-se de que serão absolvidos de tanta omissão sem que se tenham cingido ao seu Regimento, e Leys do que nasce tantos deffeitos, fásendo apenas prender os miseraveis, e vagabundos: julgo em consequencia disto, que para se activar o recrutamento deve-se tão bem commetter aos officiaes da 2ª Linha combinados com os das ordenanças para se auxiliarem, e sendo simultaneamente empregados n'este serviço faserem prender os mancebos próprios da 1ª Linha⁸⁷.

Por que seria tão imprescindível que os capitães-mores fossem coadjuvados pelos milicianos? Quem seriam estes indivíduos que, não estando alistados na 2ª Linha, estariam habilitados para a 1ª? Quais os motivos para a morosidade das ordenanças na captura de *mancebos*, termo utilizado tantas vezes para designar indígenas? Acreditamos que de fato se tratassem de indígenas, pois eles não costumavam fazer parte da 2ª Linha, bem como os milicianos não teriam interesse nenhum em poupá-los, dado que tinham sua própria reserva de mão-de-obra nos apaniguados que compunham os quadros milicianos.

Sintomaticamente, não encontramos um recruta sequer classificado como preto, negro, crioulo, forro ou liberto (os dois supostos escravos certamente eram de cor, porém os recrutadores não mencionaram nada a respeito), não obstante os reiterados pedidos de alistamento de libertos para os Batalhões N.º 10 e N.º 11, de Montevideu⁸⁸. Novamente

⁸⁶ LEMOS, Mercenários do Imperador..., p. 131.

⁸⁷ APEB. Seção Colonial e Provincial. Quartel do Comando das Armas-1827. Maço 3367.

⁸⁸ APEB. Seção Colonial e Provincial. Proclamações e Bandos. Maço 1074.

somos obrigados a conjecturar: sendo o recrutamento levado a termo por ordenanças e milicianos, entrelaçados pelas redes de patronato e, notadamente comandados pelos mandatários locais, é lícito pensar que aqueles pensavam “três vezes” antes de remeter presos negros sem carta de liberdade – como era exigido, como anteriormente mencionamos, para assentarem praça. Ademais, muitos devem ter sido os negros livres que se faziam passar por escravos, para evadirem-se do famigerado serviço militar, como tentaram os dois que encontramos remetidos para Salvador. Também havia os que preferiam a condição de cativos ao serviço militar: “Muitos jovens em boas condições, que imaginam qual seria a sua sorte se comprassem a liberdade, preferem permanecer escravos a serem condenados às fileiras e à labuta militar”⁸⁹.

Mas não podemos, contudo, pensar num tão baixo número de negros – ou escravos – no serviço militar. Como lembra Hendrik Kraay, havia os que optavam por alistarem-se para fugir da condição de escravos, mormente quando mal tratados pelos seus senhores. O mesmo autor apresenta para o período de 1826-30, o número de 12 escravos servindo, sendo 4 alistados e 8 recrutados ou voluntários⁹⁰.

Outra questão que nos leva a pensar num maior número de escravos (ou recém libertados) no Exército era o fato de termos encontrado na documentação muitos casos em que pessoas compreendidas no recrutamento eram dispensadas “dando hum homem em seu lugar”⁹¹. Era, segundo Jeanne de Castro, um “costume tão em voga durante o Império, de dar substituto para eximir-se a obrigações cívicas muito pesadas”, que inclusive ocorrera também na Guarda Nacional⁹². Ora, quem seriam estes homens “dados” para isentar a outros? A maioria das fontes calam a este respeito. Só há duas referências:

Envio a V. Exa. Joaquim Antonio da Silva, dezertor [...] pelo 5º Corpo de Artilharia, onde sentara praça voluntariamente pelo soldado miliciano José Antonio Ayres, com quem se contratara pela quantia de 100\$ réis, e tendo-a já recebido do dito miliciano, que fica comprometido, e na obrigação de dar outro homem, ou voltar ao serviço; rogo a V. Exa. se sirva mandar, que dos soldos deste dezertor seja proporcionalmente descontada esta quantia a favor do mencionado⁹³.

⁸⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira**, Tomo II, V. 4. São Paulo: Difel, 1974. p. 242.

⁹⁰ KRAAY, “O abrigo da farda”..., p. 40.

⁹¹ APEB. Seção Colonial e Provincial. Ordens do Imperador. Maço 753-1.

⁹² CASTRO, A milícia cidadã..., p. 51.

⁹³ APEB. Seção Colonial e Provincial. Quartel General do Comando das Armas-1830. Maço 3371.

Bem miserável deveria ser este Joaquim, para se sujeitar a prestar serviço militar. Provavelmente não tivesse mesmo a pretensão de servir, pois desertara. A outra fonte vem da *Chronica dos Acontecimentos da Bahia*, texto apócrifo em que o autor, em 1809, escrevera: “apresentando eu a minha baixa apesar de ter apresentado por mim homem, e o não querem alistar com tudo por Deos ser servido dei por uma Portaria fasendo de despesas 300\$ reis”⁹⁴. Esta frase, de sentido dúbio, pode representar que se trataria de escravo comprado pela quantia citada. Creio que os oferecidos fossem em sua maioria escravos, comprados e libertados para servirem pelos ex-senhores.

Concluimos a análise do perfil dos recrutados com o estado civil e idade dos recrutados. Encontramos 77 referências a ele – 43% de todos os registros. Em sua grande maioria se tratavam de solteiros: 82% (63 pessoas)⁹⁵. Temos ainda 17% de casados (13 indivíduos) e 1% (um caso) de viúvos. Quanto às idades, temos apenas 43 registros. Nos solteiros contamos 37 pessoas onde a média de idade era de 21,5 anos. Para os casados (5 pessoas) temos uma média superior: 34,2 anos. O único viúvo arrolado nas listas tinha 30 anos.

Que perfil destas pessoas enviadas a Salvador entre os anos de 1825 e 1828 emerge das listas? Certamente a maioria era pobre e desprotegida. Já na guerra de independência, informava Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque “que ‘nenhum filho’ de proprietário rico tinha se apresentado como voluntário”⁹⁶. Os abastados estavam normalmente alistados nas milícias, estando livres do recrutamento. Quando não estavam, podiam “dar um homem por si”, seja lá este qual for.

A imensa maioria dos recrutados certamente era analfabeta. Afora o reduzido grau de instrução pública que reinava na época, lembramos que os estudantes que provassem estar efetivamente cursando aulas estariam isentos pelas Instruções de 1822.

No tocante a cor da pele, como vimos, o grosso do contingente era composto por homens de cor: 88%. Nada mais natural. Refletia apenas a estrutura social da época.

Quanto ao estado civil, eram em peso solteiros (82%). Suas idades, na média total, incluindo também os casados e viúvos, girava em torno de vinte e poucos anos.

⁹⁴ *Chronicas dos Acontecimentos da Bahia*. **Anaes do APEB**, vol XXVI. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1938. p. 49-95. p. 51.

⁹⁵ Trata-se aqui de pessoas legalmente solteiras. Os amancebados não eram considerados como casados.

⁹⁶ TAVARES, História da Bahia..., p. 238

Por fim, eram principalmente marginais, seja por se tratarem de “vagabundos”, seja por serem efetivamente “criminosos”. Formavam o grupo social dos desprestigiados por excelência. E o recrutamento nada mais era do que uma tentativa de excluí-los (completamente), por um bom tempo da sociedade civil. Tinha, como dissemos, um caráter correcional inerente. Arrebanhava o que poderíamos chamar de “ralé” da sociedade oitocentista. Não foi a toa que os primeiros a serem recrutados por D. Pedro fossem os criminosos sentenciados, isso ainda em 1821...

2.6 Resultados/consequências do recrutamento

A primeira das conseqüências do recrutamento que destacamos fora o elevado número de deserções. Difícil esperar algo diferente, dado o péssimo perfil dos recrutados. Pura ilusão das autoridades a crença de que a disciplina militar daria jeito em criminosos e vadios de todas as estirpes. Ainda mais sendo a vida nas casernas como era: deplorável. Assim, tendo muitos (criminosos e “vagabundos”, acostumados com a itinerância ou trabalho esporádico) recrutados para suas fileiras, era natural esperar que, para fugir da rígida disciplina e péssima condição de vida, tais pessoas incorressem em mais um crime, qual seja a deserção.

Ademais, o próprio Governo Imperial trazia de outros países mercenários, boa parte deles composta por desertores de outras forças armadas. Aqui servindo, repetiam a experiência, como por diversas vezes fora registrado na Guerra Cisplatina, principalmente com a maruja inglesa. Como esperar fidelidade de tais pessoas? Como anotara Lemos, se o Governo de D. Pedro I tivesse conseguido trazer todos os mercenários que desejava (o que não o fez por falta de condições financeiras), o Brasil teria se transformado na “lata de lixo da Europa”⁹⁷.

Constam na documentação diversos episódios de fuga e deserção. Em todas as etapas do recrutamento elas ocorriam. Primeiramente, no próprio ato de recrutar, pelas

⁹⁷ LEMOS, Mercenários do Imperados..., p. 145.

resistências a tal expediente, a exemplo das que vimos anteriormente. Já presos, os recrutados tentavam escapar do triste destino inventando toda sorte de desculpas. Afirmavam serem casados, cativos, doentes, e tudo mais o que pensassem poder livrá-los. Pouco adiantava. Aos doentes, por exemplo, era necessário provar sua impossibilidade frente a uma junta médica, que quase sempre acabava por considerá-los aptos, a não ser que tivessem deficiências visíveis (e mesmo assim, como no caso de alguns cegos e surdos, poderiam ser obrigados a assentar praça). Dispensa por moléstias internas ou dores na coluna, nem pensar!

Nas cadeias do interior, aguardando escolta que os remetesse à Capital, podiam ser soltos pelos seus cúmplices criminosos, ou mesmo por protetores bem situados socialmente. No caminho para Salvador, igualmente podiam ser soltos pelos conhecidos, as vezes tendo como resultado morrerem nas refregas entre a escolta e os agressores. Ou mesmo fugir por si mesmo, não obstante as cordas e correntes que os agrilhoavam. Caso de Manuel Fernandes, que sendo desertor, conseguiu novamente escapar das raiais do odiado serviço militar⁹⁸. Para tentar impedir fugas como essa no percurso, empregava-se além da escolta armada, tais correntes, sendo contudo, seu uso expressamente proibido pelo artigo XV das Instruções de 1822.

Mesmo após chegarem na Capital, podiam os recrutas (ou praças) encontrar um jeito de escapar. Um deles era via Hospital Militar, onde a segurança era mais frouxa. Fora o que fez o Cadete Antonio Joaquim Correa de Araújo, do 7º Corpo de Artilharia, que indo doente para o dito hospital “se evadira serrando hum dos balacurtres do armazém da cochia pondo-se em fuga”⁹⁹.

Até nas fortalezas poder-se-ia tentar a fuga, inclusive da Fortaleza do Mar (atual Forte de São Marcelo). Vejamos a estratégia adotada a 11 de junho de 1827, por Jose Roiz Gil, na narração feita pelo Tenente Comandante da citada fortaleza:

dezertou desta Fortaleza o Cadete do Batalhão nº 13, addido ao Batahão nº 14 da 1ª Linha, José Roiz Gil, levando consigo dous recrutas Jose Raimundo de Abreu, e Christovão Lazaro, do numero dos que se achão prezos nesta; tendo esta franqueza por ser o commandante da guarda; pois que sendo de seo dever feixar a todos os recrutas em hum callabuço as sette horas da tarde, o fez, deixando ficar de fora aquelles dous; e, na occasião de feixar o portão entregou-me as chaves na forma do costume;

⁹⁸ APEB. Seção Colonial e Provincial. Militares – Desertores. Maço 3749.

⁹⁹ APEB. Seção Colonial e Provincial. Militares – Desertores. Maço 3749.

deixando aberto o portigo, por onde se verifica ter feito a fuga, sendo esta de huma para duas horas da madrugada, e, tendo mudado o quarto de huma hora, postou na sentinella da coroa do portão, hum soldado recruta Antonio Jeronimo do Batalhão n° 14, que me tinha sido remettido pelo seu respectivo Commandante, para serviço desta Guarnição, sendo aquelle posto hum dos de maior responsabilidade, e, nesta occasião, hum soldado do mesmo Batalhão Feliz da Silva, pedindo ao referido Cadete para trocar com aquelle recruta a sentinella, lho não permitio. Passos estes que claramente mostram o premeditado plano de sua realizada dezerção; mostrando igualmente ter franqueado a fugida dos supracitados recrutas¹⁰⁰.

As deserções, não obstante o desejo de se verem livres do serviço, poderiam ter causas “nobres”. Parece ter sido o caso do filho de Maria Francisca de Santo Antonio, que implorara a D. Pedro II “os socorros da Primeira Divindade na Terra que sendo infelis de proteção como aleijada e tendo um filho único o qual por infância recorreo a sentar praça na força naval e tendo conhecimento do que sua mae esmolava nem deixando o pão por varias vezes dizertava”¹⁰¹.

Mesmo sendo posterior ao nosso período, esta súplica pedindo que soltassem o dito filho, preso a bordo do Brigue União, vale como exemplo de que a vida de quem prestava serviço militar poderia ser insustentável, tendo que desertar para não deixar a própria mãe passando necessidade.

Outro componente que acabava por incentivar as deserções era o perdão a quem incorria em tal crime. Não obstante as penas que no papel se applicavam aos desertores e a quem os acoitava, o grande número dos perdões durante o Primeiro Reinado fazia com que os desertores tivessem a quase certeza da impunidade. Foram diversos os decretos que perdoavam as deserções, alguns chegando a perdoar até a 3ª deserção! Os decretos poderiam abranger grupos pequenos ou mesmo todo o Exército, ou a Marinha (geralmente perdoava-se um e logo após outro).

O primeiro (do Brasil independente) a que tivemos notícia, fora o de 12 de outubro de 1822. Este perdoava até a 3ª deserção, porém a maioria o fazia até a segunda. Temos como exemplos: o decreto de 15 de junho de 1824, que perdoava até a segunda deserção aos militares do Exército e garantia-lhes que caso regressassem aos respectivos Corpos,

¹⁰⁰ APEB. Seção Colonial e Provincial. Fortalezas. Maço 3700.

¹⁰¹ APEB. Seção Colonial e Provincial. Correspondência ao Imperador. Maço 640

teriam “a praça de voluntários com obrigação de servir somente por 8 anos”,¹⁰² o de perdão (30 de janeiro de 1826) geral a todos os desertores da Província da Bahia, quando da visita de D. Pedro I a Salvador e o de 14 de novembro de 1826, que perdoava a todos os desertores do Exército do Sul (durante a Cisplatina).

Havia diversas ocasiões para se conceder perdões, como o da visita de D. Pedro I à Bahia; até quando do casamento do Imperador com a Princesa Amélia de Leuchtenber e Eischtdet, receberam, extensivamente, todos os militares, o seu perdão (18 de outubro de 1829).

Desta feita, o perdão, que tinha como objetivo o retorno dos desertores, e o conseqüente aumento do efetivo, levava muitos a abandonarem suas bandeiras, levando por vezes consigo seu armamento. Esse, ou era vendido, ou utilizado para a prática de toda sorte de delitos.

Fora o que ocorrera em Caetité, em março de 1828. Dois soldados do destacamento de 1ª Linha que por lá estavam para conter os “facinorosos” Mucunãs desertaram, trazendo consigo “huma arma faltando-lhe o cão, e igualmente hum masso de cartuchos embalados que os ditos levarão”¹⁰³.

Impossível ter uma quantia exata dos custos advindos do recrutamento durante o Primeiro Reinado, ou mesmo somente durante a Guerra Cisplatina (1825-1828). Podemos, entretanto, ter a certeza que fora um custo muito maior do que as finanças do Império podiam arcar. É conhecido o fato de que o conflito no Prata foi um dos motivos para a penúria em que se encontrava o erário nacional por aqueles tempos, gerando críticas no Parlamento e na imprensa.

Podemos apenas fazer referência a alguns gastos gerados pela necessidade do recrutamento. Primeiramente, havia os custos do sustento aos presos nas vilas do interior, da mesma forma que se gastava com a remessa dos mesmos à Capital provincial. Há evidências de que parte destes custos era arcado pelas Câmaras das próprias vilas. Contra isso reclamava a Câmara de Abadia, fato relatado pelo Capitão-mor Francisco Álvares da Silva em 8 de agosto de 1828. Dizia ele então: “fico na diligencia de aprontar os que faltão para a conta que V. Ex. me ordena, que com brevidade há de ser dificultozo sem se

¹⁰² APEB. Seção Colonial e Provincial. Avisos Ministeriais-1824. Maço 754-1.

¹⁰³ APEB. Seção Colonial e Provincial. Militares – Desertores. Maço 3749.

deixar esquecer, e por não estarem os mais retidos na prisão, fazendo despesas, as remeto por não haver dinheiro para suprimento delles, que offciando eu aos Juizes Ordinários, como prezidentes da Câmara, que mandarem dâr dinheiro para sustento, e remeça desta recruta, prottestão jamais darem suprimento de dinheiros para a remeça das recrutas,” sendo que, “no tempo dos meos antecessores, que quando por estes hera pedido dinheiro para sustento, e remessa das recrutas, nunca houve falta”¹⁰⁴.

Lembramos que além do suprimento, tanto as escoltas, como os próprios recrutas, recebiam individualmente 80 e 60 reis diários respectivamente, enquanto durasse a viagem, como mandavam as Instruções.

Ademais, havia a despesa com o fardamento e a ração dos recrutas apinhados nas fortalezas de Salvador. Veremos como era pesada a manutenção destes no próximo capítulo.

Difícil também é termos uma idéia do que se perdia em vidas e trabalho produtivo. Havia os que morriam pelo caminho até a Capital, ou mesmo nesta. Muitos também foram os braços arrancados das lavouras e demais atividades produtivas, causando óbvios prejuízos para o abastecimento. Principalmente no interior, onde a seca devastava algumas regiões, como deixa claro o relato das autoridades de Água Fria anteriormente descrito.

Distúrbios e revoltas contra o expediente do recrutamento também ocorreram, causando destruições nas vilas, bem como assolando os recrutadores e as escoltas, (ou mesmo os recrutas) donde certamente ferimentos ou mortes inutilizavam vidas.

Porém, o que mais marcara a história do recrutamento no Primeiro Reinado não foram tais distúrbios, o dinheiro gasto ou mesmo as mortes dele resultantes. O que ficaria marcado por todo o Império e inícios da República fora o ódio a tal procedimento, tributo de sangue e lágrimas. Foi esse um dos argumentos que o Marechal Hermes da Fonseca, Ministro da Guerra, em seu relatório de maio de 1907, usou para defender a instituição do Serviço Militar Obrigatório no Brasil, posto que, “nesse assunto, ainda chafurdávamos no velho regime português do voluntariado imprestável e do ignóbil recrutamento forçado”¹⁰⁵.

¹⁰⁴ APEB. Seção Colonial e Provincial. Recrutamento. Maço 3488.

¹⁰⁵ LEMOS, Mercenários do imperador..., p. 120

CAPÍTULO III

DE SALVADOR AO SUL: A BAHIA NA GUERRA CISPLATINA

Buscamos neste capítulo discutir a participação da Bahia na Guerra Cisplatina, tanto no mar como em terra. Inicialmente analisa-se a contribuição do Arsenal de Itapagipe para a montagem da esquadra, assim como o papel dos baianos na Marinha Imperial. A seguir discorreremos sobre a participação da Bahia para a campanha do Exército do Sul. Por último, vislumbram-se as conseqüências da guerra sobre o contingente nela envolvido.

3.1 A Bahia na guerra naval

Teve a Bahia papel destacado no esforço de guerra voltado para a construção e prontificação da esquadra que enfrentaria a Marinha portenha, chefiada pelo Almirante Brown, no Rio da Prata, assim como aos corsários que infestavam as costas brasileiras. Vejamos primeiramente o papel do Arsenal de Marinha de Itapagipe.

3.1.1 O arsenal de Itapagipe

A partir da fundação da Cidade do Salvador, em 1549, sendo a Baía de Todos os Santos escolhida pela sua posição central no território que até então era ocupado pela colonização lusitana, além de bom porto, tornara-se necessária a instalação de estabelecimentos que servissem ao reparo e abastecimento das naus portuguesas, sejam

aquelas da Carreira da Índia, sejam as empregadas no serviço da colonização americana. Tratava-se de aproveitar as madeiras existentes, excelentes pela sua qualidade e diversidade, na construção naval¹. Assim, no governo de Fernando de Souza, foi fundada a Ribeira das Naus (antiga denominação dos arsenais e estaleiros lusos) no período de 1591 a 1602².

Situado na península itapagipana, teve o estabelecimento avultada atividade durante o período colonial, inclusive na construção de grandes vasos³. Por força de Carta Régia de 1650, deveria o Governo Geral lançar, anualmente, pelo menos um galeão de 700 ou 800 toneladas⁴. Dadas as precárias condições pecuniárias e estruturais da colônia, fica evidente a impossibilidade de consecução de tal ordem régia. Somente em 1655, pode-se iniciar a construção do Galeão Nossa Senhora do Pópulo, concluída em 1657⁵. Este foi o primeiro dos vasos de grande tonelagem construído na Ribeira das Naus, posteriormente, em 1790, transformada no Arsenal de Marinha da Bahia⁶.

A partir da transplantação da Corte para o Brasil teve a construção naval forte impulso, tendo em vista o estado de guerra frente aos franceses, que impelia a uma elevação do poderio marítimo. Já em sua curta passagem pela Bahia, em 1808, ordenara o Príncipe Regente a continuação da construção de 25 barcas canhoneiras⁷.

Os viajantes europeus que por Salvador passaram nos tempos de D. João VI não deixaram de observar a prosperidade da indústria naval local. O Príncipe Maximiliano notou que os “navios que se fazem na Bahia são tidos em alta conta, pois as florestas do Brasil são ricas em excelentes madeiras de construção naval”⁸. Spix e Martius tiveram igual impressão:

As Docas Reais não são grandes, e é por isso que raras vezes se acham em armação diversos barcos ao mesmo tempo; porém, tanto na

¹ HUTTER, Lucy Maffei. A madeira do Brasil na construção e reparo de embarcações. In: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1986. p. 47-64. p. 47 et seq.

² JAPIASSÚ, Cleto. A Bahia na vida naval brasileira. In: **Edição Especial do Centenário do Diário Oficial da Bahia**. Salvador, Imprensa Oficial do Estado da Bahia, julho de 1823.

³ O termo “vaso” aqui se refere aos navios de guerra pertencentes à Marinha brasileira.

⁴ PRADO MAIA, A Marinha de guerra do Brasil..., p.29.

⁵ COSTA, Luiz Monteiro da. **Construções Navais da Bahia no Século 17**. Salvador, Centro de Estudos Bahianos, 1952. p.7.

⁶ PINTO, Paulo Lafayette, As Forças Navais Brasileiras. In: **RMB**, Rio de Janeiro: SDM, jul.-set., ns.7, 8 e 9 de 1980. p.75-84. p. 78.

⁷ CALMON, Francisco Marques de Góes. **Vida econômico-financeira da Bahia: elementos para a história de 1808 a 1899**. Salvador: Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia, 1979. p.36.

⁸ Citado in: TAVERES, História da Bahia..., p.219.

construção, como no madeiramento, os navios feitos aqui distinguem-se de todos os demais, construídos no Brasil⁹.

No período joanino o Arsenal construíra importantes vasos, como a fragata União, armada em 1817¹⁰. Até 1822 tinha saído dos estaleiros de Itapagipe, em tempos coloniais e de Reino Unido, toda sorte de navios, contabilizando ao menos oito naus, igual número de fragatas, 13 brigues e escunas, além de diversas pequenas embarcações, como barcas canhoneiras, paquetes, lanchões, etc.¹¹.

Com a independência, necessitara o nascente Estado da formação de uma armada capaz de extirpar os focos de resistência portuguesa, principalmente na Bahia e na Cisplatina, tendo como base os vasos lusos nos quais a tripulação aderiu à causa brasileira¹². Estes foram preparados no Arsenal do Rio de Janeiro, sob atentos olhos do Imperador, que muito se dedicava à prontificação dos navios¹³. Em ambas as esquadras formadas – do Rio da Prata e do Norte – vemos a presença dos vasos construídos no Arsenal de Itapagipe¹⁴. Na esquadra que fez a campanha da Bahia e, posteriormente, libertara as províncias mais ao Norte, os dois principais vasos (num total de nove), a nau Pedro 1º – ex-portuguesa Martim de Freitas –, de 74 canhões, e fragata Piranga (ou Ipiranga) – ex-União –, de 50, foram neste construídos¹⁵.

Concorrera o Governo Imperial para a formação da Armada a uma subscrição popular, sugerida por Gonçalves Ledo e Luís Pereira da Nóbrega em setembro de 1822¹⁶ sendo enviado para o Presidente da Província o plano da mesma, de 24 de janeiro de 1823, a 2 de fevereiro¹⁷. As províncias que mais contribuíram para tal subscrição – voluntária e com duração de três anos – foram as do Rio de Janeiro e Rio Grande de São Pedro¹⁸. Na Bahia, a subscrição parece não ter satisfeito as expectativas, pois em novembro do dito ano, mandava o Imperador “novamente recomendar, que o

⁹ SPIX, e MARTIUS, Viagem pelo Brasil: 1817-1826... p. 144.

¹⁰ MENDONÇA, Mário F., VASCONCELOS, Alberto. **Repositório de nomes dos navios da esquadra brasileira**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação-Geral da Marinha, 1959. p.209.

¹¹ JAPIASSÚ, op., cit, p.253.

¹² VIDIGAL, A evolução do pensamento estratégico brasileiro..., p. 3.

¹³ GREENHALGH, Juvenal. **O Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro na História (1822-1889)**. Rio de Janeiro: IBGE, 1965. p. 1.

¹⁴ PINTO, Lafayette. As Forças Navais Brasileiras (continuação). In: **RMB**, Rio de Janeiro: SDM, out/nov/dez. de 1980. p. 85-93.p. 90-1.

¹⁵ DORES, M. M. da Paixão e, (Frei), *Diário da Armada da Independência*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1957. pp. 24-5. MENDONÇA, op. cit. pp. 202 e 209.

¹⁶ PRADO MAIA, op. cit., p. 54.

¹⁷ APEB. Seção Colonial e Provincial. Avisos Ministeriais-1822-1823. Maço 754.

¹⁸ PRADO MAIA, op., cit., p. 57.

Governo da Província da Bahia, empregue novas diligencias a bem desta subscrição para poder haver o bom resultado de tão útil objecto”¹⁹.

Após três meses, nova comunicação do Governo Imperial sobre a subscrição teve que

recomendar ao Governo da Província da Bahia, promova efficazmente este negocio, tão interessante à causa publica e bem do Estado, fazendo que as Camaras, desempenhando a comissão de que forão encarregadas, remetão com a brevidade possível à Estação competente as quantias que se apurarem²⁰.

No balanço do ano de 1823 constam apenas 32:938\$000 arrecadados em todo o Império, subindo a 72:126\$470, em 1824²¹. Nos balanços dos anos de 1825 e 1826 não aparece discriminada a parcela proveniente da subscrição no total da receita extraordinária (que somava também seqüestros e dons gratuitos), sendo de 277:943\$741 e 187:000\$000, respectivamente²².

Além da subscrição, ao menos um proprietário na Bahia auxiliara diretamente nos trabalhos de construção: Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, Visconde de Pirajá, ofereceu em 1825 a construção de uma fragata, pelo Imperador denominada Baiana. Apesar das dificuldades e da irregularidade no fabrico de tal embarcação, esta fora concluída em 1830²³. Afora a fragata Baiana, teve o Arsenal intensa atividade na construção de novos vasos, bem como no reparo, suprimento e armação das embarcações da Armada Imperial.

Na época da guerra de corso feita pelos portenhos, foram também armadas embarcações comerciais e correios²⁴. Foram construídas no Primeiro Reinado a escuna

¹⁹ APEB. Seção Colonial e Provincial. Avisos Ministeriais-1822-1823. Maço 754.

²⁰ APEB. Seção Colonial e Provincial. Avisos Ministeriais-1824. Maço 754-1.

²¹ CARREIRA, História financeira e orçamentária do Império do Brasil..., p.118 e 128.

²² Ibid., p. 136 e 143. Interessante notar que no Brasil parece não ter ocorrido grandes doações na época da guerra Cisplatina. O ânimo patriótico arrefecera no pós-independência, sendo que não se registrou episódios, como os vistos em Buenos Aires, onde as senhoras doavam jóias e demais objetos de valor para auxílio da Marinha portenha, exceção feita à Marquesa de Santos, por motivos conhecidos: “Sua Majestade, nas vistas de criar um recurso [em 1827], deliberou-se a dar um mês de sua dotação para as despesas da guerra, prometendo a metade da mesma dotação, como empréstimo, sem juros, para o mesmo fim, em quanto durasse a luta. Foram convidados os seus súditos a imitarem esse patriótico exemplo; porém, com exceção de alguns monarquistas puros, e da Marquesa de Santos, pouco mais o seguiram.” ARMITAGE, História do Brasil..., p. 150-1. Para as contribuições portenhas, vide na mesma obra p. 146; PRADO MAIA, op. cit., pp. 91-2.

²³ APEB. Seção Colonial e Provincial. Avisos Ministeriais-1825/1830. Maços 755 a 757-3. Ver também, PRADO MAIA, op., cit, p. 126.

²⁴ APEB. Seção Colonial e Provincial. Intendência da Marinha. Maços 3229, 3230 e 3234.

Itaparica, uma corveta de mesmo nome (ambas de 1825, com ativa participação nas operações do Rio da Prata), corveta Defensora (1828), bem como a Nau Imperador do Brasil (1830), única embarcação deste porte construída no Brasil pós-independência²⁵. Fora o Arsenal de Marinha da Bahia o mais produtivo dos arsenais nos tempos de D. Pedro I²⁶.

Para levar a cabo tantos trabalhos, teve o Arsenal que recorrer ao fornecimento de madeiras das comarcas do Sul da Província (principalmente das matas de Valença e Camamú), assim como da Província das Alagoas, solução esta última indicada pelo Governo Imperial em 26 de julho de 1824²⁷. São inúmeros os documentos que tratam do provimento de madeiras, seus constantes obstáculos e irregularidade, que motivaram as mais positivas ordens do Imperador no sentido de garantir a regularidade nas obras empreendidas. Ao que parece, as madeiras vindas das Alagoas tinham vantagem sobre as baianas, tanto na qualidade como no preço, levando o Presidente desta Província a cobrar por um pagamento mais pontual da matéria-prima enviada²⁸.

Durante a guerra, tendo em vista a especificidade do teatro em que desenrolavam os embates – o Rio da Prata –, ocorreu a necessidade de comprar embarcações de baixo calado, pois o estuário do caudaloso Prata mostrou-se inacessível às manobras dos grandes vasos que compunham a esquadra nas operações, pois seus bancos de areia (muitos dos quais denominaram os combates efetuados) obstruíam as manobras dos vasos imperiais. A inadequação das grandes naves²⁹ brasileiras levou o Governo Imperial, numa tentativa de amenizar o problema, à aquisição de embarcações comerciais que demandassem pouca água para navegar. Mais uma vez seria a Bahia uma das grandes responsáveis em suprir esta demanda. Já em 1826 se aprontavam barcas canhoneiras para serem remetidas à Corte³⁰. Em março de 1827 remetera-se ao Vice-Presidente Manoel Ignácio da Cunha e Menezes ordem expressa do Governo Imperial:

Convindo providenciar-se com antecipação sobre a necessidade que talvez possa ocorrer, de remetterem-se para o serviço no Rio da Prata

²⁵ MENDONÇA, op., cit, p.202; PRADO MAIA, op., cit, p. 126;

²⁶ PINTO, Paulo Lafayette. As Forças Navais Brasileiras (continuação). In: **RMB**, Rio de Janeiro: SDM, 1º trimestre de 1981. p. 129-34; PRADO MAIA, op., cit, p.126.

²⁷ APEB. Seção Colonial e Provincial. Avisos Ministeriais-1824. Maço 754-1.

²⁸ APEB. Seção Colonial e Provincial. Avisos Ministeriais-1830. Maço 757-3.

²⁹ Outro termo que se refere aos navios da Marinha. No século XX os grandes navios foram denominados “belonaves”.

³⁰ APEB. Seção Colonial e Provincial. Avisos Ministeriais-1826. Maço 756.

embarcações, que demandem pouca agôa; Determina S. M. o I., que V. Ex.^a. trate [...] já de fazer ahi aprontar-se algumas para [...] aquelle destino, logo que assim se ordene; lançando V. Ex.^a. para esse effeito mão dos meios que melhores lhe parecerem.³¹

No mês seguinte, seguindo as ordens repassadas pelo Vice-Presidente, o Intendente da Marinha, Tristão Pio dos Santos, iniciara tal diligência passando a “examinar se ha aqui algumas embarcações pequenas que demandem pouca agoa para o serviço do Rio da Prata”, negociando com diversos comerciantes a compra de embarcações que preenchessem tal requisito, aliado a um preço cômodo³². Foram sendo algumas negociadas, como o bergantim norte-americano Bolívar, que passou a denominar-se Imperial Pedro, sendo armado no mesmo ano³³. Tal medida recebera a aprovação do Governo Imperial. A partir de então constantemente se cobrara a prontificação das embarcações adquiridas. Foram enviadas ao menos quatro barcas canhoneiras para o serviço da esquadra em guerra³⁴.

No decorrer do conflito, os vasos danificados, pela impossibilidade de serem reparados no pequeno arsenal instalado em Montevidéu, tiveram que sofrer consertos nos demais arsenais, mormente os do Rio de Janeiro e Bahia³⁵. Importantes vasos como as fragatas Paraguassú e Niterói, bem como a nau Pedro I, passaram por Salvador recebendo fabricos e suprimentos, assim como marinhagem³⁶.

Os muitos encargos que recaíam sobre a Intendência da Marinha da Bahia levaram esta estação a sofrer com a falta de recursos. A moeda de cobre, assaz reduzida em valor pela contínua falsificação, única forma disponível de pagamento, motivara queixa do Intendente em novembro de 1827 de que os credores recusavam-se a recebê-la “pelo descrédito que esta hoje merece na opinião pública”³⁷. Tal situação dificultava a compra de material para reparo e armamento dos vasos da Armada (amiúde fornecido por negociantes estrangeiros, principalmente ingleses), motivando Tristão Pio dos Santos a desabafar com o Presidente, José Egidio Gordilho de Barbuda:

³¹ APEB. Seção Colonial e Provincial. Avisos Ministeriais-1827. Maço 757.

³² APEB. Seção Colonial e Provincial. Intendência da Marinha-1828. Maço 3230.

³³ APEB. Seção Colonial e Provincial. Intendência da Marinha. Maço 3230. Ver também MENDONÇA, op., cit., p. 130.

³⁴ APEB. Seção Colonial e Provincial. Intendência da Marinha. Maço 3230.

³⁵ GREENHAL, op. cit., p. 44.

³⁶ Ver séries do APEB: Intendência da Marinha, Avisos Ministeriais e Correspondência Expedida, tanto para Diversas Autoridades como para o Governo Imperial.

³⁷ APEB. Seção Colonial e Provincial. Intendência da Marinha. Maço 3230.

Não obstante ser cômodo o preço de quatro contos e sescenta reis a libra do cobre que o supplicante Berry Davidson & Cia. oferece para o consumo deste Arsenal, e o Arsenal muito necessitar deste genero, não convem à compra pela natureza do pagamento exigido em bilhetes da Alfândega, por isso que nos cofres da Pagadoria desta Repartição não ha este dinheiro, nem esperança de o haver tão cedo, porquanto de certo tempo para cá a Thesouraria Geral manda só cobre da mais infame qualidade de moeda falça que tem aparecido nesta Provincia³⁸.

Para tentar suprir as demandas de matéria-prima e pagamento da folha salarial, com o aumento dos trabalhos, teve o Arsenal contínua elevação de sua consignação mensal, sendo em 1825 de dez contos, posteriormente elevada a 13 e ainda a 16 contos de réis, em agosto de 1827³⁹.

3.1.2 Os baianos nos vasos de guerra

Os navios construídos, armados ou reparados na Bahia careciam de recrutas para suas guarnições, levando seus comandantes a solicitarem ao Intendente ou ao Presidente que se efetuasse o recrutamento. Após a debelação da Confederação do Equador, ficara em Salvador localizada a Divisão do Norte, constando, em maio de 1825, dos seguintes vasos: fragata Niterói (capitânia), corveta Itaparica, brigue Independência ou Morte e escuna Pará⁴⁰. Viam-se as autoridades da Província embaraçados no fornecimento de recrutas, pois o mesmo era um problema mais crônico ainda do que para o Exército. Haviam motivos de sobra para a verdadeira ojeriza ao serviço naval. Não devia agradar a muitos servirem, tendo em vista os baixos soldos, disciplina (quando havia) sustentada por castigos corporais, sob ordens de oficiais quase sempre estrangeiros, e o que poderia ser pior: longas temporadas longe de casa e da família. A guarnição do brigue Guarani, composta por treze artilheiros do 7º Corpo, requereu ao seu comandante em março de 1825 sua substituição, pois já contavam oito meses destacados a bordo⁴¹.

³⁸ APEB. Seção Colonial e Provincial. Intendência da Marinha. Maço 3230.

³⁹ APEB. Seção Colonial e Provincial. Avisos Ministeriais-1825-1827. Maços 755 a 757. Chegaria a consignação, em 1830, a 125 contos de réis mensais. APEB. Seção Colonial e Provincial. Avisos Ministeriais-1830. Maço 757-3.

⁴⁰ APEB. Seção Colonial e Provincial. Embarcações (assuntos)-1823-1849. Maço 3185-1.

⁴¹ APEB. Seção Colonial e Provincial. Quartel General do Comando das Armas-1825. Maço 3365.

Para termos uma idéia do estado precário do serviço na Marinha naqueles anos, basta constatar as objeções feitas pelo Ministro da Marinha, Visconde de Paranaguá, pedindo explicações ao Visconde de Queluz, Presidente da Província:

Constando que os navios de guerra estacionados na Bahia, se achão com suas respectivas tripulaçoens assas diminuídas, em consequencia das freqüentes licenças concedidas à maruja, grande parte da qual tem desertado; que a falta de disciplina, ora existente a bordo dos referidos navios, he sem duvida occasionada pela reprehensivel negligencia dos commandantes, chegando estes ao ponto de dormirem em terra; que entre todos os vasos de guerra: o mais atrasado em pagamento de soldos, era a Nau Pedro I, devendo-se aos officiaes cinco, e aos marinheiros seis meses, e que finalmente no Arsenal da Marinha d'aquella Cidade se não encontram moitões, e nem mesmo outros generos, necessários para suprimimento das embarcaçoens que os requerem⁴².

Nestas condições, sem suprimentos ou pagamentos, era natural a ocorrência de deserções. Para exigir melhores resultados, expedira o Governo Imperial em 12 de maio de 1827, juntamente com ordens para que o Presidente desse as “mais efficazes providências” sobre o recrutamento, a seguinte comunicação:

Vendo S. M. o I., que não obstante as repetidas ordens, e recomendaçoens, para que ahi se promova com a maior actividade o recrutamento para a Armada, não só se não tem assim praticado, mas ate succedeo ultimamente, que a fragata Nitheroi, que d'aqui partira para esse porto com duzentos, e sessenta pessoas de tripulação, a qual não ia completa, por ser conveniente que ahi o fosse, voltou trazendo somente cento e sessenta e huma, o bem prova a falta de zelo, com que forão executadas ahi as Imperiaes Ordens neste ponto pelas Authoridades dessa Província⁴³.

Com o fito de evitar as deserções, já em fevereiro de 1827, mandara o Ministro que não se fizesse “desembarcar praças, pois que disso se seguem graves inconvenientes”⁴⁴. Pouco depois, reclamara D. Pedro contra a ineficiência com que se recrutava na Província, pois numa remessa de recrutas da Bahia, Sergipe e Alagoas, ao constatar o pequeno número de baianos, informara o Ministro que

S. M. o I. vio com desprazer, que d'ahi somente se enviasse tão pouca gente, entretanto que de Pernambuco viera muito maior

⁴² APEB. Seção Colonial e Provincial. Avisos Ministeriais-1825. Maço 755.

⁴³ APEB. Seção Colonial e Provincial. Avisos Ministeriais-1827. Maço 757.

⁴⁴ APEB. Seção Colonial e Provincial. Avisos Ministeriais-1827. Maço 757.

quantidade, todavia o Mesmo Augusto Senhor espera que, mediante as necessárias providencias, se possa em outra occazião fazer mais avultada remessa, como muito importa ao bem do Serviço, Nacional e imperial mormente nas actuaes circumstancias⁴⁵.

Para responder às objeções feitas pelo Governo Central, fez Manoel Ignácio da Cunha e Menezes (Vice-Presidente) extenso officio em 10 de julho, do qual citamos os motivos que obstruíam o recrutamento de marinheiros:

Permita V. Ex^a. que eu lhe faça ver que mui longe está a falta de zelo com que por mim são executadas as Imperiaes Ordens [...], pois que se o recrutamento para marinhagem não tem correspondido aos esforços com que este Governo procede, he por motivo que jamais poderão estar ao alcance de alguã Authoridade, e vem a ser a absoluta falta que há de gente empregada neste genero de vida; e bem que pareça á primeira vista que em huã Cidade como esta onde aportão tantas embarcações, fácil será obter-se hum grande numero de marinheiros, todavia, logo que se considere que essas mesmas embarcações quase todas são estrangeiras, cujos marujos por ordens positivas de S. M. senão podem obrigar a servir nos Navios d'Armada Nacional e Imperial, salvo por via de engagements, a que mui poucos se prestão e o que resta são as mui pequenas tripulações das embarcações Nacionaes empregadas no commercio de cabotagem, das quaes tirando-se marinheiros acabar-se-ia de hũa vez o escaço commercio que fazem⁴⁶.

Podemos acrescentar outros motivos para o mal resultado do expediente em questão, além da absoluta indisposição para servir na Marinha: boa parte das tripulações das embarcações nacionais era composta por escravos⁴⁷, portanto isentos, aliado a um outro fator – a corrupção, como se verá adiante.

Data da mesma época (junho) um officio do Intendente da Marinha relatando os obstáculos para a boa consecução do recrutamento, dentre eles, que:

quando a este Porto chega hum, ou outro Navio de Guerra, os marinheiros, ou estejam empregados nas Embarcações do Commercio, ou mesmo os vadios, que andão desperos por esta Cidade, se escondem pelas cazas dos Cidadãos, onde a policia, sem infracção a Constituição, os não podem prender, e n'estas se deixão estar até a sahida dos mesmos Navios; [...] sendo o recrutamento de marinhagem feito com escoltas da policia, que depreco, o bom resultado he dependente da exatidão com que ellas se prestão a este serviço; [...] prohibindo expressamente o Avizo da Secretaria D'Estado da Repartição da V. Ex^a de 27 de novembro de 1826, que se

⁴⁵ APEB. Seção Colonial e Provincial. Avisos Ministeriais-1827. Maço 757.

⁴⁶ APEB. Seção Colonial e Provincial. Correspondência Expedida para o Governo Imperial-1827. Maço 677.

⁴⁷ LEMOS, Mercenários do Imperador..., p. 9.

recrutm marinheiros, que forem estrangeiros, e comprehendendo-se n'este numero os Portugueses, o seu Cônsul aqui rezidente senão descuida de reclamar algum que he recrutado, vendo-se por tanto o Prezidente da Provincia na precisa necessidade de os mandar soltar, e reduzindo-se assim o recrutamento aos brasileiros, que os originários são a menor parte, fica evidente, que este se torna extremamente difficil⁴⁸.

Terminava esta comunicação dando conta das medidas que empreendeu no recrutamento solicitado “de cem, a cento e cincoenta praças de marinhagem; mas tudo isso não he bastante”; ou seja, por mais enérgico que fosse nunca conseguiria atingir os números requeridos pelo Rio de Janeiro. Remeteu o Ministro ao Presidente a cópia de officio confidencial ao Intendente com as recomendações quanto ao recrutamento, indicando que se recrutasse com antecedência, e

que, sem ferir a Lei e as immunidades, por ella, garantidas ao Cidadão, deverá V. S^a. Fazer recrutamentos continuados, [e quanto] á apprehensão de Marinheiros Estrangeiros, que fôra expressamente prohibida pelo avizo de 27 de novembro ultimo, que, se bem n'esta disposição devão ser comprehendidos os Portuguezes, com tudo as nossas circumstancias actuaes permitem por ora excepçoens, de que aqui uzamos, afim de não nos privarmos inteiramente do Serviço de taes Marinheiros, e vem a ser, excluir do recrutamento tão somente aquelles, que se acharem empregados no serviço dos Navios Portuguezes, podendo os que existirem em terra ser recrutados, e, entretanto que justificação ser súbditos de Portugal (o que he difficil em tal classe de gente) e se fazem as reclamaçoens do estilo, são elles empregados nos Navios, que largão do Porto, e com isso se responde, e temporisa com os Consules, em cujas reclamaçoens alias senão deve esperar tamanha eficacia, que não deixe intervalo sufficiente para completo desta medida, que somos forçados a adoptar⁴⁹.

Na situação complicada em que se achava a Marinha, valeu burlar a legislação e ludibriar os cônsules, dando o fato como consumado, visto que os recrutados deveriam ir diretamente para embarcações que estariam por sair. Na Bahia tiveram as autoridades que muito contemporizar, posto que o “recrutamento de marinheiros, que quase todo pesa sobre esta Província” deveria abastecer as embarcações que aqui tocassem⁵⁰.

Dada a má qualidade de vida no serviço naval, era grande a aversão em prestar tal officio, motivo pelo qual fora difficil obter-se voluntários, ou mesmo recrutas. Visto da mesma ótica quanto ao serviço no Exército – correcional – tinha, contudo, este

⁴⁸ APEB. Seção Colonial e Provincial. Avisos Ministeriais – 1827. Maço 757.

⁴⁹ APEB. Seção Colonial e Provincial. Avisos Ministeriais – 1827. Maço 757.

⁵⁰ APEB. Seção Colonial e Provincial. Avisos Ministeriais – 1827. Maço 757.

expediente, na Marinha, a radicalização do processo. Se recrutar para o Exército era tido como meio de expurgar da sociedade civil elementos “marginais”, de “vagabundos” a “criminosos”, pondo-os em reclusão nos quartéis, o recrutamento para a Marinha tinha a função expressa de depurar as fileiras deste mesmo Exército, livrando-o daqueles ditos “incuráveis”. Era duplo o objetivo das autoridades: subtrair da convivência social tais elementos, pondo-os no mar, tendo a útil consequência de preencher as lacunas das tripulações dos vasos imperiais. É ilustrativo desta forma de encarar o serviço naval a comunicação do Governador das Armas – futuro Visconde de Camamu – ao Presidente, em seis de junho de 1825:

Tendo o Alferes Francisco Pereira Lopes Meirelles, Comandante do destacamento da Povoação de Nazareth, remetido a este Quartel general, o preso João dos Santos Martins, por suspeitas de ser desertor do extinto Batalhão 3, e mais pela pessima, e muito immoral conducta, que tem mostrado na dita Povoação; mandei reconhecer se com effeito era desertor, o que não se conseguindo, e não sendo o dito Martins capaz de assentar praça, em rasão da sua má figura, e cor preta, occorre-me, que por medidas policiaes será muito conveniente manda-lo servir na Esquadra⁵¹.

Pouco antes mandava o mesmo Egidio de Barbuda uma lista de militares:

presos em differentes Navios da Esquadra, e na Prezíganga, que pelas suas pessimas e incuráveis conductas se tornão indignos de voltarem ao Serviço do Corpo, a que pertencem [...] e sou portanto a deprecar a V. Ex.^a. as convenientes ordens, para que sejam admittidos no Serviço da mesma Esquadra, afim de lhes mandar passar as competentes escusas, e embaraçados de virem á terra n’este porto pelos dannos, que causarião á tranqüillidade publica⁵².

Em resposta a um pedido de recrutamento disse a este respeito o Governador que

na Cidade será possível colherem-se algumas recrutas; [...] ainda quando aconteção varias fugas para fora da Cidade, como o recrutamento lá venha a ter lugar posteriormente, não será facil escaparem-se as fugidas, sendo tão bem a meu ver a medida que pondero, e que deve ter lugar com toda a suavidade, hum meio facil de expurgar a Capital de hum bando de vadios, e ociozos que só serve de inquietar a tranqüillidade publica⁵³.

⁵¹ APEB. Seção Colonial e Provincial. Quartel do comando das Armas-1825. Maço 3365. No officio junto consta que o citado Martins incomodava ordinariamente a vizinhança, sendo que por várias vezes abordava uma escrava com uma faca, o que motivava reclamações do seu senhor ao alferes Meirelles.

⁵² Seção Colonial e Provincial. Quartel do comando das Armas-1825. Maço 3365. Constavam 23 praças que serviam no 7º Corpo de Artilharia.

⁵³ APEB. Seção Colonial e Provincial. Quartel do comando das Armas-1825. Maço 3365.

Tal forma de encarar o recrutamento, principalmente quanto à marinhagem, não fora inovação ou exclusividade brasileira. Seguir-se aqui as práticas metropolitanas, ademais enquadradas dentro do *modus operandi* europeu em geral. Na Londres dos tempos do Almirante Nelson, os marinheiros eram “restos de naufrágios humanos agarrados nas ruas e nas tavernas de gim da capital. Teriam enchido completamente as prisões e ficado ali fechados se a Armada de Sua Majestade não lhes tivesse oferecido um meio de escapar”⁵⁴.

Nas circunstâncias da guerra era ainda maior o apelo ao “castigo” via serviço naval, tendo o Comandante das Armas, em janeiro de 1827, dado baixa a um miliciano “pela sua má conducta, afim de poder ser enviado para o Sul na qualidade de recruta para a Marinha”⁵⁵.

O pavor ao serviço marítimo fez com que surgisse a oportunidade de alguns faturarem com o recrutamento. Em junho de 1827 mandara o Intendente da Marinha à prisão Joaquim L. dos Santos, marinheiro da Barca n.º 4,

por que sendo este incumbido de registrar as embarcações que entravam, [...] extorquiu na noite do dia 3 do corrente a somma de 16\$ ao mestre Antonio Francisco de Oliveira do lanchão São Francisco que naquelle dia entrou, em paga de lhe soltar os seus marinheiros, e dezoito patacas ao mestre da lancha Desengano entrada no dia 4, e seis patacas para os marinheiros do seu bote, e 4\$ reis aos marinheiros da lancha Andorinha, tambem entrada neste dia, que a todos havia prendido para marinhagem, sem que alguma ordem tivesse recebido para esse fim⁵⁶.

A prática extorsiva certamente fora recorrente, haja vista que somente por conta das denúncias feitas pelos mestres temos notícia de tal procedimento, pois souberam que fora irregular o expediente. Quantos não foram os que devidamente recrutados subornavam – ou eram extorquidos – para evadir-se do serviço na Marinha e não há registros? Mesmo para aqueles que não escapavam no ato do recrutamento, sendo presos, havia esperança. Pagara “hum marinheiro recrutado” 30\$000 réis ao Mestre Luiz Gonzaga, da barca Januária, para que este permitisse a sua fuga. Fora o Mestre mandado preso pelo Intendente⁵⁷.

⁵⁴ GUSMÃO, Odyr Marques Buarque. A Vida marítima nos tempos de Nelson (continuação). In: **RMB**, Rio de Janeiro: SDM, vol.111, ns. 1-3, janeiro/março de 1991. p.210-212. p.210.

⁵⁵ APEB. Seção Colonial e Provincial. Quartel General do Comanda das Armas-1827. Maço. 3367.

⁵⁶ APEB. Seção Colonial e Provincial. Intendência da Marinha-1827. Maço 3230.

⁵⁷ APEB. Seção Colonial e Provincial. Intendência da Marinha-1827. Maço 3230.

Objetivando o preenchimento das tripulações – tendo em vista os poucos voluntários, sendo boa parte deles estrangeiros, atraídos pelas gratificações – recorreu o Governo Imperial à contratação de mercenários no exterior. Quem cumprira esta tarefa na Inglaterra fora Felisberto Caldeira Brant Pontes durante sua estada para negociar o reconhecimento do Império, que contratara cerca de 500 marujos daquele país.⁵⁸ Tentara-se ainda o engajamento de indígenas no serviço naval, sendo por decreto de 5 de setembro de 1827⁵⁹.

Não obstante todos os obstáculos e vicissitudes do recrutamento, fornecera a Bahia marinheiros para os vasos que pelejaram na Campanha Cisplatina. Foram muitos os navios aqui tripulados, de 1825 a 1828, entre eles a nau Pedro I, as fragatas Paraguassú, Tétis, Niterói e Izabel, corveta Itaparica, escunas Itaparica e Pará, brigues Independência ou Morte, Pirajá e Imperial Pedro, bem como as barcas aqui construídas⁶⁰.

Impossível averiguar a conduta dos marinheiros baianos na guerra do Sul. A historiografia militar costuma destacar apenas os nomes de seus oficiais⁶¹. Entre estes distinguiu-se João Francisco de Oliveira Botas. Pouco se sabe sobre sua origem natal, mas é provável que tenha origem portuguesa. Não obstante, tivera ele destacada participação nas lutas pela independência na Bahia, a ponto de ser denominado como “o Marinheiro da Independência”⁶². Considera L. Scavarda que “foi um brasileiro de alma como os que melhor o foram”⁶³. De qualquer sorte, teve na maior parte de sua vida (senão toda) residência na Bahia. Já em 1809 era Contra-mestre do cais do Arsenal de Marinha da Bahia, recebendo posteriormente seguidas promoções, até chegar ao posto

⁵⁸ PRADO MAIA, op. cit., p. 61.

⁵⁹ CUNHA, Manuela Carneiro da. Política indigenista no século XIX. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, pp. 133-50. p. 150.

⁶⁰ APEB, Seção Colonial e Provincial. Série da Intendência da Marinha. Maços 3185-1 e 3229 a 3234. Inacessível nos foi realizar um levantamento preciso sobre o número de marinheiros baianos nos vasos da Armada, tendo em vista as omissões sobre números em muitas das fontes, bem como as dificuldades para reunir os contingentes solicitados. Subornos para alcançar a soltura e as deserções impedem o conhecimento exato dos que realmente foram destinados ao Sul. Estimamos, aproximadamente, que foram poucas centenas, girando entre 300 e 400. Como visto, temos apenas uma vaga idéia sobre os baianos nos vasos. Deixamos consignado que o tripulamento das embarcações aqui reparadas ou construídas, principalmente das corveta e escuna Itaparica, fora em grande parte aqui efetuado, o que, sendo de fato estes tripulantes os que compuseram suas guarnições na guerra, poderia elevar consideravelmente os números acima estimados.

⁶¹ Aqui relataremos apenas alguns fatos navais que tiveram segura participação de personagens oriundos da Bahia.

⁶² SCAVARDA, Levy. João Francisco de Oliveira Bottas (O Marinheiro da independência). In: **RMB**. Rio de Janeiro: SDM, Ano 87 – jul./set. de 1967. ns. 7-9. pp. 4-22. p.4.

⁶³ *Ibid.*, p. 5.

de Capitão-de-Fragata, em 31 de janeiro de 1826, posto com que lutou no conflito cisplatino⁶⁴.

Dado o prestígio que granjeara à época da independência, lembrou-se logo dele o Governo Imperial ao estourar a guerra no Sul. Mandou, a 12 de dezembro de 1825 (dois dias após a declaração de guerra), que Botas “se apresente quanto antes nesta Côrte”⁶⁵. Partira ele para o Rio de Janeiro a 28 do mês seguinte⁶⁶. Fora logo Botas remetido para o teatro da guerra, “quando lhe coube organizar e comandar uma frotilla de iates artilhados, adquiridos no Rio Grande do Sul”⁶⁷, no melhor estilo empreendido na anterior campanha baiana.

A guerra naval da Cisplatina tivera, de modo geral, ampla supremacia naval brasileira. Maiores, mais numerosos e melhor armados, tinham os vasos imperiais superioridade bélica frente à Marinha argentina, chefiada pelo irlandês Willian Brown, sendo esta mais apta ao serviço naval da campanha que se abria, o que equilibrava a pelega⁶⁸. Desta forma, o teatro do conflito – o Rio da Prata – atuava neste cenário como um dos atores principais. Devido ao seu estuário, que contém grandes bancos de areia, era o Prata um inimigo natural da esquadra brasileira, motivo pelo qual se recorrera à aquisição de pequenas embarcações. Tal a importância e especificidade da arena de luta, que Prado Maia afirma, num patriótico desabafo:

o principal adversário da esquadra brasileira, antes que os navios de Brown, foram as condições precárias de navegabilidade do grande estuário platino... Ah, se o campo de ação tivesse sido o mar largo!...⁶⁹

A estratégia naval fora, desta feita, moldada pelo teatro de operações platino. Dependia o combate da disposição dos argentinos para abandonarem o abrigo do fundeadouro de Los Pozos, onde a esquadra brasileira não alcançava. Quando aventuravam-se à luta, esta dava-se quase sempre de forma idêntica:

o chefe brasileiro procurava atrair os argentinos para o largo do porto, onde seus navios pudessem manobrar à vontade sem risco de encalhar. O chefe argentino, ao invés, porque os seus vasos dispusessem todos de menor calado, tentava atrair os nossos navios

⁶⁴ SCAVARDA, op. cit., p. 5 et seq.

⁶⁵ APEB. Seção Colonial e Provincial. Avisos Ministeriais-1825. Maço 755.

⁶⁶ APEB. Seção Colonial e Provincial. Correspondência Expedida para o Governo Imperial. 1825/1826. Maço 676.

⁶⁷ SCAVARDA, op. cit., p. 17.

⁶⁸ CALÓGERAS, J. Pandiá. A Política Exterior do Império. Vol. II: O Primeiro Reinado..., p.425.

⁶⁹ PRADO MAIA, A Marinha de guerra do Brasil..., p. 102.

para as proximidades dos bancos e dos canais estreitos e tortuosos, de modo a transformar estes elementos naturais em novos inimigos para o adversário incauto⁷⁰.

Assim, a maioria dos encontros tinha como desenlace uma verdadeira “caçada” até que os argentinos retornassem ao seu refúgio. Foram estas circunstâncias que impediram um combate decisivo, que desse fim à contenda naval.

O principal objetivo da esquadra brasileira era bloquear o comércio portenho, debilitando as finanças do inimigo⁷¹. O Vice-Almirante Rodrigo Lobo, seguindo a determinação imperial, declarou em rigoroso bloqueio os portos e costas do território argentino a 21 de dezembro de 1825⁷². Cumprira o bloqueio parcialmente seu papel, pois havia embarcações que conseguiram burlá-lo “diariamente”, ou com auxílio dos navios portenhos, ou saindo de Montevidéu, tendo como destinos oficiais outros portos, mas indo rumo a Buenos Aires⁷³. De qualquer sorte, os obstáculos ao comércio, e a decorrente queda da fonte de recursos portenhos, minaram sua capacidade para prolongar o conflito.

A inépcia do almirante Lobo, que não lograra destruir a marinha oponente ou cortar a linha de suprimentos que irrigava as tropas em luta na Cisplatina e Rio Grande de São Pedro, além de abandonar a ilha de Martin Garcia, fez com que o Governo Imperial o substituísse pelo almirante Rodrigo Pinto Guedes, assumindo este o comando em 13 de maio de 1826⁷⁴. Pelo seu comando eivado de erros, teve Lobo que sofrer Conselho de Guerra⁷⁵.

Empreendera Pinto Guedes a reorganização da esquadra, recompondo-a em quatro divisões. A mais combativa delas, a 2ª, situada mais próxima a Buenos Aires, ficou sob comando de James Norton⁷⁶. Foi nesta divisão em que se distinguiu Oliveira Botas, chegando inclusive, durante um período de afastamento de Norton, a ser encarregado da chefia desta divisão⁷⁷. No comando do brigue Pirajá, de menor calado que as fragatas e corvetas imperiais, pôde Botas se destacar nas ações pelos bancos e canais do Prata.

⁷⁰ PRADO MAIA, op., cit., p. 100.

⁷¹ VIDIGAL, A evolução do pensamento estratégico brasileiro..., p. 10.

⁷² ARMITAGE, História do Brasil..., p.129.

⁷³ Ibid., p. 131 e 161.

⁷⁴ PRADO MAIA, op. cit., p. 99.

⁷⁵ VIDIGAL, op. cit., p. 11.

⁷⁶ PRADO MAIA, op. cit., p. 100 e ss..

⁷⁷ SCAVARDA, op. cit., p.17.

Não obstante as melhorias organizativas, bem como um pequeno aumento de atividade do novo comandante, fora Pinto Guedes acusado de ter igual conduta de seu antecessor no que se refere ao bloqueio. Sobre ambos recaíram as mais pesadas suspeitas e acusações de fraudes no expediente das presas. Carl Seidler assim se expressara sobre a conduta de Lobo:

O almirante Lobo, comandante de toda a esquadra, entretinha relações secretas com os inimigos de sua pátria. Cuidando só de seu próprio interesse, ele permitia, a troco de elevadas somas em dinheiro, a entrada e saída dos navios do governo de Buenos Aires no Rio da Prata⁷⁸.

Sobre seu conselho de guerra, arremata o mesmo autor:

Como, porém, durante o seu comando ele houvesse enriquecido, não lhe faltaram amigos e estes souberam encaminhar as cousas de modo que a sua exoneração foi por desídia e não por traição, do que entretanto o acusavam os seus subordinados⁷⁹.

As opiniões sobre Pinto Guedes foram de igual teor:

Pinto Guedes, que recluso na esplêndida câmara da sua fragata de linha, raras vezes era visto pela marinhagem debaixo de suas ordens. Possuindo grande reputação de perícia, adquirida durante o governo absoluto, em que tudo era decidido unicamente pela intriga, era mais apto para concertar planos no gabinete, do que para os por em execução: fleugmático e cauculista, mostrava maior empenho em agarrar presas, das quais colheu imensa fortuna, do que em atacar e derrotar o inimigo⁸⁰.

Às reclamações dos diplomatas estrangeiros, principalmente franceses, sobre a legislação do bloqueio, somavam-se queixas sobre o modo de captura e tratamento dos navios apresados:

Muitos comandantes e tripulantes desses navios atestaram que o apresamento ocorrera nas proximidades do Cabo de Santa Maria. Chegando a Montevidéu eram afastados dos navios, e sem prévio inventário, as embarcações recebiam guardas brasileiros, até que,

⁷⁸ SEIDLER, Dez anos no Brasil..., p. 93-4.

⁷⁹ Ibid., p. 94.

⁸⁰ ARMITAGE, op. cit., p. 144-145.

com a decisão do tribunal de prêsas, as mercadorias e o navio eram vendidos em hasta pública⁸¹.

No caminho seguido pelas embarcações da apreensão ao adjudamento, sendo de Montevidéu remetidas ao Rio de Janeiro, “consta que previamente era a mais valiosa parte dos seus carregamentos roubada pelos agentes de presas, muitos dos quais eram conhecidos por terem feito grandes fortunas pelo meio destas prevaricações”⁸².

Em termos financeiros, os abusos cometidos e as conseqüentes reclamações das nações lesadas levaram o Império a amargar grande prejuízo com o bloqueio. O abismo entre a arrecadação alcançada com tal expediente e as indenizações pagas dá uma idéia da péssima conduta dos apresadores: 302:937\$852 e 5:815:151\$433 respectivamente⁸³.

A situação do serviço naval, assim como as condições de vida dos marinheiros durante a guerra no Prata, não era das mais almejadas. As condições talvez fossem piores que as constatadas na Bahia em 1825. Difícil era manter a boa ordem do serviço e a disciplina em tripulações que mesclavam brasileiros, portugueses e ingleses, tanto na maruja quanto na oficialidade. Os primeiros, em grande parte eram inaptos para a faina marítima, posto que, muitas vezes, não tinham relações com o mar, ou eram “gente de fraca compleição física”, como assim consideravam os estrangeiros⁸⁴. Soma-se a tal, o pouco treinamento dos recrutados, que tinham que aprender, em plena ativa, a lida marítima nos vasos engajados na campanha.

No que se refere a portugueses e ingleses, a coisa pouco mudava:

Os marinheiros portuguêsês e os estrangeiros, principalmente ingleses, eram realmente mais fortes quanto ao físico e também mais habilidosos, porém, com poucas exceções moralmente corrompidos e dados ao vício da embriaguez, pouco se adiantando com a sua admissão. Quanto aos oficiais não eram as condições muito diferentes das existentes nas tropas militares, com a diferença que, circunscritos

⁸¹ TESTEMUNHA OCULAR (uma), Contribuições para a história da guerra entre o Brasil e Buenos Aires..., p. 283.

⁸² ARMITAGE, op. cit., p. 137.

⁸³ Relatório do Ministério das Relações Exteriores de 1834, citado por CALÓGERAS, A Política Exterior do Império Voll..., p. 438.

⁸⁴ TESTEMUNHA OCULAR, op. cit. p. 178. A “reconhecida falta de vocação marítima dos brasileiros” aparece como anátema corrente na bibliografia consultada. Vide LEMOS, Mercenários do Imperador..., p. 130. Carl Seidler considerava que os brasileiros “são mesmo lamentáveis como homens do mar; a doutrina católica da predestinação não se casa com uma vida regrada de marinha.” SEIDLER, op. cit. p. 93. É patente o preconceito do alemão quanto aos marujos brasileiros. O que havia de fato era uma ojeriza ao serviço naval, motivo pelo qual era visto como castigo para os indisciplinados.

os atritos ao limitado espaço do navio, causavam maiores prejuízos à disciplina, com o absoluto domínio que ali exerciam⁸⁵.

Haja visto o perfil dos recrutas brasileiros para a Marinha, tidos como “incurrigíveis”, lado a lado com os mercenários estrangeiros, era de se esperar os piores resultados quanto à disciplina⁸⁶. O alcoolismo fora um dos obstáculos à boa ordem. Problema crônico nas Forças Armadas do nascente Império, o vício era alimentado pelo fornecimento de cachaça às praças, vide Portaria da Secretaria D’Estado dos Negócios da Guerra de 18 de setembro de 1824, que fora estendida à Marinha⁸⁷. Oficiais se gabavam de serem grandes bebedores da bebida, “inveterados alcoólatras eram mantidos nos quadros ativos do serviço”, sendo a cachaça responsável por boa parte “dos atos de indisciplina que se produziam a miúdo a bordo dos navios e estabelecimentos militares e que chegavam, por vêzes, a assumir a gravidade de desordem e motim”⁸⁸.

Fator de constante descontentamento era o atraso nos soldos. Na campanha do Sul era completamente irregular, tanto no mar como em terra. Ao assumir Pinto Guedes, para tentar restabelecer a disciplina e reanimar as tripulações, pagara os soldos atrasados e fardara devidamente os marinheiros⁸⁹. Entretanto, mesmo com o dito pagamento havia queixas pelos descontos e rebates que sofriam os já minguados soldos⁹⁰. Após os pagamentos, “foram os marinheiros intimados com a ameaça de severos castigos pela mínima falta”, porém, não “tardou reinasse novamente a indisciplina, pela falta de exação dos pagamentos de soldo; diminuísse a coragem, pelo mau êxito da expedição, e sofresse o moral das tropas pela pirataria desenfreada que se exercia”⁹¹. No relatório do

⁸⁵ TESTEMUNHA OCULAR, op. cit., p. 178.

⁸⁶ Não obstante as suspeitas de corrupção quanto às presas do bloqueio, em verdade não constam atos de insubordinação durante a contenda naval, exceto a deserção. Deve-se creditar isto ao próprio expediente na guerra, estando a maruja sob olhos dos superiores e circundada por diversos vasos, sendo impraticável a eclosão de uma revolta isolada. Estas circunstâncias não existiam na Bahia em agosto de 1830, quando os marinheiros da fragata D. Francisca se revoltaram. APEB. Seção Colonial e Provincial. Avisos Ministeriais-1830. Maço 757-3.

⁸⁷ APEB. Seção Colonial e Provincial. Quartel General do Comando das Armas-1825. Maço 3365.

⁸⁸ GREENHALGH, O Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro..., p. 13 et seq.

⁸⁹ TESTEMUNHA OCULAR, op. cit., p. 283.

⁹⁰ Ibid., p. 284. Os descontos nos soldos da Marinha e Exército eram práticas condenáveis, porém comuns na época. Não era raro, pelas diferenças na troca dos papéis dados pelo Governo como pagamento, por moeda corrente, haverem 20% ou mais de “rebate”. A inflação cuidava de corroer ainda mais os soldos, que custavam a sofrer reajustes. Ver no APEB diversas séries, como Fortalezas, Avisos Ministeriais, Quartel General do Comando das Armas, Intendência da Marinha, entre outras.

⁹¹ TESTEMUNHA OCULAR, op. cit., p. 283.

Ministro da Marinha de 1829 consta que deviam-se às tripulações da esquadra no Rio da Prata “dez mezes de seus vencimentos e soldadas”⁹².

Como esperar algo que não a fraude generalizada, em tripulações não pagas formadas em boa parte por mercenários? Brant Pontes, quando recrutava na Inglaterra, já avisava a José Bonifácio:

repetirei a V. Excia. hum proverbio desta Nação, e he que o marinheiro Inglez tendo boa meza, bom vestuário, e bom pagamento briga athe morrer, mas qualquer das cousas que falta abandona o navio⁹³.

Ora, na Marinha brasileira não encontraram os ingleses nada que assinalava o futuro Marquês de Barbacena. Então como exigir disciplina e fidelidade destes homens? A começar pelo fato de que a maioria era desertora de suas próprias marinhas, como informara o cônsul inglês Sir Robert Gordon a Canning em outubro de 1827:

Não há menos de 1200 marinheiros ingleses na frota brasileira e lamento ter que anunciar a V. Excia. que varias centenas deles são desertores da armada da Grã-Bretanha...⁹⁴

Por tudo, era notória a deserção deste contingente nos vasos em ação no Prata, situação também observada na Marinha republicana, formada quase em sua totalidade por índios e ingleses, sendo que haviam os que passavam de um lado a outro dos beligerantes mais de uma vez⁹⁵. Era a guerra naval uma luta principalmente entre mercenários ingleses...⁹⁶

Caso exemplar fora o ocorrido na Patagônia em fevereiro de 1827. Para tentar reverter o desânimo das incompletas tripulações dos vasos imperiais e tentar dar uma resposta à audácia dos corsários, posto que o bloqueio nada concorresse para extirpar os danos causados por tais aventureiros, mandara Pinto Guedes uma expedição à Patagônia, onde se sabia tinham esconderijo nas barras do Rio Negro⁹⁷. Fora a expedição, comandada pelo Capitão-de-Fragata James Sheperd, formada pelas corvetas Duquesa de Goiás (capitânia) e Itaparica, brigue-escuna Escudeira e escuna

⁹² Relatório Apresentado á Assembléia Geral pelo Exmo. Sr. Conselheiro Miguel de Souza Mello e Alvim, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha em 30 de maio de 1829. p. 13. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/u2040>.

⁹³ Citado por LEMOS, op. cit., p. 139.

⁹⁴ Ibid., p. 141.

⁹⁵ Ibid., p. 142.

⁹⁶ BANDEIRA, O expansionismo brasileiro..., p. 53.

⁹⁷ ARMITAGE, História do Brasil..., p. 145.

Constança⁹⁸. A Duquesa de Goiás naufragara logo na entrada do canal, causando muitas mortes, sendo que o restante da expedição também não conseguira avançar seguramente pelo rio. Tivera Sheperd que desembarcar a maioria das guarnições e seguir por terra com o fito de atacar a vila de Cármen de Patagones⁹⁹. Devido à demora nos preparativos, foram os atacantes surpreendidos pela emboscada armada pelos corsários e indígenas, sendo o comandante mortalmente ferido na primeira rajada disparada pelos defensores. Após renhido combate, renderam-se as forças imperiais.

Dos seiscentos e cinquenta prisioneiros feitos nesta ocasião, duzentos e cinquenta eram ingleses e americanos, que logo se uniram à causa republicana¹⁰⁰.

Parte destes prisioneiros era composta por baianos, pois fora a corveta Itaparica tripulada na Bahia. Teve ainda o Império que arcar com a perda dos três vasos restantes, que passaram a fazer curso contra o Brasil, tendo sido a Itaparica, de 20 canhões, denominada de Ituzaingó¹⁰¹.

Não obstante as vicissitudes do emprego dos mercenários na campanha naval, muitos foram os que honraram o pavilhão imperial. Os casos mais notórios foram os de John Taylor, David Jewett, James Norton e Grenfell, sendo que os dois últimos perderam um braço na campanha¹⁰². Figuram eles entre os mais destacados comandantes da Guerra Cisplatina, juntamente com o Segundo-Tenente Joaquim Marques Lisboa e o Capitão-de-Fragata Oliveira Botas.

Joaquim Marques Lisboa, tendo participado da malograda expedição à Patagônia, protagonizou um dos episódios mais interessantes da campanha naval. Sendo 93 dos prisioneiros da expedição embarcados no brigue argentino Ana, escoltado pelas corvetas Chacabuco e Ituzaingó (ex-Itaparica), no dia 16 de agosto de 1827 Marques Lisboa, juntamente com alguns oficiais livres no convés, combinaram apoderar-se do navio. Sem serem percebidos, libertaram os prisioneiros do porão e dominaram a tripulação, tudo sem chamar a atenção dos vasos da escolta. Continuaram a navegar sem levantar suspeitas, até que em momento propício abandonaram o comboio e seguiram rumo a Montevidéu, que lograram alcançar no dia 29, não obstante tenaz perseguição

⁹⁸ PRADO MAIA. A Marinha de guerra do Brasil..., p. 108.

⁹⁹ Ibid., p. 109.

¹⁰⁰ ARMITAGE, op. cit., p. 145.

¹⁰¹ MENDONÇA, Repositório de nomes dos navios..., p. 138-9.

¹⁰² BRASIL, Collecção de Decretos..., p. 108. PRADO MAIA, op. cit., p. 103.

dos vasos inimigos¹⁰³. Muito provavelmente entre os brasileiros que realizaram este feito encontram-se baianos, que antes tripulavam a Itaparica.

Já Botas teve participação em diversas pelepas ao longo do conflito, sempre sendo reconhecido por seus pares pela coragem e destreza¹⁰⁴. A partir de 24 de fevereiro de 1827 temos registros de sua participação nos combates do Banco das Palmas (neste mesmo dia), Santiago (abril de 1827), Lara-Quilmes (junho) e Arregui (meados de 1828), este quando Botas chefiava a “Divisão Bloqueadora do Rio Salado”, encerrando sua participação na campanha¹⁰⁵.

Gustavo Barroso narra em seu livro de contos sobre a Guerra Cisplatina um episódio envolvendo a pequena baleeira brasileira “Mosquito”, que atuava como corsário nas águas platinas. Conta ele que, em inícios de janeiro de 1828, fora a “Mosquito” apresada por uma flotilha comandada por Brown, porém veio em seu socorro Botas. A fala do comandante da “Mosquito” aos seus marujos, mesmo que ficcional, demonstra o prestígio de Oliveira Botas quando da campanha no Sul: “– Negrada, os gringos estão fritos! E’ o chefe Botas, si não me engano”.

Continua Barroso:

Era, com effeito, a divisão do chefe João de Oliveira Botas, o heróe de Itaparica, que vinha á força de velas sobre os barcos de Brown. [...] Os brigues imperiais cresceram, cobertos de velas inchadas de vento, sobre a flotilha fugitiva.

Após ligeiro combate, puderam os vasos portenhos alcançar seu refúgio. Entretanto, pela distração dos captores com o combate, conseguiram os marujos da “Mosquito” cortar as amarras que a prendiam à escuna capitania, logrando escapar¹⁰⁶.

Apesar da ampla superioridade da esquadra imperial, a campanha naval Cisplatina não teve desfecho favorável a nenhum dos contendores. Os principais reveses brasileiros foram as duas expedições à Patagônia, perdendo-se seis vasos ao todo¹⁰⁷, bem como o combate do Juncal, quando a Marinha republicana destroçara a flotilha do Rio Uruguai, composta de pequenas embarcações, a 8 de fevereiro de 1827, não

¹⁰³ PRADO MAIA, op. cit., pp 109-110. Gustavo Barroso narrou o ocorrido num conto intitulado Carmen de Patagones. BARROSO, Gustavo. **A Guerra do Vídeo. Contos e episódios da Campanha Cisplatina: 1825 a 1828**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1930. p.111-17.

¹⁰⁴ SCAVARDA, João Francisco de Oliveira Bottas..., p. 175 et seq.

¹⁰⁵ PRADO MAIA, op. cit., pp. 108 e ss.; SCAVARDA, op. cit., 17 e ss..

¹⁰⁶ BARROSO, op. cit. p. 216-220. Apesar de conter elementos ficcionais, fora a obra de Barroso baseada em fatos reais, documentados e relatados em trabalhos de diversos autores.

¹⁰⁷ PRADO MAIA, op. cit., p. 108 e 114.

afetando seriamente o poderio naval do Império. Do lado republicano, tendo em vista o pequeno número de embarcações de porte, a principal derrota fora a de Santiago (abril de 1827), quando perderam os brigues Independência e República, sendo a partir daí eliminadas as chances de vitória portenha no mar, e os combates reduzidos a uma série de escaramuças, seja no estuário, seja nas costas brasileiras infestadas pelos corsários¹⁰⁸.

3.2 O envio das tropas

Antes de chegarem aos distantes campos de batalha da Guerra, tinham as praças e recrutas que passarem por um período de sacrifícios – verdadeiro purgatório, ante-sala do inferno que fora a batalha do Passo do Rosário, para os que nela combateram. Tanto nas prisões e calabouços de Salvador, quanto nas longas e insalubres viagens marítimas, padeceram os baianos dos males do serviço militar da época. E não estiveram sozinhos, pois a Bahia, assim como ocorria quanto ao comércio, funcionara como porto “reexportador” de contingentes para o conflito sulino. Fora Salvador porta de saída dos corpos e recrutas vindos das províncias mais ao Norte, o que contribuía para a penúria dos cofres da Tesouraria Geral das Tropas da Província.

Vimos no capítulo precedente que vinham recrutas de praticamente todas as partes do interior e do Recôncavo, que se somavam aos recrutados na Cidade da Bahia. Apesar de ser expressamente proibido, pelo artigo XV das Instruções de 1822, que fossem os recrutas acorrentados no transporte, eram assim trazidos, pois só deste modo poderia ser feita a sua escolta sem maiores riscos de fuga. Em 1827-8 ainda entravam na cidade assim conduzidos, sendo necessário, para que diferente fosse, que o cabo encarregado da escolta “em xegando ao pé da cidade vá dar parte [ao Governador das Armas] para mandar alguns soldados ajudá-los a conduzir soltos”¹⁰⁹. Eram os recrutados apresentados ao Comandante das Armas, em seguida ao Presidente, sendo,

¹⁰⁸PRADO MAIA, op. cit., p. 110-111.

¹⁰⁹ APEB. Seção Colonial e Provincial. Recrutamento-1827/1859. Maço 3488.

posteriormente, apinhados nas fortalezas de Salvador (que na época estavam em péssimo estado).

Presos nos fortes passavam os recrutados por vezes períodos prolongados, quase esquecidos nos calabouços, até que houvesse ocasião para sua remessa. Isso causava embaraços para as autoridades envolvidas (Presidentes, Governadores e Intendentes) tendo em vista as dúvidas quanto às despesas feitas com os mesmos. Deveriam ter logo assentamento de praça dada à “improvidência que existe, em se lhe não dar meios de sustentação, ficando conservados na maior miséria, e necessidade”¹¹⁰. Isto ocorria igualmente com as praças das demais províncias que por aqui passavam, como o caso dos sergipanos do 26º Batalhão de Caçadores, destinados para os Batalhões 10º e 11º de Montevideu, posto que “não possam subsistirem sem os seus soldos, e não tenham assentamento n’esta Província [rogava o Governador ao Presidente] para que ellas possam ser socorridas á vista da guia, que os acompanhou”¹¹¹. Em maio de 1829 existiam recrutas de Sergipe que já estavam a “8 mezes no Forte de São Pedro”, sendo conveniente que fossem remetidos para o Rio de Janeiro na Thetis¹¹².

O esforço de guerra pedido pelo Governo Imperial à Bahia chegara em um momento em que não havia recursos para atendimento às necessidades básicas, como pagamento de soldos, armamento, fardamento e demais apetrechos para o serviço, que oneravam os combalidos cofres da Província, fazendo com que se escolhessem prioridades. Em agosto de 1825 repetiam-se as queixas como as do Intendente anteriormente citadas:

A Junta da Fazenda Publica desta Província manda levar ao Conhecimento de V. Exa., que tanto pela falta de nummerario, em que se achão os cofres da Thesouraria Geral, como por não considerar absolutamente indispensável a compra do armamento requisitado em o officio incluso do Exmo. Governador das Armas, não tem deliberado compra-lo. Sendo porem certo que se o mesmo Exmo. Governador insistir sobre a necessidade de se ultimar semelhante transação, ella se effectuará então á despeito de não pequeno sacrificio da sua parte, attento, como dito fica, o estado de angustia, e apuro á que se vêm redusidos os coffres, aliás sobrecarregados d’uma enorme despesa¹¹³.

¹¹⁰ APEB. Seção Colonial e Provincial. Quartel General do Comando das Armas-1825. Maço 3365.

¹¹¹ APEB. Seção Colonial e Provincial. Quartel General do Comando das Armas-1826. Maço 3366.

¹¹² APEB. Seção Colonial e Provincial. Quartel General do Comando das Armas-1829. Maço 3369.

¹¹³ APEB. Seção Colonial e Provincial. Quartel General do Comando das Armas-1825. Maço 3365.

Com efeito havia a necessidade de compra de armamentos tendo em vista a campanha que se abria, com o envio das tropas da 1ª Linha ao Sul, e como consequência, a entrada em serviço da guarnição dos corpos milicianos, muitos deles ainda desarmados¹¹⁴.

Os pedidos de remessa dos corpos da Província ocorreram mesmo antes da declaração de guerra de 10 de dezembro de 1825, atento o Governo Imperial aos preparativos de um conflito que, na prática, já se desenrolava no Sul¹¹⁵. A 2 de setembro¹¹⁶ fora determinado o embarque do 7º Corpo de Artilharia da Bahia, comandado pelo Cel. José Eloy Pessoa, para a Corte (que agrupava também duas companhias do 6º de Artilharia Montada), sendo que “a ordem foi bem recebida pelo dito Corpo D’Artilharia, ficando entusiasmados não só os oficiais, como os mesmos soldados, que considerarão este embarque como serviço, em que podião dar provas de seu Patriotismo”¹¹⁷.

Já o embarque do Esquadrão de Cavalaria de Água de Meninos, comandado pelo Major Luiz Fonseca Pinto Garcez, fora ordenado em 16 de novembro¹¹⁸. Tendo em vista que deveria “aumentar-se a força de cavalaria na Província do Rio Grande de São Pedro”, era natural que fosse o Esquadrão para lá enviado, posto que a guerra tinha como arma principal (principalmente do lado republicano) a cavalaria. Estes corpos formariam a primeira das quatro expedições de corpos com o destino de fortalecer as tropas no Sul. O autor da *Chronica dos Acontecimentos da Bahia* assim relatou o embarque:

Em 11 de dezembro embarcarão-se desta Cidade para o Rio Grande, ou para o Rio de Janeiro, por ordem do Imperador o Batalhão de Cavallaria, e o Regimento de Artilharia por cujo motivo houverão grandes sentimentos em todos desta Cidade¹¹⁹.

¹¹⁴ APEB. Seção Colonial e Provincial. Quartel General do Comando das Armas-1827. Maço 3367.

¹¹⁵ Até a declaração de guerra via o Governo o conflito como uma revolta provincial, nos moldes da Confederação do Equador. Em 18 de maio de 1825 fora decretada a suspensão de “todas as formalidades constitucionais, que garantem a liberdade individual.”, sendo dois dias depois estendidas “as Comissões Militares de Mar e Terra” a “todos os paizanos compreendidos na revolução” da Cisplatina. In: *Collecção de Decretos, Editais...*, p.41.

¹¹⁶ APEB. Seção Colonial e Provincial. Avisos Ministeriais-1825. Maço 755.

¹¹⁷ APEB. Seção Colonial e Provincial. Correspondência Expedida para o Governo Imperial-1825/1826. Maço 676.

¹¹⁸ APEB. Seção Colonial e Provincial. Avisos Ministeriais-1825. Maço 755.

¹¹⁹ *Chronicas dos acontecimentos da Bahia...*, p. 87.

A expedição, formada por três embarcações mercantes servindo de transporte, partiu em fins de dezembro, escoltada pelo Brigue Independência ou Morte, escuna Itaparica e correio Doze de Outubro, tendo chegado e desembarcado no Rio de Janeiro o 7º de Artilharia em 11 de janeiro de 1826¹²⁰. Compuseram tal expedição por volta de 600 praças, sendo o Esquadrão, composto de 116 e o 7º e as duas companhias de Artilharia Montada formando o restante¹²¹. Logo estariam ambos os corpos empenhados na campanha Cisplatina.

Em 2 de dezembro fora ordenado que marchassem o 13º Batalhão de Caçadores e o 4º Corpo de Artilharia de Santa Catarina (aqui destacado por conta do Levante dos Periquitos), formando a segunda marcha de contingentes ao Sul¹²². Sendo a maior das expedições, fora composta por cerca de 1000 praças, metade do 13º, incluindo praças do 14º adidas para alcançar o número requerido pelo Governo e metade do 4º de Artilharia¹²³. Partira em 11 ou 12 de fevereiro de 1826, comboiadas as três embarcações destinadas, pela fragata Niterói, tendo como destino Santa Catarina¹²⁴.

Em 1827 continuaria a Província baiana a remessa de corpos. O 26º Batalhão de Caçadores de Sergipe mandado destacar, em 19 de outubro de 1826, rumo à Corte viera por terra até Salvador para ser embarcado. Partira em abril, juntamente com recrutas e marujos para os corpos e vasos no Sul (perfazendo 600 praças ao todo), a 20 do mesmo mês, em duas embarcações comboiadas pela Niterói, com destino ao Rio de Janeiro¹²⁵.

Em maio tivera ordem de embarcar outro Batalhão de Caçadores, o 14º, último da Província designado para a guerra¹²⁶. Fora mandado destacar com seu efetivo completo (718 praças), devendo ser preenchido com praças do 15º. Partira em 7 de julho, na nau Pedro I, com destino a Santa Catarina¹²⁷.

Estas expedições foram empreendimentos complexos e custosos. Primeiramente era negociado o fretamento das embarcações mercantes que conduziram os corpos aos

¹²⁰ APEB. Seção Colonial e Provincial. Avisos Ministeriais-1826. Maço 756.

¹²¹ APEB. Seção Colonial e Provincial. Avisos Ministeriais-1826. Maço 756; Intendência da Marinha-1822-1832. Maço 3234.

¹²² APEB. Seção Colonial e Provincial. Avisos Ministeriais-1825. Maço 755.

¹²³ APEB. Seção Colonial e Provincial. Registro de Correspondência Expedida para Diversas Autoridades-1825/1826. Maço 1622.

¹²⁴ APEB. Seção Colonial e Provincial. Correspondência Expedida para o Governo Imperial-1825/1826. Maço 676.

¹²⁵ APEB. Seção Colonial e Provincial. Correspondência Expedida para o Governo Imperial-1827. Maço 677.

¹²⁶ APEB. Seção Colonial e Provincial. Avisos Ministeriais-1827. Maço 757.

¹²⁷ APEB. Seção Colonial e Provincial. Correspondência Expedida para o Governo Imperial-1827. Maço 677.

seus destinos – exceto no caso do 14º que fora conduzido pela Pedro I. O preço normal era de 10\$000 por praça (na expedição do Batalhão de Sergipe os valores foram, 8\$000 para os soldados e 16\$000 para os oficiais)¹²⁸. Concomitantemente eram os corpos prontificados em tudo o necessário para sua condução. Pagava-se soldo e comedorias (por 30 dias em média), bem como fardamento. Eram também supridos de armamentos (os sergipanos seriam armados no Rio de Janeiro, por não haver na Bahia disponibilidade deste gênero), munições e botica¹²⁹. Havia também a necessidade de efetuar-se escolta por vasos da Armada, tendo em vista os riscos de ataques dos corsários que infestavam as costas do Norte.

A proximidade da marcha fazia com que as autoridades tomassem providências para impedir as deserções, como no caso do 14º que devia

embarcar o mais breve possível afim de se evitar as deserçoens que vão havendo, e que pode crescer e fulminar-se á proporção da demora do embarque, principalmente assignando-se lhe dia, ou espalhando-se que a não só estará pronta depois de mais dez como tenho ouvido d'esde hontem¹³⁰.

Não obstante tais medidas, as deserções ocorriam, como o fez o soldado José Francisco da Silva que

he do Batalhão nº 13, que se acha em campanha no Sul, para onde tenho ordem de remetter as respectivas praças; como desertou na ocasião do embarque do Batalhão, foi castigado conforme as ordens, e sendo de pessima conducta o fiz depositar no Forte (onde tambem se tem conduzido mal) com impedimento para vir a terra, afim de que não cometta outra deserção, de corrigir-se, e de que possa embarcar logo que haja occasião...¹³¹

Entre os destacados para a guerra havia a preocupação de deixar algum sustento às suas famílias, para que estas não ficassem em desamparo. Contudo, a burocracia obstruía tal medida, dado que os abonos destinados às famílias de 23 oficiais do 13º Batalhão “forão suspensos por falta de certidão de vida”, sendo necessária uma relação

¹²⁸ APEB. Seção Colonial e Provincial. Intendência da Marinha. Maços 3229, 3230 (no caso dos sergipanos) e 3234.

¹²⁹ APEB. Seção Colonial e Provincial. Quartel General do Comando das Armas. Maços 3365, 3366 e 3367.

¹³⁰ APEB. Seção Colonial e Provincial. Quartel General do Comando das Armas-1827. Maço 3367.

¹³¹ APEB. Seção Colonial e Provincial. Quartel General do Comando das Armas-1827. Maço 3367.

nominal dos mesmos assinada pelo Ajudante General do Exército em campanha para que continuasse o pagamento¹³².

Afora as quatro expedições, foram remetidos à Corte, para serem enviados aos seus corpos ou completarem outros, algumas centenas de recrutas, tanto da Bahia como de outras províncias do Norte, como Sergipe, Alagoas, Piauí, Rio Grande do Norte e Maranhão, que por Salvador passavam¹³³. Em sua estada nas fortalezas da cidade, tinha o Governo da Província que custear a sua manutenção, fardá-los e prontificá-los para embarcarem aos seus destinos¹³⁴.

Foram crescentes os pedidos de recrutamento e envio dos recrutados estacionados em Salvador para preenchimento dos continuados vazios que se verificavam nos corpos em campanha, tanto pelas deserções como pelas mortes¹³⁵. As dificuldades para suprir as diversas demandas por recrutas geradas pelas circunstâncias da guerra obrigaram o Governador das Armas, José Manoel D'Almeida, a fazer objeções às solicitações dos comandantes dos vasos surtos no porto da Salvador, que resumem a precária situação quanto ao fornecimento de braços para as Forças Armadas:

Em contestação ao officio de V. Exa. de 31 do mez pp. pelo qual me expõem a representação feita pelo Capitão de Mar e Guerra, Comandante da Fragata Nitherohy, pedindo que se lhe complete o destacamento da mesma fragata com hum cabo d'esquadra e 17 soldados, e afim de que eu haja de dar as providencias convenientes não há requisição tão penosa hoje para o Governo das Armas, por quererem huns estar no seo completo, enquanto outros estão bem longe d'esta fortuna, tenho então a ponderar a V. Exa. a absoluta impossibilidade de se attender a semelhante pertença nas actuais circumstancias, por que primo as praças requisitadas devem ser de artilheiros, o que está a deixar de haver na Provincia pelos que vão a embarcar para o Sul, restando huns invalidos, que não servirão á bordo, e dos quaes não posso tambem prescindir por ser maior precisão que tenho deles; segundo quando aquelle Comandante se quizesse remediar com caçadores, não os tenho para o serviço mais indispensavel da Guarnição da Provincia, o que obriga já a retirar os destacamentos, que há por diversas villas, para se puder regular o Serviço na Capital, substituindo os destacamentos por outros da 2ª Linha, pois a proxima marcha do Batalhão n.º 13, que devo elevar ao estado completo com praças do Batalhão n.º 14 me poem em tal apuro, que ainda chamando as milicias para o serviço não he bastante por que ellas não estão ainda no completo, ora quando mesmo com o recrutamento, que se está fazendo venha a completar-se os Batalhões da 1ª Linha, não há motivo para que eu me disfalque, principalmente

¹³² APEB. Seção Colonial e Provincial. Quantel General do Comando das Armas-1827. Maço 3367.

¹³³ APEB. Seção Colonial e Provincial. Diversos Maços: 3365/3371, 3700/37001 e 755/757-3.

¹³⁴ APEB. Seção Colonial e Provincial. Recrutamento. Maços 3486 e 3487.

¹³⁵ APEB. Seção Colonial e Provincial. Avisos Ministeriais-1828. Maço 757-1.

nas circunstancias presentes, de alguns veteranos para preencher a guarnição da Fragata, que lhe serão remetidos recrutados para bordo, onde serão disciplinados no exercício da Artilharia, por que se se havia ter semelhantes trabalhos com caçadores tenha-se então com os recrutados¹³⁶.

Observa-se a situação crítica em que se achava a Província, pelas necessidades impostas pelo conflito sulino, que deterioravam o aparato de segurança baiano e punha as autoridades em apuros. Não obstante, as remessas foram sendo feitas através dos correios e vasos da Marinha, sendo enviados em média vinte recrutados por vez¹³⁷. As viagens destes recrutados eram feitas em péssimas condições. Não tendo praça ainda em corpo algum, sem comandantes que olhassem por eles, tiveram um tratamento muito menos zeloso por parte das autoridades responsáveis pelo seu envio. As mortes decorridas nas viagens geraram protestos na Câmara dos Deputados, em maio 1826, quando:

Indignados com o governo do Ceará, que havia oferecido 3.000 recrutados ao Imperador e os amontoado barbaramente em uma sumaca com destino à Corte, tendo nessa viagem – um horror – morrido 553 indivíduos, os deputados não deixaram por menos: passaram a criticar duramente o recrutamento, que lhes estava atravessado na garganta há muito tempo¹³⁸.

Em listagem de uma remessa, feita do Maranhão e Piauí, que chegara a Salvador em outubro de 1827, do total de 88 recrutados, quatro ficaram no hospital de Pernambuco, dezenove foram hospitalizados ao aportarem na Bahia e dezoito faleceram ao longo da viagem¹³⁹. As baixas, entre mortos e doentes giram em torno de 45% do total nesta viagem. Por tudo, o Hospital Militar de Salvador esteve apinhado de recrutados e desertores durante todo o conflito. Não é difícil entender tão grande número de enfermos, dadas as condições de atendimento médico da época, aliado à contratação de cirurgiões incompetentes para os vasos de guerra, motivando o Comandante da fragata

¹³⁶ APEB. Seção Colonial e Provincial. Quartel do Comando das Armas-1826. Maço 3366.

¹³⁷ APEB. Seção Colonial e Provincial. Correspondência Expedida para Diversas Autoridades-1825/1826. Maço 1622.

¹³⁸ LEMOS, Mercenários do Imperador..., p. 132.

¹³⁹ APEB. Seção Colonial e Provincial. Fortalezas-1827/1886. Maço 3701.

Maria Isabel a representar “á cerca da imperícia do respectivo cirurgião”, mandando o Imperador que fosse o dito substituído¹⁴⁰.

Deve-se acrescentar que o recrutamento indiscriminado vislumbrado anteriormente, que não poupava cegos, aleijados, doentes crônicos e até idosos, favorecia a alta mortalidade nas viagens, bem como as constantes devoluções de recrutas chegados no Rio de Janeiro, julgados incapazes e regressados à Bahia¹⁴¹.

Tinham ainda as autoridades que se precaverem contra possíveis insubordinações e tentativas de deserções ao longo da viagem, dada a notória indisposição dos recrutas quanto ao envio para a distante guerra nas paragens sulinas:

Dando eu toda a importancia á reflexão que V. Ex.^a. me fez [...] recomendando-me de que com effeito poderão tentar algum insulto contra a sua diminuta e inerme guarnição para obstem a que se chegassem ao Rio de Janeiro, a pezar de que os seus armamentos fossem encaixotados¹⁴².

Terminava o Ministro versando sobre a possibilidade de se remeterem os recrutas de cem em cem, em embarcações fretadas, o que não se verificou, continuando a remessa de vinte em vinte pelos correios, sendo escoltados por um oficial inferior, geralmente um alferes¹⁴³.

Armitage assim se refere ao recrutamento e às viagens dos recrutas quando da Cisplatina:

Apesar de detestarem a vida militar, eram agarrados como malfeitores, manietados, metidos a bordo de imundas embarcações, e mandados para as agrestes campinas do Sul sofrer os rigores de um clima inóspito, e a tática de um inimigo desapiedado. Grande número adoecia e morria na viagem: um Deputado, na Sessão de 1826, computou o número que havia perecido a bordo e nos hospitais a perto de mil¹⁴⁴.

¹⁴⁰ APEB. Seção Colonial e Provincial. Avisos Ministeriais-1830. Maço 757-3.

¹⁴¹ APEB. Seção Colonial e Provincial. Avisos Ministeriais. Maços 756 a 757-2.

¹⁴² APEB. Seção Colonial e Provincial. Quartel General do Comando das Armas-1826. Maço 3366.

¹⁴³ Ibid, passim.

¹⁴⁴ ARMITAGE, História do Brasil..., p. 138.

3.3 As tropas no Sul

Após o desembarque dos Trinta e Três Orientais (19 de abril de 1825) a força dos “rebeldes” platinos tivera constante crescimento, mormente com as deserções de chefes orientais a serviço do Império, como Julián Laguna e Frutuoso Rivera¹⁴⁵. Em pouco tempo reunira Lavalleja mais de 2000 homens, podendo enfrentar as forças imperiais que lhe opunham¹⁴⁶. Concluído o Congresso de Florida transferira o oriental seu acampamento para Durazno¹⁴⁷. Na mesma época Lecor recebia reforços, vindos com o Tenente-General Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho, designado como 2º Comandante do Exército do Sul¹⁴⁸.

Para dar testa à sublevação, fora ordenado em junho ao Governador das Armas do Rio Grande de São Pedro, Gen. José de Abreu – Barão do Cerro Largo – que adentrasse a Cisplatina¹⁴⁹. Juntamente com o Cel. miliciano Bento Manuel empreenderam as primeiras tentativas de subjugar os revolucionários em luta. Bento Manuel batera Rivera junto ao Arroio del Águila em quatro de setembro de 1825¹⁵⁰. A partir daí ocorreram embates de cavalaria entre ambas as forças, sendo em sua maioria vantajosas aos republicanos. As duas principais ações foram as do Rincón de las Galinhas (24 de setembro) e Sarandi (12 de outubro). Na primeira, Rivera surpreendeu a reserva de cavalaria de Abreu. Em Sarandi, Bento Manuel, confiante na vitória, marchou de Montevideu com 1.411 homens, enfrentando as forças unificadas de Lavalleja e Rivera, fortes de 2.360 homens, sendo derrotados os imperiais, caindo muitos prisioneiros em poder dos republicanos¹⁵¹.

Com a derrota de Sarandi, tiveram os orientais pleno domínio da campanha e vilas do interior da Banda, ficando Lecor sempre inativo em Montevideu com as forças

¹⁴⁵ POMBO, História do Brasil..., p. 371.

¹⁴⁶ CARNEIRO, História da Guerra Cisplatina..., p. 36 et seq.

¹⁴⁷ POMBO, op. cit., p. 371.

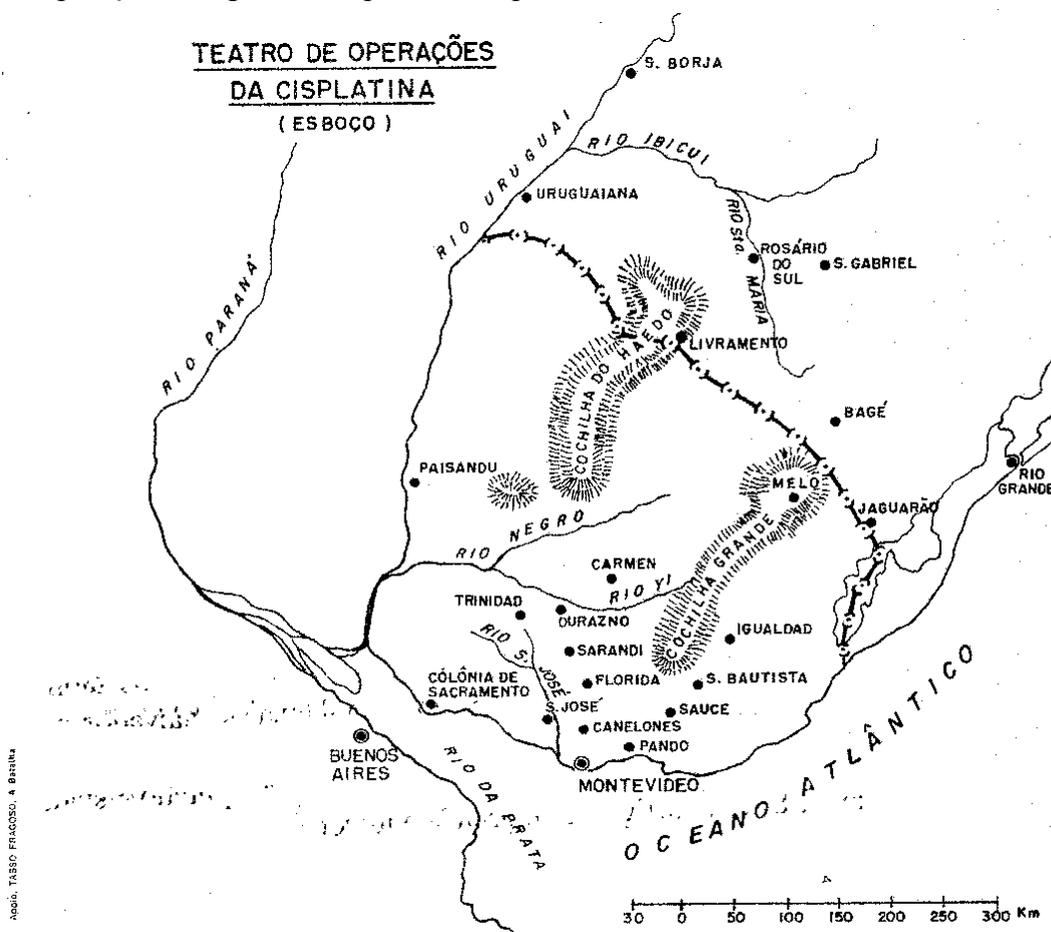
¹⁴⁸ CARNEIRO, op. cit., p. 37; WIEDERSPAHN, Campanha de Ituzaingô..., p. 105.

¹⁴⁹ ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. **História do Exército Brasileiro: perfil de um povo**. Brasília e Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1972. Vol. 2. p. 530.

¹⁵⁰ CARNEIRO, op. cit., p. 38.

¹⁵¹ Ibid., p. 44 et seq.

da guarnição sitiada¹⁵². Terminara assim a primeira fase da guerra que teve como teatro de operações a região estampada no mapa abaixo.



Fonte: ESTADO-MAIOR do Exército. História do Exército Brasileiro..., p. 529.

Os revolucionários estabelecidos em Durazno ficaram livres para se fortalecerem. Na outra margem do rio Uruguai estava concentrando-se o “Exército de Observação do Uruguai” organizado inicialmente por Entre Rios, depois por Buenos Aires, sendo adestrado pelo Gen. Martín Rodrigues, que recebia constantes reforços transportados pelo Prata, nada operando a esquadra brasileira para interromper tal fluxo¹⁵³.

Para dar cabo à sublevação, como visto, o Imperador iniciara os pedidos e envios de corpos para os campos sulinos. Quando chegara a notícia do desastre de Sarandi,

¹⁵² TESTEMUNHA OCULAR (uma), Contribuições para a história da guerra..., p. 153-6.

¹⁵³ WIEDERSPAHN, op. cit., p. 124 et seq. Como demonstra Wiederspahn, a partir de maio de 1825, Buenos Aires recebera poderes para conduzir a campanha, dirigindo o restante das Províncias Unidas, na organização do exército que invadiria o Rio Grande de São Pedro.

organizara o Governo a Divisão Expedicionária como o primeiro contingente partido da Corte (19 de dezembro) para o atual Rio Grande do Sul. Composta pelo 1º Regimento de Cavalaria – comandado pelo Cel. João Egídio Calmon, baiano de Santo Amaro –, 3º e 4º batalhões de caçadores e uma brigada de artilharia montada, fora a Divisão chefiada pelo Brigadeiro Francisco de Paula Rosado¹⁵⁴.

Na tentativa de inverter a incômoda situação das forças imperiais no Sul, realizara D. Pedro uma série de modificações nos postos de comando. Lecor fora substituído por Magessi no posto de Capitão-General da Província Cisplatina em 18 de novembro. Em 25 do mesmo mês, fora nomeado José Egídio Gordilho Veloso de Barbuda Presidente do Rio Grande de São Pedro (empossado em 14 de janeiro de 1826), em lugar de José Feliciano Fernandes Pinheiro, encarregado do Ministério do Império. Já Rosado, em 1º de dezembro fora designado Governador das Armas da mesma Província, deixando Abreu o dito cargo¹⁵⁵. As mudanças não surtiram o efeito desejado.

Ao longo de 1826 ocorrera constante desinteligência entre Rosado e Barbuda, sendo que este último relutava em fornecer o necessário para o Exército estacionado em Livramento¹⁵⁶. Para confundir ainda mais a situação, em vez de ir para a Corte, como ordenado, ficara Lecor nominalmente no comando em chefe, posto em que acabara confirmado em abril de 1826, sendo que nada sabia sobre o que ocorria, ficando inerte em São José do Norte (RS)¹⁵⁷. Trabalho em conjunto entre Exército e Marinha não havia. Na Cisplatina continuara Magessi imóvel dentro das muralhas de Montevidéu.

Chegada a Divisão Expedicionária a Santa Catarina em fins de dezembro¹⁵⁸, marchou por terra para a Vila de S. José do Norte, onde esperou pelo reforço baiano do Esquadrão de Cavalaria, chegado em janeiro de 1826¹⁵⁹.

Souza Docca, em suas notas à obra de Lima e Silva consigna o efetivo do Esquadrão nesta época a apenas 60 praças¹⁶⁰. Deve ter se dividido em mais de uma remessa. Em anotações do Barão do Rio Branco, constam 64 praças do mesmo indo da

¹⁵⁴ LIMA E SILVA, Luiz Manoel de. Guerra com as Províncias Unidas do Rio da Prata..., p. 43.

¹⁵⁵ WIERSPAHN, op. cit. p. 106.

¹⁵⁶ TESTEMUNHA OCULAR, op. cit., pp. 184-6.

¹⁵⁷ WIEDERSPAHN, op. cit., pp. 120-1.

¹⁵⁸ TESTEMUNHA OCULAR, op. cit., p. 184.

¹⁵⁹ LIMA E SILVA, op. cit. p. 43-5.

¹⁶⁰ Ibid., p. 283. Já Lima e Silva dá como sendo 150 o número de praças.

Corte para o Sul, porém em 24 de novembro de 1826¹⁶¹. Como dito, partira o Esquadrão de Salvador com 116 praças, segundo informara o Ministro da Guerra em sete de janeiro ao Presidente da Bahia, baseado em mapa remetido pelo Governador das Armas.

Na mesma comunicação o Ministro assinalara que

então o Esquadrão com a força [...] de cento e dezesseis praças, cumpre a V. Exa. ser indispensável recrutar para se preencher o citado numero de 225 praças, devendo ellas serem remetidas ao seu destino armadas e prontas¹⁶².

De fato a partir de meados de 1826, foram aprontados recrutas, ao número de cem, “destinadas para o completo do mesmo Esquadrão” sendo remetidos pelos correios, na média de vinte por vez¹⁶³. Em ofício posterior, de 17 de julho, o Governador das Armas expõe que nem com as cem recrutas ficaria o Esquadrão completo¹⁶⁴. Algo bastante normal nos corpos da época. O mesmo ocorria com o 13º Batalhão de Caçadores. Nunca ambos atingiram seu efetivo máximo. O Barão do Rio Branco informa que o efetivo do Esquadrão em fevereiro de 1827 era de 192 praças.¹⁶⁵ Com a remessa dos 64 ditos, bem como com outras remessas seguintes, é provável mesmo que o efetivo, partindo dos 116, alcançasse tal número, mesmo tendo reduções ao longo de 1826, pelas mortes e deserções.

Enquanto que a Divisão Expedicionária estacionava em S. José do Norte, onde se reuniu ao Esquadrão, depois seguira para S. Francisco de Paula – à espera dos recrutas do Ceará destinados aos batalhões 3º e 4º, recebendo ambos 250¹⁶⁶ – Rosado tomara posse do Governo das Armas em fevereiro e partira para estabelecer acampamento em Santana do Livramento¹⁶⁷. Lá reunira boa parte dos regimentos de 2ª Linha da Província¹⁶⁸. Ao que tudo indica¹⁶⁹, quando marchara o Esquadrão rumo à

¹⁶¹ AHI. Seção do Arquivo do Barão do Rio Branco. Lata 871-Maço 2-Pasta 9. Não há como saber se fora esta a informação de Docca. Este militar pesquisara com afinco toda a documentação referente à Campanha Cisplatina.

¹⁶² APEB. Seção Colonial e Provincial. Avisos Ministeriais-1826. Maço 756.

¹⁶³ APEB. Seção Colonial e Provincial. Quartel General do Comando das Armas-1826. Maço 3366.

¹⁶⁴ Idem.

¹⁶⁵ AHI. Seção do Arquivo do Barão do Rio Branco. Lata 871-Maço 2-Pasta 9.

¹⁶⁶ LIMA E SILVA, op. cit., p. 45.

¹⁶⁷ WIEDERSPAHN, Campanha de Ituzaingô..., p. 110-1

¹⁶⁸ LIMA E SILVA, op. cit., p. 42.

¹⁶⁹ Na marcha da Divisão Expedicionária, na qual se juntou o Esquadrão, constavam praças do 4º Corpo de Artilharia de Santa Catarina, que tinha vindo na mesma expedição do 13º saída de Salvador. Não possuímos informações de quando chegara o dito Batalhão em Livramento.

Santana do Livramento, já lá se achava o baiano 13º Batalhão de Caçadores, que tinha desembarcado em Santa Catarina e marchado por terra até Porto Alegre¹⁷⁰.

A Divisão, após receber os reforços cearenses, partira em 31 de março rumo a Bagé¹⁷¹. Desta localidade, onde por ordem de Barbuda e Rosado esperava o Marechal de Campo Bento Corrêa da Câmara, que assumira o comando, marcharam

pela linha proxima a fronteira e no principio de maio de 1826, chegando esta coluna ao acampamento de Santa Anna, fez d'ella entrega ao General, porem vendo que era incompatível com sua dignidade, servir de baixo das ordens de uma patente inferior a sua, sendo elle Marechal de Campo, deo parte de doente e se retirou para sua casa e jamais serviu de baixo das ordens do Brigadeiro Rosado. [...]

As tropas do Norte que se reunirão e que forão conduzidas pelo Marechal Câmara, fazendo marchas no rigor do outono, que já cahia geadas, e se sentia muito frio, não traziam capotes, por que n'essa epocha, não sei por que fatalidade, não se fornecião capotes aos corpos, e apenas uma insignificante manta de algodão, e assim chegarão tão bem os recrutas do Ceará, e depois os Batalhoens 17, 2º, 26 e 14, e só os trasião o 27, e o 18 que veio de Montevideo.

Ora soldados que nunca vierão ao Sul, e jamais suportarão os rigores das estações frias, fazendo marchas sem terem com que se agasalharem, faltando-lhes o principal alimento – a farinha –, cuja falta já se principiava a sentir, durante a marcha de S. Francisco de Paula, e sujeitando-se apenas as raçoens de carne pura, as veses sem sal: já durante a marcha muitos sofrerão, muitos adoecerão, e alguns morrerão; e a principal enfermidade era a desinteria¹⁷².

Seria apenas o começo das privações a que ficariam expostos os baianos nos campos sulinos. O Governador das Armas da Bahia, José de Sá Bithencourt e Câmara, estava atento a esta carência de vestimentas, posto que devendo fazer a remessa de alguns voluntários do 15º Batalhão de Caçadores da Bahia para o conflito, dizia que parecia conveniente que fossem fornecidos pelo Trem (repartição militar responsável pelo suprimento do Exército) “cobertores em attenção ao clima que vão habitar; e por não ser este genero contemplado no Plano de Fardamentos”¹⁷³.

¹⁷⁰ LIMA E SILVA, op. cit., p. 42.

¹⁷¹ Ibid., p. 283.

¹⁷² AHI. Seção do Arquivo do Barão do Rio Branco. Lata 871-Maço 03-Pasta 1. Esclarecemos, para evitar confusões, que o posto de Brigadeiro no Exército Imperial era o equivalente ao de General de Brigada atual. Ver: DONATO, Hernani. **Dicionário das Batalhas Brasileiras**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed. São Paulo: IBRASA, 2001. p. 65. Utilizaremos uma ou outra denominação a depender das fontes utilizadas.

¹⁷³ APEB. Seção Colonial e Provincial. Quartel General do Comando das Armas-1827. Maço 3367.

As descrições sobre o acampamento de Santana do Livramento, denominado por Rosado “Imperial Carolina”¹⁷⁴, são as piores possíveis. Esta região foi considerada “insalubre e de péssimos pastos”¹⁷⁵. Lima e Silva, testemunha desta temporada em Livramento, expôs a rotina daqueles tempos:

Em Santana, no rigor do inverno, formava-se a tropa uma hora antes de romper a alva e esperava-se assim a chegada das descobertas. Depois seguiam os soldados para as costas dos arroios a cortar lenha, e para os banhados, onde iam cortar palha, para construção dos abarracamentos de inverno; outras iam ao lugar da carneação para trazer aos ombros os quartos distribuídos cada dois dias. Os batalhões da Côrte, o 13º e o Esquadrão da Bahia, o 1º Regimento da Côrte e a artilharia, sujeitos à semelhante regime muito sofreram¹⁷⁶.

Além dos trabalhos rotineiros ficara o Exército “fazendo exercícios e retocando a instrução, o que para o soldado de então era considerado o pior dos castigos”¹⁷⁷. A repulsa pela disciplina e treinamento regulares era ainda maior entre os milicianos, acostumados aos seus modos de fazer a guerra e avessos às complexas táticas e dispositivos de batalha¹⁷⁸.

Estiveram, assim, os baianos expostos a uma miríade de privações no dito acampamento, posto que, ainda segundo Lima e Silva:

Oito meses, pois, essa tropa esteve assim, em Santana; nenhum sôlido, desabrigada, comendo carne magra, e o que havia para comprar do pequeno comércio era por alto preço. Um pão custava 400 réis naquele tempo; uma libra de açúcar muito ordinário mil réis, moeda de prata.

Desenvolveu-se no acampamento a disenteria e se me não falha a memória, em poucos meses foram aí enterradas 500 ou 600 praças. Tudo isso foi conseqüência da fome ou má alimentação, falta de abrigo, do mau tratamento em improvisados hospitais de palha e da escassez de medicamentos¹⁷⁹.

Dadas estas circunstâncias, era natural a ocorrência de deserções:

As enfermidades, as faltas de recursos de toda a ordem, a falta de confiança nos chefes que se mostravam inertes e irresolutos, provocaram deserções, e de tal forma, que o exército se viu reduzido

¹⁷⁴ LIMA E SILVA, Guerra com as Províncias Unidas..., p. 43.

¹⁷⁵ ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, História do Exército brasileiro..., p. 531.

¹⁷⁶ LIMA E SILVA, op. cit., p. 48.

¹⁷⁷ WIEDERSPAHN, op. cit., pp. 115-6.

¹⁷⁸ TESTEMUNHA OCULAR, Contribuições para a guerra..., p. 219 e 252.

¹⁷⁹ LIMA E SILVA, op. cit., p. 48.

de quase dois mil homens, enquanto estacionou sob o comando de Rosado¹⁸⁰.

Estas baixas, devidas aos óbitos e deserções, refletiram-se nos corpos baianos. Em 17 de julho o Governador das Armas da Bahia, Brigadeiro José Manuel de Almeida, informava ao Vice-Presidente que “o Batalhão 13 destacado no Sul tem ja falta de cem praças ou mais”¹⁸¹. O Esquadrão, segundo nota de Barbacena ao Ministro da Guerra, de 14 de janeiro de 1827, tinha apenas 66 praças¹⁸². Não recebera ainda a esta altura mais reforços vindos da Corte.

Pelo visto, o pior problema para os infortunados confinados em Livramento era a falta de abastecimento alimentar, sendo que durante “oito meses quase sucessivos não houve abastecimento de farinha. Por vêzes chegaram depois carretas com êsse gênero, mas em quantidade tal que só se podia distribuir um décimo por cinco praças”¹⁸³. Muito devem ter sofrido os baianos a falta da farinha de mandioca, o “pão da terra”, tendo em vista que era a farinha a base alimentar da população na Bahia¹⁸⁴.

Dois fatores contribuíram decisivamente para a penúria estabelecida no “Imperial Carolina”: a péssima localização e as desinteligências entre Rosado e o Presidente Barbuda. Afora a insalubridade da região, estava o Exército estacionado a 80 léguas do depósito de S. Francisco de Paula, onde se acumulavam os suprimentos¹⁸⁵. Era o acampamento distante das vias fluviais, e tendo como meio principal de suprimentos a Estrada Real que “pouco freqüentada, mal se distinguia, sendo, mesmo, intransitável durante a estação chuvosa”¹⁸⁶. A provável explicação para a escolha desta região para estabelecimento do acampamento seria a influência de Bento Manuel¹⁸⁷.

Quanto aos conflitos entre Rosado e Barbuda, derivavam das onipresentes intrigas que assolaram os comandantes durante a Guerra¹⁸⁸, bem como da confusão de

¹⁸⁰ CARNEIRO, História da guerra cisplatina..., p. 74. A deserção fora problema crônico ao longo do conflito.

¹⁸¹ APEB. Seção Colonial e Provincial. Quartel General do Comando das Armas-1826. Maço 3366.

¹⁸² LIMA E SILVA, op. cit., p. 305.

¹⁸³ Ibid., p. 47.

¹⁸⁴ BARICKMAN, Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860..., p. 89 et seq.

¹⁸⁵ LIMA E SILVA, op. cit., p. 50.

¹⁸⁶ TESTEMULHA OCULAR, op. cit., p. 185.

¹⁸⁷ WIEDERSPAHN, Campanha de Ituzaingô..., p. 100.

¹⁸⁸ As fontes são unânimes ao tratarem das intrigas entre todos os ocupantes dos postos de chefia e comando. Rivalidades entre portugueses (maioria dos comandantes, como Lecor, Rosado, Magessi, Barbuda, etc.) e brasileiros, entre milicianos e 1ª Linha, ou mesmo entre os próprios milicianos

comando existente até a nomeação de Barbacena para a chefia da Guerra. Lecor, nominalmente no comando, pouco se interava das coisas pertinentes ao abastecimento. Havia, de fato, questões legais que permeavam as disputas, haja vista que a carta de lei de 20 de outubro de 1823 versava sobre “a independência e subordinação dos Governadores e Comandantes das Armas das Províncias a respeito dos Presidentes das mesmas”¹⁸⁹. Os assuntos exclusivamente de ordem do serviço militar estavam a cargo dos comandantes, constituindo sua “independência”. Entretanto deveriam estar subordinados aos presidentes, que eram as autoridades máximas provinciais. Como não haver desinteligência no expediente? Na prática estava Rosado distante das influências de Lecor ou Gordilho de Barbuda na condução da Guerra; e sendo o último presidente e também militar, com a mesma patente de brigadeiro que Rosado¹⁹⁰, era natural que desejasse dirigir a campanha:

Ciumento de suas pretensas prerrogativas de presidente provincial, procurava semear o descrédito em torno de seu inimigo político, tão injustamente censurado pelos partidários do Marechal de Campo José de Abreu e também pelos amigos do Tenente-General Lecór, Visconde de Laguna¹⁹¹.

Assim, as carências materiais abrangiam todos os aspectos pertinentes à Guerra. A começar pelo fardamento: “durante todo o tempo do comando do general Rosado a tropa não recebeu fardamento, nem a distribuição semestral de sapatos, calças e camisas. Tudo isso ficou no depósito geral de S. Francisco de Paula”¹⁹². Soldos, muito raramente “apareceu dinheiro” para satisfazê-los, sendo que quando vinham, era “por adiantamentos de particulares”. A “falta de pagamento era tal que quando o exército se pôs em marcha, às ordens do marquês de Barbacena, era-lhe devido um ano de soldo”¹⁹³.

Como dito, o abastecimento de víveres era praticamente inexistente, afora a carne magra (situação que perduraria por toda a Guerra e mesmo depois dela). O autor

riograndenses, eram freqüentes. Caso a parte fora a grande antipatia para com o Marechal Gustavo Henrique Brown, alemão a serviço do Brasil, que teve que enfrentar a intriga vinda de todas as partes, exceto dos alemães que serviram nesta campanha. Este ambiente em muito contribuiu para o malogro brasileiro no conflito frente aos republicanos platinos. Ver: TESTEMUNHA OCULAR, op. cit., p. 227; LIMA E SILVA, Guerra com as Províncias Unidas..., p. 47; SEIDLER, Dez anos no Brasil..., p. 174.

¹⁸⁹ APEB. Seção Colonial e Provincial. Avisos Ministeriais-1826. Maço 756.

¹⁹⁰ APEB. Seção Colonial e Provincial. Avisos Ministeriais-1824. Maço 754-1.

¹⁹¹ WIEDERSPAHN, op. cit., p. 115.

¹⁹² LIMA E SILVA, op. cit., p. 49.

¹⁹³ Ibid., p. 47-8.

de *Contribuições...*, após referir-se às elevadas despesas com o transporte dos suprimentos, resumiu a situação em Livramento e da campanha em geral:

A essa despesa avultada e à dificuldade de transporte acrescia ainda o alto preço dos artigos alimentícios, devido à incapacidade administrativa, de modo que começaram a rarear, até cessarem por completo, em maio, por ocasião da estação chuvosa, os fornecimentos de víveres e outros artigos. Isto deu origem a violentas discussões entre o general e o presidente, chegando a excessos verdadeiramente vergonhosos, que não atenuaram, mas até agravaram a situação penosa das tropas. Ficou, assim, êsse exército sem alimentação alguma até fins do ano de 1826, o que paralisava os seus movimentos, abrindo quase a província inteira à invasão inimiga, pois só poderia cobrir a área restrita que ocupava¹⁹⁴.

Com efeito, esteve o Exército do Sul ao longo de 1826 em situação perigosa, tendo que se manter na defensiva. Ainda mais dispendioso Rosado “de apenas 8 tiros nas patronas de seus soldados”, munição insuficiente para engajamento em combate¹⁹⁵. A distância em que se achava o grosso do contingente era temerária, dado que expunha ao inimigo cortar sua linha de suprimentos e isolá-lo da capital da Província e demais localidades entre o Jaguarão e S. Francisco de Paula (Pelotas). Porém:

Felizmente os vencedores de Sarandi e Rincão das Galinhas estavam muito ocupados consigo próprios, de sorte que não se aproveitaram do êrro estratégico do general, ocupando os vales indefesos das Lagoas Mirim e dos Patos, ou depois de afugentar a cavalaria de toda a circunferência, investir contra o próprio corpo que se achava isolado, obrigando-o à rendição pela fome¹⁹⁶.

Desde meados de 1825 estavam as forças platinas sendo aumentadas e instruídas, tanto na margem direita do rio Uruguai, sob ordens do Gen. Rodríguez, quanto em Durazno, onde o chefe oriental Lavalleja fixara seu quartel general. Em princípios de 1826 transpusera Rodríguez o Uruguai para reunir-se às forças orientais de Lavalleja¹⁹⁷. Estavam os republicanos, assim como Rosado em Santana, se preparando para a campanha que se avizinhava no horizonte. Entre eles reinavam também intrigas e rivalidades, principalmente entre Rivera e Lavalleja, tendo o último relatado em

¹⁹⁴ TESTEMUNHA OCULAR, op. cit., p. 186.

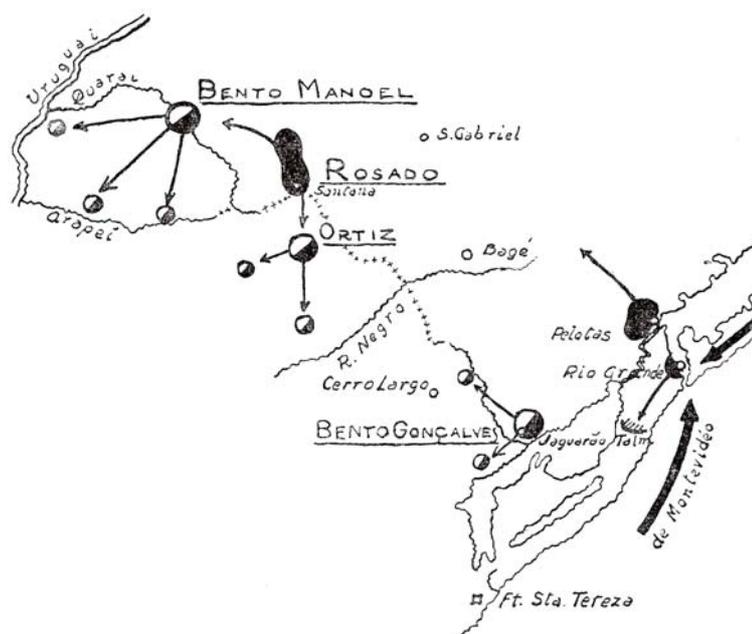
¹⁹⁵ WIEDERSPAHN, op. cit., p. 114.

¹⁹⁶ TESTEMUNHA OCULAR, op. cit., p. 185.

¹⁹⁷ WIEDERSPAHN, op. cit., p. 124 et seq.

obedecer as ordens de Rodríguez. A indisciplina, somada à resistência em decorrência do afastamento de Rivera (mandado para a capital portenha), fizeram Rodríguez solicitar sua demissão, sendo substituído pelo Gen. Carlos Maria de Alvear, Ministro da Guerra das Províncias Unidas, em 14 de agosto de 1826¹⁹⁸.

Na defensiva, para obstar tentativas de invasão do território do Rio Grande de São Pedro, Rosado empreendera um dispositivo de cobertura estratégica. Tinha organizado como principais forças, afora o Exército de Livramento, uma 1ª Brigada de cavalaria miliciana sob comando de Bento Manuel no rincão de Catalan (mais ao norte do Exército), e uma 2ª Brigada também de cavalaria miliciana no Jaguarão (ao Sul), comandada por Bento Gonçalves. O mapa abaixo apresenta o dispositivo.



COMANDO DO BRIGADEIRO ROSADO EM 1826

Dispositivo de cobertura estratégica da fronteira do Rio Grande do Sul, frente ao "Ejército Republicano".

Fonte: WIEDERSPAHN, H. O. **Campanha de Ituzaingô**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, s/d, p. 110-111.

Passara o ano de 1826 o Exército do Sul estagnado no Imperial Carolina, bem como as tropas republicanas em Durazno. Ocorreram alguns combates envolvendo forças de cavalaria milicianas brasileiras e as republicanas, tendo poucos efeitos para o andamento do conflito¹⁹⁹.

¹⁹⁸ WIEDERSPAHN, Campanha de Ituzaingô..., passim.

¹⁹⁹ LIMA E SILVA, op. cit., p. 46-7.

Insatisfeito com a direção da Guerra, pressionado pela oposição, empreendera o Imperador uma série de medidas, visando reverter a inatividade brasileira. Em maio já trocara no comando da Esquadra o Almirante Lobo por Pinto Guedes. Em setembro, para encerrar as desinteligências entre Barbuda, Rosado e Lecor, despedira os três: Barbuda deu lugar ao Brigadeiro Salvador José Maciel, que tomou posse em 4 de novembro²⁰⁰; Rosado e Lecor foram substituídos pelo Marechal Felisberto Caldeira Brant Pontes, nomeado Comandante em Chefe em 12 de setembro²⁰¹. Cercara-se o Imperador de cuidados para garantir a submissão de todos a Brant Pontes:

Para lhe tornar indiscutível a autoridade, evitar conflitos de precedência e de graduação, sucessivamente o nomeou marquês, a 4 de novembro, e o confirmou no posto de tenente-general, a 17 de dezembro de 1826²⁰².

Embarcou Barbacena na Corte a 3 de novembro, alcançando Porto Alegre em 23, via Santa Catarina²⁰³. O Visconde de Laguna preparava-se para assumir efetivamente o comando, quando fora surpreendido pela nomeação do novo comandante²⁰⁴. Ao se encontrarem, a 26 de novembro, na cidade de Rio Grande, constatou Barbacena a inépcia de Lecor: “o Visconde da Laguna nem sabia dos negócios do exército, nem dos effectivos, nem de marchas, nem de intendencias, nada, nada, nada.”²⁰⁵ Tratou Barbacena de colocar em ordem o suprimento do Exército²⁰⁶, coisa que já estava sendo feita por Barbuda desde que soubera de sua nomeação, minimizando a penúria dos soldados²⁰⁷. Mesmo antes de partir da Corte expôs o Marquês (em dois de outubro) seus planos de bater e expulsar o inimigo para além do

²⁰⁰ WIEDERSPAHN, op. cit., p. 135.

²⁰¹ CALÓGERAS, João Pandiá. *O Marquês de Barbacena*. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, c1982. p. 58. A nomeação de Brant Pontes “causou maior espanto na Côte porque ninguém o conhecia como militar e muito menos como general” afirma Lima e Silva, completando que o “marquês nunca comandara um soldado e se alguma vez viu exércitos formados, seria nas paradas a que assistira na Europa.” LIMA E SILVA, op. cit., p. 53. Rigoroso esse julgamento quanto ao Marquês. De fato não era homem de campanha, ocupando na maioria das vezes postos mais voltados para a administração, como o de Inspetor das Tropas na Bahia. Sua nomeação tinha um caráter essencialmente político, haja vista a oposição a que sofria o Imperador na Corte, quanto ao comando da Guerra. Urgia nomear um brasileiro para comandá-la, preferindo o monarca incumbir a um amigo a difícil missão. Em defesa de Barbacena anotou Calógeras: “Não conhecia o terreno do sul, nem a oficialidade e os processos locais de combate, disseram, mais tarde. Mas, de fato, era superior em conhecimentos a todos os guerreiros da Cisplatina. Ver CALÓGERAS, O Marquês de Barbacena..., p. 58 et seq; WIEDERSPAHN, op. cit., pp. 131 et seq.

²⁰² Ibid, passim.

²⁰³ WIEDERSPAHN, op. cit., p. 135.

²⁰⁴ LIMA E SILVA, op. cit., p. 51.

²⁰⁵ CALÓGERAS, *A Política Exterior do Império. Volume II: O Primeiro Reinado...*, p. 431.

²⁰⁶ WIEDERSPAHN, op. cit., p. 135.

²⁰⁷ LIMA E SILVA, op. cit., p. 49.

rio Uruguai, ocupando o Exército Imperial a Província de Entre Rios para obrigar Buenos Aires a pedir a paz²⁰⁸. Para isto pedia 15.000 homens, um depósito de 4.000, com armamento correspondente; e, como recurso, seis milhões de cruzados para um ano. Preconizava unidade de sistema, esforço geral e concentrado. Condenava o sistema das operações parceladas, sem nexos²⁰⁹.

Como veremos, esteve Barbacena distante de consagrar seus ambiciosos planos. Porém, em sua defesa deve-se salientar que os meios entregues para que os executasse ficaram bem longe dos solicitados. Como exemplo, ao deixar o Exército Santana do Livramento havia apenas 14\$000 réis no cofre da pagadoria²¹⁰. Quiçá fossem atendidos seus apelos lograria melhor sorte. Não obstante, ao lado dos novos comandantes, enviou o Governo Imperial reforços em tropas e suprimentos.

Em 11 de outubro de 1826 partira da Corte rumo a Montevideu o 7º Corpo de Artilharia da Bahia, comandado pelo Cel. José Eloy Pessoa, com 425 artilheiros²¹¹. Em 19 de novembro estava ele ocupando a ilha Gorriti no porto de Maldonado.²¹² A 19 de agosto de 1827, com 13 canhões, ajudara as forças (240 praças) do Tenente-Coronel Salustiano Severino, que tinha ocupado Maldonado em 17 de maio, a repelir o ataque de Lavalleja, à frente de 1.113 homens. Porém, sem auxílio da esquadra ficara insustentável a manutenção daquela praça, sendo evacuada em fins de agosto²¹³.

Para o Rio Grande de São Pedro também foram enviados reforços partidos em 24 de novembro de 1826, juntamente com a expedição que conduzira o Imperador ao teatro da Guerra²¹⁴. Desde o início da luta intentara D. Pedro uma viagem ao Sul. Contudo, a situação política embarçava seus planos. Ainda mais desde o falecimento de D. João VI e a disputa sucessória que se abria entre D. Miguel e D. Maria da Glória, filha do Imperador e em prol de quem este abdicara. Acusado de se preocupar mais com os negócios portugueses do que brasileiros, não pode mais protelar sua ida à região do conflito²¹⁵. Extremamente breve a estada de D. Pedro no Sul, depois da escala em Santa Catarina, de onde seguiu por terra. Tinha mais finalidades políticas do que militares.

²⁰⁸ CALÓGERAS, op. cit., p. 431.

²⁰⁹ CALÓGERAS, O Marquês de Barbacena..., p. 59.

²¹⁰ LIMA E SILVA, Guerra com as Províncias Unidas..., p. 60.

²¹¹ AHI. Seção do Arquivo do Barão do Rio Branco. Lata 871-Maço 2-Pasta 2.

²¹² CARNEIRO, História da guerra cisplatina..., p. 77.

²¹³ Ibid, p. 127-8.

²¹⁴ WIEDERSPAHN, op. cit. p. 142.

²¹⁵ CALÓGERAS, A Política Exterior do Império. Vol. II..., p. 429-30.

Verdadeiro “lance teatral” com fito de calar a oposição, e ainda tendo como benéfico efeito colateral dar novo ânimo aos combatentes imperiais²¹⁶.

Ali demorou dias apenas, que empregou utilmente em serviços de valia à guerra. Voltou logo; não por causa da notícia da morte da Imperatriz D. Leopoldina, como fizeram correr; sim pela necessidade de estar no Rio, a dirigir o movimento constitucionalista do reino peninsular. Já anunciara, antes de chegar ao Rio Grande, que sua demora seria curtíssima²¹⁷.

Com efeito, em sua declaração ao Exército (16 de dezembro), dizia o Imperador que a “necessidade de minha presença na Côrte, não só para tratar de negócios de alta importância e mandar-vos mais socorros, faz com que eu me retire com brevidade”²¹⁸. Nenhuma alusão ao falecimento de sua imperial esposa.

No comboio que acompanhou D. Pedro viera o Marechal Gustavo Henrique Brown, alemão a serviço do Império (nomeado chefe do Estado-Maior), além do 27º Batalhão de Caçadores, composto por alemães (573), bem como recrutas para diversos corpos, totalizando cerca de 800 homens²¹⁹. O Barão de Rio Branco informa que entre os recrutas constavam 64 soldados para o Esquadrão baiano²²⁰.

Barbacena chegara ao acampamento Imperial Carolina em 1º de janeiro de 1827, sendo recebido em grande parada, passando a tropa em revista²²¹. Constatou o estado deprimente em que se achava aquela força: “Um exército nu, descalço, sem munição de guerra e boca, sem remédios, sem cavalos e reduzido depois de um ano à mais humilhante defensiva”²²².

Deixando Rosado o comando, partira rumo a Corte para se defender das acusações que pesavam contra ele. Entre tais acusações (ou boatos) quanto à sua conduta, constava a de que

fizera dificultar propositalmente a condução do aprovisionamento para facilitar negócios comerciais de indivíduos encarregados por êle, Rosado, de venderem mercadorias por preços elevados, para cuja compra, como sócio desses fornecedores, adiantara dinheiro. Certo é que não se retirara dali sem meios, pois, em viagem marítima que

²¹⁶ POMBO, História do Brasil..., p. 373.

²¹⁷ CALÓGERAS, op. cit., p. 430.

²¹⁸ LIMA E SILVA, op. cit., p. 56.

²¹⁹ CARNEIRO, op. cit., p. 73. Barroso informa que vieram “os lanceiros allemães e o 27 de caçadores estrangeiros da Praia Vermelha, além de recrutas destinados a outras unidades, officiaes e praças avulsos.” BARROSO, G. *A Guerra do Vídeo...*, p. 87.

²²⁰ AHI. Seção do Arquivo do Barão de Rio Branco. Lata 871-Maço 2-Pasta 9.

²²¹ LIMA E SILVA, op. cit., p. 55.

²²² ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, História do Exército brasileiro..., p. 532.

fizera, libertara-se dos corsários que o aprisionaram, entregando três mil dólares²²³.

Enquanto o Comandante em Chefe tratava de amenizar a penúria das tropas em Livramento, inspecionando as tropas (coisa em que sabia bem fazer, pois tinha larga experiência) e lançando mão de requisições aos fazendeiros²²⁴, o Marechal Brown esperava em S. Francisco de Paula reforços vindos de Montevideú. Era *mister* a reunião de ambas as forças, posto que, a 26 de dezembro, tendo Alvear elevado seu contingente a quase 9.000 homens²²⁵, iniciara sua marcha do acampamento de arroio Grande rumo a Bagé²²⁶. Passara ele à ofensiva, visando impedir a união das forças imperiais²²⁷. Levantara acampamento as tropas imperiais de Santana a 13 de janeiro:

Assim, em meio de grande entusiasmo e de maneira tal que parecera a todos como que revigorados os soldados antes enfraquecidos pela permanência terrível naquele macabro acampamento, foi iniciada a marcha, descendo-se pelas vertentes do arroio Cuñapirú, em território uruguaio²²⁸.

Iniciou-se desta forma a manobra de reunião dos contingentes imperiais, tendo como efetivo o Exército sob comando de Barbacena 4.296 praças²²⁹. Foram deixadas em Santana as bagagens, doentes e apetrechos que poderiam retardar a marcha²³⁰. A força do Marechal Brown, chegados os reforços, compunha-se de 1600 homens²³¹. Ordenara Barbacena a este, em 17 de janeiro, que se pusesse em movimento para efetivar a junção de ambas as forças²³².

Enquanto o Marquês marchava rumo a leste, para escapar de um choque com forças platinas, Brown adentrava o interior da Província, logrando reunir-se ao Exército

²²³ TESTEMUNHA OCULAR, Contribuições para a guerra..., p. 208. Não parece provável que se prestasse Rosado ao absurdo de prejudicar o Exército para se locupletar. Entretanto de fato o fornecimento das tropas nesta campanha fora feita por particulares. Tendo somente carne magra para suprimento, tinham os soldados que adquirir tudo o mais com estes negociantes, que ficavam em condições privilegiadas, contando com a anuência dos comandantes.

²²⁴ WIEDERSPAHN, Campanha de Ituzaingô..., p. 166-7.

²²⁵ 8.883, segundo Wiederspahn. WIEDERSPAHN, op. cit., p. 156.

²²⁶ ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, op. cit., p. 533.

²²⁷ BARROSO, op. cit., p. 100-1

²²⁸ WIEDERSPAHN, op. cit., p. 171.

²²⁹ Nota 60 de S. Docca à obra de LIMA E SILVA, op. cit., p. 305.

²³⁰ Ibid., p. 62.

²³¹ WIEDERSPAHN, p. 173.

²³² Ibid., passim..

próximo ao arroio das Palmas, a cinco de fevereiro²³³. A junção das forças imperiais fora uma vitória estratégica do Marquês de Barbacena, posto que caso fracassasse estaria em complicada situação, pelo maior contingente das forças platinas. Estas, tendo se retardado pelas chuvas e pelo saque a Bagé, desistiram de continuar a perseguição que faziam ao Exército imperial²³⁴. A estada do Exército republicano em Bagé fora permeada de abusos e crimes:

Aos olhos assombrados de Brandsen, que servira com Napoleão, a soldadesca commete na presença benevola de Alvear as maiores infâmias, entrando pelas moradias dos cidadãos pacificos, quebrando-lhes os moveis, arrecadando as joias e o dinheiro, violando-lhes as mulheres e as filhas, assassinando os que se atreviam a protestar. A vergonha do saque de Bagé foi ainda maior, porque nelle tomou parte o proprio general em chefe. Suas ordenanças empilharam em carretas alfaias a elle destinadas [...] E os seus ajudantes lhe trazem, para que satisfaça seus instinctos, as mais bellas mulheres que encontram²³⁵.

Enquanto os platinos saqueavam Bagé (depois seguiriam para a região de S. Gabriel), permitindo que a união dos contingentes brasileiros se efetivasse, pôde Barbacena, via Brown, reforçar a instrução do Exército:

Todos os dias pela manhã e à tarde tínhamos exercícios, tanto os corpos de infantaria, como os de cavalaria, começando o Chefe do Estado Maior a tornar-se impopular pelas suas maneiras ásperas. Algumas de suas inovações foram mil pouco felizes²³⁶.

Ainda no acampamento das Palmas, o Marquês publicou, a 2 de fevereiro, a ordem do dia em que dividia o Exército em duas divisões, sendo a 1ª comandada pelo Brigadeiro Sebastião Barreto e a 2ª comandada pelo Brigadeiro Calado. Foi nesta Divisão que combateram em Rosário os baianos do 13º e Esquadrão.

Tanto as marchas de reunião como todo o período que antecedeu a batalha do Passo do Rosário (ou Ituzaingô) foram tempos de privações, mortes e deserções. Seidler, que servira no 27º de Caçadores, afirma que:

²³³ Nota 68 de Docca. LIMA E SILVA, op. cit., p. 308.

²³⁴ WIEDERSPAHN, op. cit., p. 179.

²³⁵ BARROSO, op. cit., p. 101-2. Ficaram os platinos em Bagé por dias, sem perseguir o Exército imperial.

²³⁶ LIMA E SILVA, op. cit., pp. 65-6.

As rações [...] foram reduzidas só a carne e água [...] Já nos primeiros dias da nossa marcha forçada faltou o mais indispensável; nem ao menos sal se fornecia, muitas vezes nem havia como comprá-lo a bom dinheiro²³⁷.

Lima e Silva, tratando dos efetivos brasileiros, anotara que “sua fôrça teve diminuição por moléstias, mortes e deserções e só aumentou com a chegada de 560 paisanos (nome que lhes deu o marquês de Barbacena), comandados pelo Barão de Serro Largo”²³⁸. Com efeito, o próprio Barbacena reconhecia a penúria a que estava exposto o Exército. Em sua proclamação resumira a situação que precedeu o choque entre as duas massas nos campos do Rosário, três dias depois. Transcrevemo-lo quase na íntegra:

Proclamação

Soldados! Quando o inimigo se apresentou nesta fronteira, estava o centro do nosso exército imperial a mais de 80 léguas de distância das Divisões da Esquerda, estáveis sem transporte e até com falta de armamento e munições de guerra. Vosso valor, vosso patriotismo venceu tôdas as dificuldades e por marchas forçadas e atrevidas quase à vista do inimigo e estando os postos avançados em constante tiroteio, conseguistes fazer a junção com a maior parte da esquerda, no dia 5 do corrente e outras se reuniram nos dias 11 e 13 e então fazia o inimigo tôda a demonstração de atacar-nos [...] não passou de demonstrações e deixando as margens do Camaquam cobriu aquêle, princípio de retirada, dizendo que nos esperava nos campos de S. Gabriel ou que seguiria para Pôrto Alegre. Por novas marchas forçadas aqui chegásteis esta manhã e longe de encontrarmos o inimigo, achamos a certeza de sua vergonhosa e precipitada fuga [...] Bem quisera eu dar-vos algum descanso depois de tantos centos de légua de marcha, com sol abraçador, e até alguns dias sem água e muitos sem pão ou farinha, mas um instante de demora nos privará de colhêr os frutos de nossos trabalhos e de terminar a guerra para sempre, como exige a honra e glória do exército imperial.

Soldados! Redobremos de esforços e em poucos dias alcançaremos o inimigo; a vitória é certa e na cidade de Buenos Aires vingaremos as hostilidades cometidas nas pequenas povoações de Bagé e S. Gabriel. Quartel General em São Gabriel, 17 de fevereiro de 1827. – Marquês de Barbacena²³⁹.

Quando entraram em S. Gabriel constataram os imperiais os estragos deixados pelos republicanos: “casas de negócio arrombadas, pipas de vinho na rua esvaziadas e todos os destroços dos depósitos de mantimentos”²⁴⁰. Além do saque de

²³⁷ SEIDLER, Dez anos no Brasil..., p. 104.

²³⁸ LIMA E SILVA, Guerra com as Províncias Unidas..., p. 63.

²³⁹ Ibid., p. 73-4.

²⁴⁰ Ibid., p. 72.

S. Gabriel, forças platinas roubaram, em 21 de janeiro, as bagagens deixadas em Santana, e saquearam ainda, em 12 de fevereiro, o depósito no Passo de São Borja, onde estavam armazenadas as bagagens mochilas e munições também deixadas para não atrapalhar a locomoção imperial²⁴¹. A partir daí, viram-se os brasileiros despojados de seus pertences pessoais, uniformes...

Convencido da retirada republicana passara Barbacena a dar caça aos inimigos desde 10 de fevereiro, quando deixara o arroio das Palmas²⁴². Contava todo o contingente brasileiro, em mapa assinado pelo Ajudante General de 11 de fevereiro²⁴³, o seguinte efetivo:

1ª Divisão – Brigaderiro Sebatião Barreto

Infantaria.....	1.591
Cavalaria.....	1.064

2ª Divisão – Brigadeiro João Crisóstomo Calado

Infantaria.....	703
Cavalaria.....	1.302
1ª Brigada Ligeira de Cavalaria (Bento Manuel).....	863
2ª Brigada Ligeira de Cavalaria (Bento Gonçalves).....	681
Artilharia, 12 peças.....	285
Lanceiros do Uruguai.....	127

Total.....	6.616
------------	-------

Incluía-se nestes números 271 doentes e 342 empregados. Seria o total acrescido, como acima dito, por 560 paisanos comandados pelo Barão do Serro Largo, que se apresentara dia 13, totalizando então 7.176. Porém não fora este o efetivo que tomara parte da batalha do dia 20 de fevereiro. Para dar parte dos movimentos do inimigo, Barbacena destacara a Brigada Ligeira de Bento Manuel a 2 de fevereiro.²⁴⁴ Se

²⁴¹ WIEDERSPAHN, op. cit., p. 175 e 193.

²⁴² LIMA E SILVA, op. cit., p. 70.

²⁴³ Os números aqui apresentados constam da nota 77 de S. Docca à obra de LIMA E SILVA, op. cit., p. 311. Deve-se dizer que há dúvidas e divergências quanto aos contingentes, tanto brasileiros como platinos, que tomaram parte na batalha de 20 de fevereiro, em Passo do Rosário (ou Ituzaingô, como a denominam os platinos) principal combate de toda a guerra. O arquivo da secretaria do exército fora roubado no dia da batalha. Os números acima só puderam ser apreendidos graças ao caderno de notas do Capitão Seweloh, alemão que fazia parte do Estado-Maior brasileiro e transcrevera muitos documentos imprescindíveis, consultados por S. Docca, Barão de Rio Branco e demais “autoridades” no assunto. Ver WIEDERSPAHN, op. cit., p. 224 e ss..

²⁴⁴ Nota 86 de S. Docca à obra de LIMA E SILVA, op. cit., p. 317. Bento Gonçalves posteriormente fora destacado para observar o flanco esquerdo dos republicanos. WIEDERSPAHN, op. cit., p. 190. Ao

distanciara o comandante miliciano do restante do Exército imperial, envolvendo-se em combates, primeiro com o Gen. Lavalle, depois com o Gen. Mansilla, sendo que estes retornaram ao grosso de seu Exército, deixando-o completo, enquanto que B. Manuel desfalcara as forças brasileiras de importante contingente²⁴⁵.

Abandonando as imediações de S. Gabriel a 14 de fevereiro²⁴⁶, partira Alvear rumo ao Passo do Rosário, que lograra atingir no dia 18, com o fito de transpor o rio Santa Maria e dar combate ao Exército imperial “nos campos existentes em tôrno do Saicán”²⁴⁷.

Mas ante a impossibilidade de transpôr o rio naquela situação, pois o rio estava aí a nado e a planura nas imediações se apresentava sumamente desfavorável, via-se Alvear em situação crítica e perigosa. Assim, resolveu fazer frente ao Exército Imperial na manhã do dia seguinte²⁴⁸.

Alvear escolhera a região do Santa Maria, pois tinha conhecimento dela e sabia ser favorável às manobras de sua cavalaria, arma forte de seu Exército:

Alvear conhecia muito êsses terrenos porque tinha já estado na província, e nesses lugares residiu muito tempo e por diferentes vezes não haveria talvez 20 anos – na estância do brigadeiro Antônio Pinto da Fontoura, sita do outro lado do Santa Maria nos campos de Saican²⁴⁹.

Impossibilitado de transpor o rio, acampou em Rosário, estudando o terreno no qual se feriu a batalha do dia 20²⁵⁰. Suas tropas estavam assim descansadas para o combate. Pelo contrário, o Exército do Sul, desde que partiu de S. Gabriel na madrugada de 19²⁵¹, marchara em perseguição aos republicanos, fazendo, contudo, uma parada no fim da manhã desse dia, e depois outra, “duas a três léguas” à frente, estacionando por “algumas horas” ao cair da noite na estância do Rosário, de

contrário de Bento Manuel, Gonçalves não se distanciara tanto do Exército imperial, fazendo parte do contingente que lutara em Passo do Rosário.

²⁴⁵ O plano de Alvear era justamente este, além de tentar dissimular suas intenções, afastando a força de observação de Bento Manuel. Ver CARNEIRO, História da guerra cisplatina..., p. 90 et seq; WIEDERSPAHN, Campanha de Ituzaingô..., p. 260 et seq; LIMA E SILVA, op. cit., p. 74 et seq.

²⁴⁶ WIEDERSPAHN, op. cit., p. 194.

²⁴⁷ Ibid., p. 199.

²⁴⁸ Ibid, passim. Ver também nota 89 de S. Docca in: LIMA E SILVA, op. cit., pp. 318-20.

²⁴⁹ Ibid., p. 75.

²⁵⁰ Ibid., p. 77.

²⁵¹ WIEDERSPAHN, op. cit., p. 201.

Antônio Francisco. Já ao “despontar da lua se fêz em marcha” tendo a vanguarda de Abreu tiroteado continuamente com os postos avançados do inimigo²⁵².

Alcançara o campo de batalha na manhã do dia 20 de fevereiro por volta das seis horas²⁵³. Somente quando a serração se desfez e iniciou-se a ação, conhecera Barbacena que estava diante de todo o efetivo platino, pois até então acreditava que pegaria o inimigo de surpresa atravessando o Santa Maria, capturando deste modo a sua retaguarda²⁵⁴. Ao contrário, defrontou-se com a massa republicana que contava entre oito e nove mil homens²⁵⁵! O contingente brasileiro, desfalcado da Brigada Ligeira de Bento Manuel (863 milicianos) e tendo deixado 271 enfermos em S. Gabriel, contava cerca de 6.300 para fazer frente às forças de Alvear²⁵⁶.

Nos mapas do Barão do Rio Branco temos que a 2ª Brigada de Infantaria, formada pelos batalhões 13º e 18º, contava 703 praças, sendo 381 e 322 respectivamente os efetivos de ambos. Tivera ela ausentes 58 doentes, postando no campo 645. Já a 3ª Brigada de Cavalaria, formada pelo Esquadrão da Bahia, 6º e 20º regimentos somava 764, sendo 192, 315 e 257 seus respectivos contingentes. Destes, 102 não tomaram parte do combate²⁵⁷. Disto avaliamos em cerca de 350 (13º) e 170 (Esquadrão) o número dos baianos em seus corpos que participaram da peleja, 520 no total. Perfizeram quase dez por cento do efetivo imperial engajado na batalha.

Sem ter outra escolha que não a de entrar combate, iniciou o Exército do Sul as manobras para dispor suas forças no campo de batalha. Este se resume “praticamente, em duas linhas de coxilhas, no sentido norte-sul, separadas por vale estreito, conhecido como a Sanga do Barro Negro. Esse vale, um obstáculo natural e, segundo parece, na época só permitia passagem em alguns lugares”²⁵⁸.

²⁵² LIMA E SILVA, op. cit., pp. 78-80.

²⁵³ SEIDLER, op. cit., p. 105.

²⁵⁴ TESTEMUNHA OCULAR, op. cit., p. 230. LIMA E SILVA, op. cit., p. 81 WIEDERSPAHN, op. cit., p. 224.

²⁵⁵ Na nota 70, Docca dá aos efetivos platinos como sendo 8.794 homens. In: LIMA E SILVA, op. cit., p. 309. Wiederspahn consigna como sendo 8.130 o contingente republicano engajado na batalha. Tinham também superioridade em artilharia: 16 peças contra 12 imperiais. WIEDERSPAHN, op. cit., p. 223.

²⁵⁶ Desse número devem ainda ser subtraídos, segundo Souza Docca, 469 homens empregados na guarda do parque de munições, hospital, etc., seis presos e 46 praças da escolta de Barbacena, possuindo assim apenas 5.546 combatentes In: LIMA E SILVA, op. cit., p. 314-5. WIEDERSPAHN afirma serem 6.200 os combatentes imperiais, arredondando para cima todos os efetivos dos corpos brasileiros. Carneiro consigna como sendo 6.338 os efetivos brasileiros na batalha. CARNEIRO, op. cit., p. 105. Voltamos a dizer que os números não são muito precisos quanto à realidade numérica de ambas as forças em luta.

²⁵⁷ AHI. Seção do Arquivo do Barão de Rio Branco. Lata 871-Maço 2-Pasta 9.

²⁵⁸ ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, História do Exército brasileiro..., p. 539. Temos no anexo A mapas com as disposições dos efetivos combatentes nas três fases da luta.

A 1ª Divisão, comandada por Sebastião Barreto, postada à direita do Exército iniciou o ataque brasileiro, tendo a 2ª, comandada por Calado, ficado à esquerda, como reserva, tendo o grosso da artilharia tomado o centro. Ao tempo em que avançava a 1ª Divisão, batendo-se com a infantaria platina, que recuara, e sofrendo sucessivas cargas de cavalaria inimiga²⁵⁹, os paisanos do Marechal Abreu, Barão do Serro Largo, que na vanguarda atacaram pela direita dos inimigos eram rechaçados, lançando-se mesclados aos perseguidores platinos sobre a 2ª Divisão, que tinha formado quadrado com os dois batalhões (13º e 18º) e fizera fogo sobre todos, brasileiros e platinos, sendo fatalmente ferido Abreu²⁶⁰.

O combate se desenrolara tendo em certa altura estancado o avanço da 1ª Divisão, pelos choques com a cavalaria inimiga. A distância entre as duas divisões brasileiras tornava-se perigosa, correndo o risco de serem cortadas pelas forças republicanas, tendo também a 2ª sofrido as cargas da cavalaria inimiga, pelo contra-ataque ordenado por Alvear, impossibilitando a reunião de ambas²⁶¹. Não fora o único problema brasileiro em Passo do Rosário. A maior parte da artilharia, comandada pelo Cel. Tomé Joaquim Fernandes Madeira, a certa altura debandara, deixando as peças no campo. Ambas as divisões se viram envolvidas pelo enxame da cavalaria republicana, sendo esta sempre repelida, nunca logrando romper os quadrados da infantaria imperial, que formaram verdadeiros “bolsões” em meio dos movimentos dos corpos montados. Para piorar a situação brasileira, todo o parque, hospital e bagagens foram tomados pelos platinos, tanto quanto saqueados pelos Guaranis das Missões, a quem estavam confiados. Sem ter como repor a munição, esta esteve em vias de acabar. Além disso, as balas da artilharia republicana atearam fogo na macega, que estava seca pela estiagem do verão, provocando um nevoeiro e ameaçando envolver as forças brasileiras. Como se já não fosse ruim a situação, muitos debandaram em meio à encarniçada luta que se

²⁵⁹ TITÁRA, Ladislau dos Santos, *Memórias do Grande Exército Aliado Libertador do Sul da América, na Guerra de 1851 a 1852, contra os tiranos do Prata, e bem assim dos fatos mais graves e notáveis, que a precederam, desde vinte anos, e dos que mais influíram para a política enérgica, que últimamente o Brasil adotou, a fim de dar paz e segurança aos Estados vizinhos: incluindo-se também noções exatas e documentadas da Batalha de Ituzaingó, em 1827, e do seu resultado*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1950. p. 122 e 124

²⁶⁰ TESTEMUNHA OCULAR, Contribuições para a guerra..., p. 231-2.

²⁶¹ Sobre os pormenores da batalha e os sucessos que aqui expomos, ver: WIEDERSPAHN, op. cit., p. 235 et seq; LIMA E SILVA, Guerra com as Províncias Unidas..., p. 94 et seq; TITÁRA, op. cit., p. 121 et seq; TESTEMUNHA OCULAR, op. cit., p. 231 et seq; CARNEIRO, op. cit., p. 97 et seq; ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, op. cit., p. 539-41; FRANCO, Um soldado do reino e do império..., p. 73-80. SEIDLER, Dez anos no Brasil..., p. 105-7.

travava, como os paisanos de Abreu, postos logo fora de combate, ou o 39º Regimento composto de orientais chefiados por Isas Calderón²⁶².

Com seus soldados exaustos, famintos, sem munição, enfrentando forças superiores, da ordem de 3 brasileiros para 4 platinos²⁶³, tendo os republicanos ainda corpos de reserva quase intocados, que ameaçavam locomover-se em ataque, além do risco de ser envolvido pela cavalaria inimiga, não teve outra alternativa o Marquês de Barbacena senão ordenar a retirada, por volta das duas horas da tarde, recolhendo-se primeiro a 1ª Divisão, cabendo à 2ª a cobertura de todo o Exército. Esta retirada fora feita entre as chamas que tomaram conta do campo.

Para termos uma idéia mais exata do papel dos baianos nesta batalha, a mais importante do 1º Reinado, transcrevemos trechos da parte dada pelo Brigadeiro Calado sobre a atuação da 2ª Divisão, da qual faziam parte:

A minha Divisão apresentou-se no campo de Batalha às 6 horas da manhã, [...] foi-me ordenado [...] formar mais unido a esquerda do Exército, [...] Principiou o fogo na Artilharia da nossa direita, das 7 para as 8 horas [...] quando logo desceram as fôrças da Cavalaria inimiga a atacar nossos flancos e então me preparei a recebê-las, formando a minha 4ª Brigada da Cavalaria em coluna de Esquadrões à esquerda para sustentar o Snr. Marechal Abreu e repelir o inimigo e ordenei a 2ª de Infantaria a formar quadrado, ao qual fiz reunir nos angulosas 2 peças de artilharia [...] Atacam 4 Esquadrões inimigos a força do Snr. Marechal de Abreu, [...] desgraçadamente a gente do Snr. Abreu não recebe a carga do inimigo, retira-se abandona a peça de Artilharia, atropela o 5º Regimento de Cavalaria, que se achava em coluna e cai uma força desordenada sobre meu quadrado. Grito ao Sr. Marechal Abreu, que se contenha, mas não sou ouvido, nem atendido, talvez porque S. Excia já vinha ferido; o meu cavalo cai morto e eu grito de pé com furor ao quadrado que faça fogo para não ser roto, montando logo noutra cavalo [...] O 5º Regimento de Cavalaria voltou logo à sua ordem e o mandei tomar a peça perdida pela gente do Snr. Abreu. O inimigo prepara-se para novo ataque [...] e é repellido [...] Recebo em seguida ordem de V. Excia. Para destacar a 3ª Brigada de Cavalaria, em proteção à 1ª Divisão, o que cumpri, [...] vejo seguir pela minha esquerda, como para cortar ou atacar minha retaguarda, ou talvez tomar o caminho para onde seguiu nosso Exército, uma força inimiga, como de um Esquadrão; mando que o Capitão Garcez com o do seu comando o ataque; êste oficial faz muito barulho, dizendo-me que a sua gente o não obedecia, Grito-lhe se ponha em marcha, à sua frente, não o consigo, apesar de alguns esforços [...] de mandar que um Esquadrão do 5º Regimento de Cavalaria [...] protegesse a companhia do Capitão Garcez, dando ordem ao dito para castigar os que não seguissem [...] se preparava o

²⁶² Barbacena, em sua ordem do dia 20 de março, para diluir sua culpa, acusa 1500 o número de desertores. LIMA E SILVA, op. cit., p. 119

²⁶³ CALÓGERAS, A política exterior do Império..., p. 432.

inimigo a de novo nos atacar com dez Esquadrões [...] e sendo logo a minha Infantaria ameaçada, passei a Cavalaria à retaguarda do quadrado [...] O inimigo tenta rompê-lo, mas esperando-o a 20 passos de distância, mando fazer-lhe fogo, retirando-se o inimigo em debandada [...] eram já duas horas da tarde; avisam-me que a direita do Exército se retirava. Dois Esquadrões inimigos avançam [...] faz o quadrado fogo [...] que resultou ficarem do 1º Esquadrão inimigo 16 a 20 a cavalo e o 2º debandou. Principio minha retirada [...] levando a minha Infantaria a quadrado, com os feridos no centro [...] sendo eu perseguido constantemente pelo inimigo; encontro no caminho a maior parte da nossa Artilharia em dispersão, alguns carros de munições, a cavahada, a boiada, que tudo levo na minha frente e guarda; diligência arriscada [...] sustentando contínuo fogo contra meus perseguidores, que haviam incendiado o pasto sendo todo o campo um vulcão, que éramos obrigados a trilhar²⁶⁴.

Decisiva a atuação da 2ª Divisão na manobra de retirada, cobrindo a retaguarda e ainda tendo que carregar consigo quase toda a artilharia. Não deixara Barbacena de reconhecer o feito de Calado e seus comandados, agradecendo-lhe em público à noite²⁶⁵. De fato fora a infantaria imperial fundamental no combate de Passo do Rosário. Paula Cidade, em nota à obra de Seidler, assinala, em tom preconceituoso, que a infantaria platina não se animou a cruzar com a “mordente infantaria imperial, em que predominava a negrada nortista”²⁶⁶. Aí se inclui o 13º, que lutou com brio como visto. Barroso chega a dizer que era “a melhor infantaria imperial, o 13 e o 18 de caçadores, rudes sertanejos da Bahia e de Pernambuco”²⁶⁷. Verdade seja dita, cearenses, fluminenses e alemães também merecem tais elogios, dado o peso que suportaram quando do ataque realizado pela 1ª Divisão. Quanto ao Esquadrão de Cavalaria de Água de Meninos, como dito na parte de Calado, tivera problemas a certa altura do combate com a falta obediência ao comandante Pinto Garcez. Não obstante, conforme o boletim do Quartel Mestre General Ten.-Cel. Antônio Elizário de Miranda e Brito, seria “muito recomendável a firmeza que mostraram os Esquadrões da Bahia”, pois “nunca voltaram a cara ao inimigo”²⁶⁸.

²⁶⁴ TITÁRA, op. cit., p. 127-130.

²⁶⁵ Ibid., passim.

²⁶⁶ SEIDLER, Dez anos no Brasil..., p. 105.

²⁶⁷ BARROSO, A guerra do Video..., p. 153. Wiederspahn referiu-se como sendo a “incomparável infantaria brasileira, na nossa esquerda” que repelira todas as investidas da cavalaria platina. WIEDERSPAHN, Campanha de Ituzaingô..., p. 245.

²⁶⁸ TITÁRA, op. cit., p. 124-5.

A retirada, concluída às cinco horas após alguma perseguição²⁶⁹, foi feita na “na melhor ordem”²⁷⁰. Não obstante, tiveram os brasileiros que abandonar mortos e feridos, envoltos em “um medonho mar de chammás” que “se derramou pelo campo da batalha e os desventurados feridos, que qualquer inimigo menos deshumano teria poupado, pereceram queimados”²⁷¹. Barbacena resumiu o quadro de “heroísmo” frente às privações em que pelejaram os brasileiros “durante onze horas de combate, vinte e quatro de marchas, sem descanso e quarenta e oito sem comer”, sendo dignos das graças do Imperador²⁷².

Quanto às perdas ou baixas, tanto platinas quanto brasileiras, os números são ainda mais imprecisos que os referentes aos efetivos reais participantes da batalha²⁷³. Tiveram os primeiros, segundo boletim de Alvear, entre mortos e feridos, 500 homens²⁷⁴. Certamente não foram as únicas perdas, posto que muitos desertaram. Ao concluírem sua marcha de retraimento de S. Gabriel²⁷⁵ até Los Corrales, o efetivo republicano era de apenas 4.342 praças²⁷⁶. Os brasileiros, entre mortos (170) e prisioneiros (92), somaram 242 segundo Barbacena²⁷⁷. Os feridos trazidos com o Exército, contados pelo mesmo, foram 92. Os desertores também foram numerosos, dado que o Exército Imperial retirou-se somente com 4.700 praças²⁷⁸. Boa parte destes desertores, depois de vagarem pela região, voltou às fileiras dos seus corpos, pois o Comandante-em-Chefe anistiou os desgarrados, não obstante “as graves acusações de assassínios e roubalheiras que pesavam contra os segundos-tenentes e soldados desertores, muita contemplação mereceram êstes do Marquês de Barbacena, que, com sua readmissão procurava completar o efetivo dos corpos”²⁷⁹. Outros não voltaram, indo

²⁶⁹ Devido ao cansaço de homens e cavalaria, não intentara Alvear uma perseguição mais contundente. Ver: WIEDERSPAHN, op. cit., p. 256.

²⁷⁰ SEIDLER, op. cit., p. 107.

²⁷¹ SEIDLER, *Guerras e Revoluções...*, op. cit., p. 60.

²⁷² TITÁRA, op. cit., p. 135. A batalha em si durou por volta de oito horas (das 6 ou 7 até 14hs, quando iniciou-se a retirada).

²⁷³ WIEDERSPAHN, op. cit., p. 206.

²⁷⁴ TITÁRA, op. cit., p. 141-2.

²⁷⁵ Onde novamente se apoderaram dos depósitos brasileiros. Avaliaram-se à época o valor do saque, entre apetrechos de guerra e bagagem, em cerca de 350.000 pesos. WIEDERSPAHN, op. cit., p. 273.

²⁷⁶ Idem, p. 283.

²⁷⁷ TITÁRA, op. cit., p. 134.

²⁷⁸ Nota 141 de S. Docca. In: LIMA E SILVA, op. cit., p. 343.

²⁷⁹ TESTEMUNHA OCULAR, op. cit., p. 253. Repetira-se no Sul a prática generalizada de perdão aos desertores, muitos deles criminosos, como visto no capítulo anterior.

se apresentar ao comandante platino, notadamente os alemães, desgostosos com o tratamento dado pelos brasileiros²⁸⁰.

Em sua retirada o Exército do Sul acampou após transpor o rio Cacequi, ao anoitecer²⁸¹. No dia seguinte reiniciou a marcha, sendo que escassamente poderia “saciar a sede que o devorava, tendo o soldado por único mantimento, a carne.”²⁸² Alcançara em inícios de março o Passo de S. Lourenço, onde estabelecera um acampamento fortificado²⁸³. Lá foram abastecidos “por uma porção de víveres, qual inesperada chuva de *maná*”²⁸⁴, bem como de “algum dinheiro com que se satisfizesse alguns meses da enorme dívida”²⁸⁵.

Também em S. Lourenço iniciara-se a distribuição dos corpos pela Província para sustar possíveis investidas do inimigo e preparar aquartelamento de inverno, sendo o 13º Batalhão enviado para Rio Grande, ficando o Esquadrão imóvel²⁸⁶. Barbacena abandonara S. Lourenço em 5 de junho, para conferenciar com o Imperador, pensando ainda em regressar com reforços para concluir a campanha. Em seu lugar ficara provisoriamente o Marechal Brown²⁸⁷. Porém, fora dispensado o Marquês do comando em 18 de agosto, sendo nomeado em seu lugar novamente Lecor, o inepto Visconde de Laguna²⁸⁸.

Muito mais enérgico e agressivo que os outros comandantes do Exército, Brown reunira os efetivos dispersos até setembro na região do Jaguarão visando abrir nova campanha contra os platinos, na qual contaria com reforços²⁸⁹.

Com efeito, após ter notícias da derrota de Passo do Rosário, decidiu o Governo Imperial remeter reforços para o teatro da guerra, entre eles o 14º Batalhão de Caçadores, que embarcara em julho rumo a Santa Catarina. Reunira-se ao Exército no Serrito de Jaguarão em 10 de dezembro²⁹⁰. Antes, em setembro, deixara

²⁸⁰ TESTEMUNHA OCULAR, Contribuições para a guerra..., p. 245. TITÁRA, Memórias do grande Exército Aliado..., p. 141. WIEDERSPAHN, op. cit., p. 273.

²⁸¹ TESTEMUNHA OCULAR, op. cit., p. 235-6.

²⁸² Ibid., p. 247.

²⁸³ WIEDERSPAHN, op. cit., p. 272.

²⁸⁴ SEIDLER, op. cit., p. 109. O grifo não é nosso. Seidler alude às “mais loucas orgias” no acampamento, onde “cachaça era o nosso vinho, e negras faziam o papel de baiaderas.”

²⁸⁵ LIMA E SILVA, op. cit., p. 119.

²⁸⁶ Ibid, passim.

²⁸⁷ Ibid., p. 126-7.

²⁸⁸ Ibid., pp. 134-5.

²⁸⁹ Seidler, op. cit., p. 149-50. LIMA E SILVA, op. cit., p. 132-6.

²⁹⁰ LIMA E SILVA, op. cit., p. 134.

Montevideu o 7º de Artilharia, sendo destacado para guarnecer a vila do Rio Grande, tendo como novo comandante o Ten.-Cel. Pedro Luís de Menezes²⁹¹.

Em Serrito e arredores ficaram as forças imperiais postas nos povoados ou em acampamentos, alguns deles compostos de

más barracas, que os ingleses haviam vendido a preço excessivo ao governo brasileiro. Dentro delas o calor era irresistível [...] além disso a chuva, que aqui costuma cair em gotas grossas, batia tão violentamente nas finas paredes esticadas da barraca que dentro [...] ficava-se tão molhado como ao tempo, e a menor rajada de vento derrubava fatalmente toda aquela preciosidade, de modo que não era mais necessário fazer cálculos sobre a rotação da terra²⁹².

De qualquer sorte, ao menos fora pago ao Exército alguns meses de soldo atrasado e as rações eram fornecidas por completo, melhorando o moral das tropas²⁹³. Ainda assim, mesmo com a melhora no abastecimento ocorriam muitas deserções. Seidler assinala que “as doenças e deserções tinham levado grande parte do nosso pessoal”²⁹⁴. Contra as deserções tentara Brown impor séria disciplina, mandando aplicar 800 pancadas a quem se afastasse por mais de 24 hs. do seu quartel, castigo a que poucos sobreviviam²⁹⁵. Este número provavelmente era menor, posto que a Portaria de 3 de setembro de 1825 previa punição de 60 chibatadas pela primeira deserção e 100 pela segunda²⁹⁶. Da mesma forma parece subestimado este número em relação ao que se praticava (ao menos por Brown, rigoroso comandante que era) sendo entre 400 e 600 chibatadas o número exposto pelo autor de *Contribuições...*²⁹⁷.

Ainda quando comandava Rosado, segundo a mesma fonte, liam-se todos os sábados aos soldados um dos artigos do código militar do Conde de Lippe, que previa fuzilamento para quem dormisse, desertasse ou arruinasse o armamento, levando o autor a arrematar que “se houvesse de fuzilar os que dormiam em seus postos, os desertores, os que não só estragavam as armas, mas até as vendiam, em pouco tempo teria acabado o exército, não havendo mais quem combatesse o inimigo”²⁹⁸.

²⁹¹ LIMA E SILVA, Guerra com as Províncias Unidas..., passim.

²⁹² SEIDLER, dez anos no Brasil..., p. 157.

²⁹³ Ibid, p. 155.

²⁹⁴ Ibid, p. 150.

²⁹⁵ Idem.

²⁹⁶ Nota 92 de Paula Cidade à obra de SEIDLER, op. cit., p. 150.

²⁹⁷ TESTEMUNHA OCULAR, op. cit., p. 266.

²⁹⁸ Ibid, p. 176.

Lecor, muito menos severo que Brown, tendo chegado em novembro à Província, retardando assumir o comando pela sua morosidade costumeira, “achava melhor considerar os desertores como extraviados, publicando novo indulto”²⁹⁹. Assumira o Visconde Laguna apenas em 22 de janeiro o comando do Exército, que desde o dia sete já se tinha posto em marcha, dando início à nova campanha³⁰⁰. Fora seu comando o mais ruinoso possível, pela sua complacência para com os desertores, o pouco zelo com o abastecimento e a sua inatividade.

Da sua lassidão quanto à disciplina decorriam prejuízos com as deserções: “uniforme, armas, cavalo, tudo levavam, de modo que resultava grande dano para o nosso exército já em penúria”³⁰¹. A venda destes gêneros deve ter tomado consideráveis proporções, pois a ordem do dia de 28 de janeiro de 1828 advertia que os “vivandeiros” compradores de tais apetrechos seriam punidos “na forma da Lei” e lhes seria “vedada a licença de entrarem em campo”³⁰².

Entre fevereiro e março esteve o Exército ora realizando pequenas marchas, ora acampado por dias, inativo. A situação do Exército republicano não permitira grandes batalhas ou ofensivas arriscadas: “estava desfalcado, não tinha tido refôrço algum, estava abalada sua moralidade”³⁰³. Com efeito, as circunstâncias das Províncias Unidas impediam que renovassem suas forças após a batalha de 20 de fevereiro de 1827, pois haviam “atingido o limite da própria capacidade operativa”³⁰⁴. Tanto é que, mesmo vencendo em Passo do Rosário, intentaram uma primeira negociação de paz (maio), que fracassou. Alvear, desacreditado após suas explicações quanto à campanha sem desfecho, demitira-se do comando em 13 de junho do mesmo ano, tendo posteriormente Lavalleja assumido a chefia do Exército platino³⁰⁵.

O novo comandante empreendeu uma invasão do Rio Grande de São Pedro com destacamentos de cavalaria contando entre 4.000 e 6.000 homens, porém evitava uma outra batalha campal, dada a superioridade numérica brasileira.³⁰⁶ Em 20 de fevereiro, aniversário de Passo do Rosário, Lavalleja apareceu com cerca de 2.500³⁰⁷ cavaleiros

²⁹⁹ TESTEMUNHA OCULAR, p. 268.

³⁰⁰ LIMA E SILVA, op. cit., p. 146.

³⁰¹ SEIDLER, op. cit., p. 176.

³⁰² LIMA E SILVA, op. cit., p. 150.

³⁰³ Ibid., p. 140

³⁰⁴ WIEDERSPAHN, Campanha de Ituzaingô..., p. 301.

³⁰⁵ Ibid., p. 310.

³⁰⁶ TESTEMUNHA OCULAR, op. cit., p. 275.

³⁰⁷ Nota 172 de Docca. In: LIMA E SILVA, op. cit., p. 359.

diante do Exército do Sul, dispostos em extensa linha, recuando, após certo tiroteio, assim que marcharam batalhões de infantaria imperial³⁰⁸. Esta seria a tônica da maioria dos combates de 1828: os platinos, bem montados, ficavam circundando o contingente brasileiro, com suas guerrilhas, assassinando as sentinelas e cortando o fornecimento do Exército, retirando-se sempre que marchava a infantaria³⁰⁹. Lograram êxitos em seus intentos de minar o abastecimento brasileiro. Em janeiro a situação dos soldados imperiais começava a deteriorar:

A maioria dos transportes a nós destinados eram apresados e os destacamentos que os escoltavam eram aniquilados; até os comerciantes que nos haviam acompanhado com os seus carros de bois se afastavam e não voltavam³¹⁰.

Um mês depois:

as nossas provisões estavam inteiramente consumidas. Nada mais nos era fornecido, senão diariamente duas libras de má carne magra, que ingerida sem sal e sem pão, só podia exacerbar a nossa fome, acrescida pelos inúmeros sacrifícios. Nessa extremidade, e crescendo que muita vez parte da minguada ração era de ossos, soldados iam apanhar pêssegos verdes na vizinhança e os cozinhavam em água pura. Semelhante “desaperto” era punido com duzentas varadas. [...] Cada dia crescia a miséria, nossos soldados matavam todos os cães que ainda apareciam no acampamento e os comiam como petisco, pois pelo menos tinham muito mais gordura e força do que os cansados bois magros³¹¹.

Tal era a carência alimentar dos infortunados baianos que tiveram a infelicidade de serem destacados para tão inglória campanha. Soldos? Deixemos a cargo de Lima e Silva, patriota insuspeito, que também partilhara da penúria reinante no Exército do Sul, o comentário sobre este ponto:

Em ordem do dia 16 de março se declarou que os corpos passariam mostra e finda a mesma se pagaria aos oficiais um mês de sôldo e aos soldados 10 dias! Por aqui se pode avaliar a escassez de dinheiro no exército, pois só mandava pagar 10 dias de sôldo aos soldados, quando se lhes devia muitos meses, e por êste fato se julgará da incúria dos que nos governavam, sacrificando um exército em uma campanha a privações de todo o gênero e até da falta de pagamentos. Falta esta que continuou durante todo o resto da campanha até muito

³⁰⁸ SEIDLER, op. cit., p. 166.

³⁰⁹ LIMA E SILVA, op. cit., pp. 151-2; SEIDLER, op. cit., pp. 164-6.

³¹⁰ SEIDLER, op. cit., p. 164.

³¹¹ Ibid., p. 166-7.

depois da paz, retirando-se, em 1829, alguns corpos de caçadores para a Côrte, com 18 meses de dívidas de soldos³¹²!

Carl Seidler, tratando da falta quase absoluta de pagamento de soldos, acusa o Visconde de Laguna pelo desvio deste para outros fins, qual seja o de subornar a Frutuoso Rivera, que em abril passou a operar por conta própria, invadindo a região de Missões³¹³. Estava Rivera à revelia do comando republicano, procurando se fortalecer, saquear e arrebanhar gado para si e para os que a ele se juntaram, muitos dos quais milicianos brasileiros³¹⁴. Vejamos a acusação de Seidler:

O general Lecor que [...] era de opinião que o exército inimigo devia ser batido pelo suborno muito mais que pela espada, mandava àquele dúbio Cuntactor todo o dinheiro que se destinava ao pagamento do soldo do exército brasileiro, esperando assim conquistar a amizade, quem sabe o auxílio de Rivera³¹⁵.

É provável que tal insinuação não passasse de boato espalhado entre as tropas estrangeiras, como acredita Paula Cidade³¹⁶. Contudo, a biografia dos envolvidos deixa brecha para tais desconfianças. Rivera já tinha desertado das hostes artiguistas e se debandado para o lado português, por influência dos subornos de Lecor. Quando do início da sublevação oriental, em 1825, repetira sua conduta, desertando do Exército brasileiro. Poderia ter em mente recair em igual procedimento, posto que Lavalleja enviara forças para batê-lo³¹⁷. Quanto a Lecor, seus atos como Capitão-General da Banda Oriental, depois Cisplatina, estavam pautados largamente por subornos de toda sorte: “mais comprou dedicações, do que combateu. Não foi um *cunctator*, sim uma caderneta de cheques”³¹⁸. Dado o desejo de evitar entrar numa batalha, poderia Lecor ter ensaiado nova adesão de Rivera. Souza Docca se refere ao Visconde de Laguna como “o general dos paliativos”³¹⁹. O autor de *Contribuições...*, afirma que o “decrépito visconde” só pensava em seu sistema de defensiva³²⁰. Aos que, como Brown,

³¹² LIMA E SILVA, op. cit., p. 153.

³¹³ SEIDLER, op. cit., pp. 167-70.

³¹⁴ LIMA E SILVA, op. cit., 157-60. Ver também notas 176 e 178 de S. Docca, pp. 360-1.

³¹⁵ SEIDLER, op. cit., p. 169.

³¹⁶ Ibid., p. 167.

³¹⁷ LIMA E SILVA, op. cit., p. 158.

³¹⁸ CALÓGERAS, A política exterior do Império..., p. 424. Grifo do autor.

³¹⁹ LIMA E SILVA, op. cit., p. 360.

³²⁰ TESTEMUNHA OCULAR, Contribuições para a guerra..., p. 274.

questionavam sua inação, respondia calmamente: “Ninguém conhece as instruções que tenho”³²¹.

Devia, de fato, ter Lecor instruções do Governo Imperial para esvair-se de combates, haja vista que estavam sendo encetadas negociações que desembocariam na Convenção de 27 de agosto de 1828³²². A tal se deve as poucas ações empreendidas pelo General-em-Chefe. As mais importantes delas tiveram participação de corpos baianos. Em abril fora destacado o 13º com outros corpos para obstar uma tentativa platina de saquear Rio Grande, o que lograram êxito³²³. No mesmo mês, teve ainda lugar uma investida para desalojar os republicanos que observavam os movimentos brasileiros do outro lado das margens do Jaguarão. Comandados pelo Marechal Brown, marcharam o 14º, 27º e 18º batalhões de caçadores, bem como alguma cavalaria, surpreendendo dois acampamentos inimigos, que bateram em debandada, caindo 20 prisioneiros e 3.000 cavalos e um tanto de gado em poder dos imperiais³²⁴.

Foram estas as últimas ações da guerra iniciada três anos antes. Estava o Exército acampado desde 21 de junho no arroio do Bote, exposto aos rigores do inverno, quando um mês depois chegara uma partida inimiga com um parlamentar e um secretário da legação inglesa dando notícias que se entabulariam futuras negociações, suspendendo desta forma as hostilidades. Deveria então iniciar o Exército a retirada na mais penosa de suas marchas, dia 28 de julho³²⁵. Antes, ficaram acampados os brasileiros no arroio do Bote 34 dias. Seidler traçou um quadro desalentador sobre este período, onde o desespero começara a tomar conta da soldadesca:

Quase diariamente ouvíamos diversas vezes tiros atrás do acampamento e antes que se investigasse da origem, todos afirmavam de antemão que mais um alemão se suicidara. Os brasileiros, para quem a vida nesse acampamento era tão insuportável como para nós, [...] preferiam desertar aos magotes, seja para se recolherem a suas casas, seja para se bandearem, caso este no qual pelo menos não tinham a recear da morrer vergonhosamente de fome, miséria e despotismo. [...] Destarte, o exército foi-se derretendo tanto que o visconde acabou por se assustar [...] os homens deveras não podiam viver com as miseráveis rações que lhes eram distribuídas, por isso tinham que se resolver a se arranjar com carne de cachorro e de cavalo [...] razão por que não havia mais cão seguro de sua vida, se

³²¹ TESTEMUNHA OCULAR, op. cit., passim.

³²² LIMA E SILVA, Guerra com as Províncias Unidas..., p. 160.

³²³ Ibid., p. 154-5.

³²⁴ SEIDLER, Dez anos no Brasil..., p. 171-2; LIMA E SILVA, op. cit., p. 161 e 364-5.

³²⁵ LIMA E SILVA, op. cit., p. 161-3.

bem que os pobres animais tão fielmente até agora nos tivessem acompanhado e não raro nos tivessem sido muito úteis.

Além da fome, começou a nos flagelar também o frio nesta estação. [...] Muito mais sofriam naturalmente as tropas das províncias setentrionais do Brasil, entre as quais predominavam pernambucanos e baianos, e ficavam espantados de ver como o frio podia transformar a água em corpo sólido. [...] Contudo as tropas tinham que formar desde as duas ou três horas da madrugada até as nove ou dez, quase sem roupa, porque o medroso visconde temia nessas horas uma surpresa dos argentinos. Como seria possível que o exército com semelhante tratamento estivesse satisfeito? Como pensar em impedir deserções e suicídios?³²⁶

Difícil contrastar as ponderações do alemão. As deserções nesta última etapa da campanha se avolumaram, espalhando pela Província inúmeros criminosos, posto que o caráter correcional do serviço militar coalhasse as fileiras de “vagabundos” e bandidos dos mais variados matizes:

O número de desertores elevou-se em um mês a 200 homens, e os chefes dos distritos em vão se queixavam de seus atos de violência que não podiam impedir devido à grande quantidade desses malfeitores³²⁷.

A marcha de retirada fora executada sob maiores sofrimentos que os encontrados no acampamento do Bote. Chovera muito nos oito primeiros dias de deslocamento³²⁸. Tinha que vencer o Exército o atoleiro em que se fazia a caminhada, tendo a artilharia e a boiada dificuldades para progredir. Fogo para se aquecer ou assar a carne raramente conseguira-se fazer. Como fazer churrasco em tais circunstâncias? O jeito era comer a magra carne crua mesmo³²⁹. O rigor do inverno flagelava os úmidos soldados, quando “dia a dia aumentava o frio, a tal ponto que os soldados, especialmente os pernambucanos e baianos, despertados de um sono letárgico, tão endurecidos se sentiam que eram incapazes de sem ajuda erguerem-se do chão molhado”³³⁰.

Lima e Silva atesta severidade do inverno de 1828:

³²⁶ SEIDLER, op. cit., p. 175-7.

³²⁷ TESTEMUNHA OCULAR, op. cit., p. 279.

³²⁸ SEIDLER, op. cit., p. 198. Lima e Silva também se refere às chuvas, tendo no mais confirmado também a penúria por que passaram os brasileiros. LIMA E SILVA, op. cit., p. 166-8.

³²⁹ SEIDLER, idem.

³³⁰ Ibid., passim.

Morriam diariamente dezenas de cavalos e bois e até soldados transidos e frio, como a muitos sucedeu. Os contemporâneos daquela época só lembram de um inverno igual em 1811, que se fêz notável pelo excessivo frio³³¹.

Após ter cessado a chuva no nono dia de marcha, esta não tardaria a voltar, agora acompanhada do granizo num temporal que fizera os brasileiros gritarem de dor, exclamando “*que diabo de chuva de pedras*”³³². Grandes foram as perdas em cavalaria e reses, assim como em homens, “principalmente dos batalhões recrutados em Pernambuco, Bahia e Ceará”³³³. A marcha fora tão penosa e mortificante que Paula Cidade afirma ter ficado conhecida como “outra Moscou”, em alusão à desastrosa retirada francesa da Rússia durante as guerras napoleônicas³³⁴.

Finalmente, após tantos sofrimentos alcançara o Exército, em 21 de agosto, a freguesia de Piratini, onde passara o restante do inverno³³⁵. Em sua entrada, contemplaram os moradores “estupefatos e horrorizados” o estado dos trajés das praças “esfarrapados, mal cobriam a nudez dos soldados; até entre oficiais muitos tinham perdido a sola dos sapatos”³³⁶. Teve a infantaria que logo construir seus abarracamentos, onde ficaria mal agasalhada do frio inverno do Sul³³⁷.

Em 21 de outubro chegara a Piratini a notícia da conclusão e ratificação do tratado que pôs termo à Guerra, que muito sangue e sofrimento custaram aos baianos. A alegria fora geral entre a soldadesca³³⁸.

3.4 O pós-guerra

Enganaram-se os baianos que sonharam voltar imediatamente para sua terra e o seio de suas famílias, após finda a luta no Sul. Começaram os corpos situados em

³³¹ LIMA E SILVA, op. cit., p. 167.

³³² SEIDLER, op. cit., p. 199.

³³³ Ibid., passim.

³³⁴ Ibid., p. 198.

³³⁵ LIMA E SILVA, op. cit., p. 168.

³³⁶ SEIDLER, op. cit., p. 200.

³³⁷ LIMA E SILVA, op. cit., p. 168.

³³⁸ Ibid., p. 174.

Piratini a serem dispersos pela Província de São Pedro, sendo que alguns voltaram para as suas, principalmente os da Corte, não tendo os baianos a mesma sorte³³⁹. Em dezembro tinham todos deixado aquela freguesia. O Quartel-General fora transferido para S. Francisco de Paula, para onde marchara o 14º Batalhão, tendo o 13º guarnecido Porto Alegre³⁴⁰. Não temos certeza quanto ao destino imediato do Esquadrão, porém ao que tudo indica, passou também por S. Francisco de Paula. Em outubro de 1829 encontrava-se na Corte³⁴¹. Seria o primeiro a voltar para a Bahia, somente em princípios de 1830. Chegara completamente esvaziado, sendo preciso que se recrutasse 80 homens para se alcançar metade de seu efetivo (de um total de 225!), que se juntariam aos “officiaes, inferiores, e os poucos soldados existentes”³⁴².

Situação idêntica de vazio passavam os 7º de Artilharia e 6º dita Montada. Suas forças estavam divididas (segundo pudemos coligir) entre Montevideu e Rio Grande. Em fins de 1828, iniciara-se a evacuação de Montevideu (menos os 1.500 previstos na Convenção), sendo generalizadas as deserções dos que ficaram, segundo o Governador da Praça, Marechal de Campo Manuel Jorge Rodrigues:

se continua a deserção muito vai a diminuir o número dos 1.500 homens; apesar das precauções que se tem tomado, atrebuindo-se a motivos bem opostos tanta deserção, huns porque não querem deixar a Província, outros porque não querem demorar-se mais tempo nella, e finalmente porque não querem mais servir³⁴³.

Entre os desertores contavam-se baianos, pois “dos corpos 6º da Artilharia Montada e 7º de Posição que se achão nesta praça ha 5 para 6 mezes tambem desertarão alguns na ocasião do embarque”³⁴⁴. O mesmo Marechal Rodrigues, nomeado Governador das Armas do Rio Grande de São Pedro em 14 de março de 1829³⁴⁵, dera notícias sobre os 6º e 7º, estando ambos situados em Rio Pardo, constando no 6º apenas nove soldados³⁴⁶. Sobre a deserção nos corpos arrematou:

³³⁹ LIMA E SILVA, op. cit., p. 176-80.

³⁴⁰ SEIDLER, op. cit., p. 217.

³⁴¹ APEB. Seção Colonial e Provincial. Quartel General do Comando das Armas-1829. Maço 3369.

³⁴² APEB. Seção Colonial e Provincial. Quartel General do Comando das Armas-1830. Maço 3371.

³⁴³ BN. Seção de Manuscritos. Documentos sobre a Cisplatina. 19-3-30.

³⁴⁴ Idem.

³⁴⁵ Lecór deixara anteriormente, em 4 de fevereiro, o comando do Exército, assumindo o Marechal Sebatião Barreto Pereira Pinto, sendo que na data de nomeação de Rodrigues para Governador das Armas o comando em chefe fora extinto. LIMA E SILVA, op. cit., pp. 178-81.

³⁴⁶ BN. Seção de Manuscritos. Documentos sobre a Cisplatina. 19-3-30.

o Imperial Indulto não aproveita a decima parte dos desertores por terem mais de 2ª deserção, alguns ate 12ª: estes homens vagando pelos matos, cauzão grande prejuizo aos fazendeiros, e a cada vez mais se familiarizão com a vida selvagem³⁴⁷.

Em outro officio expôs a situação extrema dos corpos de artilharia: “os corpos ficão em esqueleto, os que já não estão: o 6º de Artilharia Montada, e 7º de Posição reduzem-se a nada”³⁴⁸. Estes os efeitos da complacência de Lecor no comando, bem como da miséria que grassava no Exército. Inexplicável o motivo de se aceitar novamente um indivíduo que já tinha onze vezes desertado! Só mesmo para permitir a 12ª...

Em S. Francisco de Paula, como dito, o Visconde de Laguna fixara seu Quartel-General em dezembro de 1828. No Natal veria Lecor o resultado das penúrias por que fizera passar os soldados sob seu comando. O 27º Batalhão de Caçadores, desobedecendo a ordem de participar da parada geral e missa do dia 25, encontrava-se formado no quartel, porém desarmado³⁴⁹. Diziam os alemães que “nenhum dos soldados retomará as armas sem que primeiro lhe paguem pelo menos dois ou três meses de soldo atrasado”³⁵⁰. Lecor entabulou conversações, exigia o fim da insubordinação, porém os mercenários estavam irredutíveis, queriam o pagamento dos 18 meses devidos. Tiveram que se contentar com apenas um mês pago, voltando à ordem sem maiores tumultos³⁵¹.

Os considerados como cabeças da revolta (cerca de 40) foram encaminhados para Porto Alegre, sendo aí incorporados ao 13º Batalhão, considerado por Seidler como um “corpo correcional”³⁵². Não tardariam a contaminar os baianos com o exemplo de sua revolta. Em 20 de junho de 1829 sublevara-se o Batalhão, pelo mesmo motivo da anterior, ou seja, grande atraso nos soldos, sendo, entretanto contidos pela argúcia e a energia do Governador das Armas³⁵³. Ficaria o 13º na Província até 1831³⁵⁴.

³⁴⁷ Idem.

³⁴⁸ Idem.

³⁴⁹ LIMA E SILVA, Guerra com as Províncias Unidas..., p. 177.

³⁵⁰ SEIDLER, op. cit., p. 215.

³⁵¹ LIMA E SILVA, op. cit., pp. 179-80. Seidler afirma que foram dois os meses soldos pagos. SEIDLER, Dez anos no Brasil..., p. 215.

³⁵² SEIDLER, op. cit., p. 217.

³⁵³ WIEDERSPAHN, Campanha de Ituzaingô..., p. 304.

³⁵⁴ LIMA E SILVA, op. cit., p. 180.

O 14º Batalhão, após deixar S. Francisco de Paula entre fevereiro e março de 1829, partira para a cidade do Desterro, Santa Catarina³⁵⁵. Ali se juntou a outros corpos, destacados estrategicamente numa posição intermediária entre o Sul e a Corte, facilitando movimentos tanto em caso de reinício das hostilidades, como de ameaça interna ao poder imperial³⁵⁶. Havia seis batalhões de caçadores no Desterro e arredores³⁵⁷. Até 1830, somente o Esquadrão de Água de Meninos conseguira retornar à terra natal³⁵⁸.

Enquanto que os baianos continuavam distantes do lar, corpos de outras províncias, que também participaram da guerra nos campos do Sul, chegavam à Bahia entre 1829 e 1830. Foram eles: 2º e 5º batalhões de caçadores (RJ), 20º dito (Piauí) e o 5º. Corpo de Artilharia de Posição (Montevideu)³⁵⁹.

Porém não foram os baianos que ficaram nas guarnições meridionais do Brasil os mais infortunados dentre todos os atingidos pelo conflito. Um contingente de brasileiros aparentemente estava em pior situação: os que por desgraça caíram nas mãos dos corsários, e alguns dos que residiam em Buenos Aires.

Denunciava, em junho de 1829, o Cônsul Brasileiro em Buenos Aires, José Agostinho Barboza Jr., os abusos dos corsários a serviço da República:

Tenho sabido, que aqui existem alguns, marinheiros e soldados livres, que forão prisioneiros da Guerra passada, os quaes á sua chegada a esta cidade, forão vendidos pelos corsaristas como escravos, e como taes estão servindo. Tenho tenção de os reclamar logo que me apresente, pois alguns ja me requererão isso, mas como poderei achar alguma opozição da parte, ou do Governo, ou dos senhores a quem estão servindo, rogo a V. Ex. haja de me determinar o que deverei fazer em semelhantes cazos³⁶⁰.

Que contraste entre o discurso de libertação contra a tirania imperial e a escravidão, difundido por Alvear em sua Proclamação aos brasileiros ou pelos periódicos platinos, e a realidade em Buenos Aires!³⁶¹ Ademais, a venda de escravos tomados pelos corsários era expressamente proibida por decreto do Governo portenho,

³⁵⁵ Idem.

³⁵⁶ FRANCO, Um soldado do reino e do império..., p. 91.

³⁵⁷ SEIDLER, op. cit., p. 245.

³⁵⁸ APEB. Seção Colonial e Provincial. Quartel General do Comando das Armas-1830. Maço 3371.

³⁵⁹ Idem.

³⁶⁰ AHI. Repartições Consulares Brasileiras. Buenos Aires-1829-1832. 241-4-04.

³⁶¹ LIMA E SILVA, op. cit., pp. 68-70. Sobre a imprensa ver PIMENTA, João Paulo G., Estado e Nação..., p.238.

sendo que os aptos ao serviço militar seriam engajados por apenas quatro anos³⁶². O que dizer então de prisioneiros, não sendo estes escravos?

Outros brasileiros também padeceram pelas arbitrariedades da guerra civil por qual passavam as Províncias Unidas. Na luta fratricida pelo poder, Unitários e Federais recrutaram à força até estrangeiros:

Como V. Ex. me recomenda, nas minhas instruções, que me limite somente ao meu emprego consular, para não me comprometer, com algumas questões políticas, parece-me que na crise atual seria impossível o apresentar-me, a este Governo, sem que elles tomassem tal apresentação, como um acto de reconhecimento do seu Governo, o que elles naturalmente fariam logo publicar, para indispor os partidistas de Lopez, contra alguns brasileiros a quem elles tem obrigado a pegar em armas, e aos quaes na crise actual, eu nada poderia fazer, para os eximir do serviço, pois que os consuls das outras não o tem podido fazer, a até tem recebido respostas insultantes. [...] Como as guerras civis são aqui continuadas, seria de grande serviço se V. Ex., nas suas communicações, com este Governo, visse se podia conseguir, que elles cumprissem sua Lei [...] que elles decretarão [...] em 17 de dezembro de 1823, em que, eximirão a todos os estrangeiros a pegar em armas [...] e da qual elles presentemente não querem fazer caso³⁶³.

Flagrante desrespeito com as próprias leis tiveram os republicanos. Porém, como visto anteriormente, a conduta brasileira quanto aos marinheiros estrangeiros não era muito diferente. A obrigação de servir deve ter sido mais odiosa entre os que de fato eram prisioneiros da guerra, pois representaram ao Cônsul “repetidas vezes varios prisioneiros brasileiros, que os estavam obrigando, a servir nos corpos de linha”³⁶⁴. Situação surreal esta. Saídos do Brasil, onde combatiam os platinos, agora se arriscavam a morrer pelos mesmos!

Conseguiu Barboza Jr. que os prisioneiros fossem sendo entregues, entretanto, “alguns tem me pedido para ficar, e como tem dividas que ajustar, não lhes tenho posto embarço”³⁶⁵. Alguns, pelo dito, preferiram continuar vivendo em Buenos Aires (não creio que fosse para pagar as dívidas...), seguindo uma tradição, aliás antiquíssima, como o fizeram os lusos desde o século XVI.

³⁶² VASCONCELOS, Everaldo. Aventureiros no Brasil. Notas – Corsários de Artigas. **Revista Marítima Brasileira**, jan/fev/mar. de 1949. p. 648-52. p. 650.

³⁶³ AHI. Repartições Consulares Brasileiras. Buenos Aires-1829-1832. 244-4-04.

³⁶⁴ Idem.

³⁶⁵ Idem.

Não encontramos referências aos baianos em Buenos Aires (não havia como, pelas fontes consultadas) na pesquisa, contudo há possibilidade tanto de terem sido vendidos como escravos, como feitos prisioneiros, dado que na expedição à Patagônia a corveta Itaparica era tripulada em parte por baianos quando fora tomada pelos corsários. Quanto aos prisioneiros, o considerável contingente baiano na guerra faz com que haja probabilidade de terem ficado em tal situação.

Por fim temos a questão de como ficaram os baianos depois de tantas privações e sofrimentos a que estiveram expostos o contingente deles destacados. Avaliamos em mais de 2.000 os que deixaram a Bahia para penar nos campos da região platina³⁶⁶. Bom número deles desertaram para voltar para o Norte ou então tentar a vida pelo Sul mesmo. Outro tanto não teve a mesma sorte, perecendo de doenças ou em combate.

Para as famílias dos mortos na guerra de independência era assegurado, por Decreto de 4 de dezembro de 1822, uma pensão de meio soldo, o que foi alterado dois anos depois, passando as dos oficiais inferiores e soldados a receberem por inteiro³⁶⁷. Muito pouco, dado o reduzido valor pago aos soldados.

Os militares que retornavam, na maioria pobres, e tendo por tantos anos prestado serviço, poderiam passar por problemas para conseguir outras ocupações depois de dispensados. Em uma súplica ao Imperador temos uma síntese do que fora a vida de militar na Bahia durante o 1º Reinado e a Regência:

Felisberto Gomes de Argolo Ferrão assentou praça no Exército Pacificador; fez a campanha da Independência na idade de 14 anos no Batalhão 14º de 1ª Linha; em 1825 pela revolta das tropas e assassinato do Comandante das Armas Felisberto Gomes Caldeira acompanhou o Batalhão para o Recôncavo, não seguindo os movimentos sediciosos que se manifestarão em certos corpos nesta Capital. Em 1827 seguiu para o Rio Grande do Sul com o Batalhão, onde fez a campanha, e d'ali voltou em novembro de 1829 depois da paz celebrada em 1828. estando nesta Província serviu como Ajudante D'ordens do Visconde de Pirajá, depois do Brigadeiro Antonio José de Britto em 1831, época esta que bastantes serviços prestou, sendo até nomeado Capitão do Corpo de Municipaes Permanentes, onde serviu até 1837; neste mesmo anno tendo apparecido os movimentos sediciosos seguiu para Pirajá, onde serviu as ordens do Marechal João Chisostomo Callado; entrou nesta Cidade com o Exército em 13 de abril de 1838; servindo depois as ordens d'aquelle General, e para esta occasiao foi promovido a Tenente, sendo neste posto reformado [...] pelo seu estado de saude e robustez.

³⁶⁶ Impossível nos foi coligir os números exatos, pois maços imprescindíveis para tal estavam em restauração quando executamos a pesquisa.

³⁶⁷ APEB. Seção Colonial e Provincial. Avisos Ministeriais. Maços 754 e 754-1.

Foi cazado, teve nove filhos [...] Pede a S. M. Imperial que, attendendo a seos serviços, lhe dê um emprego, onde melhor possa ter os meios necessarios para a educação de seos filhos³⁶⁸.

Note-se que o dito Felisberto fora ainda um privilegiado, pois conseguira fazer carreira, galgando postos. Aos analfabetos soldados isto seria quase impossível. Devem ter passado por maiores dificuldades.

Bem diferente a situação dos oficiais estrangeiros que serviram ao Império. Ao Capitão de Mar e Guerra James Norton, por exemplo, fora concedida “huma pensão annual, e vitalicia de oitocentos mil réis, que deverá ser paga aos mezes juntamente com o seu soldo”³⁶⁹.

Desta forma D. Pedro I valorizava os serviços de mercenários, enquanto que ficavam os brasileiros à mingua depois de tantos esforços e serviços prestados em seu nome. O sangue baiano derramado pelo Imperador, que não garantira o mínimo de condições decentes para os soldados no Sul, não haveria de ser recompensado. Ademais, lutara-se em vão para a manutenção de um território que não tinha por direito o Império a pretender, sendo somente por capricho do monarca em preservar sua honra que pereceram os filhos da Província da Bahia.

³⁶⁸ APEB. Seção Colonial e Provincial. Correspondência ao Imperador-s/d. Maço 639.

³⁶⁹ BRASIL, Collecção de Decretos..., p. 108.

CONCLUSÃO

As relações entre a Bahia e a Região Platina estiveram presentes desde o início do processo de configuração dos seus espaços regionais. Enquadradas dentro do sistema colonial, tiveram como principal vínculo no período de dominação ibérica na América o contrabando. Com a derrocada dos impérios coloniais e conseqüente nascimento dos Estados nacionais sul-americanos, continuaram ambas as regiões entrelaçadas, não somente por questões econômicas, como também sócio-políticas e militares.

Fora neste cenário de formação das nacionalidades que se insere a Guerra Cisplatina. Tivera ela repercussões de longo prazo para os países envolvidos. Entre suas conseqüências temos o surgimento do Uruguai como Estado autônomo e o início de um processo de disputa entre as Repúblicas Unidas – depois Argentina – e o Império pela hegemonia na região sul-americana. Tendo em vista a impopularidade do conflito e a oposição dos elementos políticos contrários ao Governo de D. Pedro I, contribuíra para sua derrocada. Souberam bem explorar os opositores do Imperador as derrotas brasileiras em campos e rios platinos, bem como a penúria do Tesouro Público e a ojeriza ao recrutamento.

Fora o recrutamento um dos fatores principais de descontentamento popular frente aos ditames governamentais durante o Primeiro Reinado. A forma de execução deste pelas autoridades responsáveis, permeada de abusos e patronatos, descortina ao pesquisador a estrutura social de poder da Bahia oitocentista. A situação de marginalização de grande parte dos baianos é revelada tendo em vista serem os desprestigiados os alvos primordiais do recrutamento. Estes resistiram da maneira que lhes era possível à obrigatoriedade de prestar serviço militar. Natural que assim o fosse, dadas as condições de vida nos quartéis ou nos navios de guerra.

Não obstante, a Província arrebanhava recrutas e os remetia ao teatro da Guerra para que sofressem os rigores do frio, da fome ou dos combates. Muitos não suportaram as condições da campanha e pereceram em decorrência das doenças ou da luta. Estas, somadas

às levadas de desertores, que intentavam fugir do desespero dos acampamentos ou das marchas, provocaram a míngua dos corpos do Exército Imperial a ponto de ao findar-se o conflito estarem estes reduzidos a quase nada.

Os baianos participaram em considerável número da Guerra em que entrara o Brasil para manter unida uma Província que nunca a ele deveria ter pertencido e defender a honra do Imperador. Por sua causa, pelejaram em vão milhares de brasileiros de diversas partes do país, tirados de seus lares e famílias, sendo que não pequeno número não voltaria a vê-las.

Estudar a relação da Bahia com o Prata permite um olhar diferenciado daquele que procura tratar as partes da América Latina – espanhola e portuguesa – como entidades distantes e completamente separadas. É no exame da interconexão entre regiões destas duas Américas que surge a possibilidade de construção de um saber histórico que englobe a totalidade da experiência latino-americana através dos séculos.

FONTES

FONTES MANUSCRITAS

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

Seção Colonial e Provincial

Maços	Denominação	Período
639	Correspondência ao Imperador	s/data
640	Correspondência ao Imperador	s/data
641	Correspondência ao Imperador	1823/1826
642	Correspondência ao Imperador	1826
643	Correspondência ao Imperador	1826
644	Correspondência ao Imperador	1826
645	Correspondência ao Imperador	1827/1857
676	Registro de Correspondência para o Governo Imperial	1825/1826
677	Registro de Correspondência para o Governo Imperial	1827
678	Registro de Correspondência para o Governo Imperial	1828 (em restauro)
679	Registro de Correspondência para o Governo Imperial	1829
753-1	Ordens do Imperador	1826
754	Correspondência recebida dos Ministérios Imperiais	1822/1823
754 – 1	Correspondência recebida dos Ministérios Imperiais	1824
755	Correspondência recebida dos Ministérios Imperiais	1825
756	Correspondência recebida dos Ministérios Imperiais	1826
757	Correspondência recebida dos Ministérios Imperiais	1827
757-1	Correspondência recebida dos Ministérios Imperiais	1828
757-2	Correspondência recebida dos Ministérios Imperiais	1829
757-3	Correspondência recebida dos Ministérios Imperiais	1830
1072	Proclamações, Bandos, Editais, Portarias (etc.)	1791/1828
1073	Proclamações, Bandos, Editais, Portarias (etc.)	1810/1835
1074	Proclamações, Bandos, Editais, Portarias (etc.)	1823/1871
1235	Correspondência recebida do Senado do Rio de Janeiro	1825/1887
1395	Correspondência recebida da Câmara de Salvador	1824/1835
1580	Casa do Comércio	1819/1840
1622	Registro de Correspondência para várias Autoridades	1825/1826
1623	Registro de Correspondência para várias Autoridades	1827
1624	Registro de Correspondência para várias Autoridades	1827/1828
1625	Registro de Correspondência para várias Autoridades	1826/1829
3176	Embarcação (licença, passes, etc.)	1822/1833
3184	Embarcações (assuntos)	1826/1829
3185-1	Embarcação (assuntos)	1823/1849
3194	Polícia do Porto (assuntos)	1823/1888
3194-1	Registro de entrada e saída de embarcações	1823/1846
3229	Intendência da Marinha	1820/1826
3230	Intendência da Marinha	1827

3231	Intendência da Marinha	1828
3234	Intendência da Marinha	1822/1832
3360	Correspondência recebida de militares, Conselho de Guerra, etc.	1826/1888
3365	Quartel General do Comando das Armas	1825
3366	Quartel General do Comando das Armas	1826
3367	Quartel General do Comando das Armas	1827
3368	Quartel General do Comando das Armas	1828 (em restauro)
3369	Quartel General do Comando das Armas	1829
3370	Quartel General do Comando das Armas	1829
3371	Quartel General do Comando das Armas	1830
3372	Quartel General do Comando das Armas	1831
3485	Recrutamento	1827/1850
3486	Recrutamento	1823/1851
3487	Recrutamento	1826/1851
3488	Recrutamento	1827/1859
3495	Correspondência recebida de proprietários de fabrico, recrutadores, pais de recrutados	1827/1882
3682	Correspondência recebida da Companhia do Esquadrão de Cavalaria	1824/1889
3699-1	Fortalezas	1827/1846
3700	Fortaleza do Mar	1827/1865
3701	Fortalezas	1827/1886
3702	Fortalezas	1824/1889
3706	Correspondência recebida sobre material bélico	1824/1875
3749	Correspondência recebida de militares, desertores (etc.)	1825/1879
3750	Correspondência recebida de praças, ex-praças, alferes (etc.)	1823/1888
3751	Correspondência recebida de praças, cadetes (etc.)	1823/1886
3756	Baixas do Serviço Militar	1823/1862
4091	Alfândega	1823/1849
4101	Alfândega	1823/1888
4610	Diretoria Geral dos Índios (mapa das aldeias indígenas da Província da Bahia)	1700/1861
4611	Diretoria Geral dos Índios (capitão-mor dos índios)	1823/1853
4613	Comissão de Mediação dos Aldeamentos dos índios	1823/1881
4621	Madeiras	1825/1888
4626	Correspondência recebida de diversos negociantes do comércio	1823/1889
4627	Comércio	1826/1889
6430	Mapa de embarcações	1826/1860
6454	Polícia – Correspondência recebida da Intendência da Marinha	1824/1875

Seção da Alfândega

Maços	Denominação	Período
020.02	Entrada e Saída de Embarcações	1830
020.07	Entrada e Saída de Embarcações	1831
020.22	Despachos de Importação	1825
050.02	Termo de Entrada e Saída de Navios Estrangeiros	1821/1822
050.02	Termo de Entrada e Saída de Navios Estrangeiros	1825/1826

BIBLIOTECA NACIONAL – RJ**Seção de Manuscritos**

Documentos sobre a Bahia

I – 31, 13, 14

I – 31, 13, 15

II – 30, 27, 26

II – 31, 36, 9, nº. 9

II – 33, 19, 16

II – 33, 22, 74

II – 33, 25, 67

II – 33, 27, 2

II – 33, 28, 55

II – 33, 28, 63

II – 33, 28, 70

II – 33, 31, 2

II – 33, 31, 3

II – 33, 31, 9

II – 33, 31, 36

II – 33, 32, 24, nº. 5

II – 33, 32, 50

II – 34, 1, 3

II – 34, 1, 5

II – 34, 2, 15

Documentos sobre a Cisplatina

19, 3, 30

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY – RJ**Missões Diplomáticas Brasileiras**

Maços	Denominação	Período
207-3-8	Buenos Aires (despachos)	1826/1852
221-2-8	Montevideu	1831/1833
223-4-10	Montevideu	1831/1842
224-1-1	Buenos Aires (estatísticas dos mapas)	s/d
241-4-4	Buenos Aires	1829/1832

Arquivo do Barão do Rio Branco

Lata 867 – Maço 1

Lata 871 – Maço 1 – Pasta 4

Lata 871 – Maço 2 – Pasta 2

Lata 871 – Maço 2 – Pasta 9

FONTES IMPRESSAS

Periódicos

Núcleo de Microfilmagem do Programa de Pós-Graduação em História da UFBA.

R- 0013 – “Idade D’Ouro do Brazil” – BA – 1811-1812.

R- 0014 – “Idade D’Ouro do Brazil” – BA – 1813-1815.

R- 0015 – “Idade D’Ouro do Brazil” – BA – 1815-1817.

R- 0016 – “Idade D’Ouro do Brazil” – BA – 1817-1821.

Obras

ARMITAGE, John. **História do Brasil: desde o período da chegada da família de Bragança, em 1808, até a abdicação de D. Pedro I, em 1831, compilada à vista dos documentos públicos e outras fontes originais formando uma continuação da história do Brasil, de Southey**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981.

BOLÍVAR, Simón. **Escritos políticos**. Campinas: UNICAMP, 1992.

BRASIL. Ministério da Marinha. **Relatório apresentado á Assembléia Geral pelo Exmo. Sr. Conselheiro Miguel de Souza Mello e Alvim, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha em 30 de maio de 1829**. 1876. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/u2040>. Acesso: 08 mar. 2004.

BRASIL. **Collecção de Decretos, Editaes, Tratados e Artigos Officiaes publicados desde a sessão de 1827**. Rio de Janeiro: Imperial Typographia de P. Plancher-Seignot, 1829.

CHRONICA dos acontecimentos da Bahia. Anaes do Arquivo Público da Bahia, Salvador: Imprensa Oficial do Estado, p. 49-95, 1938. (v. XXVI)

DORES, M. M. da Paixão e. **Diário da Armada da Independência**. Salvador: Livraria Progresso, 1957.

GAZETA DE LA PROVINCIA ORIENTAL. Canelones, 28 nov. 1826. Reproduccion facsimilar dirigida por los señores Arisosto D. Gonzáles, Simon S. Lucuix y Arturo Scarone. Biblioteca del Instituto Histórico y Geografico del Uruguay. Montevideo: Casa A. Barreto y Ramos S. A., 1943.

LIMA E SILVA, Marechal Luiz Manoel de. **Guerra com as Províncias do Rio da Prata**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1956.

LIMA, José Ignácio de Abreu e. **Sinopse ou dedução cronológica da história do Brasil**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1983.

SAN MARTÍN, José de. **Escritos políticos**. Petrópolis: Vozes, 1990.

SARMIENTO, Domingo Faustino. **Facundo: civilização e barbárie**. Petrópoles: Vozes, 1996.

SEIDLER, Carl. **Dez anos no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1980.

_____. **História das guerras e revoluções do Brasil de 1825 a 1835**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1939.

SPIX, Johann Baotist. Von. **Viagem pelo Brasil: 1817-1820**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1981. (v. 2)

TESTEMUNHA OCULAR (Uma): **Contribuições para a história da guerra entre o Brasil e Buenos Aires**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

TITÁRA, Ladislau dos Santos. **Memórias do Grande Exército Aliado Libertador do Sul da América, na Guerra de 1851 a 1852, contra os tiranos do Prata, e bem assim dos fatos mais graves e notáveis, que a precederam, desde vinte anos, e dos que mais influíram para a política enérgica, que ultimamente o Brasil adotou, a fim de dar paz e segurança aos Estados vizinhos: incluindo-se também noções exatas e documentadas da Batalha de Ituzaingó, em 1827, e do seu resultado**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1950.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

AMARAL, Braz do. **História da Bahia do Império à República**. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1923.

ARAS, Lina Maria Brandão de. **A Santa Federação Imperial. Bahia.1831-1833**. 1995. Tese (Doutorado em História)— Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ARTEAGA, Juan José. **Breve historia conteporánea del Uruguay**. México: Fondo de Cultura Econômica, 2000.

AZEVEDO, Francisca L. Nogueira. **Carlota Joaquina na corte do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

AZEVEDO, Thales de. **Povoamento da Cidade do Salvador**. Salvador: Itapuã, 1969.

BANDEIRA, Moniz. **O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai, da colonização à Guerra da Tríplice Aliança**. 3. ed.. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: UNB, 1998.

BARICKMAN, B. J. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BARROSO, Gustavo. **A Guerra do Vidéo: contos e episódios da Campanha Cisplatina: 1825 a 1828**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1930.

_____. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000.

BOXER, Charles. **O império marítimo português: 1415-1825**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CALMON, Francisco Marques de Góes. **Vida econômico-financeira da Bahia: elementos para a história de 1808 a 1899**. Salvador: Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia, 1979.

CALMON, Pedro. **História do Brasil: o século XIX**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1963. (vol. 5).

CALÓGERAS, João Pandiá. **A Política Exterior do Império: o Primeiro Reinado**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1989. (vol. 2)

_____. **A Política Exterior do Império: da Regência à queda de Rozas.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

_____. **O Marquês de Barbacena.** Brasília: UNB, 1982.

CANABRAVA, Alice Piffer. **O comércio português no Rio da Prata: 1580-1640.** Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1984.

CARNEIRO, David. **História da Guerra Cisplatina.** Brasília: UNB, 1983.

CARREIRA, Liberato de Castro. **História financeira e orçamentária do Império do Brasil.** Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980.

CARVALHO, José Murilo de. **Teatro das sombras: a política imperial.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, L. P. Macedo de. A ação de D. João VI no Brasil. **A Defesa Nacional.** Rio de Janeiro, n. 787, p. 11-23, mai./jun./ago. 2000.

CASTRO, Jeanne Berrance de. **A Milícia Cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850.** São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

CERVO, Amado Luiz. **História da política exterior do Brasil.** Brasília: UNB, 2002.

_____. **O parlamento brasileiro e as relações exteriores: 1826-1889.** Brasília: UNB, 1981.

CHAVES, Cleide de Lima. **De um porto a outro. Bahia e o Prata (1850-1889).** 2001. Dissertação (Mestrado em História)— Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

CORREA, Anna Maria Martinez, BELLOTTO, Manoel Lelo. **A América Latina de colonização espanhola.** São Paulo: HUCITEC, 1991.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

COSTA, Luiz Monteiro da. **Construções Navais da Bahia no Século 17.** Salvador: Centro de Estudos Bahianos, 1952.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Política indigenista no século XIX. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

DONATO, Hernani. **Dicionário das Batalhas Brasileiras.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército; São Paulo: IBRASA, 2001.

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. **História do Exército Brasileiro: perfil de um povo**. Brasília e Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1972. (v. 1 e 2).

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2000.

FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos, moleques e vadios na Bahia do Século XIX**. São Paulo: Hucitec; Salvador: EDUFBA, 1996.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Um Soldado do Reino e do Império (vida do Marechal Calado)**. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1941.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

GREENHALGH, Juvenal. **O Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro na História. 1822-1889**. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do IBGE, 1965.

GUSMÃO, Odyr Marques Buarque. A Vida marítima nos tempos de Nelson. **Revista da Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro: SDM, v. 111, ns. 1-3, jan/mar. 1991.

HERRERO, Pedro Peres. **Comercio y mercados em América Latina Colonial**. Madri: MAPFRE, 1992.

HOBBSAWM, Eric J. **A Era das revoluções: Europa 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil monárquico**. São Paulo: Difel, 1974. (Tomo II, v. 4)

HUTTER, Lucy Maffei. A madeira do Brasil na construção e reparo de embarcações. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, p. 47-64, 1986.

JAPIASSÚ, Cleto. A Bahia na vida naval brasileira. **Diário Oficial da Bahia**, Salvador: Imprensa Oficial do Estado, jul. 1923. Edição Especial do Centenário do 2 julho de 1823.

KARPINSCKI, Silvana. **Corsários de Sua Majestade: aspectos da Guerra Naval na Independência do Brasil (1820-1825)**. 2001. Tese (Doutorado em História)—Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

KRAAY, Hendrik. “O abrigo da farda”: o Exército brasileiro e os escravos fugidos, 1800-1888. **Afro-Ásia**, Salvador: CEAO, n. 17, p. 29-56, 1996.

LEMOS, Juvêncio Saldanha. **Os Mercenários do Imperador: a primeira corrente migratória alemã no Brasil (1824-1830)**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

LIMA, Manoel de Oliveira. **Formação da nacionalidade brasileira**. Rio de Janeiro: Topbooks; São Paulo: Publifolha, 2000.

LINHARES, Maria Yedda (org.). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

MASCARENHAS, Maria José Rapassi. **Fortunas Coloniais: elite e riqueza em Salvador (1760-1808)**. 1998. Tese (Doutorado em História)— Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. **Bahia: a Cidade de Salvador e seu Mercado no século XIX**. São Paulo: Hucitec; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978.

_____. **Bahia, Século XIX: uma Província no Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MEDRANO, Lilia Inês Zanotti de. Brasil y Argentina: fronteras y circuitos comerciales en el Prata (siglos XIX y XX). **Anuário del CEH**, año 1, 2001.

MENDONÇA, Mário F.; VASCONCELOS, Alberto. **Repositório de nomes dos navios da esquadra brasileira**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação-Geral da Marinha, 1959.

MENDONÇA, Mário F. de. “El General Brown”, corsário de Buenos Aires. **Revista Marítima Brasileira**, ns. 7-9, p. 837-840, jan./fev./mar. 1943.

MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Brasil em perspectiva**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.

NOVAIS, Fernando. **Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial (séculos XVI-XVIII)**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

OSÓRIO, Helen. Comerciantes do Rio Grande de São Pedro: formação, recrutamento e negócios de um grupo mercantil da América Portuguesa. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 20, n. 39, p. 1-28, 2000. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php? Acesso em: 11 nov. 2003.

PARAÍSO, Maria Hilda. Baqueiro. **O tempo da dor e do trabalho: a conquista dos territórios indígenas nos sertões do Leste**. 1998. Tese (Doutorado em História)— Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

PAULA, Eurípedes Simões de. A Organização do exército Brasileiro. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Monárquico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. (tomo II, v. 1).

PIMENTA, João Paulo G. O Brasil e a “experiência cisplatina” (1817-1828). In: JANCÓS, István (org.). **Independência: história e historiografia**. São Paulo: Hucitec, 2005. pp. 755-789.

_____. **Estado e Nação no Fim dos Impérios Ibéricos no Prata: 1808-1828**. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2002.

PINTO, Paulo Lafayette. As Forças Navais Brasileiras. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro: SDM, p. 75-84, 3. tri. 1980.

_____. As Forças Navais Brasileiras. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro: SDM, p. 85-93, 4. tri. 1980.

_____. As Forças Navais Brasileiras. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro: SDM, p. 129-134, 1. tri. 1981.

POMBO, Rocha. **História do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1956.

POMER, Leon. **Os conflitos da Bacia do Prata**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

_____. **As independências na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PRADO JR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

PRADO MAIA. **A Marinha de Guerra do Brasil na Colônia e no Império. (Tentativa de reconstrução histórica)**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1965.

PUNTONI, Pedro. A arte da guerra no Brasil: tecnologia e estratégia militar na expansão da fronteira da América portuguesa, 1550-1700. **CEBRAP – Novos Estudos**. n. 53, p. 189-204, mar. 1999.

REICHEL, Heloisa Jochims. **As raízes históricas do Mercosul: a Região Platina colonial**. São Leopoldo: UNISINOS, 1996.

_____. Personagens fronteiriços em tempos de guerra: A Região Platina (1811-1820). GUTIÉRRES, Horacio; NAXARA, Márcia R. C.; LOPES, Maria Aparecida de, (orgs.). **Fronteiras: paisagens, personagens, identidades**. Franca: UNESP; São Paulo: Olho D'Água, 2003.

REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

RODRIGUES, José Honório. **Uma história diplomática do Brasil, 1531-1945**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

RODRIGUES, Marcelo Santos. **Os (In)Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai (a participação da Bahia no Conflito)**. 2001. Dissertação (Mestrado em

História) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

RUY, Affonso. **Estadistas Bahianos do Império**. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 1951.

SANTOS, Corcino Medeiro dos. **O Rio de Janeiro e a Conjuntura Atlântica**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1993.

SCAVARDA, Levy. João Francisco de Oliveira Bottas (O Marinheiro da independência). **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro: SDM, ns. 7-9, p. 4-22, jul./set. 1967.

SILVA, Hernán (org). **Navegacion y comercio rioplatense I**. Bahía Blanca: Universidad Nacional del Sur, 1996.

SODRÉ, Dr. Alcindo. O sentido político das visitas de Pedro I, Pedro II e Conde D'Eu na Bahia. **Anais do Primeiro Congresso de História da Bahia**, Salvador: Tipografia Beneditina, 1950.

SOUZA FILHO, Argemiro Ribeiro de. **A Guerra de Independência na Bahia: manifestações políticas e violência na formação do Estado Nacional (Rio de Contas e Caetité)**. 2003. Dissertação (Mestrado em História) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SOUZA, Antônio Loureiro de. **Baianos Ilustres**. São Paulo: IBRASA; Brasília: INL, 1979.

SOUZA, J. A. Soares. O Brasil e o Prata até 1828. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Monárquico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. (tomo II, v. 1).

_____. O Brasil e o Rio da Prata de 1828 à queda de Rosas. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Monárquico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. (tomo II, v. 3).

TAVARES, Luís Henrique Dias. **O Levante dos Periquitos na Bahia: um episódio obscuro do primeiro Império**. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 1990.

_____. **O primeiro século do Brasil: da expansão da Europa Ocidental aos governos gerais das terras do Brasil**. Salvador: EDUFBA, 1999.

_____. **História da Bahia**. São Paulo: UNESP; Salvador: EDUFBA, 2001.

THOMPSON, E. P. La Sociedad Inglesa del Siglo XVIII: ¿Lucha de Classes sin Classes? In: THOMPSON, E. P. **Tradición, revuelta y conciencia de clase**. Barcelona: Crítica, 1984.

_____. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VALDES, Ildefonso Pereda. El Negro em el Uruguay: passado e presente. **Revista del Instituto Histórico e Geografico del Uruguay**. Montevidéu, n. XXV, 1965.

VASCONCELOS, Everaldo de. Aventureiros no Brasil (Ligeiras notas para a História dos piratas, corsários e conquistadores nas costas brasílicas): corsários de Artigas. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro: SDM, ns. 7-9, p. 765-777, jan./fev./mar. 1948.

_____. Aventureiros no Brasil. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro: SDM, ns. 1-3, p. 123-135, jul./ago./set. 1948.

_____. Aventureiros no Brasil: corsários de Buenos Aires. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro: SDM, ns. 4-6, p. 339-351, out./nov./dez. 1948.

_____. Aventureiros no Brasil: corsários de Buenos Aires. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro: SDM, ns. 10-12, p. 1001-1010, abr./mai./jun. 1948.

_____. Aventureiros no Brasil: corsários de Buenos Aires. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro: SDM, p. 949-965, abr./mai./jun. 1949.

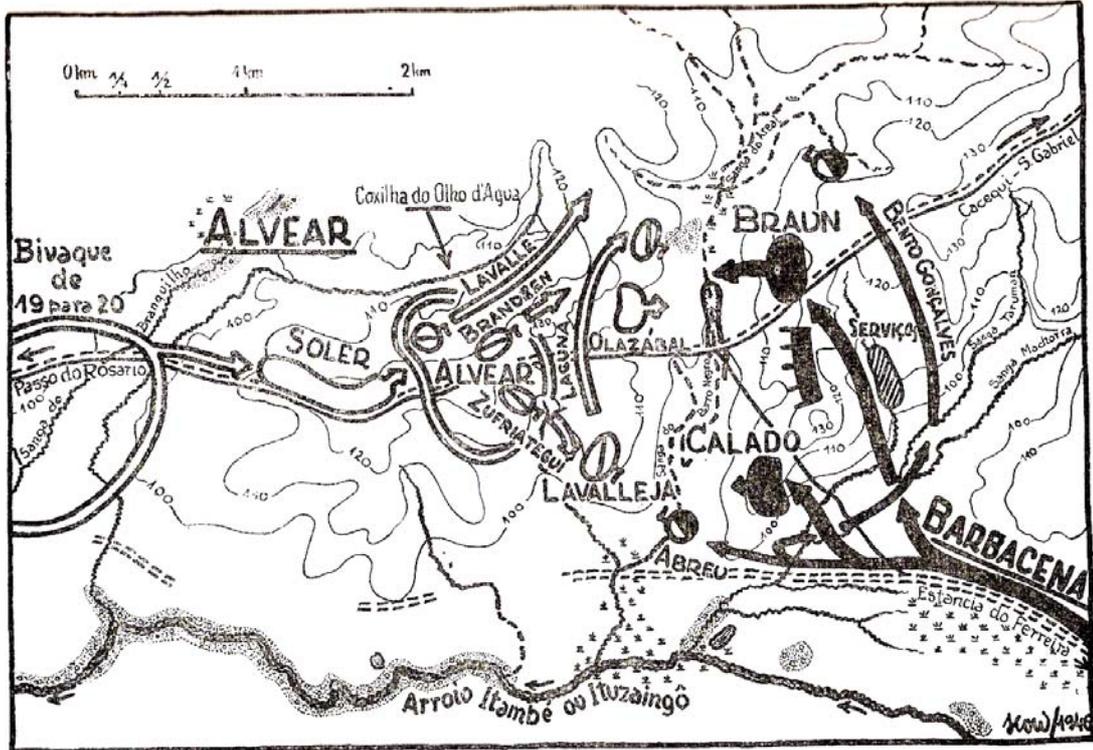
VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. **A evolução do pensamento estratégico brasileiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.

WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. **Campanha de Ituzaingô**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, s/d.

ANEXO

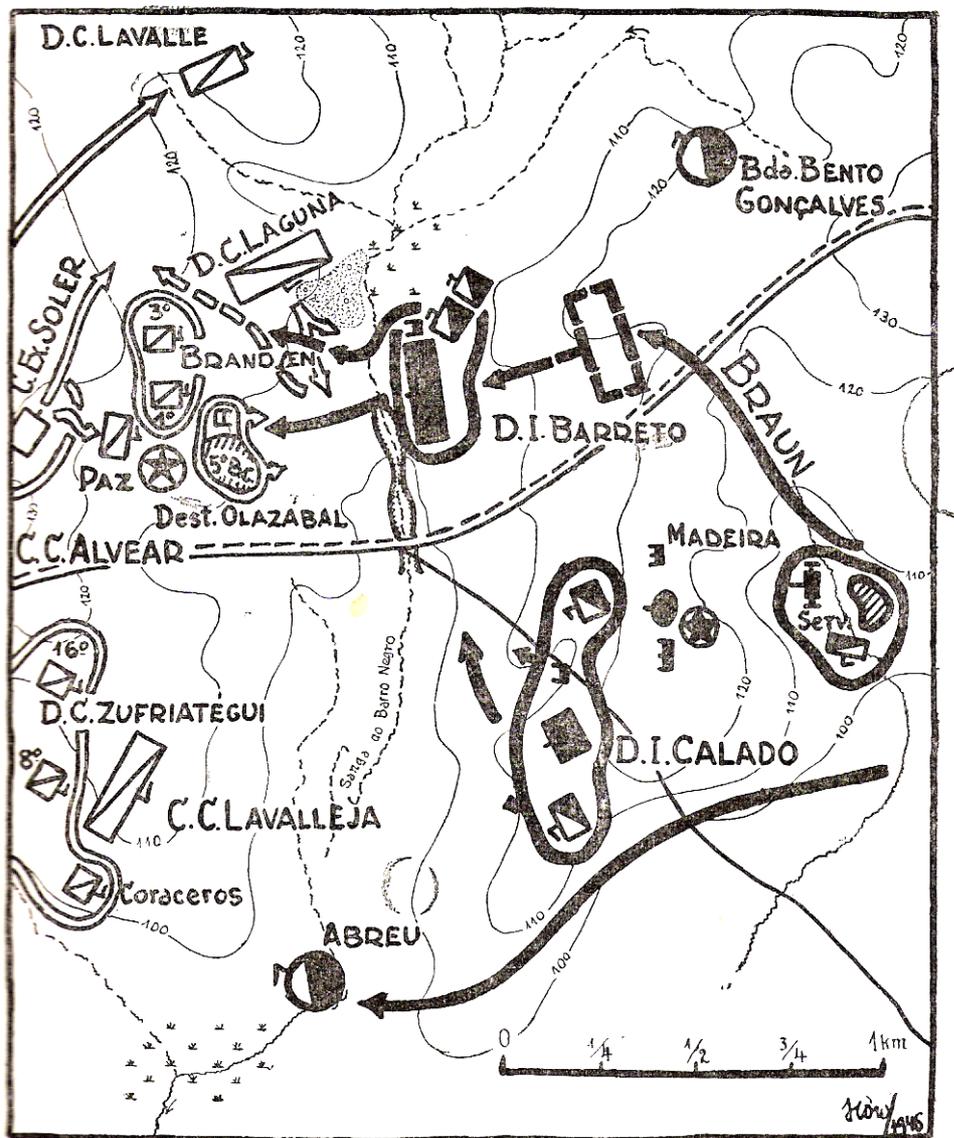
ANEXO A – AS FASES DA BATALHA DE PASSO DO ROSÁRIO

O DESDOBRAMENTO DOS ADVERSÁRIOS PARA A BATALHA



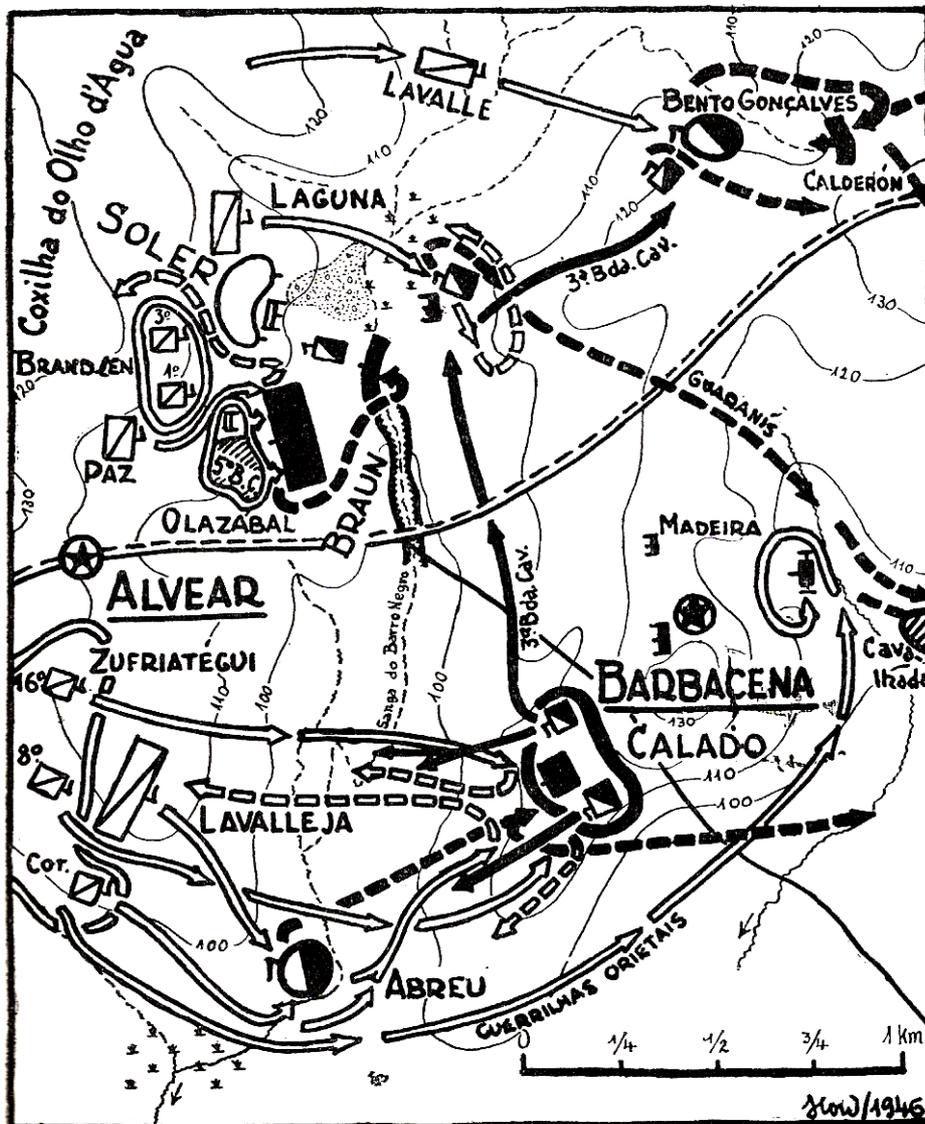
Fonte: WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. **Campanha de Ituzaingó**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, s/d, p. 238-9.

O ATAQUE BRASILEIRO



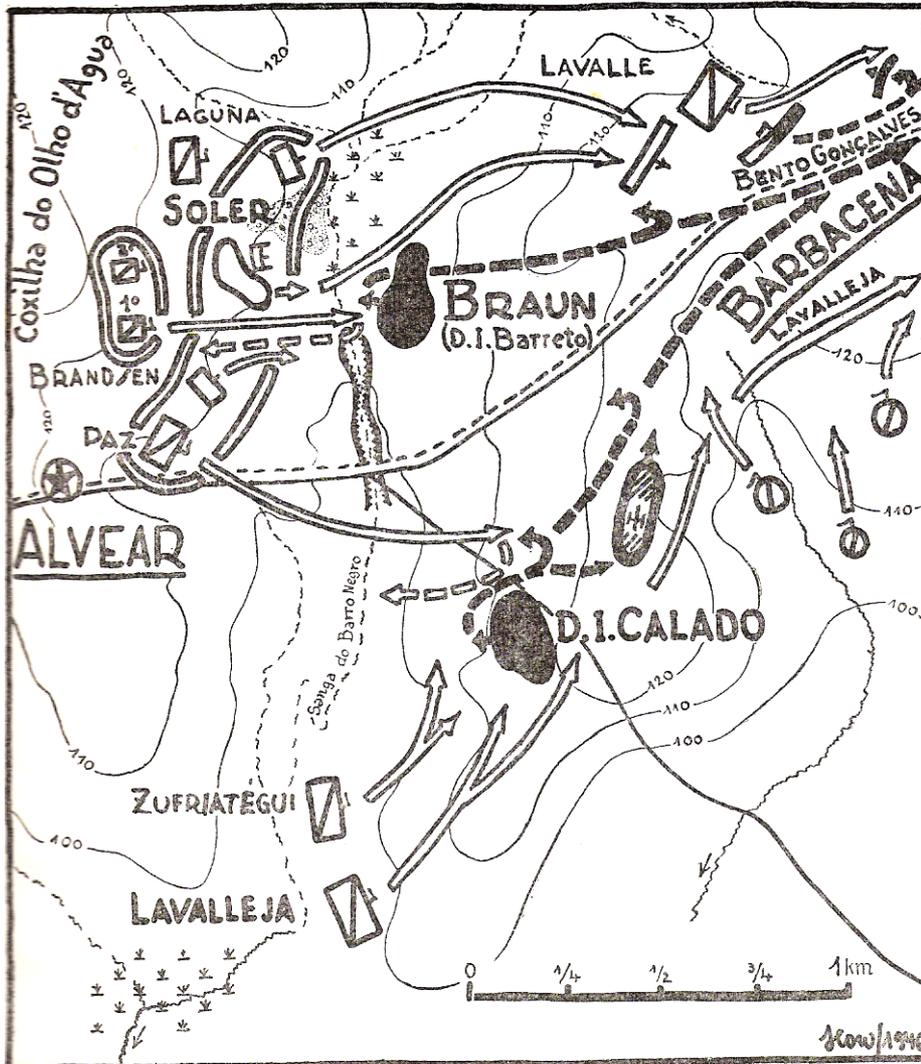
Fonte: WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. **Campanha de Ituzaingô**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, s/d, p. 240-1.

O CONTRA-ATAQUE PLATINO



Fonte: WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. *Campanha de Ituzaingô*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, s/d, p. 144-5.

A RETIRADA BRASILEIRA



Fonte: WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. **Campanha de Ituzingô**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, s/d, p. 254-5.